

COLEÇÃO AFRÂNIO PEIXOTO



ACADEMIA BRASILEIRA
DE LETRAS



ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

José de Alencar

- ∞ AO IMPERADOR, CARTAS
- ∞ AO POVO, CARTAS POLÍTICAS
DE ERASMO
- ∞ AO VISCONDE DE ITABORAÍ: CARTA
DE ERASMO SOBRE A CRISE FINANCEIRA
- ∞ AO MARQUÊS DE OLINDA
- ∞ AO IMPERADOR, NOVAS CARTAS
POLÍTICAS DE ERASMO

Organizador

JOSÉ MURILO DE CARVALHO

COLEÇÃO AFRÂNIO PEIXOTO
ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Diretoria de 2009

Presidente: *Cícero Sandroni*

Secretário-Geral: *Ivan Junqueira*

Primeiro-Secretário: *Alberto da Costa e Silva*

Segundo-Secretário: *Nelson Pereira dos Santos*

Tesoureiro: *Evanildo Cavalcante Bechara*

COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES

Antonio Carlos Secchin

José Mindlin

José Murilo de Carvalho

Produção editorial

Monique Mendes

Revisão, notas e nota editorial

Gilberto Araújo

Projeto gráfico

Victor Burton

Editoração eletrônica

Estúdio Castellani

Obra baseada nos exemplares da
Biblioteca Pedro Aleixo, da Câmara dos Deputados, Brasília, DF.

Catálogo na fonte:

Biblioteca da Academia Brasileira de Letras

A368 Alencar, José de, 1829-1877.

Cartas de Erasmo / José de Alencar ; organizador, José Murilo de Carvalho. – Rio de Janeiro : ABL, 2009.

428 p. ; 21 cm. – (Coleção Afrânio Peixoto ; v. 90)

ISBN 978-85-7440-129-4

I. Literatura brasileira. I. Carvalho, José Murilo de, 1939-.


II. Academia Brasileira de Letras. III. Título. IV. Série.


CDD B869

Apresentação

JOSÉ MURILO DE CARVALHO

É vasta e diversificada a obra política de José de Alencar. Inclui tratados, ensaios, discursos, cartas abertas, panfletos, relatórios ministeriais, artigos de jornal, sem falar nos textos ficcionais com intenção política, como *A Guerra dos Mascates*. Ela merece atenção muito maior do que a que lhe tem sido dada. De fato, são poucas as reedições recentes e poucos os estudos a ela dedicados. Ocorrem-me apenas a iniciativa de Wanderley Guilherme dos Santos, de 1981, e a de Tâmis Parron, de 2008. O primeiro reeditou, agregando substancial introdução, o *Sistema Representativo*, de 1868, e a *Reforma Eleitoral*, de 1874.¹ O segundo fez o mesmo para as *Novas Cartas Políticas de Erasmo*, de 1867-68, dando-lhes novo título.² À exceção dessas duas reedições,

1  Wanderley Guilherme dos Santos. *Dois Escritos Políticos de José de Alencar: O Sistema Representativo, Reforma Eleitoral* (Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1991).


2  José de Alencar. *Cartas a Favor da Escravidão*. Org. de Tâmis Parron (São Paulo: Hedra, 2008). Da última carta, a sétima, foi incluído nessa edição apenas o epílogo.


para se ter acesso aos outros textos será necessário recorrer ao quarto volume da *Obra Completa*, da Aguilar, que é de 1960.³ Mesmo assim, fariam ainda de fora várias obras, sobretudo discursos e relatórios e as inéditas. A obra política completa do autor ainda está longe de ser coligida e adequadamente analisada.


CARTAS POLÍTICAS


O que se pretende com a presente publicação é tornar acessível ao leitor de hoje a parte da obra política composta pelas cartas abertas dirigidas ao Imperador, ao povo e a alguns líderes políticos. Mais precisamente, foram aqui incluídas as seguintes cartas:

1. *Ao Imperador, Cartas de Erasmo*, de 1865; a segunda edição, de 1866, incluiu uma carta *Ao Redator do Diário* (do Rio de Janeiro);⁴
2. *Ao Povo, Cartas Políticas de Erasmo*, de 1866, acompanhadas das cartas *Ao Marquês de Olinda e Ao Visconde de Itaboraí, Carta de Erasmo sobre a Crise Financeira*;⁵
3. *Ao Imperador, Novas Cartas Políticas de Erasmo*, de 1867-68.⁶


3  José de Alencar. *Obra Completa* (Rio de Janeiro: Editora José Aguilar Ltda., 1960, 4. v.).


4  *Ao Imperador. Cartas de Erasmo* (Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Comp. 1865). Terceira edição: *Ao Imperador. Cartas Políticas de Erasmo* (Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Comp., 1866).

5  *Ao Povo. Cartas Políticas de Erasmo.* == *Ao Marquez de Olinda.* == *Ao Visconde de Itaboraby, Carta de Erasmo sobre a Crise Financeira* (Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & C., 1866).


6  *Ao Imperador. Novas Cartas Políticas de Erasmo.* (Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro e C., 1867). Alguns autores, inclusive os responsáveis pela *Obra Completa* da Aguilar, atribuem a José de Alencar uma carta aos eleitores da província do Ceará que teria sido publicada em 1860. Trata-se de equívoco. A carta existe, mas foi escrita pelo pai e não pelo filho e foi publicada em 1830: *Carta, que, aos Eleitores da Provincia do Ceará Dirige José Martiniano d' Alencar, Deputado pela mesma Provincia* (Rio de Janeiro: Typ. de Torres, 1830).


A razão da escolha tem a ver com conteúdo e forma. Pelo conteúdo, são todos textos políticos; pela forma, são cartas, modalidade específica de comunicação, distinta do artigo de jornal, do panfleto, do tratado. A carta aberta não tinha na época a agressividade do panfleto, forma também comum de debate político, a que o próprio Alencar recorreu mais de uma vez.⁷ Um exemplo de panfleto virulento escrito contra o Imperador foi *A Conferência dos Divinos*, de autoria de outro conservador, Antônio Ferreira Viana, publicado em 1867. Em 1860, aparecera *Os Cortezãos e a Viagem do Imperador*, de Landulfo Medrado, em 1869 saiu *O Rei e o Partido Liberal*, de Saldanha Marinho, um dos futuros fundadores do Partido Republicano. Alguns anos antes, em 1849, aparecera talvez o mais violento de todos os panfletos, *O Libelo do Povo*, assinado por Timandro, pseudônimo do liberal Sales Torres Homem.⁸ Em relação ao artigo de jornal, a carta tinha em comum com ele o estilo leve e comunicativo, mas levava a vantagem de permitir maior desenvolvimento do tema, sem ter, de outro lado, que assumir as dimensões e a linguagem mais pesada dos tratados. A carta permitia, assim, um meio rápido, barato e eficiente de comunicação com o público. As que eram dirigidas ao Imperador tinham, pela importância do destinatário, a vantagem adicional de garantir o interesse do leitor, inclusive, e principalmente, do grande leitor que era o próprio chefe de Estado.

7  Foi o caso de *O júízo de Deus. Visão de Job* (Rio de Janeiro: Typ. De Pinheiro & C., 1867); de *A Corte do Leão. Obra Escripita por um Asno* (Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Comp., 1867); e de *A Festa Macarrônica* ([Rio de Janeiro]: Typ. Rua da Ajuda, no. 16 [1870]).

8  *A Conferência dos Divinos* e *O Libelo do Povo* por Timandro (Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1849) foram reeditados em R. Magalhães Jr., *Três Panfletários do Segundo Reinado* (São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956); *Os Cortezãos e a Viagem do Imperador. Ensaio Político sobre a Situação*. Por L. M. (Bahia: Typ de Camillo de Lellis, Masson & C., 1860).

Cartas abertas eram meio comum de participação no debate público no século XIX, sobretudo no Segundo Reinado.⁹ Algumas ficaram justamente famosas, como as de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Teófilo Benedito Ottoni, José Maria da Silva Paranhos, Tavares Bastos, além das do próprio Alencar.¹⁰ Às vezes eram assinadas, outras, não. Alencar optou pelo pseudônimo, assim como Tavares Bastos o fizera em 1862, tendo Paranhos usado o anonimato em 1850. Tanto um como outro, pseudônimo e anonimato, eram aceitos como prática legítima no ambiente de grande liberdade de opinião que marcava a época. De qualquer modo, nenhum dos dois significava muito. Nos acanhados círculos da elite imperial, o segredo não resistia por muito tempo. O pseudônimo escolhido por Alencar foi o de Erasmo, referência a Desiderius Erasmus, o grande humanista do século XVI, nascido em Roterdã em 1467 e falecido em Basiléia em 1536, conhecido como Erasmo de Roterdã. Curiosamente, como Alencar, Erasmo era filho ilegítimo de um padre católico. O principal motivo da escolha, no entanto, pode ter sido o fato de ter Erasmo publicado, em 1516, um livro intitulado *Institutio principis christiani, A Educação de um Príncipe*

9  No campo literário, Alencar já usara esse recurso ao escrever as *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios* (Rio de Janeiro: Empresa Typographica Nacional do Diário, 1856), sob o pseudônimo de Ig.

10  Bernardo Pereira de Vasconcelos, *Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais* (São João d'El Rey: Typographia do Astro de Minas, 1828); Teophilo Benedito Ottoni, *Circular Dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais no Quatriênio Atual [...]* (Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1860); José Maria da Silva Paranhos, *Cartas ao Amigo Ausente*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2008. Essas cartas foram originalmente publicadas anonimamente no *Jornal do Commercio* entre 1850 e 1851; [Aureliano Cândido Tavares Bastos], *Cartas do Solitário (1862)*, nova edição pela Cia. Editora Nacional, 1938. Entre as de menor repercussão podem citar-se *Cartas ao Imperador por Diógenes* (Rio de Janeiro: Typ. e Lith. Franceza, 1868; Caio Graccho, *Cartas ao Povo (s.l., Typ. Am., 1869)*.

Cristão.¹¹ O livro foi escrito três anos após *O Príncipe*, de Maquiavel, mas publicado antes. Nele, Erasmo insistia, entre outras coisas, na importância para o príncipe de contar com o consentimento dos súditos. Alencar poderia estar sugerindo que buscava também educar o príncipe brasileiro e fazer com que ele ouvisse o clamor do país. Erasmo ficou também conhecido por seu espírito independente, característica que o brasileiro atribuía a si mesmo e que lhe era reconhecida pelos contemporâneos, inclusive o Imperador.

Alencar distinguiu-se de Paranhos e Tavares Bastos na forma de publicar suas cartas. Recorreu a folhetos semanais em vez de usar a imprensa. As cartas eram vendidas em livrarias e nas ruas. Quem as quisesse receber em casa, deveria deixar o nome em alguma livraria. Saíam toda semana às terças-feiras e o autor prometia não escrever menos que oito páginas de cada vez. Houve três séries delas. A primeira compunha-se de dez folhetos, com o título geral de *Ao Imperador, Cartas de Erasmo*. A primeira carta saiu em 17 de novembro de 1865 e a última em 24 de janeiro de 1866. A segunda série intitulou-se *Ao Povo, Cartas Políticas de Erasmo*. Foram nove cartas, das quais só a última tem data, seis de agosto de 1866. A terceira série chamou-se *Ao Imperador, Novas Cartas Políticas de Erasmo*. Compunha-se de sete cartas, a primeira, datada de 24 de junho [de 1867], a última, de 15 de março de 1868.

1860: UMA DÉCADA AGITADA

A década de 1860 foi a mais agitada do Segundo Reinado. Nela culminaram as transformações políticas iniciadas em 1849. A derrota da Praia nesse ano assinalou o fracasso dos liberais, o fim das rebeliões

II ∞ Tradução brasileira do livro de Erasmo pode ser encontrada em *Conselhos aos Governantes* (Brasília: Senado Federal, 1998, p. 267-426).


regenciais e o início de uma fase voltada para outras preocupações que não as políticas. O gabinete conservador de 29 de setembro de 1849 promoveu o fim do tráfico de escravos, reformou a Guarda Nacional, aprovou a Lei de Terras e o Código Comercial e interveio com êxito nas disputas platinas contra Rosas. Houve um primeiro surto de investimentos derivado da disponibilidade de capitais antes empregados no tráfico.

O novo ambiente permitiu a Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, quando foi chamado ao poder em 1853, dar início a um esforço de conciliação política, após cinco anos de total domínio conservador. O tino político de Paraná dizia-lhe que o segredo da estabilidade do sistema imperial residia na possibilidade de alternância no poder de grupos da elite. A exclusão de um deles afetava a legitimidade do governo e, eventualmente, a do próprio regime. O Marquês buscou apagar a memória das disputas regenciais, redefinir o sistema partidário, fundar um novo tempo. Atraiu para o ministério representantes de uma nova geração de políticos, que vieram juntar-se às velhas-guardas conservadora e liberal, forjadas nos tempos tumultuados da Regência. Reformou ainda o sistema eleitoral, introduzindo o voto distrital, medida que causou estragos nas lideranças políticas nacionais em favor de candidatos menos conhecidos. O sistema partidário, até então polarizado entre Liberais e Conservadores, entrou em processo de redefinição.

Mas, ao promover a conciliação, o Marquês afastou-se de seus antigos companheiros de luta dentro do Partido Conservador, sobretudo de seus principais chefes, Eusébio de Queiroz, Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai e Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí. Seu falecimento prematuro em setembro de 1856 deixou inconclusa a obra da conciliação, sem um líder

que a pudesse levar a bom termo, uma vez que seus antigos amigos se recusaram a assumir esse papel. A transformação foi adiante sem direção firme. Desde 1861, graças à mudança eleitoral, os liberais começaram a voltar à Câmara. Apareceram 25 liberais ao lado de conservadores dissidentes herdeiros de Paraná. Joaquim Nabuco referiu-se ao fato como a ascensão de uma “maré democrática”. Foi nessa legislatura, a 11.^a, que José de Alencar foi eleito deputado geral pelo primeiro distrito do Ceará, o da capital.

Os novos tempos começaram a tomar forma mais definida em 1863, quando o velho conservador e antigo regente, Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda, depois de dissolver a Câmara, resolveu intervir nas eleições em favor dos dissidentes e dos liberais históricos, fazendo eleger uma legislatura dominada por esses dois grupos. Sua atitude enfureceu os conservadores, que a consideraram traição, mesquinha vingança por ter ele sido substituído em 1849 na presidência do gabinete conservador por causa da política brasileira no Prata. A nova Câmara mostrou-se ingrata e não o apoiou, subindo Zacarias de Góis e Vasconcelos em 1864, quando se esboçou um partido novo, a Liga Progressista, composta de dissidentes e históricos. Dois anos depois, com Zacarias novamente na presidência do Conselho, a Liga se transformou no Partido Progressista, sob a liderança do próprio Zacarias e do senador Nabuco de Araújo, um dos homens de Paraná. O novo partido foi o primeiro a redigir e publicar um programa.¹² Mas dividiu-se quase imediatamente entre os dois grupos que o compunham. Os liberais históricos começaram a disputar a hegemonia com os conservadores dissidentes. A disputa transformou o período entre 1864 e 1868 no de maior instabilidade ministerial do Segundo Reinado.

12  Ver A. Brasiense, *Os Programmas dos Partidos e o 2.º Império* (São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, 1878, p.25-30).

Nada menos de quatro ministérios se sucederam, em média de um por ano, sistematicamente derrubados por votações na Câmara provocadas pelo conflito entre dissidentes e históricos.

E isto se dava exatamente quando o país se envolvia no mais sério conflito internacional de sua história, a Guerra do Paraguai. A guerra começou durante o gabinete *ligeiro* de 31 de agosto de 1864, chefiado por Francisco José Furtado. O afastamento dos conservadores históricos revelou-se, então, particularmente inconveniente pelo fato de pertencer ao partido o general mais experiente do país, o futuro duque de Caxias. O mau andamento da guerra, marcado pela derrota de Curupaity em setembro de 1866, forçou o governo, já então sob o comando de Zacarias, a nomear Caxias comandante das forças brasileiras em outubro desse ano. A convivência do general conservador com o presidente do conselho não foi fácil. O conflito entre os dois teve que ser levado ao Conselho de Estado. Em julho de 1868, Zacarias decidiu pedir demissão e se recusou a indicar sucessor. O Imperador, então, usando os poderes que a Constituição lhe conferia, decidiu chamar para formar governo um conservador histórico e seu financista de confiança, José Joaquim Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, que convidou José de Alencar para ocupar o Ministério da Justiça.

Apesar de legal e constitucional, a reviravolta causou enorme impacto. A Câmara de 124 deputados contava com apenas 10 conservadores. Os dois inimigos de véspera, dissidentes e liberais históricos, uniram-se contra o novo gabinete. Nabuco de Araújo classificou a mudança de golpe de estado. Mas, para o Imperador, o problema mais urgente era acabar a guerra de maneira honrosa para o país, e o novo gabinete tinha melhores condições de cumprir a tarefa. Ele de fato a cumpriu, mas só a primeiro de março de 1870, um ano e sete meses depois. Alencar permaneceu no ministério até 10 de janeiro de 1870,

quando saiu por se ter candidatado a senador pelo Ceará, descumprindo acordo que fizera com o Imperador, quando concordara em propor legislação que proibisse a candidatura de ministros ao Senado.

A AGITAÇÃO DAS IDEIAS

A agitação política foi acompanhada da agitação das ideias. Sílvio Romero pautou os estudos de história do pensamento no Brasil ao falar do “bando de ideias novas [que] esvoaçavam sobre nós de todos os pontos do horizonte”¹³ e que teriam marcado a geração de 1870, sobretudo a parte dela vinculada ao que chamou de Escola do Recife, liderada por seu ídolo Tobias Barreto. O que foi feito antes de 1870 passou a ser desprezado e descartado como classicismo, ecletismo, escolasticismo, beletrismo. O novo eram as filosofias importadas da Inglaterra, da França e da Alemanha, o organicismo, o darwinismo, o evolucionismo, o positivismo, o racismo. Se nos limitarmos ao campo da filosofia, a afirmação contém certa verdade. Mas, no campo do debate político, a década de 1860 foi a mais fértil e agitada de todo o Segundo Reinado. Em nenhuma outra se discutiram tanto a Constituição, o Poder Moderador, o sistema representativo, as reformas políticas e sociais. Discutiu-se em livros, na imprensa, no Parlamento, em panfletos, em cartas, em conferências públicas. Mais ainda, foi nessa década que se formularam as propostas mais radicais de reforma social e política.¹⁴

13 ∞ Sílvio Romero. “Explicações indispensáveis”. In *Obras Completas*, 1926, t. X, p. XXVI.

14 ∞ O tema está mais desenvolvido em meu capítulo “Radicalismo e republicanismo”, in José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, orgs. *Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, Política e Liberdade* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 19-48).

Às cartas e panfletos já citados, podem-se acrescentar outras importantes obras políticas. Um pouco antes, em 1855, Justiniano José da Rocha publicara o extraordinário *Ação, Reação, Transação*. Dois anos depois, Pimenta Bueno lançou *Direito Público Brasileiro e a Constituição do Império*. Em 1862, Zacarias de Góis e Vasconcelos retorquiu com *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*, polemizando com o *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, do Visconde do Uruguai, de mesmo ano. Na mesma linha de Uruguai, Braz Florentino Henriques de Souza escreveu *Do Poder Moderador*, publicado em 1864. Fora do campo constitucional, Tavares Bastos abriu vasto leque de propostas reformistas com *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro*, de 1861 e *A Província*, de 1870. Não faltaram textos importantes sobre a escravidão, o principal tema social da época. O mais elaborado foi *A Escravidão Africana no Brasil*, de Perdigão Malheiro, de 1864-67.¹⁵

Partidos e clubes políticos contribuíram largamente para a expansão e diversificação do debate em manifestos e programas, em novos jornais, em conferências públicas. O primeiro programa a ser publicado foi o do Partido Progressista, de 1862. Após a subida dos conservadores em 1868, o recém-criado Centro Liberal radicalizou as posi-

15  Ver Justiniano José da Rocha, *Ação; Reação; Transação. Duas Palavras acerca da Atualidade Política do Brasil* (Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. De J. Villeneuve e Comp., 1855); Pimenta Bueno, *Direito Público Brasileiro e a Constituição do Império* (Rio de Janeiro: 1857); Zacarias de Góis e Vasconcelos, *Da Natureza e Limites do Poder Moderador* (Rio de Janeiro: Lammert, 1862); Visconde do Uruguai, *Ensaio sobre o Direito Administrativo* (Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862); Braz Florentino Henriques de Souza, *Do Poder Moderador. Ensaio de Direito Constitucional Contendo Análise do Tit. IV, Cap. I da Constituição Política do Brasil* (Recife: Typographia Universal, 1864); Aureliano C. Tavares Bastos, *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro* (Rio de Janeiro: Typ. de Quirino e Irmão, 1861); Tavares Bastos, *A Província. Estudo sobre a Descentralização no Brasil* (Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1870); Agostinho Marques Perdigão Malheiro, *A Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico-Jurídico-Social* (Rio de Janeiro: Typ. Nac., 1866-67, 3 part. em 2 vols.).

ções progressistas e passou a pregar a eleição direta e a abolição da Guarda Nacional, do recrutamento militar, da vitaliciedade do Senado, do caráter político de Conselho de Estado e da escravidão. Pela primeira vez, simultaneamente ao Clube Radical, um partido oficial adotava a causa da emancipação, propondo a liberdade dos nascituros e a libertação gradual dos escravos existentes. No ano seguinte, 1869, o Centro Liberal publicou seu manifesto, denunciando o “absolutismo do Poder Executivo” e sua interferência nas eleições. E concluía, algo bombasticamente, com a alternativa: “Ou a reforma ou a revolução”.

Antes da criação do Centro Liberal, um grande passo à frente na radicalização fora dado em 1866, quando saiu o primeiro número da *Opinião Liberal*. O jornal trazia uma lista de 14 reformas, todas, à exceção de uma, mais radicais do que as defendidas pelos progressistas. A descentralização administrativa e a defesa dos direitos provinciais garantidos pelo Ato Adicional passavam a significar a eleição dos presidentes de província, o que equivalia a introduzir o federalismo. Não se falava em responsabilidade dos ministros, pedia-se logo a extinção do Poder Moderador. Atacava-se diretamente o Senado, exigindo-se o fim das listas tríplices usadas para a eleição dos senadores e da vitaliciedade dos cargos. Em vez da reforma da Guarda Nacional, pregava-se sua pura e simples extinção. O programa queria ainda a libertação do ensino da tutela do Estado.

Finalmente, e estava aí a maior novidade, o *Opinião Liberal* publicava pela primeira vez uma proposta de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. O *Correio Nacional* adotou as mesmas ideias, acrescentando à lista de reformas a abolição do Conselho de Estado a liberdade de cultos e o sufrágio direto e generalizado. Esse programa foi acolhido pelo Clube Radical em 1868 e divulgado em seus jornais e em conferências públicas. Os radicais detinham-se apenas diante da

pregação do fim da monarquia. Mas não foram além do Centro Liberal no tema da emancipação. Os dois grupos tinham a mesma proposta sobre a questão.

A DÉCADA DE 1860 E AS CARTAS DE JOSÉ DE ALENCAR

Foi nesse ambiente de grande movimentação política e acirrado debate que José de Alencar decidiu entrar na política militante. A decisão foi algo tardia. A política, como ele próprio disse, era quase uma religião em sua família. O padre José Martiniano de Alencar estava metido nela desde os tempos das cortes de Lisboa, como representante do Ceará. Teve importante atuação na Regência, ao lado de outros padres como o paulista Diogo Antônio Feijó e o mineiro José Antônio Marinho, militando sempre no campo liberal de que se tornou um ícone. A política fazia parte do dia-a-dia na casa do pai de José de Alencar. No entanto, o filho, só em 1860, decidiu seriamente nela se envolver. Candidatara-se a deputado geral em 1856 pelo Partido Liberal do Ceará, na primeira eleição por distrito, mas parece não se ter dedicado muito e não foi eleito.

A morte do pai em 1860 pode ter sido o fator determinante na decisão de retomar a iniciativa com maior empenho. Talvez quisesse manter a tradição da família. O que é ainda mais estranho do que a demora na decisão, e não satisfatoriamente explicado por seus vários biógrafos, é o fato de ter optado em 1860 pelo Partido Conservador, contra a tradição paterna e contra a tendência de ascensão dos liberais. A explicação mais plausível, posto que pouco convincente, menciona sua relação com Eusébio de Queirós. Recorrera ao chefe conservador em 1859 para ser nomeado interinamente consultor do ministério da


Justiça, cargo que lhe deu direito de usar o título de Conselheiro.¹⁶ O mais provável, no entanto, é que a decisão se tenha devido simplesmente ao fato de ele simpatizar mais com a posição dos conservadores, a despeito da tradição familiar.

O certo é que se elegeu para a II.^a legislatura (1861-63) pelo primeiro distrito do Ceará (Fortaleza) com o apoio de Eusébio e dos conservadores de sua província. Com o surgimento da Liga em 1862 e o recuo dos conservadores, não conseguiu reeleger-se para a 12.^a (1864-66) e para a 13.^a (1867-68), só voltando à Câmara na 14.^a legislatura (1869-1871), já em pleno domínio conservador, quando ele próprio ocupava o ministério da Justiça. Foi exatamente entre 1865 e 1868, durante o domínio da Liga, que, privado do uso da voz na Câmara, ele abandonou temporariamente o trabalho literário e passou a exercer uma febril militância como escritor político. *Iracema* aparecera em junho de 1865. Os próximos romances, *O Gaúcho* e *A Pata da Gazela*, só seriam publicados em 1870.

As cartas políticas foram publicadas entre 17 de novembro de 1865 e 15 de março de 1868, quatro meses antes de o autor se tornar ministro da Justiça. São páginas apaixonadas que discutem os grandes problemas do momento, a situação político-partidária, o Poder Moderador, a Guerra e a questão servil. O problema dos partidos e da representação política foram ainda tratados ao mesmo tempo em textos mais extensos e analíticos.¹⁷

O tema central da primeira série é um apelo ao Imperador no sentido de intervir para tirar a nação da crise política, moral, militar e fi-

16  Luís Viana Filho, *A Vida de José de Alencar* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1979, p. 91-93).

17  Ver *Página da Actualidade. Os Partidos* (Rio de Janeiro: Typ. de Quirino & Irmão, 1866), e *Systema Representativo* (Rio de Janeiro: B.L. Garnier, editor, 1868).

nanceira em que a lançara a Liga Progressista. Sem criticar Paraná, de quem escrevera pequena biografia em 1856, Alencar vê como desastrosas para o sistema partidário as sequelas da política de conciliação. O fim da competição entre dois partidos de posições claras, um puxando na direção de reformas, outro evitando exageros reformistas, e sua substituição por uma coalizão frouxa e dividida como era a Liga parecia-lhe uma prostituição política, uma decadência do sistema representativo. Essa mesma posição foi defendida em *Página da Atualidade* e era também a que tinham adotado os conservadores históricos, fato que demonstra a sintonia ideológica de Alencar com seus novos amigos políticos. A indefinição era agravada, do ponto de vista do exercício do poder, pela ausência, na Liga, de políticos amadurecidos e experientes. Em lugar da competência e da honestidade, diz Erasmo por Alencar, instalou-se a incompetência, a corrupção, o descaso pela coisa pública.

O remédio para esse estado de coisas, segundo o autor, seria a intervenção do Poder Moderador. Na justificativa de tal intervenção está a parte mais interessante desta primeira série de cartas. Alencar propõe uma interpretação da natureza do Poder Moderador que não se encaixa em nenhuma das duas que estavam em debate na época, a conservadora, proposta pelo Visconde do Uruguai e Braz Florentino, e a liberal, de Zacarias de Góis. A primeira seguia estritamente o texto constitucional. Pela Constituição de 1824, o Poder Moderador era delegado privativamente ao Imperador, cuja pessoa era irresponsável. O Imperador era ainda o chefe do Poder Executivo que exercitava por seus ministros livremente escolhidos. Usando a expressão de Guizot, nos termos da Constituição, o Imperador reinava, governava e administrava e assim o entendiam Uruguai e Braz Florentino. Zacarias, ao contrário, lia o texto constitucional numa chave parlamentarista, não

autorizada pela Constituição. Para ele, os atos do Poder Moderador exigiam a referenda dos ministros, pois, como era a figura real irresponsável, alguém precisava assumir a responsabilidade. Sua posição aproximava-se da de Thiers, segundo a qual o rei reinava, mas não governava.

Alencar faz clara distinção entre as tarefas do Imperador como titular do Poder Moderador e como chefe do Executivo. Na última condição, tende para a posição parlamentarista de reforço da independência do Executivo. O título de chefe do Poder Executivo dado ao Imperador pela Constituição era, segundo ele, puramente honorífico. Os ministros deviam gozar de toda a autonomia para governar. O chefe de Estado não devia interferir na administração e nem mesmo assistir às reuniões do ministério. Na primeira condição, ao contrário, prega, citando Benjamin Constant, a total liberdade do Imperador no exercício do Poder Moderador. Nessa função, nenhum de seus atos requeria referenda ministerial. Ao abdicar de qualquer interferência no Poder Executivo, continua Alencar, o Imperador evitaria os desgastes inerentes à função e ganharia maior autoridade para exercer em sua plenitude o Poder Moderador, entre cujas atribuições se incluíam grandes decisões como a mudança de gabinetes e a dissolução da Câmara. A força do Poder Moderador seria mesmo sobreconstitucional, atuaria no espaço intermediário entre a soberania da Constituição e a soberania do voto.

Alencar, na pena de Erasmo, desenvolve ainda uma curiosa sociologia da monarquia brasileira. Em repúblicas, diz ele, o povo luta consigo mesmo. Nas monarquias representativas, tem que lutar com o rei e com a aristocracia. Em nosso país, desenvolvera-se uma aristocracia composta pela aliança entre pobres inteligentes e ricos incultos, uma aristocracia burguesa que se assenhoreara de todas as posições do po-

der, numa empregocracia que anulava a influência do povo e constriam a realeza. A única salvação possível, conclui, seria “uma aliança da realeza com a democracia, para regenerar o elemento aristocrático, restringindo sua influência perniciosa e inoculando-lhe novos brios e estímulos que o preservem da corrupção”. Ao Poder Moderador caberia promover essa aliança.

Cabia a esse Poder, visto como uma espécie de Leviatã benevolente e virtuoso, interromper o processo de decadência política e moral que vitimava o país. Em termos concretos, Alencar pedia ao chefe de Estado que destituisse do poder a Liga Progressista, substituindo o gabinete e dissolvendo a Câmara. Eram ações que cabiam dentro das atribuições constitucionais do Poder Moderador, mas, no ambiente da época, em que este próprio poder era alvo dos ataques de liberais e radicais, o apelo deu margem a acusações de que Erasmo cortejava o absolutismo. Desta acusação ele se defendeu na carta *Ao Redator do Diário*, que foi anexada à terceira edição das cartas. O jornal publicara carta em que o missivista anônimo se referia a Erasmo como “o crocodilo feroz do despotismo”.¹⁸ Alencar remava contra a maré, bem a seu estilo e gosto.

Livrar-se da Liga e colocar no poder o partido de Caxias era sem dúvida uma ideia que ia ao encontro dos desejos do Imperador, aflito com a inesperada duração da guerra. Mas, empenhado em adotar práticas mais de acordo com o parlamentarismo, inclusive para responder

18 ∞ Outra reação às cartas foi publicada sob o pseudônimo de Scaliger (Eduardo de Sá Pereira de Castro), intitulada *Resposta à Primeira Carta de Erasmo. A S.M. o Imperador* (Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Cia., 1865). Um ano mais tarde, saiu outra *Resposta de Scaliger à Segunda Carta de Erasmo a S.M. o Imperador* (Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Cia., 1866). O pseudônimo Scaliger talvez se deva a Joseph Justus Scaliger (1540-1609), outro grande humanista que passou os 13 últimos anos de vida na Universidade de Leiden, na Holanda, pátria de Erasmo. Mas, à diferença do católico Erasmo, Scaliger converteu-se ao protestantismo.

às críticas que se faziam ao Poder Moderador, o chefe de Estado, que seguramente lera as cartas, não se moveu. A última carta fora datada de 24 de janeiro de 1866. Estava no poder o Marquês de Olinda. Erasmo voltou-se, então, diretamente contra o velho conservador, baneado para a Liga, e lhe dirigiu uma carta aberta. Reconhece o papel que o Marquês desempenhou na história do país desde os dias da independência, sobretudo na promoção do regresso conservador em 1837, papel que lhe garantira a estatura de um monumento da pátria. Mas acusa o Marquês de, por despeito, ter-se dedicado a destruir o Partido Conservado e a ser o principal fautor dos dez anos de calamidade que desde 1857 se tinham abatido sobre a pátria. Termina fazendo um apelo ao Marquês no sentido de deixar de lado os ressentimentos e a ambição política e sugerir ao Imperador que restitua o poder ao Partido Conservador.


Assim como o Imperador, o Marquês também não se comoveu nem se moveu. Erasmo não se deu por achado. Incansável, procurou outro interlocutor. Sem entender a razão pela qual Imperador não se decidia a agir, sentiu que só lhe restava recorrer ao povo que estava abandonado a si mesmo. “Eis a razão por que Erasmo se dirige agora ao povo, como outrora se dirigiu ao Imperador; volta-se para onde rompe um vislumbre de luz”. Tem início a segunda série, agora de nove cartas, interrompidas em seis de agosto de 1866, cinco dias depois da queda do Marquês de Olinda e a subida de Zacarias. Embora o tema proposto seja o apelo ao povo, a série é menos consistente que a primeira. Há, sem dúvida, discussão do papel ativo do povo em nossa história e de sua recente apatia. Mas persistem temas da primeira série, sobretudo a ideia de crise generalizada, e adquire maior peso a discussão da guerra e de sua desastrada condução. A última carta já registra a subida de Zacarias, sinal, segundo Erasmo, de que a posição do

Imperador não se alterara. Desanimado, decide calar-se. A guerra é o maior problema do país. Se pela lei da anomalia e do disparate, que muitas vezes nos regia, o gabinete conseguir levar a guerra a final honroso, não seria ele um estorvo.

Mas Erasmo calou-se por menos de um ano. Em junho de 1867, voltou a escrever ao Imperador as *Novas Cartas Políticas de Erasmo*. Três temas dominam a nova série de sete cartas. Dois já tinham sido tratados antes, o da política e da guerra, aos quais se acrescenta um novo, o da emancipação dos escravos. Se a guerra era o assunto mais urgente, se a política era o assunto permanente, em médio prazo, a emancipação era o tema de maior impacto na vida do país. Três das sete cartas são a ela dedicadas e são essas três que dão relevância às *Novas cartas*. Delas, sobretudo, se tratará aqui.¹⁹

A razão imediata da reação de Alencar foi a divulgação em julho de 1867 da resposta, rascunhada pelo Imperador e assinada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros do governo Zacarias, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, aos abolicionistas franceses, afirmando que a emancipação era apenas questão de forma e oportunidade. A Junta fizera apelo ao governo brasileiro no sentido de abolir a escravidão. Em janeiro desse mesmo ano, o senador Pimenta Bueno já redigira, a pedido de Pedro II, cinco projetos emancipacionistas. A Fala do Trono de 1866, programa oficial do gabinete, repetiu os termos da resposta. Resposta e Fala causaram grande abalo, um raio em céu sem nuvens, no dizer de Joaquim Nabuco. Parte desse abalo refletiu-se nas *Novas Cartas Políticas de Erasmo*.


Os principais pontos em debate, de 1867 a 1871, data da lei do Ventre Livre, eram a natureza da escravidão e a oportunidade e a forma

¹⁹  Discuti mais extensamente o tema em “Escravidão e razão nacional”, em *Pontos e Bordados. Escritos de História e Política* (Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999, p. 35-64).

de promover a emancipação. Alencar discutiu os três pontos, sendo que, em sua visão, os dois últimos dependiam do primeiro. Sua posição em relação à escravidão não era original no contexto luso-brasileiro. O debate sobre o tema tinha longa tradição, remontando aos padres Vieira (século XVII), Jorge Benci (1705) e Ribeiro da Rocha (1758), ao bispo Azeredo Coutinho (1798) e a José Bonifácio (1825).²⁰ Coutinho e José Bonifácio representavam posições diametralmente opostas. Alencar não os cita, mas é difícil imaginar que não conhecesse suas obras, sobretudo a de Coutinho, que segue muito de perto.

Alencar e Coutinho, ou melhor, vice-versa, negavam os argumentos clássicos usados no Ocidente contra a escravidão, o religioso, levantado pelos *Quakers*, o filosófico, proposto pelo iluminismo, e o econômico, de Adam Smith, todos eles, aliás, incorporados por José Bonifácio. O religioso foi facilmente descartado por Coutinho com citações da Bíblia. Na mesma linha, Alencar achava que não se devia colocar religião na discussão. O argumento filosófico, baseado na ideia dos direitos naturais, era visto como invenção dos filósofos franceses do século XVIII e fruto da hipocrisia dos abolicionistas do século XIX. O argumento da produtividade, proposto por Smith, não era mencionado.

A escravidão, para ambos, era fenômeno histórico e sociológico e como tal devia ser tratada. Coutinho seguia o argumento econômico

20  Sobre a posição de Vieira, ver Ronaldo Vainfas, *Ideologia e Escravidão. Os Letrados e a Sociedade Escravista no Brasil Colônia* (Petrópolis: Vozes, 1986, p. 125-129). A posição de Jorge Benci pode ser encontrada em *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* (São Paulo: Grijalbo, 1977; a de Manuel Ribeiro da Rocha em *O Etiópe Resgatado, Empeñado, Sustentado, Corrigido, Instruído e Libertado* (Lisboa: s/ed., 1758); a de D. José Joaquim Azeredo Coutinho em “Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da costa da África”, in *Obras Econômicas de J.J. de Azeredo Coutinho, 1794-1804* (São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966, p. 231-307); a de José Bonifácio de Andrada e Silva em *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura* (Paris: Firmin Didot, 1825).

de Turgot: onde houvesse mais oferta de terra que de trabalho, haveria escravidão. Alencar concorda ao dizer que a imigração é que resolveria o problema no Brasil. E acrescenta “O primeiro capital do homem foi o próprio homem”, a escravidão era uma etapa no processo civilizatório. Sendo um produto da vida social, presente em todas as sociedades, o tráfico e a escravidão eram justos enquanto durasse sua necessidade, eram parte do direito de autopreservação dos que os exerciam. *Salus populi suprema lex est*, diria Coutinho. Alencar concorda: a necessidade era “a suprema lei diante da qual cedem todas as outras”.

Em assim sendo, deduz Alencar, a escravidão tinha que ser avaliada historicamente. Ela surgiu por necessidade histórica e desaparecerá quando se tornar desnecessária, assim como o feudalismo surgiu e desapareceu. Os países que hoje a condenam mantiveram a servidão durante séculos e implantaram a escravidão em suas colônias. A escravidão não foi instituída por lei e não desaparecerá por uma lei. O Brasil, continua, estava caminhando no sentido da abolição, e não cabia ao governo intervir. Sua extinção devia dar-se por via indireta, promovida pela nação, não pelo governo, sobretudo quando este agia despoticamente sob a pressão ilegítima do Poder Moderador. Os debates que se seguiram em torno do anteprojeto da lei do Ventre Livre mostraram ainda que Alencar (e outros com ele, inclusive republicanos) considerava desastroso o método proposto. A libertação do ventre, ao dividir famílias e gerações entre escravos e livres, iria incendiar o país, causar a ruína dos proprietários e a revolta dos escravos. Provocaria a pior das guerras, a guerra social.

Tais opiniões valeram a Alencar na época, como lhe valem até hoje, a acusação de escravista, assim como sua filiação ao Partido Conservador lhe granjeara a de traidor. Elas vieram juntar-se a outros epítetos como o de pirracento, dado por Cotegipe, seu colega de ministério, de malcriado, cunhado pelo Imperador. Tudo isso o mortificava, mas

não alterava sua atitude. *Nemini cedo*, não cedo a ninguém, fora a epígrafe colocada nas primeiras cartas ao Imperador. Defendeu-se das acusações de traidor e de escravista. Da última, ele o fez em discurso pronunciado na Câmara em 30 de setembro de 1870, afirmando que há 15 anos lutava, em suas obras literárias e na imprensa, em prol da cruzada santa pela abolição da escravidão em nossos costumes. Devia estar se referindo às peças “O Demônio Familiar” e “Mãe”, que, de fato, foram à época interpretadas por alguns como antiescravistas. Machado de Assis foi um dos que assim as leram. Para ele, “Mãe” valia mais do que todos os discursos para inspirar horror ao cativo. O tema é controverso. Talvez fosse mais adequado dizer que nas duas peças, assim como no romance *O Tronco do Ipê*, estava presente a mesma visão da escravidão que aparece nos textos políticos: a de uma instituição profundamente enraizada em nossa história, nos costumes, na estrutura familiar. Era nessa arena que se fazia necessário combatê-la.

Seja como for, não há, mesmo nas *Novas Cartas*, qualquer defesa da justiça e da moralidade da escravidão em si, ao contrário do que se passou com autores sulistas norte-americanos. Que sua oposição à interferência do governo na questão fosse a de um conservador não há dúvida: ele mesmo se dizia conservador e disso se orgulhava. Que fosse a de um escravista não parece.

A última carta desta série vem datada de 15 de março de 1868 e foi publicada mais de cinco meses após a penúltima, que saíra em 23 de setembro de 1867. O autor diz apenas que motivos imperiosos tinham retardado a publicação, sem fornecer maiores explicações. Na política, não houvera mudança, Zacarias continuava no poder. Na guerra, no entanto, houvera progresso. Zacarias chamara, afinal, Caxias para o comando das tropas brasileiras, como reivindicava José de Alencar. A nomeação se dera em outubro de 1867. Em janeiro de

1868, Caxias assumira o comando aliado. Em fevereiro, a Marinha imperial vencera a fortaleza de Humaitá e chegara a Assunção. É possível que Erasmo tenha decidido dar uma trégua ao governo para não prejudicar a atuação do general. Agora que a vitória parecia próxima, ele decide escrever uma carta de despedida. Insiste na denúncia da corrupção trazida pelo progressismo e insinua ao Imperador a necessidade de mudar a situação política, uma vez decidida a guerra. Mas termina a carta de maneira um tanto enigmática. Ao mesmo tempo em que reafirma sua confiança no Imperador, parece ameaçá-lo com a reação do povo. A liberdade nas monarquias constitucionais, diz, depende do povo e não do rei. Mudar o rei seria confissão de inépcia de um povo que não sabe governar-se.

As cartas políticas de Erasmo são um precioso documento sobre a natureza do debate político da década de 1860, um exemplo de apaixonada militância partidária, uma análise original da situação política do país e uma versão popular das ideias de José de Alencar sobre como deveria ser o funcionamento da monarquia representativa. Erasmo mostra-se um defensor convicto da existência de partidos doutrinários em luta franca pelo poder. Insiste também na importância da sobreposição dos interesses coletivos aos individuais e da ética no comportamento político. Confessa-se um convicto conservador e um monarquista que reivindicava o direito de resistir ao rei para melhor o servir. Em certos momentos, aproxima-se de um radical que prega a aliança do rei com o povo contra a aristocracia e mesmo a preponderância do povo sobre o próprio rei.

Era um conservador com surtos libertários. Mas era, sobretudo, um convicto de suas ideias, suficientemente corajoso para remar, mesmo sozinho, contra a corrente, fosse ela formada por inimigos ou amigos. *Nemini cedo.*

❧ Nota Editorial

GILBERTO ARAÚJO

Embora a crítica normalmente as reduza à designação única e genérica, as chamadas *Cartas de Erasmo* englobam, na verdade, seis títulos. A estreia do pseudônimo acontece com *Ao Imperador, Cartas*, abarcando dez epístolas, publicadas inicialmente em opúsculos separados, cada qual contendo em média oito páginas. As cartas, editadas pela Typographia de Candido Augusto de Mello, estendem-se de 17 de novembro de 1865 a 24 de janeiro de 1866 (cf. Figura 1).

Entre a Carta VIII, de 7 de janeiro de 1866, e a IX, de 16 de janeiro do mesmo ano, Erasmo publica, no dia 12, outra epístola: *Ao Redator do Diário*. O folheto é posteriormente enfeixado como nota no volume *Ao Imperador, Cartas*, primeira compilação em livro das correspondências de Erasmo, apesar de a folha de rosto consignar “segunda edição” (cf. Figura 2). Lembremos, porém, que, anteriormente, as cartas circulavam *in separato*. A edição destaca-se por conter uma importante “Advertência”, além de um “Argumento” resumindo as cartas. O livro é impresso pela mesma tipografia.

Ainda em 1866, as epístolas logram uma terceira edição, cujo frontispício passa a exibir o adjetivo *Políticas*, sendo também a primeira edi-

ção a trazer à capa o nome de Erasmo, até então restrito à assinatura no fim de cada epístola (cf. Figura 3). Não bastasse ser o título definitivo – *Ao Imperador, Cartas Políticas de Erasmo* –, a terceira edição é igualmente peculiar por ter ficado aos cuidados da Typographia de Pinheiro & Comp., que editaria as demais cartas de Erasmo.

Em seguida, o pseudônimo alencariano desloca o destinatário do imperador para o povo e publica nove cartas, das quais somente a última é datada (6 de agosto de 1866). As correspondências, de extensão praticamente uniforme (em torno de 8 páginas), também alcançam formato livresco em 1866: *Ao Povo, Cartas Políticas de Erasmo* (cf. Figura 4).

No ano subsequente, a 24 de junho de 1867, começam a aparecer *Ao Imperador, Novas Cartas Políticas de Erasmo*, que se alastram até 15 de março de 1868. Elas compreendem sete epístolas, de proporções variáveis, conquanto a maioria dos estudiosos, desconsiderando a Última Carta, a mais longa, registre apenas seis. Pelo que temos notícia, antes da Academia Brasileira de Letras, houve três republicações dessas epístolas, aliás ausentes da *Obra Completa* de José de Alencar, editadas pela Aguilar em 1960. A primeira ocorreu em 1996, quando, nos *Cadernos de História Social* (Campinas, n.º 3, pp. 69-95), Sílvia Cristina Martins de Souza aneou ao artigo “Um panfletista pouco conhecido do império” as segunda, terceira e quarta epístolas. Hebe Cristina da Silva, na dissertação de mestrado *Imagens da Escravidão: Uma Leitura de Escritos Políticos e Ficcionalis de José de Alencar*, defendida em 2004 na Unicamp, transcreveu as quatro primeiras correspondências. A última investida, a única em livro até então, foi a de Tâmis Parron, que, em 2008, editou, pela Hedra, *Cartas a Favor da Escravidão*, abarcando todas as *Novas Cartas* de Alencar; da Última, contudo, o autor reproduziu apenas o epílogo. Dessa forma, a Academia Brasileira de Letras é a pioneira em reeditar integralmente *Ao Imperador, Novas Cartas Políticas de Erasmo*.

Na presente edição, incluem-se outras duas epístolas de Erasmo: *Ao Visconde de Itaboraí: Carta de Erasmo sobre a Crise Financeira* (cf. Figura 5) e *Ao Marquês de Olinda* (cf. Figura 6). Ao contrário das demais cartas, parcial ou integralmente datadas, destas só temos certeza do ano de publicação: 1866. Por precaução, decidimos inseri-las após as últimas correspondências postas em circulação em 1866: depois de *Ao Povo*, *Cartas Políticas de Erasmo*, de 1866, e antes de *Ao Imperador, Novas Cartas Políticas de Erasmo*, de 1867-68.

Por fim, os critérios adotados nesta edição: atualização ortográfica pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (2009), correção de erros tipográficos óbvios, eliminação de vírgulas entre sujeito e verbo e entre verbo e complemento(s), inserção de vírgulas para marcar o deslocamento de conectivos ou de adjuntos adverbiais de longa extensão (mais de quatro palavras), ajustamento dos erros de concordância verbal (sobretudo em contextos de voz passiva sintética ou de verbos impessoais), formatação em caixa alta dos títulos de nobreza e dos logradouros, marcação de vírgulas nos polissíndetos e manutenção da colocação pronominal original, mesmo nos casos em que a disposição dos clíticos infringisse as regras hoje vigentes. O volume oferece ainda notas de constituição diversa: indicações biográficas, traduções e comentários elucidativos. As passagens em língua estrangeira só não foram traduzidas por nós quando o próprio autor o fez, em frase(s) imediatamente anterior(es) ou posterior(es) às citações. Além disso, a autoria das notas vem indicada pelas siglas [N. do O.], pertencentes ao organizador do livro, o Professor José Murilo de Carvalho, e [N. do R.], sob nossa responsabilidade. Antes de cada título das *Cartas de Erasmo*, o leitor encontrará um fac-símile dos frontispícios originais (à exceção de *Ao Redator do Diário* e das *Novas Cartas*, folhas de rosto por nós infelizmente não localizadas), numerados de I a 6.

Sumário

AO IMPERADOR, CARTAS

1

AO POVO, CARTAS POLÍTICAS DE ERASMO

125

AO VISCONDE DE ITABORAÍ: CARTA DE
ERASMO SOBRE A CRISE FINANCEIRA

221

AO MARQUÊS DE OLINDA

241

AO IMPERADOR,
NOVAS CARTAS POLÍTICAS DE ERASMO

255

AO IMPERADOR,
CARTAS

ARGUMENTO.....	5
ADVERTÊNCIA.....	8
AO IMPERADOR – CARTAS.....	9
I.....	9
II.....	16
III.....	27
IV.....	38
V.....	49
VI.....	59
VII.....	69
VIII.....	79
IX.....	94
X.....	104
AO REDATOR DO DIÁRIO – 12 de janeiro de 1866.....	114

AO POVO, CARTAS
POLÍTICAS DE ERASMO

I.....	127
II.....	134
III.....	145
IV.....	157
V.....	167
VI.....	179
VII.....	189
VIII.....	200
IX.....	209

Ao VISCONDE DE ITABORAÍ:
CARTA DE ERASMO SOBRE A CRISE FINANCEIRA

I..... 223

Ao MARQUÊS DE OLINDA

I..... 243

Ao IMPERADOR, NOVAS CARTAS
POLÍTICAS DE ERASMO

PRIMEIRA CARTA..... 257

II..... 260

III..... 263

IV..... 266

V..... 269

VI..... 272

SEGUNDA CARTA (SOBRE A EMANCIPAÇÃO)..... 275

II..... 278

III..... 282

IV..... 286

V..... 290

TERCEIRA CARTA (SOBRE A EMANCIPAÇÃO)..... 295

VI..... 295

VII..... 299

VIII..... 304

IX..... 308

QUARTA CARTA (SOBRE A EMANCIPAÇÃO).....	314
XI	321
XII.....	326
QUINTA CARTA (SOBRE O DONATIVO IMPERIAL)	331
SEXTA CARTA (SOBRE A GUERRA).....	343
ÚLTIMA CARTA	356
I.....	356
II	362
III	368
IV	373
V.....	378
VI.....	384

 AO IMPERADOR, CARTAS

Nemini Cedo

Publica-se às quintas-feiras: cada carta conterà pelo menos oito páginas.

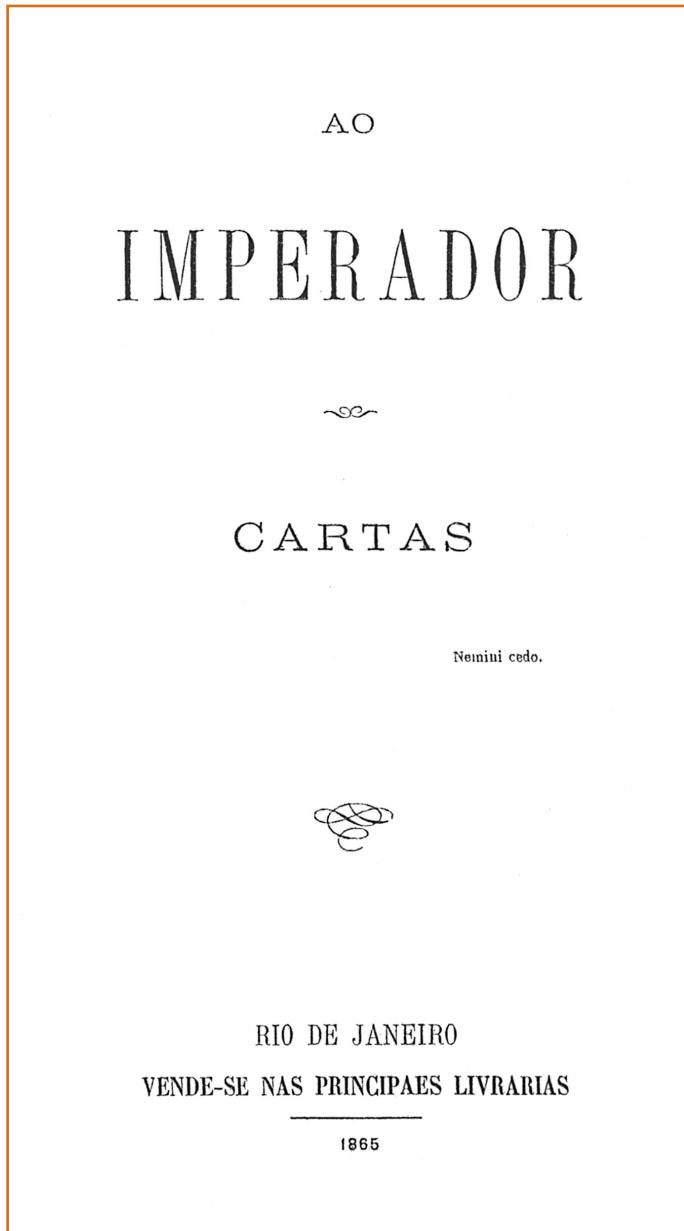


Figura I

AO
IMPERADOR



CARTAS

Nemini cedo

Segunda edição



RIO DE JANEIRO
TYPOGRAPHIA DE CANDIDO AUGUSTO DE MELLO

130 RUA DO SABÃO 130

1866

Figura 2

AO
IMPERADOR



CARTAS POLITICAS

DE

ERASMO

Nemini cedo

TERCEIRA EDIÇÃO



RIO DE JANEIRO

TYP. DE PINHEIRO & COMP., RUA SETE DE SETEMBRO N. 165

1866

ARGUMENTO

I Carta. – INTRODUÇÃO. Desígnio do escritor. – Falar a verdade ao monarca. – Respeito e dedicação à pessoa do imperador. – Excessos da lisonja a propósito de Uruguaiana. – Necessidade de um pronunciamento vigoroso contra a imoralidade. – Esperança de que se restabeleça o domínio da lei e da moralidade.

II Carta. – ASPECTOS DA SITUAÇÃO. O último decênio. – Inércia do povo e sua corrupção. – Egoísmo dos atuais estadistas. – Esterilidade legislativa do decênio. – Composição e decomposição dos ministérios. – Irrisão que assinala esses fatos da vida pública. – Efeitos nocivos que o mal político produz na administração. – Descrédito da autoridade e sua prepotência. – As finanças. – Sintonias da próxima bancarrota. – Crise agrícola e mercantil.

III Carta. – NATUREZA DA CRISE. A nação abdica sua autonomia. – Dissolução dos antigos partidos liberal e conservador. – Sua corrupção decorada com o nome de conciliação. – A liga. – Letargo atual. – Falta absoluta de partidos. – Decadência do parlamento. – Venalidade do voto. – Desuso dos três poderes populares.

IV Carta. EFEITOS DA CRISE. Instituição da onipotência ministerial. – Máscara do governo pessoal. – Os fatos contemporâneos protestam contra a existência do governo pessoal. – Perplexidade da política – Anomalia e brevidade dos ministérios. – Atos de ditadura. – Direção da guerra. – Missão especial. – Generalato.

V Carta. TENDÊNCIA DA CRISE. Sua excentricidade. – A nação provoca o imperador a assumir o governo pleno. – Seu desengano dos homens a das seitas. – O fervor com que aplaude o governo pessoal. – Manifestações populares desde 1862. – Pronunciamento pelos jornais. – Aspirações dos homens de letras. – Aulismo parlamentar. – Submissão dos ministérios. – Reação violenta da oposição.

VI Carta. – CAUSA DA CRISE. Falta de educação política do povo. – Mecanismo complicado da monarquia representativa. – Necessidade nessa forma de governo do vigor popular para combater o espírito aristocrático. – O povo brasileiro ainda não foi educado. – O antagonismo de origem que foi a mola dos partidos gastou-se. – Não se criaram novos estímulos. – O elemento aristocrático apoiado nos empregos públicos jungiu o povo. – Nenhuma reforma é possível contra os interesses dessa classe poderosa. – Qualquer que se tente será um engodo.

VII Carta. – CORRETIVO DO MAL. Iniciativa do imperador. – Estudo das funções constitucionais da coroa. – O imperador é apenas chefe titular do poder executivo. – Nenhum voto lhe cabe no exercício desse poder. – O conselho de ministros deve ser secreto. – Natureza da solidariedade ministerial. – A força do monarca está no poder moderador. – Política imperial nos 25 anos do presente reinado. – Três períodos.

VIII Carta. – CORRETIVO DO MAL (continuação). O poder moderador. – Seu caráter soberano, exclusivo e irresponsável. – Natureza de suas atribuições. – Duas forças distintas. – Força conservadora. – Força restauradora. – Direito da coroa a iniciar uma política. – Necessidade capital dessa iniciativa nas épocas de crise. – Influência individual da monarquia sobre a opinião.

IX Carta. – POLÍTICA IMPERIAL. Corrigir o elemento aristocrático. – Não se trata de demolir, mas de restaurar. – Aristocracia, elemento

salutar de governo. — Vantagem da burocracia. — Corrupção da burocracia brasileira. — Sua soberania usurpada à nação. — A ditadura ministerial. — Missão da coroa. — Programa nacional. — Debelar a corrupção.

X Carta. — POLÍTICA IMPERIAL (continuação). Não há homens necessários. — Conveniência de arredar da política as inteligências pervertidas. — Efeito salutar que deve produzir essa atitude imperial. — Adoção de uma nova política regeneradora. — Seu programa. — Energia em sua execução. — Benefícios resultantes. — Restauração dos partidos. — Concentração das forças sociais. — Desenvolvimento livre das boas inteligências. — Criação de estadistas notáveis. — Conclusão.

ADVERTÊNCIA

A tentativa foi bem decidida. O favor público a acompanhou e deu-lhe forças e estímulos, para progredir.

A primeira série, contendo dez cartas cingiu-se à necessidade de iniciativa imperial para arrancar o país da crise em que se debate.

Limitou-se o trabalho ao estudo consciencioso da atualidade. Dos fatos ressalta a verdade. No meio da inércia e compressão de todas as forças vivas da nação, só o impulso generoso da coroa terá eficácia.

Dois pontos ainda se oferecem muito palpitantes ao exame público; são os corolários deste primeiro estudo. Demonstrada a necessidade de imprimir ao governo do Estado outra marcha, enérgica e moralizadora; parece natural complemento desenvolver as idéias capitais da nova ordem de coisas; em outro termos, assentar as bases da futura política, tanto interna como externa.

Continuando a benevolência dos leitores a alentar a empresa, ela se abalanzará a esses novos cometimentos.

No fim publica-se em nota a carta dirigida à redação do *Diário*; pela conexão que tem com o assunto aqui tratado. Nela se acha como em relevo breve o pensamento desta série.

Janeiro de 1866.

AO IMPERADOR

—

CARTAS

I

Senhor,

A verdade, filha do céu, como a luz não se apaga. No seio da escuridão mais densa jaz a centelha que afinal propaga a chama.

Em todos os tempos, quando a corrupção invade a sociedade e o vício contamina as fontes da vida pública, Deus suscita um apóstolo para salvar no meio da geral dissolução a dignidade da razão humana. Às vezes é um historiador como Tácito¹, ou um poeta como Juvenal; outras é Demóstenes², o orador, ou Sêneca³, o filósofo.

1 ☞ Públio Cornélio Tácito (55 d.C.—120 d.C.), historiador romano, cujas obras principais são *Anais* (redigidos entre 100 e 117) e *Histórias* (redigidas entre 100 e 110). [N. do R.]

2 ☞ Demóstenes (384 a.C.—322 a.C.), orador e político grego, de Atenas. De sua vasta obra destacam-se *Filípicas* (três ao todo: 351, 344, 341 a.C.), *Oração sobre as Questões da Quersoneso* (341 a.C.) e *Oração da Coroa* (330 a.C.). [N. do R.]

3 ☞ Lúcio Aneu Sêneca (4 a.C.—65 d.C.), filósofo estoico, escritor e intelectual do Império Romano. *Da Brevidade da Vida* e *Apokolokintosis* são alguns de seus livros mais importantes. [N. do R.]

Através do zumbir da lisonja, do riso aparvalhado das turbas, do resfolgo opresso das consciências, no meio das bacanais públicas; ergue-se vibrante e sonora a voz da verdade, semelhante ao canto do cisne de uma sociedade que sucumbe.

O Brasil passa neste momento um transe bem doloroso. Se a rotação dos estados tem seus dias e suas noites, nós chegamos já às sombras crepusculares de uma tarde medonha; os pródromos da tormenta são sinistros; a calma podre da opinião assusta os espíritos mais intrépidos.


Um publicista, tão robusto no raciocínio, quanto profundo na observação, Montesquieu¹, deixou escritas estas palavras:

“A desgraça de uma república é a carência de luta; sucede isso quando corrompem o povo; ele torna-se frio e se afeiçoa ao dinheiro; mas perde o gosto aos negócios. Sem interesse pelo governo e pelo que lhe propõem espera tranquilamente o salário.” (*Esp. das Leis – Liv. 2.ª, cap. 2.ª*)

Quem não sente a presença desse grave e terrível sintoma de corrupção, na infeliz atualidade, em que tudo se merca e barateia, voto, honra, e reputação?

À região superior em que vos colocou a soberania nacional, não sobem, senhor, nem o pó que torvelinha, nem os rumores que se escutam, no estádio onde se agita a pátria, aflita do presente e temerosa do futuro. Os miasmas da terra não costumam atingir as eminências.

Mas é tempo que a verdade penetre os paços imperiais para falar-vos só e desassombrada. Arrostes embora os motejos da turma que

1  Charles-Louis de Secondat, Barão de Montesquieu (1689–1755), político, filósofo e escritor francês. Sua principal obra é *O Espírito das Leis* (1748). Destaca-se também pela contribuição na *Enciclopédia*, juntamente com Diderot e D’Alembert. [N. do R.]

se espoja na praça pública pronta a escarnecer da gente séria e a apedrejar a virtude. Assanhe as iras dos iludidos amigos que pensam engrandecer-vos defendendo vossa pessoa à custa de vossa glória.

Não choque o melindre imperial a pouquidade do instrumento que maneja a Providência para iluminar-vos o coração. Em vossa inteligente religiosidade haveis de adotar muitas vezes a sabedoria divina, até no humilde inseto de efêmeras asas que anuncia a aproximação do temporal.

Cerrai por instantes os ouvidos ao cortejo oficial e à linguagem de aparato para escutar uma voz áspera, mas sincera; é também devota e mais leal do que muitas outras que entoam melodiosas nas manifestações públicas; e sardônicas trauteiam pelos escusos recantos.

Fala-vos um amigo verdadeiro. Crede-o, senhor, crede sem hesitação. Ele sente em si a coragem do louvor cordial e franco, porque tem a consciência do reparo justo e moderado.

Monarca, eu vos amo e respeito. Sois nestes tempos calamitosos de indiferentismo e descrença um entusiasmo e uma fé para o povo. As esperanças que brotaram na primeira metade do vosso reinado, se murcharam ao sopro mau do presente, ainda podem reflorir sob os raios de vossa coroa. O cidadão livre se aproxima sereno de vosso trono porque nunca aí sentou-se a tirania; sua dignidade não se vexa, ao reclinar-se para beijar-vos a destra augusta, porque em vós acata ele o pai da nação.

Homem, eu vos prezo e admiro. Virtudes cívicas e domésticas adornam vossa pessoa. Na cúpula social onde a nação vos colocou, sois para a sociedade brasileira mais do que um rei, sois um exemplo. Quando por toda a parte se ostenta impune o pungente espetáculo do relaxamento do dever e obliteração do senso moral, a alma da gente honesta se expande contemplando em vós um tipo de homem de bem.

Em uma palavra e ela resume vosso elogio. Bem poucos monarcas diriam como D. Pedro II¹: — “Nunca em um reinado de vinte cinco anos, estreado com a inexperiência da juventude, nunca abri meu coração a um sentimento de ódio, nunca pus meu poder ao serviço de mesquinhas vinganças.”


Sem receio, pois, senhor, inclinai a frente à minha palavra; por ventura austera alguma vez, mas sempre respeitosa, não há de ofender-vos a majestade. Não esquece o cidadão que fala ao primeiro magistrado da pátria, nem o brasileiro que se dirige à inteligência superior de quem, só, o país espera e instante reclama a salvação. Se alguma vez o quadro for em demasia carregado, se obedecerá ao judicioso pensamento de Joubert: “A graça da verdade é aparecer vendada”.

Deslizou-se pouco há a pena nestas palavras estranhas — coragem do louvor —! Dizer novo e característico da época. A lisonja tem infelizmente grassado por tal forma, que o cidadão cauto e discreto evita manifestar todo o bem que sente a vosso respeito com receio de confundir-se!

Ouvi senhor!

Neste momento mesmo, em que resolvo fazer um supremo apelo à vossa augusta e nobre consciência, estruge pelos teatros e praças a vozzeria da gente leviana que entre hinos e flores vos saúda como o herói da Uruguaiana!² A inconsideração chegou a ponto de projetar-se uma espada de triunfo que vos devia ser oferecida em nome da nação!

Vossos amigos sinceros, ainda cheios de regozijo pela volta de seu adorado monarca, se entreolhavam sucumbidos ouvindo estas aclamações. Receosos de divulgar o pensamento, se interrogavam mudamente, na dúvida de que tal ostentação escondesse uma sátira amarga.

1  Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga (1825–1891), segundo e último Imperador do Brasil. [N. do R.]

2  Cerco de Uruguaiana, cidade tomada pelos paraguaios. Dom Pedro II assistiu à rendição da cidade. [N. do O.]

Porque sériéis herói em Uruguaiana, onde não se feriu batalha, nem celebrou vitória?

Pela magnanimidade do perdão? Já era D. Pedro II¹ herói antes de lá ir. Não tem conta as vezes que ele perdoou a seus inimigos as injúrias e doestos com que armam a popularidade. Esta clemência foi maior e mais difícil, porque era de vosso próprio agravo. O bárbaro insulto feito à dignidade da pátria, não sei que poder algum tivesse faculdade para o absolver e até honrar emprestando-lhe o caráter de guerra.

Que faríeis da espada triunfal que vos pretendiam ofertar, a vós, rei constitucional?

A espada do soldado é sem dúvida um instrumento de civilização e liberdade, como é o gládio da justiça ou o báculo da igreja. Mas vossa destra, a Providência a armou de mais sublime insígnia; do cetro, que é símbolo de governo.

É neste ponto que os reis são feitos à imagem de Deus.

O Supremo Criador, fonte de vida e inteligência, não se incumbe de influir o universo de sua própria essência; nem se move de um a outro ponto para ativar a rotação das esferas. Ele permanece no centro da criação; e instituiu seus ministros a luz, o ar, o fogo, a terra, a água, todos os elementos que dirige em sua eterna sabedoria.

O critério que possuis em alto grau inspirou-vos desta vez. Apenas chegado, reduzistes ao silêncio aquela indiscreta lembrança dando outro destino às joias que deviam adornar a sonhada espada. Praza aos céus que essa energia vos assista sempre para ir espancando com um cenho da majestade, tantas e tão inconvenientes aberrações do pundo-nor, como por aí fermentam a cada canto.

Que esvairar incompreensível de gente irrefletida! Ao passo que ali celebram como um grande feito a vitória incruenta do algarismo e do

1  Ver nota I na p. 12.

tempo; aqui se lembram do simbolizar esse triunfo em um instrumento essencialmente guerreiro!

O decoro da majestade vossa e o brilho do nome brasileiro exigem um pronunciamento vigoroso contra semelhante perversão da razão e senso público. A mentira escandalosa atea por todo o país e afronta de colo alçado a indignação dos caracteres circunspetos. A pátria cala-se, mas cora: e o estrangeiro já não esconde o riso de mofa.

Proponho-me, senhor, a dizer-vos a verdade inteira a respeito do país; sobre os homens, como sobre as coisas; e quero enunciá-la em público, ante a nação, para que ela saiba que enfim já não a ignorais e se regozije com a esperança do pronto remédio.

Não tenho ambição nem interesse em cujas aras sacrifique; não tenho despeito ou ódio a cevar com alheio sofrimento; mas sinto ardente o amor da pátria e veemente a impulsão do dever que arroja o homem ao martírio da justiça e da verdade.

Levanto apenas o pendão de uma cruzada santa. Convocai para ela, senhor, vós que podeis, todos os homens honestos; congregai-os ao redor de vosso trono para que sobre as ruínas dos antigos partidos desbaratados pelo egoísmo, se eleve o grande partido da lei e da moralidade.

O povo espera de vós: — que aniquileis os bandos de ambiciosos que se associam para explorar as desgraças públicas em proveito seu: — que expulseis dos santuários da nação os réus de improbidade política, como Cristo enxotou os mercadores do templo: — que ordeneis aos poderosos o respeito à moral e à justiça dando vós primeiro o exemplo do desprezo pelos caracteres poluídos, qualquer que seja a altura a que tenham galgado.

Cometei a empresa, senhor. Erigi acima de todas as pequenas conveniências, como das vaidades enfatuadas, esses dois títulos que rutilam em vossa coroa imperial, e devem daí refletir nas páginas de vosso reinado — virtude e inteligência —.

Quando houverdes consumado esta gloriosa conquista, não sereis o herói de qualquer vila, nem o vencedor de um ridículo tiranete. Podereis desvanecer-vos de ser o herói de um império e talvez de um século americano; tereis esmagado a hidra da corrupção que ameaça devorar a pátria.

A nação inteira irá depositar a vossos pés, não espadas ou despojos opimos de hinos e flores; mas um troféu que raros conquistadores já mereceram e tiveram; o coração agradecido de um povo orgulhoso de seu monarca.

Avante, senhor!

Ao mote brasileiro – “Pela cruz, pela coroa, pela lei” replicai com esta nova divisa – “Pela honra” – e caminhai à glória, à glória pura e excelsa que Deus destina aos reis. A parte sã do país vos acompanhará cheia de fé e entusiasmo; a outra sentirá, vendo-vos passar, o remorso precursor do arrependimento pungir na consciência.

De meu canto, desconhecido e não obstante votado à execração dos maus, eu vos aplaudirei.

Se alguma vez o fervor da convicção arrebatou-me a palavra, que ela, apesar do meu firme propósito, vos magoe a justa suscetibilidade, perdoai-lhe, senhor, essa rispidez da sinceridade. E assim, perdoadando e ouvindo, sereis defendido pelas duas virtudes que Salomão¹ disse fazerem a guarda do rei. *Misericordia et veritas custodiunt regem.*²

Nessa e em sua santa guarda, rogo eu a Deus vos conserve muitos anos para felicidade do Brasil.

17 de novembro, 1865.

ERASMO

1 ☞ Salomão (970 a.C.–931 a.C.), terceiro rei de Israel, filho do rei David com Betsabeia. [N. do R.]

2 ☞ “A misericórdia e a verdade protegem o rei.” [N. do O.]

II

Rompa-se o véu à miséria da pátria. Contemplai, senhor, vosso império.

É este o Brasil florescente que há dez anos perlustrava com soberbos cometimentos a larga senda do progresso?


Decênio fatal foi esse que ao vigoroso império, cheio de seve, transformou em país decadente, salteado de temores, oberado de males.


Longe de carregar as sombras ao quadro, busco rarear o fumo para menos afligir vosso coração patriótico.


A política, alma da nação, espírito que a vivifica e anima, que ruim vício a corrompeu, senhor, que dela fogem como da peste cidadãos eminentes, seus antigos e mais ferventes apóstolos?

Outrora, nos tempos condenados de lutas ardentes, a política foi uma ocupação importante para o povo, e uma dedicação profunda para os cidadãos que aspiravam à direção dos negócios públicos.

Viam-se passar nestas ruas do Rio do Janeiro, a pé, na rudez do traje e modéstia de sua honrada pobreza, os Feijós¹, Vergueiros², Andradas³,

1  Referência a Diogo Antônio Feijó (1784–1843), político e sacerdote brasileiro. Foi deputado, senador e regente do Império. [N. do R.]

2  Referência a Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, o Senador Vergueiro (1778–1859), fazendeiro de café e político luso-brasileiro. [N. do R.]

3  Referência a José Bonifácio de Andrada e Silva (1763–1838), estadista e cientista brasileiro. É conhecido como “Patriarca da Independência”. [N. do R.]

Paulas Souzas¹, Limpos², Torres³ e Paulinos⁴. Não se anunciavam pelo rodar das carruagens, e contudo a nata do povo os via de bem longe e depois de saudá-los os acompanhava respeitosamente com o olhar.

Evaristo para governar a opinião do país não carecia de salas douradas e lautos saraus; o singelo balcão da pequena livraria que, ainda bem pouco tempo há, se viu na Rua da Quitanda, servia de modesto altar à liberdade.

Ali concorriam em número a beber as ideias de um homem de bem e sincero liberal patriotas dedicados; não os levava a esperança de pingues empregos ou cobiçadas condecorações.

*Eheu! prisca fides!...*⁵ Atualmente a política é para as massas um simples folgar, quando não é um pacto indecoroso.

Sabeis, senhor, onde hoje em dia se encontra vosso povo, aquele mesmo povo entusiasta que fez a independência, a abdicação e a maioridade?

Nas audiências dos ministros, nas casas dos patronos de maior voga, à porta da matriz onde se arremata a eleição em hasta pública. Se aí não estiver, é porque forma o cortejo de alguma leviana donzela tra-

1 ☞ Referência a Francisco de Paula Souza e Melo (1791–1852), político brasileiro. Foi senador, conselheiro de Estado e presidente do Conselho de Ministros. [N. do R.]

2 ☞ Referência a Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté, (1798–1883), político brasileiro. Foi deputado, senador, conselheiro de Estado, e presidente do Conselho de Ministros. [N. do R.]

3 ☞ Referência a Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraá (1802–1872), político brasileiro, um dos chefes do Partido Conservador. Foi deputado, senador, conselheiro de Estado, presidente do Conselho de Ministros. [N. do O.]

4 ☞ Referência a Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai (1807–1866), político brasileiro, um dos chefes do Partido Conservador. Foi deputado, senador, conselheiro de Estado, presidente do Conselho de Ministros. Publicou um clássico do pensamento político, *Ensaio sobre o Direito Administrativo* (1826). [N. do R.]

5 ☞ “Ai! A antiga honra!” [N. do O.]

jada à militar, ou aplaude com frenesi as chocarrices da farsa e as corridas do circo.

Cobiça e prazer — *panem et circenses*¹ — eis o que move as massas quando as desampara a crença da liberdade e a dignidade popular.

Rasga-se a constituição, entorna-se sem medida a renda nacional, calçam-se as leis da segurança, ofende-se a propriedade individual, engana-se despejadamente o país zombando de sua boa fé.

O povo não se move; ri às vezes, com o grosso rir do bonachão que se diverte à custa própria.

Os homens que pretendem atualmente foros de estadistas e chefes de uma opinião formam contraste perfeito com os antigos patriotas. Para eles a causa pública não é devoção, porém repouso apenas de ocupações mais lucrativas.

A política já não cria como de princípio mártires da liberdade, servidores de uma ideia, cidadãos eminentes; agora distribui sorrisos e favores àqueles que a requestam. Aos felizes arranca-lhes a flor da reputação, que uma vez crestada nunca mais tornará a viçar; aos desprezados sopra-lhes o desanimo n'alma!

Deploro, senhor, esta depravação da substância nacional, que é o exercício da soberania e a expansão das forças vivas do povo; mas não ousou condenar as vítimas do terrível contágio.

E como, se culpados somos todos nós, que nos encerramos no alvéolo de nossa individualidade, quando o dever de cidadãos nos manda reagir fortemente contra o torpor fatal?

A influência climatérica é também uma verdade filosófica no mundo moral: a alma tem como o corpo sua atmosfera, em cujo ambiente respira. É forçoso que o espírito se inteirice na temperatura glacial da dúvida e incerteza.

1  “Pão e circo.” [N. do O.]

Ninguém dá atualmente à política mais que vislumbres de uma inteligência embotada pelo receio e apatia; também nenhum favorito granjeia dela senão lucros e vaidades.

A verdadeira glória, a alma popularidade que dilata as nobres e ousadas ambições, murchou. Os bordados fardões, recamados de ouro, ostentando os emblemas de subidos cargos e altas dignidades, não arrastam após si os votos e respeitos da multidão! E alguns há não somente dignos, mas credores desse justo tributo.

Outra coisa era a casaca rapada que envergavam os chefes da maioria em outras eras, quando generosos de seu nome e individualidade se misturavam com o povo para o dirigir.

Não deveis, portanto, admirar-vos, senhor, da esterilidade dos últimos anos; a fé, que é o calor fecundante do coração, desertou daqueles que deviam inspirar o país. “E os grandes pensamentos, disse Vauvenargues, vêm do coração”.

As atas legislativas desta década fatal não encerram uma ideia digna da inteligência e adiantamento do povo brasileiro.

O primeiro reinado em oito anos legou-nos a constituição, belo padrão de sabedoria e liberalismo; o código criminal; a organização das municipalidades e a instituição dos juizes de paz.

A regência foi rica de trabalhos; o ato adicional, a organização das províncias, o código do processo, a ordem judiciária e financeira, além de muitas outras medidas administrativas.

O segundo reinado até 1854 deu-nos as melhorias da organização judiciária e do regime eleitoral, o código mercantil, a abolição do tráfico, o restabelecimento das finanças, o desenvolvimento do crédito e espírito de associação; prosperidade no interior, glória no estrangeiro.

Nos últimos dez anos o poder legislativo depois de deturpar sua origem, o sistema eleitoral, não deixou outros vestígios senão o rastro desolador de um longo espedício dos dinheiros públicos.

Era lógico. As câmaras, filhas da venalidade do voto, deviam ser essencialmente mercantis e industriais. À margem as ideias grandes, passem adiante os orçamentos caudados, terríveis cometas que arrastam o todo e mais da renda pública.

Semelhante perversão da política produz um lastimoso fenômeno renovado todas as vezes que uma mudança ministerial se opera.

Longe da solenidade que devia ter e já teve esse acontecimento indicativo da ascensão de um partido ao poder, provoca ele modernamente uma inconveniente hilaridade.

A crise, ou com mais propriedade, a dissolução ministerial é anunciada previamente por zombeteiros anúncios, róis de caricatos personagens, apresentados como aspirantes ao conselho da coroa.

Liberdade da imprensa!... dizem. Desgarros da licença, que não ousara tanto, se a opinião reagisse com indignação contra esse insulto à soberania representada no poder! Mas por desgraça nossa o riso e o exemplo insuflam tais misérias!

O ministério, exposto ao motejo público, responde por alguns arrancos, e de repente desaparece atrás do reposteiro, sem que o país saiba a razão verdadeira por que veio e se foi.

Trata-se da nova organização. As versões ridículas, as mais extravagantes chacotas correm as ruas. É do tom lançar passando algum dito chistoso sobre o cômico assunto. Justam os de arguto engenho na mordacidade e sarcasmo.

Triste e aflitivo lance de um povo escarnecendo de sua própria dor e vergonha!

Opera-se logo uma covarde deserção. Os vultos salientes da situação, geralmente indigitados, se esquivam. O organizador nesse abandono, vacilante entre a abnegação do alto posto de honra e a justa ambição de servir a coroa e o país, é forçado a lançar mão de personagens secundários.

Publica-se nos princípios de cada sessão uma lista de nomes dos deputados com o fim de facilitar o conhecimento de suas respectivas moradas. Esse papel...

Deverei dizer-vos, senhor?... É doloroso, mas é necessário patentear-vos toda a profundez da úlcera que chaga a nação e de instante a instante se conflagra!

Esse rol, arranque-se a palavra, já apontou ministros à vossa coroa! E estes, filhos da sorte, são talvez preferíveis a outros, meros clientes, apresentados por famosos patronos.

Aqueles que estavam habituados a venerar a majestade na altura inacessível onde não deve subir o bafo das paixões que rastejam, sentirão confranger-se a alma, assistindo ao amesquinamento das mais altas posições.

Os olhos medem a imensidade do firmamento pela majestade dos astros que fulguram nos céus. Imagine-se que em vez desses ministros esplêndidos da luz, mal bruxuleiam pequenos meteoros, e a ideia majestosa do infinito afoga-se na dúvida.

Efeito análogo há quando se grupam em volta do trono, onde só deve subir o civismo provado e o prudente saber, nomes desconhecidos, alguns até mesmo pela sua mediania. Por força que declina a sumidade onde paira a coroa.

A administração ressenete-se profundamente dessa subversão da política.

Homens novos, sem prestígio, de chofre surgidos da obscuridade, entrando nos conselhos da coroa tomados da vertigem da súbita as-

cenção, escalando o ministério com o arrojo e orgulho dos favoritos da fortuna; não podem imprimir ao país uma direção prudente com energia, forte com moderação.


Não se violenta debalde a ordem natural, porque ela breve reage contra o insulto; a planta de que se arranca um fruto temporão, a infância de que se precipita o desenvolvimento minguem logo e se exaurem.

Quantos representantes da nova geração política não se teriam habilitado no trato dos negócios para aproveitados estadistas, que uma elevação precoce aos mais altos cargos eivou! Passados os breves intumescimentos de uma felicidade caprichosa, apenas resta a vaidade que insufla a ambição, porém sufoca o estudo e o trabalho.

Os delegados do governo nas províncias, cargos de suma importância, são medidos pela craveira ministerial. Aqueles que entraram na vida pública anteriormente aos jovens ministros, ou já adquiriram certa reputação, desdenham qualquer presidência.

Algum chefe que por ventura resolva aceitar a comissão, como Sila e Mário¹ levavam nas águias de suas legiões o voto do senado e povo romano, transporta ele consigo a porção correspondente do poder executivo e investe a ditadura.

A repercussão do que se passa no cimo da hierarquia vai de ponto em ponto degradando até os últimos e inferiores agentes da administração; é um efeito infalível do exemplo, essa grande electricidade do espírito.

1  Referência a Lúcio Cornélio Sula ou Sila (138 a.C.–78 a.C.), general e estadista romano, e a Caio Mário (157 a.C.–86 a.C.), político e general da República Romana. Os dois militares travaram, por mais de dez anos, a chamada Guerra Social, no auge das crises político-sociais que assolaram a República Romana nos começos do século I a.C. Sila, vencedor da batalha, é considerado o patriarca dos ditadores. [N. do R.]

O povo menoscaba a autoridade; esta desdobra um aparato de força, como o charlatanismo ostenta galas de ciência; mas cônica da real fraqueza não ousa afrontar-se com os poderosos e suas clientelas; imola os humildes.

É usual, nos tempos correntes, ver enfurecida e armada contra a ra-tonice a autoridade, que saúda o crime aristocrático ao passar no so-berbo trem borrifando-a de lama.

Amiudaram ultimamente os atentados do governo contra a consti-tuição; nunca o executivo alardeou com maior desgarrô sua onipotên-cia; e entretanto nunca ele pôde menos, nunca tremeu tanto. Sob essa ostentação de vigor, resvalam os favores, e rola o ouro, que adorme-çem a opinião. *Audendo magnus tegitur timor.*¹

Chamfort², em uma breve máxima, traçou o caráter político das prin-cipais duas nações da Europa; disse ele que – “o inglês despreza a autori-dade e respeita a lei; o francês despreza a lei e respeita a autoridade.”

Não viver atualmente o ilustre moralista que descobriria em nós um duplo contraste!

Não respeitamos a lei, porque falta-nos aquela fé robusta de sua autonomia que tem em alto grau o povo inglês para quem a lei é como uma consciência nacional.

Não respeitamos a autoridade, porque ela não reveste o lustre que em França constitui sua maior força. Essa Atenas moderna como a an-tiga se embriaga facilmente de glória e talento.

1 ☞ Frase de Luciano (*Pharsalia*, 4, 702): “Com audácia se esconde um grande medo”. [N. do O.]

2 ☞ Sébastien-Roch Nicolas (1740–1794), posteriormente conhecido pelo pseu-dônimo Nicolas de Chamfort, poeta, jornalista, humorista e moralista francês. Sua obra mais importante, *Máximas e Pensamentos*, foi publicada postumamente, em 1795. [N. do R.]

Volvi agora, senhor, vossa conspícua atenção para as finanças, que são as forças musculares da nação.

O espírito que tenta devassar a situação econômica do império vacila, como o olhar de quem sonda as profundezas de um abismo imensurável que fascina. E há realmente na atualidade financeira uma voragem, para onde remoinha o país com espantosa rapidez.

O que apavora os ânimos, senhor, não é o déficit maior da terça parte da renda ordinária, confessado pelo governo na última sessão quando a guerra ainda em princípio não patenteava a enormidade dos sacrifícios que exige do país:

Não é a dívida crescida que já contraímos dentro e fora do país e a nova ainda mais avultada a que seremos forçados muito breve para remir nossos empenhos:

Não são as despesas tamanhas, já não orçadas, que se vão decretando desordenadamente, sem prudência e medida, para ostentar um supérfluo armamento predestinado à rápida deterioração:

Não é, enfim, a exaustão dos recursos presentes, que incute o terror aos que refletem sobre a situação financeira; é sim o golpe profundo desfechado ultimamente em nosso crédito.

País recente na civilização como na independência, a Europa divertia-se a zombar da nossa infância social; não obstante inspirava o Brasil tal confiança, que nossa firma foi sempre respeitada no primeiro mercado do mundo, ainda mesmo nos tempos difíceis da organização.

De repente abateu-se o crédito brasileiro ao nível de uma velha nação arruinada e do pequeno Estado de uma federação assolada pela guerra mais devastadora dos tempos modernos.

A nação agitou-se com uns assomos de indignação pensando que a tinham sacrificado; o governo emudeceu, naturalmente de tristeza; e

acaba de selar com um ato de contrição aflitivo, a certeza de falência de nosso crédito.

A reintegração do negociador do último empréstimo em suas funções diplomáticas é a confissão feita pelo poder da impossibilidade de obtermos do nosso banqueiro melhores condições. Tal confissão, nas vésperas de um novo empréstimo e no coração de uma guerra mais pecuniária que belicosa, é a bancarrota.

Não vos iludi, senhor; a insolvabilidade acompanha de perto a perda da confiança; e por opulento que seja vosso império, seu território não se transforma em renda e numerário, às palavras mágicas dos fabricantes de orçamentos.

Se a alta do algodão, e a uberdade do solo, fizeram nos últimos tempos crescer a receita, estes bafejos de prosperidade, em vez de serem motivo para serenar vosso espírito, o devem amargar.

As colheitas exuberantes são alternadas pelas escassas; a grande concorrência e a paz americana ameaçam o algodão de uma baixa. Demais, ainda persistindo esse acréscimo de receita nem sequer equilibraria os orçamentos anuais.

A este quadro lastimoso junta-se a crise das duas fontes principais da renda pública. O comércio jungido a uma liquidação forçada, que principiou em 10 de setembro de 1864 e terminará ninguém sabe quando, aniquilando cerca de dois terços da fortuna particular; a agricultura ameaçada pela questão magna da emancipação que avança a grandes passos e estremece até o imo a sociedade.

Eis, senhor, em largo esboço a medonha catadura da situação, que buscam velar a vossos olhos com falso brilho de uma glória marcial, e os vislumbres embaciados de falazes esperanças.

Arredai os andrajos, ponde a destra unguida no coração da pátria e escutareis as palpitações redobres e ténues.

Se alguma coisa há de mais aflitivo do que a miseranda fisionomia da pátria, é esse desânimo que apoderou-se dela: a confiança a desamparou, vagam-lhe em torno os olhos pávidos, e não enxergam senão indiferença e egoísmo nos maus, angústia dos bons que a deploram impotentes para defendê-la. Só vós, senhor, podeis ainda salvá-la; e apressai-vos para que não seja tarde.

Confiai mais na própria força e no poder supremo que a nação depositou em vossas mãos.

Quando um povo livre abdica o pleno exercício da soberania, é dever imperioso do monarca, seu primeiro representante, assumir essa grande massa inerte de poder, para evitar que ela seja dissipada por um grupo de ambiciosos vulgares.

Ache ao menos a liberdade que desertou a alma sucumbida da pátria um abrigo à sombra do manto imperial para que não morra conspurcada nos tripúdios da anarquia.

25 de novembro.

ERASMO

III

Senhor,

A abdicação de sua autonomia pela nação não é um fenômeno recente. Seu traço vem de longe; em 1848 já se desenha saliente na história pátria.

Volver ao passado, quando a atualidade na avidez do futuro devora com sôfrega impaciência os sucessos contemporâneos, é afrontar a indiferença pública.

Mas eu não sacrifico à fátua curiosidade que só estimulam o picante do escândalo e os adubos de grosseira especiaria. Levo os olhos, além, na prosperidade da nação e brilho do vosso trono. Vou devagar, porque vou longe; *lente festino*.

Enfim dirijo-me à vós para quem as páginas de vosso reinado devem ser como os refolhos da consciência imperial abertos à posteridade.

Naquele ano de 1848 o país observou atônito o suicídio do grande partido que já em 1837 esbanjara no poder sua popularidade e fortaleza. Foi aos lampejos sinistros da revolução francesa, quando por toda a parte a democracia exultava, e a realeza estremecia com a repercussão do terrível desmoronamento da monarquia de julho, que esse ato se consumou.

Os liberais brasileiros, senhores da opinião, representados no parlamento por uma mocidade ilustrada que dirigiam os mais ilustres veteranos da política, resignavam pelo órgão de seu chefe Paula Souza¹ a direção do país.

Esta fase caracterizada por um mote que se tornou histórico – *a quebra dos remos* – foi a solene confissão que fez o liberalismo de sua im-

1 ☞ Ver nota I na p. 17.


potência. Alguns chefes mais enérgicos, dos quais a fé não se evadira de todo, protestaram contra a exautoração do partido; o espírito público reagiu em duas províncias; mas domado pelas armas vitoriosas do governo, sucumbiu.


Como a república romana expirou com o austero Catão¹ nos campos de Útica, o partido liberal brasileiro finou-se com Nunes Machado², sincero patriota, no ataque do Recife.


Anos depois, em 1853, soou a hora para os vencedores.


O partido conservador, que havia inaugurado seu domínio cheio de vigor, sentiu por sua vez a caducidade precoce. Não lhe valeram nem sua plêiade de eminentes estadistas, nem a aspiração geral dos espíritos para o repouso das lutas. Realizado o grande benefício da extinção do tráfico, desenvolvido o progresso material, melhorada a administração, quando se abriam ante seus esforços largos horizontes, ei-lo que abandona o poder; sua dispersão começa.

Eusébio de Queirós³, vulto proeminente, se retira do gabinete de 29 de setembro com Mont'Algre⁴, presidente do conselho, um dos

1  Marco Pórcio Catão Uticense (95 a.C.–46 a.C.), também conhecido como Catão de Útica ou Marco Pórcio Catão, o Jovem, ou o Moço, político romano célebre pela sua inflexibilidade e integridade moral. Partidário da filosofia estoica, era avesso a qualquer tipo de suborno. Opunha-se, particularmente, a Júlio César, após cuja morte na Batalha de Tapso, suicidou-se. [N. do R.]

2  Joaquim Nunes Machado (1809–1849), magistrado e político brasileiro. Foi um dos líderes da Revolução Praieira de 1848. Morreu no assalto ao Quartel Boa Vista. [N. do R.]

3  Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara (1812–1868), magistrado e político brasileiro. Foi deputado, senador, Conselheiro de Estado e ministro da Justiça. Neste cargo, foi o autor de uma das mais importantes leis do império, a Lei Eusébio de Queirós, que extinguiu o tráfico negroiro. [N. do R.]

4  José da Costa Carvalho, Marquês de Monte Alegre (1796–1860), político brasileiro. Foi deputado, senador, Conselheiro de Estado, presidente do Conselho de Ministros e membro da Regência Trina Permanente. [N. do R.]


decanos da política, e Tosta¹, já notável pela sua energia. O ilustre abolicionista do tráfico, cercado de grande popularidade, insinuou como motivo da retirada uma fadiga que sua então robusta virilidade contrastava.

Foi essa a primeira convulsão do partido conservador; o desânimo dos chefes não era senão o contágio do torpor que invadira as camadas inferiores.

Dois chefes, dois grandes nomes, Torres² e Paulino³, resistiram ainda; talvez para tentar um esforço que de novo consolidasse o partido; talvez porque julgavam empenho de honra consumir a obra começada. A guerra argentina estava concluída com glória, o princípio da autoridade firme e respeitado, o progresso material em rápida ascensão; mas era preciso desenvolver a política brasileira no Rio da Prata, dar impulso ao crédito, e pôr em execução a organização recente das finanças e diplomacia.

O gabinete recomposto sob a presidência de Torres², e logo após modificado, teve afinal de deixar o poder em setembro do ano seguinte. Esse acontecimento assinala o começo de um segundo período da decomposição sempre crescente do partido conservador. O desânimo prostrara mais dois valentes lutadores.

Nota-se, então, senhor, uma anomalia que prognostica o futuro. Ao tempo em que se relaxam os elos desse partido, que ao número opunha a compacidade e ao entusiasmo a disciplina, seu adversário, o liberal, feito para a oposição, longe de ressurgir dos destroços, cada vez mais se aniquilava.

1  Manuel José Vieira Tosta, Marquês de Muritiba (1807–1896), político brasileiro. Foi deputado, senador, Conselheiro de Estado e Ministro de Estado. [N. do R.]

2  Ver nota 3 na p. 17.

3  Ver nota 4 na p. 17.

Os antigos e ilustres chefes, uns ceifava-os a morte, outros recolhiam à vida privada para se finarem na pureza de suas crenças. Flutuavam, porém, uns sobejos de lidadores que, muito moços ainda para se encerrarem no sarcófago do passado, aspiravam a novos cometimentos; com eles se encontram os conservadores que, rotos os antigos vínculos, já vogavam à discrição.

Essa corrupção geral dos partidos e dissolução dos princípios, que tinham até então nutrido a vida pública no Brasil, é o que se convencionou chamar conciliação: termo honesto e decente para qualificar a prostituição política de uma época.

Paraná, que às antigas reminiscências de sua vida parlamentar e administrativa, acabava de juntar as recentes glórias da missão especial no Rio da Prata, incumbido de organizar o gabinete de 6 de setembro de 1853, tentou, mas desistiu da formidável empresa de consolidar o partido. E entretanto se alguém havia para tal esforço era ele, o homem das grandes audácias e heroicas resistências, o deputado do 30 de julho e da maioria, o presidente do Rio de Janeiro em 1842 e de Pernambuco em 1848.

Desamparado pelos chefes a que se dirigiu, forçado a organizar com um amigo e cinco nomes novos um gabinete que só do seu reflexo recebia força; essa vontade rígida, sentindo que o chão de suas glórias antigas vacilava, tirou da posição crítica novo arrojo. Apoderou-se da enguia nojenta que resvalaria em outras mãos; e fez da conciliação uma política, emprestando-lhe ideias e aspirações.

Os chefes conservadores deploraram a tendência do novo ministério; mas, companheiros de lutas e amigos do organizador, remeteram-se ao silêncio; apenas a espaços ouviram-se as vozes, do

Marquês de Olinda¹, em formal oposição, de Eusébio de Queirós², protestando contra a inconstitucionalidade da reforma eleitoral.

Entretanto, Paraná lançava os fundamentos de sua política, atraía a si a flor da inteligência e mocidade, deslumbrava a população com projetos de engrandecimento material, e arrancava das câmaras a lei dos círculos que se lhe afigurava a verdade do sistema representativo, quando devia ser o aviltamento.

Com a popularidade e energia de que dispunha conseguiria o estadista comover até as entranhas a nação, e arrancar-lhe novos partidos, novos entusiasmos? Deus o chamou a si antes da decepção. Seu ministério decapitado arrastou-se até a abertura da sessão de 1857, em que evadiu-se do poder.

A esperança na formação de novos partidos, que alentara o prestígio do marquês de Paraná, esvaíra-se mal viu o país que as três sumidades políticas da época, Eusébio², Itaboraí³ e Uruguai⁴, não saíam da sombra para arrecadar a herança do ilustre inovador. Coube a tarefa de continuar a política chamada da conciliação ao único dos chefes conservadores que a havia combatido de frente e, com vigor, ao Marquês de Olinda¹.

Tal era o baralhamento de ideias, homens e tradições, tal a confusão que reinava nesse amálgama dos sobejos de partidos corruptos, que um cidadão venerando, ilustrado com a suprema magistratura da regência, no último quartel da vida em que o espírito como o corpo se

1 ☞ Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda, (1793–1870), político brasileiro. Foi deputado, senador, Conselheiro de Estado, Presidente do Conselho de Ministros e regente do Império. [N. do R.]

2 ☞ Ver nota 3 na p. 28.

3 ☞ Ver nota 3 na p. 17.

4 ☞ Ver nota 4 na p. 17.


torna mais sedentário, rejeitava todo seu longo passado, recentemente avivado, para dar um passo adiante da conciliação.

Em outras condições, esse acontecimento se chamara uma apostasia; nas circunstâncias que o acompanharam, foi uma sujeição implacável à ordem providencial dos acontecimentos. Era necessário que o título estimado de partido liberal e alguns nomes históricos que permaneciam puros na sombra da vida privada tornassem à cena, a fim de serem também por sua vez submergidos nessa voragem de paixões mesquinhas e sórdidos interesses, que devorou a escol da antiga e a flor da nova geração.

Para galvanizar os fragmentos do extinto partido liberal e consumir assim a obra de sua degeneração, a Providência designou o mais acérrimo dos adversários, o último campeão que na tribuna do senado levantara o enérgico protesto contra a conciliação e defendera a pureza das tradições conservadoras.

O ministério de 4 de maio de 1857¹ foi de coalizão; surgem com ele nomes históricos, que figuravam nas antigas lutas; seu reaparecimento na cena produz grande efeito moral nos restos esparsos do antigo partido liberal; pululam esperanças, que os orvalhos do poder vão regando aqui e ali.

Vem o gabinete de 12 de dezembro de 1858² que precipita com a questão econômica a marcha dos acontecimentos; o lisim que de muito tempo já se notava na maioria parlamentar abre fenda; ainda o pudor ou o hábito conseguem, senão unir, demorar a completa ruptura, com a organização do ministério de 12 de agosto³, mútua e solene mistificação.

1  Presidido pelo Marquês de Olinda. [N. do O.]

2  Presidido pelo Visconde de Abaeté. [N. do O.]

3  1859. Presidido por Ângelo Muniz da Silva Ferraz. [N. do O.]

O Marquês de Caxias¹, amado no exército e simpático ao país, organizou o gabinete de 4 de março de 1861, derradeiro esforço dos conservadores arcando com a decomposição.

Assim como aparecem a espaços convulsões que subvertem a natureza bruta, haverá na história dos povos períodos funestos, nos quais uma causa ignota conturbe os espíritos?

É preciso crer nesse fenômeno para não duvidar da provada inteligência e critério de muitos homens dos que ultimamente atravessaram a cena política do Brasil. Há circunstancias, dizia o ilustre Chateaubriand², em que o talento é completamente inútil, e o maior ministro se achata e desapaerece sob a ponderação das coisas. (*Revoluções Antigas*. – Cap. 34).

O ministério de 4 de março, proposto à regeneração dos conservadores, forte do elemento militar para debelar o espírito de agitação em fermento, foi justamente o que desfechou no partido o golpe de misericórdia. Rotas as últimas juntas da maioria parlamentar, o poder resvalou com a fração dela para os bancos da oposição.

Em 20 de maio terminou a agonia do partido conservador.

Estes últimos três anos são preenchidos pelas repulsivas contorções de uma coalizão, que à semelhança dos répteis, estorteja depois de morta e decepada.

A esmo repetem ainda essas denominações de conservador e liberal; os partidos a que elas correspondiam, bem vedes, senhor, que estão realmente extintos.

1 ☞ Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque e Marquês de Caxias (1803–1880), militar e político brasileiro. Foi senador, Conselheiro de Estado, presidente do Conselho de Ministros. Como militar, combateu as revoltas da Regência e comandou as tropas da Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai. [N. do R.]

2 ☞ François-René Auguste de Chateaubriand (1768–1848), também conhecido como Visconde de Chateaubriand, escritor, diplomata e político francês. É um dos ícones da literatura romântica mais apreciados por José de Alencar. [N. do R.]

Não se concebe um partido sem imprensa, especialmente o da ordem, que rejeita o concurso do braço, e só combate com a palavra. Todos os esforços empregados para criar na corte um órgão conservador tem sido vão!


Faltam chefes. Os antigos, venerandos pelos grandes serviços, mas vergados ao peso dos anos ou feridos pela enfermidade, reclamam o repouso a que têm direito. Os novos não se formaram; a luta que os prepara e o triunfo que os consagra tinham passado; nenhum se acha com força de reunir os fragmentos esparsos.


A oposição é a convalescença dos partidos, debilitados no poder. Como Anteu¹, cobram novas forças tocando o chão da arena política. Quando o partido conservador, abatido há três anos, jaz no mesmo profundo letargo, é porque decididamente o espírito o abandonou.

O outro, que se chamou progressista², nunca foi partido. Repelem tal designação a decência e a dignidade de alguns caracteres sisudos que figuram na situação.

Amálgama de quantos despeitos e ambições gerara o desbarato político dos últimos anos com as puras mas iluses aspirações de poucos homens honestos, eis a liga. Apenas no poder desarticulou-se, como as várias peças de um esqueleto; por toda a parte aparece a cárie, e desprendem-se esquirolas nojentas cobertas de sânie.

A áurea que a exaltou ao poder e saudou com júbilo seu triunfo, muito há que a abandonou enjoada. Os próprios truões da farsa quando recolhem aos bastidores gargalham das visagens e esgares com que armam à pingue receita.

1  Figura mitológica grega que, apesar de extremamente forte quando estava no chão (ou na Terra, sua mãe), enfraquecia-se, quando levantado ao ar. [N. do R.]

2  Partido Progressista ou Liga Progressista, formou-se entre 1862 e 1864, agregando conservadores, moderados e liberais. [N. do O.]

*Plaudite, lictores!*¹ ... Debalde; o país oficial é quem primeiro se lastima por tanta ignomínia; homens laboriosos, que juntaram em longos anos cabedais de conhecimentos práticos, tragam cruéis humilhações, vendo-se ludíbrio da ignorância e fatuidade.

Refleti, senhor, esta página sucinta da história pátria, que deixo aberto [sic] ante vossos olhos e repassai-a dos lumes de vossa razão egrégia.

Os partidos, no sistema representativo, são a milícia da nação; ve-lam sobre o exercício da soberania; defendem as instituições e preser-vam simultaneamente o monarca e o povo. Destruídas essas legiões da ideia, ficam em campo as *guardas pretorianas* que fazem e desfazem mi-nistros, como outrora imperadores.

Durante oito anos tivestes, senhor, nove gabinetes, e maior fora a proporção, se as ambições assanhadas não encontrassem óbices em vossa prudência

É preciso ainda mais nausear-vos com o aspecto repulsivo dessa putrefação dos partidos?

Aí está o parlamento. Se algum já mereceu a qualificação dada à desprezível assembleia enxotada por Cromwell² *Rump Parliament*³, é sem dúvida o que durante o decênio fatal presidiu aos destinos do Brasil.

A legislatura de 1853 vota sob a ameaça da dissolução a lei dos círculos, proposta como um corretivo à impureza das eleições; e depois de se confessar ilegítima perante o país, funciona um ano ainda!

1 ☞ “Aplaudi, lictores!” [N. do O.]

2 ☞ Oliver Cromwell (1599–1658), político e estadista britânico. Dissolveu o parlamento republicano num episódio conhecido como o *Rump Parliament* em 1653 e, adquirindo o título de *Lord Protector*, governou o Reino Unido até a morte. [N. do R.]

3 ☞ *Rump Parliament* (1648–1653), Parlamento do Resto, que condenou Carlos I à morte, foi dissolvido, conforme se lê na nota anterior, por Oliver Cromwell. [N. do O.]

A de 1857 suporta a coalizão liberal do Marquês de Olinda¹, contrária à feição da quase unânime maioria; recebe o gabinete Abaeté², puro conservador, e logo o repele a pretexto de uma questão econômica; afinal junge-se ao ministério Ferraz³, que a condena às forcas caudinas, arrancando-lhe a lei bancária, antes repelida.


A de 1861 aceita complacente um ministério organizado em desprezo dela; dá no seguinte ano o triste espetáculo de uma maioria movediça que viu três ministérios em oito dias; e acaba pasmando, aterrada ante uma combinação numismática, subversiva do governo parlamentar.


Da atual estão na tela as indecências. Três ministérios foram devorados; três outros já ela abortou. O sétimo não existira, se não acreditassem que, como Palas⁴, saíra armado do cérebro de Júpiter⁵; por isso a câmara ofereceu-lhe sem hesitação o holocausto de sua dignidade. Que não dará ela para que a desprezem a ponto de a esquecer?


Admira, senhor, como cidadãos individualmente probos e cordatos se consolidam assim com a escória em uma liga monstruosa, que humilha a cada um no recesso da consciência.

1.  Ver nota I na p. 31.

2.  Ver nota 2 na p. 17.

3.  Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana, (1812–1867), político brasileiro. Foi deputado, senador, Conselheiro de Estado, presidente do Conselho de Ministros. Deixou o Ministério da Guerra para permitir a nomeação de Caxias, a quem não era afeito, para o comando brasileiro na Guerra do Paraguai. [N. do O.]

4.  Palas Atena é na mitologia grega a deusa da sabedoria e da guerra justa. Nasceu já adulta da cabeça de Zeus. [N. do O.]

5.  Deus romano comumente identificado com o deus grego Zeus, o mais poderoso do Olimpo. É o pai do deus Marte e, assim, o avô de Rômulo e Remo, os lendários fundadores de Roma. [N. do R.]

É o efeito lastimoso da atração do vício, à qual deveis opor quanto antes a coesão da virtude, operada ao influxo da majestade!

Devo falar-vos do povo.

Mas onde está ele, senhor, que o não vejo?

Nas urnas só acho as cédulas pagas à vista ou descontadas com promessas de pingues empregos e depreciadas condecorações.

Os três poderes do povo, como os chama Brougham¹, a imprensa, o júri e os comícios, apenas vislumbram.

A imprensa está bem desenhada nesta grande capital que mata as folhas políticas e só fomenta as gazetas industriais. O júri, ônus insuportável, de que se esquiva o cidadão, ainda mesmo pagando. Os comícios, espetáculos divertidos, nos teatros públicos, quando não são o rosnar da fome, como em 1860.

Que resta, senhor, do país? Há alguma parte onde viva ainda e pulse a soberania?

O povo inerte, os partidos extintos, o parlamento decaído!... Restam, é verdade, alguns cidadãos eminentes, abrigados na tribuna vitalícia; como as relíquias do senado romano, esperam tranquilos em suas curules o momento de morrer com a liberdade que amaram.

São fracos, porque estão descridos; mas acendei-lhes a fé no coração enregelado, que se tornarão fortes e vigorosas. Com esse elemento do passado podereis ainda corrigir a têmpera desta geração caquética.

3 de dezembro.

ERASMO

1 ∞ Henry Peter Brougham, 1.º Barão de Brougham e Vaux (1778–1868), Chanceler da Grã-Bretanha. [N. do R.]

IV

Senhor,

Quando o poder executivo absorve uma grande porção da soberania, é natural que o povo colocado em plano inferior atribua o fato à ação da coroa situada na cúpula do sistema.

À medida que os partidos se corromperam no Brasil e a vitalidade da opinião esmoreceu, foi surgindo de entre essas ruínas políticas uma ideia que a pouco e pouco tem grassado no país.

A existência do governo pessoal está na crença de muitos brasileiros.

Deleita-se a malignidade em cultivar semelhante convicção, interpretando a jeito alguns fatos recentes, ou pondo em circulação uma cópia de anedotas de reposteiro; fábulas, que fugindo à luz da publicidade e pululando quais imundícias no lodo escuro, não são esmagadas como deveram.

Insôfregas ambições já tem por mais de uma vez formulado positivamente a acusação. Mas deveis regozijar-vos, senhor; são elas próprias que ao aproximar-se do trono mais se alucinam na atmosfera superior e dão ao público o grotesco espetáculo de sua ebriedade cortesã.

O povo que os vir partir rígidos e indomáveis em sua rusticidade democrática, logo percebendo-os de longe vacilantes e balbos, acaba por acreditar que flutua realmente nas altas regiões do poder um princípio corrosivo da liberdade.

Se há falsa prevenção é esta que se tem estabelecido a respeito do governo pessoal. Minha convicção vai muito além. Não somente nenhuma influência direta exerceis no governo; mas vosso escrúpulo chega ao ponto de frequentes vezes concentrar aquele reflexo que uma inteligência sã e robusta como a vossa deve derramar sobre a administração.

Rei constitucional, vossa missão é a do sol; não aquele astro fatídico e abrasador de Luís XIV¹, que condensou a borrasca de 1789, mas o foco brilhante que rege todo um sistema e dardeja luz e calor para a nação.

Quando as brumas das paixões se interferiram entre vossos raios benéficos e o povo para quem viveis, é vosso dever espancá-las para que se veja sempre na limpidez da alta política o régio aspecto da majestade cingido de esplendor.

Como é possível que se propague esse erro deplorável do estabelecimento de um governo pessoal, quando as atas contemporâneas a cada passo o dissipam completamente?

Aberração do espírito público; tanto mais extravagante, quanto os fatos geralmente assinalados com o cunho da pretendida influência da coroa são aqueles em que mais se acusa uma escrupulosa imparcialidade. Senão, percorram-se os sucessos dos últimos anos:

O acontecimento talvez mais saliente e que logo fere o espírito é a composição anômala dos ministérios e sua marcha vacilante. Propalam que os vícios orgânicos, a efêmera existência e as matizadas combinações de várias opiniões, *tesselated pavement*², como as chamou Burke³, tudo é devido à ingerência direta que tendes na política.

1 ∞ Luís XIV, o Rei-Sol (1638–1715), o maior monarca absolutista da França. Reinou de 1643 a 1715. A ele é atribuída a famosa frase: *L'État c'est moi* (O Estado sou eu), apesar de grande parte dos historiadores achar que se trata apenas de um mito. [N. do R.]

2 ∞ “Mosaico.” [N. do O.]

3 ∞ Edmund Burke (1729–1797), estadista e teórico político irlandês. Membro dos *tories* (conservadores), é principalmente lembrado por sua oposição à Revolução Francesa e por ser o fundador do conservadorismo moderno. [N. do R.]

Protesto alto contra semelhante imputação, e não quero mais prova que o próprio fato; dispenso os argumentos que poderia tirar do vosso critério e austeridade de princípios.

Não fôsseis quem sois, um rei que não fascina o império, e vos tomasse acaso a ambição do mando absoluto; qualquer dos últimos gabinetes, fracos e apenas protegidos com a sombra imperial seria um instrumento dúctil à vossa vontade, nenhuma das câmaras modernas, que o menor jeito desarticula e a só lembrança da dissolução estremece, vos houvera resistido.


Esta verdade está na consciência pública.

Que necessidade pois obrigaria um soberano usurpador, secundado em seus projetos, a mudar frequentemente o ministério, afrouxando por tal forma a nação administrativa que fora de seu interesse robustecer com a permanência e solidariedade dos agentes?

Que empenho teria esse monarca de reunir, em um mesmo gabinete, não só adversários políticos, mas inimigos pessoais ou charras mediocridades, desmoralizando assim a autoridade e debilitando o governo com surdas reações de rivalidades latentes?

O cálculo da própria ambição repelira semelhante atropelo.

Jorge III¹, notável pela inflexibilidade de caráter, apesar da decidida influência que exerceu no governo, foi coagido a mudar repetidas

¹  George William Frederick (1738–1820), Rei da Grã-Bretanha de 1760 até 1801. A partir do Ato de União de 1800, passou a ser Rei do Reino Unido. Foi também Duque de Brunswick-Lüneburg e, a partir de 1814, Rei de Hanôver. Recebeu o cognome de “o Louco” devido à instabilidade mental causada pela doença crônica de que sofria (porfíria). Em seu reinado, ocorreu a independência dos Estados Unidos da América, que, até então, constituíam as 13 colônias britânicas. [N. do R.]

vezes seu ministério, e até a recorrer à célebre coalizão de North¹, Fox², Cavendish³, Keppel⁴, Burke⁵ e outros.

Mas a razão?

No parlamento inglês lutavam partidos vigorosos, que à inflexibilidade da coroa opunham a firmeza e rigidez de seus princípios. A guerra americana lançou a Inglaterra em uma crise aterradora. Nesse transe, entre a ameaça da abdicação por parte do rei e o formidável aspecto da oposição, os chefes *whigs*⁶ sacrificaram-se para salvar a nação e a coroa.

Estadistas como Fox² e Burke⁵, para quem o ministério era um declínio, podiam fazê-lo com sobranceira, ainda mais quando levavam ao poder a franqueza das crenças e a probidade das convicções. Mas a justiça do povo inglês é severa para os partidos, como para os cidadãos, que delinquem da honra. Fox² perdeu a imensa popularidade; e só muito depois de sua morte a posteridade lavou a mácula que ofuscara tão bela reputação. Cinquenta anos expiou o partido *whig*⁶ sua avidez de mando; lição dura aos partidos que se aviltam.

1 ☞ Frederick North, mais conhecido como Lord North, (1732–1792), primeiro-ministro da Grã-Bretanha de 1770 a 1782. [N. do R.]

2 ☞ Charles James Fox (1749–1806), preeminente *whig* inglês, normalmente lembrado pela rivalidade com William Pitt, o Moço. [N. do R.]

3 ☞ Henry Cavendish (1731–1810), físico e químico britânico conhecido por ter descoberto o hidrogênio, que ele chamou de “ar inflamável”, e também por ter medido a densidade da Terra, além de ter efetuado pesquisas no campo da eletricidade. [N. do R.]

4 ☞ Almirante Augustus Keppel, primeiro Visconde Keppel (1725–1786), almirante da British Royal Navy, a marinha britânica, durante a Guerra dos Sete Anos e a Guerra de Independência dos Estados Unidos. [N. do R.]

5 ☞ Ver nota 3 na p. 39.

6 ☞ Liberais [N. do O.]

Não sois Jorge III¹, senhor. Se dele tendes a abnegação do império, tendes mais que ele as virtudes do rei e do cidadão. As coalizões que se operam em vosso conselho não resultam como em Inglaterra da reação de partidos poderosos contra a tenacidade da coroa, nem as inspira o mesmo pensamento nobre e franco; são apenas uma aliagem de individualidades na esperança de engrandecimento pessoal.


Fora, porém, vossa posição e vosso caráter idênticos aos daquele infeliz monarca. Não vendo como ele em torno de vós uma plêiade ilustre de varões, digna dos melhores tempos de Grécia e Roma, não havéis de ser tão pródigo da pureza e prestígio de vossos estadistas. Ao contrário o lustre de vossa glória vos estimularia a poupar nestes tempos escassos os raros nomes estimados e os caracteres íntegros que formam a riqueza moral da pátria e servem de colunas ao trono.

Onde está o Pitt² brasileiro, para vir depois do desbarato dos nossos estadistas, assoberbar a crise e restituir o país à sua anterior prosperidade?

Em alguns atos inconstitucionais do poder executivo, pretendem igualmente divisar, bem transparente vossa vontade imposta a ministros frágeis que não ousariam tanto sem a certeza do apoio da coroa.

Vosso espírito de retidão é reconhecido; acredito que nutris o desejo de ver a magistratura depurada da imoralidade que por ventura a deturpa. Mas ousou afirmar que, se uma generosa indignação vos arrancasse um ato de força contra a corrupção escandalosa, não se limitaria

1  Ver nota I na p. 40.

2  William Pitt, dito o Segundo Pitt (1759–1806), estadista britânico. Estabeleceu as bases de uma fase de prosperidade depois da Guerra da Independência dos Estados Unidos. Organizou três coligações contra a França, mas não logrou impedir nem as vitórias de Napoleão, nem a ruína momentânea do comércio britânico. [N. do R.]

a dar com a aposentadoria o repouso à venalidade de alguns magistrados; mas havia de fazer justiça plena, imprimindo o estigma da culpa em todo que o merecesse, magistrado e administrador, humilde e soberbo.

É tal o delírio, que simultaneamente com esse ato de severidade vos atribuem o de uma benevolência excessiva para a fraude: as medidas tomadas por ocasião da crise mercantil!¹ O simples cotejo mostra a toda a luz que as duas ideias não são filhas de um só e mesmo pensamento, mas da confusão e diversidade de homens que de repente sobem à tona do poder para logo sumir-se no pego de sua obscuridade.

A instituição dos voluntários² está longe também de ser de vossa iniciativa. Apreciais devidamente o exército, que ama com entusiasmo seu monarca e zeloso protetor. Não era possível que cogitásseis um meio de desgostá-lo profundamente, estabelecendo preferências a favor de bisonhos soldados, com preterição de bravos veteranos cheios de serviços, e já traquejados pela vitória.

Em todas estas medidas, o que se revela bem patente é a precipitação e temeridade de ministros efêmeros que peregrinam pelo poder, sem cuidar dos estragos que vai deixando sua passagem. A fraqueza os excita à audácia; e quando alguma reação fugaz do espírito público surde contra seus desatinos, não trepidam em esconder-se sob o manto imperial descobrindo a coroa e perturbando a placidez da majestade.

Mas uma prova longa de que não existe no Brasil governo pessoal é a guerra do Rio da Prata.

Quando o ministério de 31 de agosto³, surpreendido pela situação grave que se desenhou de repente para a nossa política internacional,

1 ☞ Crise financeira e bancária de 1857. [N. do O.]

2 ☞ Voluntários da Pátria, criado por decreto de 7 de janeiro de 1865. [N. do O.]

3 ☞ De 1864, presidido por Francisco José Furtado. [N. do O.]

teve necessidade de um hábil diplomata que dirigisse sobre o terreno as negociações, a escolha recaiu com espanto geral sobre o Conselheiro Paranhos¹.


Se vossas inspirações se traduzissem na marcha do governo, não colocaríeis de certo na posição inconveniente de missionário de uma política adversa a um dos mais reputados estadistas desta geração, de quem podíeis muito breve carecer para criar uma nova situação.

Menos ainda havíeis de consentir que o despedissem sem aquela polidez costumada entre pessoas decentes, para substituí-lo por um escritor de talento incontestável, mas alheio aos homens com quem ia tratar e baldo das provas essenciais em tão crítica emergência.

O desejo que nutris desde o princípio da guerra de ver a frente dos exércitos brasileiros, nosso primeiro, senão único general, é de todos conhecido. O ministro da guerra se dirigiu ao ilustre Marquês de Caxias², o qual tão dedicado cidadão, quanto leal soldado, não declinou de si a honrosa, mas árdua comissão.

Chefe político, nome prestigioso em quem numerosos conservadores viam ainda um símbolo de restauração, olvidou sua elevada posição, com seu repouso, para acudir ao reclamo da pátria; e o fez desinteressado e modesto, sem as exigências que soem encarecer certas dedicações.

Uma só condição pôs ele, e essa em bem da campanha que ia dirigir; a substituição do presidente do Rio Grande do Sul por uma pessoa de sua inteira confiança. Aquela província fronteira, que devia ser o centro de nossas operações, reclamava uma administração militar, imediatamente sujeita ao general dos exércitos em guerra. Sem essa

1  José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, (1819–1880), estadista e diplomata brasileiro. Foi deputado, senador, Conselheiro de Estado e presidente do Conselho de Ministros. Fez aprovar no Congresso a Lei do Ventre Livre (1871). [N. do R.]

2  Ver nota 1 na p. 33.


uniformidade de vistas e unidade de ação, infelizmente raras em nosso país, nada se faz de grande e insigne.

Quem o diria?... Apesar do voto de vossa prudência que era o da maioria do país sem distinções políticas, não foi substituído o presidente do Rio Grande do Sul, porque à potestade que o patrocinava não aprouve condescender com essa medida. Prescindiu-se então do general, que significava a vitória no campo da honra, pelo orador de quem se esperava o apoio na tribuna do senado. Para preservar da queda seis ministros, quantos brasileiros não pereceram em Paissandu e nos hospitais, que seriam salvos por uma prudente e sábia direção da campanha!

O generalato brasileiro confiado a um valetudinário ficou em vergonhosa interinidade, quando as moléstias agravadas obrigaram o Barão de S. Gabriel¹ a escusar-se. Substituiu-se, em vez de um presidente, um ministro, o da guerra; e escolheu-se homem que só tinha mais que o antecessor um mérito, o de tornar impossível o nobre Marquês de Caxias².

Correm os tempos. À falta do ilustre general, já familiar com o bastão de chefe e respeitado pela vitória das margens do Prata, devemos talvez a inconveniente igualdade do tratado de aliança. Mas era necessário à voracidade do gabinete de 31 de agosto mais esse bocado da dignidade nacional.

Enfim, realizaram-se as previsões: as rivalidades inveteradas, que a influência do pacificador do Rio Grande em 1845 houvera sopitado, atearam de uma maneira espantosa no momento mesmo em que o inimigo invadia a província e calcava o solo da pátria.

1  João Propício Mena Barreto, Barão de São Gabriel (1808–1867), militar brasileiro. Combateu, dentre outras batalhas, na Guerra Cisplatina (1828), na Revolução Farroupilha (ao lado do Império) e na Guerra contra Rosas (1852). [N. do R.]


2  Ver nota I na p. 33.


Destes, então, senhor, um exemplo de sublime abnegação, que eu peço a Deus não se repita. Arrancando vosso coração às sagradas afeições que o prendem e vossa pessoa à placidez em que a nação a deseja, partistes para o lugar do perigo e da dedicação. Arroastastes as intempéries como o último soldado; e conseguistes ser ainda o primeiro cidadão nas privações como na hierarquia.

Aprouvesse à vossa sabedoria dominar a situação, e a marcha do governo teria sido outra muito diversa. Diríeis ao chefe do gabinete: “– A situação é a guerra, pois ela comove todo o império. A guerra carece do primeiro general brasileiro em quem o país espera e o exército confia. Se vós, governo, não podeis satisfazer essa indeclinável exigência da situação, não sois os homens para ela; é vosso dever retirar-vos!”

E a história pátria não teria de corar registrando tantas humilhações que pungem dolorosamente o amor próprio nacional. A numerosa descendência dos Fábios¹ não havia de pulular nesses campos fatais onde já em 1826 um general brasileiro, Lecor², granjeou o sardônico título de *cunctator segundo*.³

Guiados por uma espada acostumada a cegar os louros do Prata, e preservada portanto da fascinação dos primeiros fumos da glória, nossos bravos soldados marchariam mais prudentes e mais firmes ao combate. Teríamos jornadas heroicas como as de Paissandu, Riachuelo e Cuevas, porém como a de Caseros, menos lutuosas para a pátria.

1  Referência a Quinto Fábio Máximo (275 a.C.–203 a.C.), político e militar romano, alcunhado de *Cunctator* (em latim, “o que adia”), em decorrência das táticas empregadas para deter Aníbal durante a Segunda Guerra Púnica. [N. do R.]

2  Carlos Frederico Lecor, Barão de Laguna por Portugal e Visconde de Laguna pelo Brasil (1764–1836), militar brasileiro de destacada atuação na Guerra da Cisplatina. [N. do R.]

3  De Fábio Cunctator, o general contemporizador. [N. do O.]

Os escrúpulos vos retraíram, senhor, a expectativa. Nela podeis bem parodiar com relação a vossos ministros o chistoso dito de Felipe de Macedônia¹: “– Em toda minha vida só achei um general, Parmenion²; os atenienses fazem dez cada ano.”

Desenganem-se, pois, os abusados a respeito do governo pessoal.


Nas páginas em que se desenrolam os últimos acontecimentos, o que está em relevo é a abstenção da coroa levada a um extremo que talvez exceda da imparcialidade constitucional. Vossa augusta pessoa somente se destaca, quando trata-se do sacrifício e abnegação. Então vos debuxais no primeiro plano, reclamando a parte do leão na fadiga e perigo.


Só apareceis onde vossa presença é necessária para cobrir as faltas do governo e seus agentes. No Rio Grande para promover a defesa desleixada por muitos meses e aplacar dissensões. Em Uruguaiana para resguardar o decoro nacional comprometido por grave omissão do tratado de aliança. Na corte para ativar a expedição das tropas e trem de campanha ou zelar o bem-estar do soldado.

Mas é só dedicação e atividade individual que assim dispensais prodigamente; a majestade se envolve na magnânima cordura que relewa a negligência e o erro.

Esta é a verdade.

Nem pretextos ofereceis, como vosso pai, à malevolência. Alguns amigos que vos cercam, caprichaste sempre em os ter arredados da política, reservando-os para as diversões do espírito.


1  Filipe II da Macedônia (382 a.C.–336 a.C.), rei da Macedônia de 359 a 336 a.C. [N. do R.]

2  Parmenion (400 a.C.–330 a.C.), general da Macedônia. Serviu a Filipe II, de quem era o militar mais confiado, e a Alexandre, o Grande. [N. do R.]

O bando dos *King's friends*^I, satélites infalíveis do governo pessoal,
não é de vosso reinado.

9 de dezembro.

ERASMO

I  Amigos do rei, cortesãos. [N. do O.]

V

As crises, senhor, são acompanhadas de excentricidades.

Enquanto vos esquivais à política, a nação desabusada dos homens que a governam vos reclama e solicita com abundâncias de coração.

Não sou um discípulo de Dâmocles¹, nem de Maquiavel². Para falar-vos a linguagem nojosa do cortesão ou encarecer a hipocrisia do absolutismo, não arrostara eu, por certo, a fúria de ódios acesos e famulentas cobiças.

Esta voz dura que eriça as torpezas e imoralidades da época logo se denuncia pela rispidez; não tem a insinuante doçura da lisonja nem a astúcia da dissimulação. É voz de homem livre.

Ela pode repetir as severas palavras do velho Chatham³ no parlamento inglês: “– O momento é perigoso e tremendo; o tempo não está para a adulação. As blandícias da lisonja não podem salvar-nos nesta crise terrível e solene. Cumpre habituar a coroa à linguagem da verdade.”

1 ☞ Personagem mitológica grega, um cortesão, a quem Dionísio I de Siracusa mostrou a precariedade do poder fazendo pendurar-lhe, sustentada por um fio, uma espada sobre a cabeça. [N. do R.]

2 ☞ Nicolau Maquiavel (1469–1527), político e historiador florentino. É reconhecido como fundador do pensamento e da ciência política moderna. Sua obra mais importante é *O Príncipe* (1532), publicada postumamente. [N. do R.]

3 ☞ William Pitt, o Velho, primeiro Conde de Chatham (1708–1788), estadista britânico, ministro da Guerra durante a Guerra dos Sete Anos, quando conduziu seu país à vitória sobre a França. Foi também primeiro-ministro (1766–1768). [N. do R.]

Mas sempre se interpõe entre o trono e a nação uma gente ambígua, que vive ao mesmo tempo das graças do poder e da tolerância do povo. Seu interesse é irritar ambos, um contra o outro, para os enfraquecer e melhor dominar. Por isso, quando na iminência do perigo, os liberais sinceros se empenham em estreitar a aliança do monarca com a opinião, a gente bifronte se alvorota.

Pleiteio contra essa improvisada aristocracia da imoralidade o livre exercício dos direitos do povo e dos direitos da realeza, que são as molas do sistema representativo. É natural pois que simultaneamente me denunciem a vós, senhor, como anarquizador; à plebe como absolutista.

Não importa; basta que vossa atenção e os votos dos homens de bem me acompanhem.

Ainda não chegou o ensejo de discutir perante vosso prudente alvitre as transcendentais questões da política, e os meios eficazes de fazer da constituição uma realidade.

Estou desenhando o aleijão desta atualidade; quero pôr ante vossos olhos sua esquelética nudez, com o risco mesmo de molestar o pudor da majestade. Não vos falta a coragem moral para encarar de frente os males do país.

Uma deformidade sensível da época, senhor, é este anelo com que a nação vos está provocando a assumir o governo pleno do Estado!

É impróprio de um Estado livre, mas a evidência do fato se patenteia. Por todos os poros rompe a efusão do país que se abandona e confia exclusivamente da lealdade e critério de seu monarca.

Este povo apático e indiferente às mais nobres funções da soberania ainda sente por vossa pessoa sinceros transportes. Não sereis sua fé única; porém com certeza sois o estímulo das outras raras e sopitadas;

o estandarte capaz de nestes tempos inertes levantar entusiasmos em prol de uma causa.

Quereis exemplos?

Em 30 de março de 1862 inaugurou-se a estátua equestre do fundador do império. A democracia protestou contra o monumento da gratidão nacional pela voz dos mesmos tribunos que cerca de ano antes arrastavam à eleição as massas eletrizadas. Pois o povo correu pressuroso a saudar o desmentido de bronze, associando-se com fervor ao vosso júbilo filial e patriótico.

Nos primeiros dias de 1863 as represálias inglesas assaltaram de indignação o país. O ministro que havia descurado a questão em princípio acabou comprometendo a honra nacional. Mas vosso busto foi erigido ante a opinião. De todos os pontos rompem felicitações por um fato que se devera selar com o altivo silêncio da dignidade mártir.

A aura que bafejou a liga em sua nascença não foi a espontânea e livre expansão do espírito público em favor de uma ideia; mas somente um influxo do prestígio imperial. Lastrou a crença de que vosso tédio pelos conservadores já não se recatava; a atoarda ganhou vulto depois da questão inglesa, com o pretexto de vos terem abandonado as notabilidades do partido. A opinião empenhou-se em satisfazer vosso pretenso desejo de aproximar os liberais do trono.

O gabinete de 15 de janeiro¹ provocou aturdido o rompimento com o Estado do Uruguai; foi apeado do poder quando a coerência exigia que desenvolvesse sua nova política internacional; sucedeu-lhe o gabinete de 31 de agosto², que não estava na altura da situação. O país, enojado de tanta miséria, das infantilidades da liga, como de seus escárnios

1 ☞ 15 de janeiro de 1864, presidido por Zacarias de Góis e Vasconcelos. [N. do O.]

2 ☞ Presidido por Francisco José Furtado. [N. do O.]

ministeriais, amouou-se. Propala-se porém que a guerra é ideia vossa; as levas surgem, e o povo anima-se com alguns lampejos de entusiasmo.


Anunciais de repente vossa partida para o Rio Grande do Sul. O desgosto pela má direção da guerra; as tristes preocupações deixadas pelas dificuldades da última organização ministerial; os novos receios trazidos com a notícia da invasão da outra fronteira do império; e até o perigo de vossa ausência da corte em tão grave emergência; tudo disfarça o povo. Vistes como se aglomerou em vossa passagem à hora da despedida e da volta.

A desconsolada notícia da rendição de Uruguaiana entrou a barra ao som do canhão. A população magoada com o triste desenlace recalcou seu justo ressentimento, porque lá estivestes presente, senhor; e ela temeu desgostar-vos lamentando o malbarato dos brios nacionais. Seu respeito foi a ponto de receber como hóspede ilustre o estólido bárbaro que vilmente nos insultara.¹

Onde quer que brilhe o reflexo de vossa luz, a opinião, como o inseto noturno atraído pela flama, voa a adejar em torno, umas vezes para beber raios de esperança, outras infelizmente para queimar as asas.

Nem é somente nas manifestações solenes que se traduz esse geral sentimento dos brasileiros; diariamente se revela por uma série de incidentes e circunstâncias exíguas. Destacados não teriam significação esses fatos mínimos; porém múltiplos e contínuos compõem a fiel expressão do ânimo público.

Desde certo tempo os jornais atendem com excessivo zelo às vossas menores ações. Durante a questão inglesa se editaram minúcias de vossa pessoa, duplamente nocivas; de um lado vos apresentavam ao es-

1  Trata-se, provavelmente, do Coronel Antônio de la Cruz Estigarribia, comandante da ocupação de Uruguaiana, que passou a viver livremente no Rio de Janeiro. [N. do O.]

trangeiro desonrado daquela gravidade que é uma insígnia da realeza; de outro faziam alardo da fascinação de uma cidade livre por essas lantejoulas da corte.

Na parte não editorial, são frequentes os artigos pagos com endereço a vossa augusta pessoa. Contém eles queixas de indivíduos de todas as classes sobre minudências do expediente de empregados subalternos! Apela os súditos para vossa autoridade, à qual parecem ter desenvolvido toda confiança e todo poder.

A literatura e artes desenham também uma face da vida histórica dos povos. Raros livros vinham a lume ou trabalhos se executavam, que não fossem postos sob vossa invocação. Como Luís XIV¹, Frederico II² e Napoleão I³, entrais agora no período heroico, que prepara o mitologismo.

Esses grandes monarcas, porém, reviam-se no palco, sob um nome pagão, vendados pela alusão e fraldados da clâmide grega ou toga romana. Para vós o poema, o romance e o drama antecipam a posteridade e preludiam já a apoteose.

Não franqueais os paços imperiais ao aulismo⁴, nem o nutris com as festas da corte; é natural que ele se derrame pela cidade.

Há, senhor, nesse pronunciamto, que brota a cada canto uma demasia que degenera em lisonja e frisa com o ridículo. Mas não convém

1 ☞ Ver nota I na p. 39.

2 ☞ Frederico II da Prússia (1712–1781), terceiro rei na Prússia, entre 1740 e 1781. Recebeu os cognomes de “o Grande” ou “o Único”. É normalmente lembrado como um déspota esclarecido que muito contribuiu para a grandeza de seu país. [N. do R.]

3 ☞ Napoleão Bonaparte (1769–1821), dirigente efetivo da França a partir de 1799 e, adotando o nome de Napoleão I, foi Imperador da França de 18 de Maio de 1804 a 6 de Abril de 1814, posição que voltou a ocupar rapidamente de 20 de março a 22 de junho de 1815. Conquistou e governou grande parte da Europa central e ocidental. [N. do R.]

4 ☞ [sic]. Provavelmente aulicismo. [N. do O.]

escarnecer destes desvios, e somente corrigi-los. Todo o entusiasmo do povo é generoso; e neste dos brasileiros por seu imperador, parece que estão realmente concentradas durante a crise as forças vivas da nação.

Ai de nós se partem essa fibra da pátria; a convulsão sobrevirá terrível e instantânea.

Nas camadas superiores da sociedade, onde a luz penetra mais clara, o sentimento de adesão à vossa pessoa não obstante se condensa. A gente sensata, vendo a cada instante se aluírem em torno os nomes de sua fé, e se derrocarem as melhores reputações como as ideias mais sãs, apenas enxerga no seu horizonte pura e sobranceira vossa efigie. Para ela naturalmente convergem todas as esperanças dos bons.

Os mesmos varões fortes que de longe gritam contra o imperialismo e vos atribuem exclusivamente os males da atualidade... Algum será sincero; do geral quereis provar a têmpera à sua independência?

Aproximai-os do trono. Mais de uma vez já vistes as ambições encouraçadas dos demagogos que empunharam a acha popular contra a tirania abaterem as fúrias ante vossa magnanimidade. Se lhes estendeis a mão benévola, elas se agacham para beijar a cauda do manto imperial.

Quando vos acusam, esquecem o passado alheio e não pressentem o próprio futuro!

Já tive ocasião de faltar-vos do parlamento. Passou a axioma ali que a câmara não pode repelir preliminarmente um ministério organizado em desprezo dela porque esse voto seria um desacato à coroa!

Assim tortura-se o bom senso e incorre-se no escárnio público para disfarçar com a máscara do princípio a depravação de uma instituição política.

É também notório que as maiorias parlamentares já não se fazem pelas convicções e sim pela senha de que os ministros se dizem porta-

dores. Os grupos se aglomeram e se dispersam como a areia ao sopro da brisa que venta de S. Cristóvão, mas pela boca dos éolos fardados.

Qualquer ministro que se apresente com um decreto de aposentadoria de magistrados ou uma doação de alguns mil contos à companhia estrangeira obtém grande sucesso, se tiver a segurança e arte que exige o desempenho do papel. Mal percebam porém que o vizir não traz como inculca o anel e o cordão, o despedem com descortesia.

Enfim, senhor, bem vistas.

A câmara de 1863 onde tinham assento sectários de todas as opiniões, até do ódio ao governo pessoal, foi em corporação felicitar-vos por vossa energia durante o conflito inglês. Com esse voto reconheceu na coroa uma competência administrativa; e de legisladora desceu a cortesã!

Jorge III¹, a quem acusam, como a vós, de ingerir-se no governo, abrindo o primeiro parlamento felicitou seu ministério pela boa direção que dera à guerra americana; o parlamento respondeu a felicitação do rei com uma oposição enérgica.

A câmara de 1865, quando lhe anunciaram vossa imutável resolução de partir para o Rio Grande, encheu-se de entusiasmo e também votou ovações. Até ali era costume aliciar-se o parlamento com a miragem da coroa. Nessa ocasião a deslumbavam com o aparato de vossa vontade inflexível. Não tarda que a dispersem por um recado arrogante, se não houver aí uma sombra de Mirabeau² para o repelir com sangrenta ironia.

1 ☞ Ver nota I na p. 40.

2 ☞ Honoré Gabriel Riqueti, Conde de Mirabeau, (1749–1791), jornalista, escritor, político e grande orador francês. Foi destacado ativista e teórico da Revolução Francesa, notabilizando-se pela retórica apaixonada e convincente o que lhe rendeu o epíteto de “o orador do povo”. [N. do R.]

Nestas linhas do parlamento estão em relevo os ministérios.

Sem apoio no país e auxílio de partidos, os gabinetes só vivem e se nutrem da confiança imperial. O instinto da conservação os impele a fortalecer-se nela contra as oposições que vai levantando em sua marcha.

O organizador cata algum nome que possa insinuar a ideia de ser a combinação feita vossa; depois cada ministro excogita um ato, pelo qual mais se estreite com o trono. Assim gera-se a crença do governo pessoal; dela resulta para o poder uma força imensa.

Vossos escrúpulos a poupam; quando muito aproveitais migalhas. Mas o gabinete onipotente a esbanja com prodigalidade.

Senhor! A constituição vos fez sagrado e inviolável; a corrupção desta época elimina o salutar princípio e vos responsabiliza ante a nação e a história pelos desvarios de vossos ministros!

A nação vos ama; mas a história vos julgará com severidade.

E havia o súdito amigo que vos respeita encerrar-se em tímido silêncio, deixando com o tempo se acumular sobre vosso reinado este limo?

Aflija-vos embora a verdade; eu devo proclamá-la contra vossos escrúpulos.

Sim, senhor! Uma generosa reserva tolhe à majestade a plenitude das atribuições supremas que a nação lhe confiou. Muitas vezes pela absorção de exíguas parcelas do executivo, cai em estéril repouso o alto princípio que é o balanceador de todo o sistema.

E o povo que sente o mal-estar da atualidade, fatigado de decepções, atira-se para o monarca. A democracia saúda no trono seu chefe, os tribunos vestem toga e pedem o consulado.

Lá aparece de tempos em tempos um opúsculo renovando a acusação da onipotência imperial. Mas o que seria esse grito descompassado senão uma denúncia da vergonhosa impotência dos ministros e das câmaras para resistir à coroa se ela acaso exorbitasse.

Enfim, quereis a última e a mais cabal das provas?

Ei-la: é a prova negativa, que não falha. Todas as vezes que se tente conhecer o ponto culminante da opinião, o meio certo é colocar-se na oposição que necessariamente e sempre existe: o alvo dos maiores rancores adversos, ideia ou homem, é o cimo da opinião, sua face preponderante.

Que se nota na atualidade?... Quem deseje levar de arrasto após si, como a cauda de um cometa, toda essa aluvião de átomos inflamados que flutuam na oposição não carece nem da ideia superior, nem do verbo eloquente: basta enristar a palavra vulgar mas audaz contra o trono. A chusma o acompanha.

Só há nesta quadra dois caminhos para a popularidade; a audácia ou a lisonja: atacar ou rojar. A verdade transita corrida e apedrejada entre os cegos amigos insaciáveis de louvores, e os fofos demagogos que à semelhança dos camaleões mudam de cor a cada ambição.

Austera lição porém inflige a esses delírios vossa atitude nobre.

Quando o brilho da majestade e os esplendores da realeza fascinam por tal forma todos os que levantam os olhos para o trono, vós, senhor, colocado no foco da irradiação, no seio mesmo da pompa imperial, permaneceis calmo; e respeitais o sono do povo!

Forte é a têmpera da virtude que repele as instantes provocações do poder. Sob a púrpura imperial palpita em vosso peito um desinteresse de Cincinato¹ e Washington²!

Mas, senhor, há virtudes que não o são para os reis; a abnegação é uma. Lembrai-vos que vossa mão escreveu estas palavras sentenciosas — *a sujeição do cetro*.

1 ☞ Lúcio Quíncio Cincinato (519 a.C.—439 a.C.), general, cônsul e ditador romano. [N. do R.]

2 ☞ George Washington (1732–1799), general e político norte-americano. Foi o primeiro presidente dos Estados Unidos da América, de 1789 a 1797. [N. do R.]

O trono que a nação vos confiou é um posto de honra. Deveis a Deus e ao povo sua guarda severa. Não podeis esquivar-vos a ela sob pena de deserção.

Sois um brioso soldado da Providência; não faltareis na grande batalha da liberdade que está iminente e vai decidir da sorte do vosso povo.

A suma questão da atualidade é esta, da vigorosa iniciativa que deveis tomar em prol da constituição; nela está a chave de todas as outras tendentes à realidade do sistema e restauração do país.

O tempo das teorias passou; as necessidades públicas estão salientes; as reformas se descarnam de si mesmas e patenteiam ao menor exame. O que falta é somente a força para cavar o leito às ideias através da corrupção e indolência da atualidade.

Essa força, porém, há de produzir-se dentro do termo fatal. Ou desça do trono, ou suba da vasa, a revolução se há de consumir. Do alto de onde todos a desejam virá gradual, lenta e benéfica; de baixo quem pode calcular os ímpetos da convulsão?

Vosso pai fez para o povo brasileiro uma constituição liberal; fazei vós com essa constituição um povo livre. E vossa glória será maior.

20 de dezembro.

ERASMO

VI

Senhor,

A situação está patente à vossa razão ilustrada.

Vistes primeiro sua máscara, exprimindo às vezes uma indiferença extrema, outra um desânimo aterrador: sintomas da atonia popular, que pressagia grandes desastres, se não for combatida com vigor.

Penetrando depois no âmago da atualidade, conhecestes a natureza do mal, que há dez anos agravou-se. É a depravação do organismo político, de que resultou o amortecimento das crenças, a extinção dos partidos e a corrupção espantosa tanto do poder como da opinião.

Observastes que a recrudescência do mal sopitando o espírito público tornou devoluta a grande massa de soberania que reside no povo. Esta força tem-na esbanjado os corrilhos ministeriais à sombra da coroa e com a responsabilidade moral de vosso nome.

Finalmente sentistes no coração da crise o sinal mais significativo do abastardeamento do sistema representativo no Brasil; o afã com que a nação desenganada das seitas e dos homens se confia só de vossa prudência e virtudes.

Qual é, porém, a causa originária do mal que assola o país?

Nenhum estudo me parece mais digno de vossa atenção neste momento decisivo e culminante da crise.

Os sintomáticos publicistas que não passam da superfície, ou quando muito da cútis das questões, andam a tatear causas em qual-

quer fenômeno real ou aparente que lhes fere os olhos. Para uns é a onipotência da coroa, para outros é o falseamento do sistema eleitoral. Cada pensador assinala um motivo e com ele o corretivo infalível.

A causa radical do marasmo em que se acha o país está bem saliente; facilmente se acompanha na história do império seu rastro assolador. Para fazer dela evidências, basta designá-la.

É a falta de educação política.

A monarquia representativa, de todos os sistemas de governo o mais difícil e complicado, exige em maior grau que outro qualquer, compreendida a própria democracia, um povo ativo e ilustrado, prático na escola da liberdade, fortalecido por convicções robustas, e animado do espírito do trabalho.


A razão é óbvia.

Na república toda reputação, influência ou poder não só nasce do povo, mas conserva sempre sua base no povo; e o cimo nunca plaine sobranceiro à opinião. A onipotência da maioria, em um período mais ou menos longo, abate as popularidades gastas, erige novas e inverte aquela crosta superior que se vai formando sobre as massas.

O povo não luta, pois, na república senão consigo mesmo, com as paixões próprias, que os tribunos costumam explorar em proveito seu e detrimento da pátria. Grécia e Roma foram republicanas; mas o governo misto que Tácito¹ e Cícero² declararam impossível na antiguidade só pode realizar-se com o influxo da civilização moderna.

Na monarquia representativa, além da realeza, princípio hereditário e permanente há o elemento aristocrático, infalível nessa forma de governo. Nos países de origem moderna como o nosso apenas restam

1  Ver nota I na p. 9.

2  Marco Túlio Cícero (106 a.C.–43 a.C.), político, filósofo e escritor e romano. De sua vasta obra destacam-se *Da República* e *Das Leis*. [N. do R.]

do feudalismo umas veleidades caducas e fofas de nobreza genealógica; mas com o tempo se vai formando uma classe superior pela ilustração, riqueza e posição independente: é a aristocracia burguesa das monarquias representativas, com a qual a própria landocracia inglesa apesar de seu orgulho já foi obrigada a transigir.

Nesta forma de governo, portanto, o povo tem de lutar alternadamente com a realeza, cuja tendência unitária e absorvente é natural, ainda mesmo nos príncipes liberais; e com a burguesia aristocrática, compacta pelo espírito de classe e apoiada nos cargos vitalícios, nos cabedais criados pela indústria, nas clientelas de numerosos pretendentes.

É necessário já muita força para que a democracia resista à pressão da classe superior, que dispõe de todos os meios de influência. Se porém a simpatia ou tolerância da coroa insufla esse elemento ele acaba subjugando o povo à sombra da realeza e ameaçando a coroa com o espectro da revolução.

Governa, então, a pior tirania, de que fala Montesquieu¹: “— aquela que se exerce à sombra da lei”.

Só um povo doutrinado na escola do patriotismo e hábil no manejo da soberania pode arrostar a influência perniciosa, reivindicando pelos meios legais a sua autonomia e restabelecendo o império da constituição e da moral.

Está o povo brasileiro neste caso?

Não, senhor. Este povo nobre e digno das instituições que o regem; este povo, precoce para a liberdade, pois ainda na infância colonial já se eletrizava com ela, não foi educado, como merecia, para a monarquia representativa que aliás adotou de coração.

1  Ver nota I na p. 10.

Recaia a culpa sobre aqueles que podiam dirigi-lo e não souberam, ou não quiseram.


Em 1821 a independência se fez no entusiasmo da liberdade. O Brasil conquistou simultaneamente o governo dos brasileiros pelos brasileiros, e o governo do povo pelo povo.

Desde 1808 com a vinda do rei e a invasão de Portugal a emigração da metrópole para a colônia fora muito crescida; havia pois ao lado da população nata uma população adventícia, mas já ligada à outra por identidade de língua, laços de sangue e relações domésticas.

Com a independência não era possível refundir de repente nem expelir essa colônia. Ela permaneceu no país, à sombra das instituições, oferecendo uma base natural a qualquer ideia de oposição que por ventura surgisse. D. Pedro I¹, que tinha o pecado original de seu nascimento além mar, devia muitas vezes injustamente carregar com a responsabilidade dessa resistência, na qualidade de seu chefe nato.

Os partidos no Brasil se geraram desse antagonismo de nacionalidades; ser liberal significava ser brasileiro do mesmo modo que ser português ou aliado dos portugueses, valia tanto como absolutista. A revolução de 1831, que trouxe a abdicação, foi como a consagração da independência; aí a monarquia completou sua metamorfose e fez-se brasileira em vossa pessoa, senhor.

Mas enquanto viveu vosso pai, ainda o antagonismo de origem preponderou francamente. Com sua morte se desvanecem os receios de que a velha nacionalidade portuguesa absorva o recente império americano. O partido da independência, que era todo o país liberal, divide-se.

1  Pedro de Alcântara Francisco António João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon (1798-1834), primeiro Imperador do Brasil. [N. do R.]

Aí acabam os partidos pátrios e nacionais; e começam os partidos políticos.

Nota-se por esse tempo um período de atividade que durou desde 1827 até a reforma constitucional de 1834. A imprensa se desenvolve; os patriotas procuram instruir o povo nas máximas da liberdade. Essa efêmera animação passou.

Os partidos logo se tornam estéreis; algumas ideias que surgem só têm em vista a conquista ou a manutenção do poder. Não obstante o povo se interessa na luta, porque ainda o estimula, embora sob uma forma latente, o antagonismo de origem.

A emigração portuguesa continuava. Influência do clima ou espírito aventureiro que se desenvolve no emigrante, a atividade desses hóspedes os colocava logo em posição avantajada no comércio e indústria. O partido conservador que absorvera os restos da facção absolutista, em geral atraía a si essa colônia, que nele encontrava filiações de raça.

Era do comércio português e aderências que o partido conservador tirava principalmente sua força e os recursos com que sustentava a luta. Por isso também sempre que o partido liberal, exasperado em sua pobreza, agitava o facho da revolta, o primeiro grito que se ouvia era contra o lusitanismo.

Tão íntimo era esse ciúme pátrio, que ainda em 1848, vinte seis anos depois da independência, produziu ele em Pernambuco cenas deploráveis; e mais modernamente fez hastear na tribuna como um programa político a ideia tacanha da nacionalização do comércio.

Mas, senhor, por mais forte que fosse a têmpera de semelhante antagonismo, ele havia de gastar-se com o tempo. O comércio nacional desenvolveu-se; grande parte da emigração portuguesa refundiu-se na população nata; estrangeiros de outras nacionalidades concorreram em grande escala; e finalmente os costumes se limaram, os receios se desvaneceram.

A lei da raça predominou, logo que o ódio da família se extinguiu. Sendo essa aversão de origem a mola real com que os partidos governavam a opinião, gasta ela, sentiram os chefes a sua impotência.

Por outro lado algumas raras ideias governamentais que os políticos haviam lançado em circulação foram motivo de amargas decepções. O partido conservador servia-se da indústria para subir; e no poder, longe de proteger as duas principais indústrias do país, o comércio e a agricultura, as oprimia com direitos protetores de fábricas e manufaturas não existentes nem sonhadas no país.

O partido liberal depois de ter feito da regência que o país lhe confiara um juguete, traindo o voto nacional, excita em 1842 o povo à resistência, para de novo traí-lo governando de 1845 a 1848 com a lei de 3 de dezembro, causa da revolução de Minas.

A estupefação e desgosto da nação atingiu o último grau, quando de 1853 em diante ela viu homens dos diversos partidos que a tinham dilacerado a abandonarem, conciliando-se para mais cômoda e suavemente explorar as graças do poder.

O voto, que era a expressão da ideia, tornou-se para os ambiciosos um tento no jogo político. O povo então achou natural vender a sua mercadoria.

Bem vedes, senhor, em vez de educarem o país na liberdade; incutir-lhe os costumes e hábitos do governo representativo; desenvolver a imprensa pondo-a ao alcance de todos; instituir os comícios e leituras públicas; não se fez até agora senão dissipar o tempo e a riqueza nacional para exagerar o elemento aristocrático e corrompê-lo.

O que é a nossa atual aristocracia?

Composta em geral de duas classes de pessoas, os abastados de inteligência e escassos de cabedais, e os ricos de haveres mas pobres de ilustração; raros, bem raros são os que têm a força de se conservar em

sua órbita. Aqueles, urgidos pela sedução do luxo e mesmo pela necessidade, buscam nos altos empregos públicos e elevadas posições uma renda ou as facilidades de alianças e estabelecimentos avantajados. Estes, pruridos pela vaidade, se oferecem aos desejos dos primeiros em compensação de graças e consideração.

Há, senhor, caracteres íntegros nesta classe; há talentos pobres e riquezas modestas. Desgraçados de nós se não houvessem; mas infelizmente são poucos; e os outros têm o cuidado de os deixar na sombra.

O mais profundo publicista inglês escreveu uma página que parece traçada sobre a nossa atualidade política:

“Se toda a elaboração da sociedade que exige uma organização concertada, vistas largas e compreensivas estivesse em poder do Estado; e todos os empregos do governo fossem ocupados pelos homens mais capazes, toda a cultura do espírito e inteligência exercida do país seria concentrada em uma numerosa empregocracia; desta empregocracia o resto da comunhão esperaria tudo, a direção e impulsão para as massas, o acesso para os homens inteligentes e ambiciosos.” (*Stuart Mill*¹. *On liberty*.)

Para dar o último toque a esse esboço fiel observarei que a hereditariiedade, se não tem força de lei, goza do vigor do costume. Os nomes da geração passada que figuraram na política são títulos bastantes para o ministério.

Em tal situação qual é o remédio enérgico para o mal?

Os utopistas que afagam um ou outro pensamento bonito, bebido no último livro folheado, falam em eleição direta, descentralização, reforma judiciária e muitas outras ideias sem dúvida aproveitáveis; mas não se lembram dos meios de realizar a reforma.

1 ☞ John Stuart Mill (1806–1873), filósofo inglês. Defensor do utilitarismo, legou como principais obras *Sistema de Lógica Dedutiva* (1843), *Princípios de Economia Política* (1848), *A Liberdade* (1859), *Utilitarismo* (1861) e *O Governo Representativo* (1861). [N. do R.]

Se a reforma é sincera, lealmente democrática e eficaz bastante para restituir o povo brasileiro ao exercício pleno de seus poderes; por certo que a empregocracia que tudo domina se há de opor vigorosamente.

Consultai a página da obra que citei e vos é conhecida. Em seguida diz o ilustre publicista que o mundo exterior não é capaz de criticar ou moderar a ação da empregocracia; e nenhuma reforma se efetuará contra os interesses dessa classe poderosa. Ela exerce um veto tácito sobre as leis, não as executando: o veto da inércia.


Não podia Stuart Mill¹ escrever melhor se houvera observado a nossa sociedade. Contra a vontade da aristocracia oficial não tem o povo força para realizar uma reforma. Prescinda-se embora do mandato especial, quem há de votar na legislatura ordinária senão a parte mais interessada da aristocracia, o parlamento? E quem há de fazer e desfazer os votantes senão os agentes dessa aristocracia nas arbitrárias qualificações?

Mas eu dou já como certo que o povo se anime e queira a reforma; entretanto que nas condições presentes o problema mais difícil é arrancar da inércia e torpor o espírito público, inoculando-lhe novos estímulos políticos, já que os antigos se aniquilaram.

Para despertar do egoísmo as unidades esparsas; criar nelas dedicações; unir essas individualidades em massa compacta que transmita às outras o entusiasmo da ideia, só existe um meio: a imprensa.

A tribuna, onde quer que a levantem, no parlamento ou na praça pública, não vale sem os ecos poderosos e as formidáveis repercussões da imprensa. Outrora o orador que subia ao *bema*² em Atenas ou ao *rostrum*² em Roma tinha certeza de ver no auditório um povo; atualmente os costumes e leis sociais são outras; os comícios não se improvisam, nem se levam a efeito sem o meio indispensável da publicidade.

1  Ver nota I na p. 65.

2  *Bema, rostrum*, termos grego e latino para tribuna. [N. do O.]

A imprensa, bem o sabeis, senhor, é um luxo entre nós; as leis fiscais a fizeram tal. O povo é pobre e não pode pagá-la. Alguns periódicos aparecem com sacrifícios enormes, que vegetam em estreito círculo e afinal acabam inânimos.

As folhas diárias de grande formato e circulação, essas constituem o feudalismo da publicidade. Suas colunas abertas à concorrência mal chegam para os abastados; a emissão das ideias ali importa uma despesa não só de inteligência e estudo, mas do grosso cabedal.

Esta observação não depõe contra o caráter honesto e retas intenções das pessoas que dirigem no Brasil a imprensa diária; antes revela seu critério e moderação no uso de uma força que levemente manejada podia causar males incalculáveis.

Mas não é razoável esperar dessa imprensa, que tem suas raízes como suas ramificações na aristocracia burguesa, que ela se empenhe em proferir uma reforma tendente a derrocar a onipotência da classe superior e restituir à realeza e à democracia os seus direitos usurpados?

De modo algum. Qualquer reforma que se opere nas atuais circunstâncias será um engodo. A empregocracia para aplacar alguns assomos de impaciência concederá uma lei de aparato como em 1856 e 1860; mas na execução sua inércia há de pôr o veto. Os deputados por eleição direta ou indireta sairão do mesmo círculo e sempre filhos da fraude e venalidade.

O único meio eficaz de salvar o país, senhor, é união firme dos homens de bem, de que sois o chefe legítimo contra a imoralidade. É aliança sincera da realeza com a democracia, para regenerar o elemento aristocrático, restringindo sua influência perniciosa e inoculando-lhe novos brios e estímulos que o preservem da corrupção.

Se na atual aristocracia alguns caracteres estão irremediavelmente perdidos, em compensação outros de rija têmpera se conservam pu-


ros; e na máxima parte a eiva felizmente não passou da superfície. Mas a corrupção lavra com velocidade; se não for debelada quanto antes, ninguém pode avaliar seus estragos.

O que ela não contaminar arrojará para fora da política.

O mal urge, senhor. Esta crise é daquelas coisas das quais se disse que o silêncio é clamor. *Dum tacent clamant*¹.

25 de dezembro.

ERASMO

1  “Ao se calarem, gritam”. [N. do O.]

VII

Senhor,

Sentida a urgência indeclinável de vossa iniciativa, como o único meio eficaz e prudente de tirar o país da estagnação em que há anos se debate, cumpre estudar o modo prático por que essa revolução pacífica se pode consumir dentro dos rigorosos limites da constituição.

Esse estudo abrange a importante questão do sistema segundo o qual deve funcionar a coroa na monarquia representativa.

Não é propósito meu instaurar aqui uma controvérsia escolástica a respeito dessa tese eminente do direito público. Quanto pudesse eu catar nos livros de melhor nota e aduzir de meu próprio raciocínio, acredito que vos é trivial.

Deixo de parte a sedição erudição. Algumas considerações sucintas que desejo submeter-vos, desprendem-se das teorias e assentam sobre a prática e experiência.

Tem muita voga entre os homens políticos a conceituosa antítese das palavras *reinar* e *governar* como o mais perfeito contraste da porção de poder que vos compete em relação ao ministério. Nenhum cabedal faço dessa máxima, invento de um povo que se adstringe muito às palavras e pouco penetra no âmago das coisas.

Minha convicção a respeito da função da coroa é nas conclusões idêntica ao axioma do *rei reina e não governa*; mas prefiro bebê-la na lição

fecunda do povo, mestre em ciência governamental, inventor do sistema representativo e seu modelo.

A constituição brasileira confere ao imperador o título apenas de chefe do poder executivo; e para não deixar que pairasse dúvida sobre o sentido óbvio da qualificação meramente honorífica advertiu que exercitaria esse poder por meio de seus ministros.

Colocado na cúpula do sistema, investido de atribuições majestáticas sobre todos os poderes, o monarca brasileiro é nessa qualidade de alto moderador e chefe natural não só do executivo, como também do judiciário. Em relação a este último a constituição não o declarou expressamente; mas seu espírito é tão claro que em todos os tribunais as sentenças são expedidas em nome do imperador.

Em Inglaterra o rei é qualificado de fonte da justiça, *fountain of justice*; e por isso não se arroga a mínima fração do direito de julgar, confiado aos magistrados que o exercem em seu nome. É um título de honra, atributo da majestade, como a nossa frase constitucional *chefe do poder executivo*.

Nenhum voto, portanto, compete ao monarca a respeito do exercício das atribuições meramente executivas; nem mesmo o voto de qualidade; aliás impossível à vista da maneira peculiar da organização do ministério.

Há diferença profunda entre os corpos deliberantes e os corpos executores. Nos primeiros a fração vencida se isola da maioria e não participa da responsabilidade em que por ventura incorra o voto ou conselho. Nos segundos a opinião dominante absorve as dissidentes; a solidariedade prende quantos presidam à execução do ato.

O ministério é de todos os corpos executores o que mais obedece a esta regra; os publicistas ingleses costumam dizer que o gabinete é um só homem – *one man*. Nessa opinião compacta e unânime que forma a

resolução ministerial, não há interstícios por onde a vontade do imperador penetre. É um todo indivisível que se destruiria fracionando-se.

O conselho de ministros em Inglaterra é secreto; o rei não assiste a eles. “Costume altamente benéfico, diz *Lord Grey*¹, *Gov. parlamentar*, que data do tempo de Jorge I²”. No Brasil os ministros fazem apenas entre si umas conferências preliminares e celebram depois em vossa presença o conselho. Aí renovam as anteriores divergências individuais, solicitando vosso apoio ou pelo menos resistência contra a maioria.

Compreendeis a inconveniência de semelhante proceder e a excelência da praxe inglesa.

Os ministros podem levar para o conselho vários e encontrados alvites a respeito de uma questão importante. Na discussão os argumentos são desenvolvidos, ponderadas as objeções. Afinal sucede que dos retalhos das convicções, por mútua concessão, constroem uma opinião média, que não sendo de nenhum ministro individualmente, seja a do ministério.

Se vosso olhar, senhor, devassasse o segredo dessa mútua abnegação, a solidariedade se despedaçara; esses homens desceriam por força em vosso conceito. Podíeis discriminar os vencidos dos vencedores, os condescendentes dos convictos. Desde esse momento estava o ministério moralmente decaído; sua permanência no poder seria um mau exemplo.

1 ☞ Charles, segundo Conde de Earl, chamado de *Lord Grey* (1764–1845), político liberal inglês que ficou famoso pela reforma eleitoral que fez aprovar em 1832 quando era Primeiro Ministro. [N. do O.]

2 ☞ Jorge I da Grã-Bretanha (1660–1727), Príncipe de Hanôver, de 23 de janeiro de 1698, e Rei da Grã-Bretanha e da Irlanda, de 1 de agosto de 1714 até sua morte. Foi também o *Erzbannerträger* (Arquitesoureiro) e Príncipe-Eleitor do Sacro Império Romano Germânico. [N. do R.]

A verdade do sistema representativo e a dignidade dos caracteres exigem o segredo impenetrável do conselho de ministros. Aquele membro que o trair, ainda mesmo com o monarca, deve ser imediatamente arredado, por haver rompido a solidariedade que é o princípio de coesão desse corpo.

As resoluções do gabinete são apresentadas à coroa quando carecem de sua assinatura. Em Inglaterra costuma o rei, quando julga conveniente, ouvir seu conselho privado, que está fora da política e tem por fim unicamente esclarecê-lo. É como um livro da sabedoria e experiência nacional.

Cabendo ao monarca o direito inconcusso de recusar sua assinatura ao ato proposto pelo ministério, pode-se induzir daí argumentando do maior para o menor, a legitimidade de sua ingerência na resolução do conselho de ministros, durante a deliberação.

Cumpra meditar bem este ponto.

Se o imperador pudesse revogar a proposição ministerial por uma espécie de recurso ou apelo obrigatório, o argumento gradativo fora procedente. Mas tal não há. O imperador não anula o ato do ministério; apenas impede a sua realização. Como poder moderador demite o gabinete; mas não revoga a medida assentada em conselho.

O princípio exato é este. A coroa é depositária de uma simples fórmula, mas essencial para o cumprimento do ato executivo. Tal forma lhe dá um direito de resistência, semelhante ao que se estabelece entre diversos poderes independentes, e é condição do equilíbrio constitucional.

Recusando sua assinatura, o imperador perturba o livre exercício do poder executivo confiado ao ministério. Imediatamente se estabelece o conflito. Se o gabinete entende que sua política, a lealdade ao partido e fidelidade às ideias não sofrem; é dever de prudência e acata-

mento à majestade condescender com seus escrúpulos. Então se desvanece o choque.

Quando, porém, o gabinete entenda que não pode prescindir do ato, a dignidade de homens e sinceridade de políticos exigem que incontinente deem, e não peçam, sua demissão respeitosa. Uma hora mais que permaneçam no poder deve ser contada por anos que expiem no esquecimento sua culposa fraqueza.

Subsistindo o conflito, a solução dele devolve-se ao poder moderador. Encerra-se pois nesta órbita a função constitucional da coroa em relação ao poder executivo.

Não é fora de propósito advertir a razão por que a nossa constituição de acordo com o direito público, separando o poder ministerial do imperador, deixou-o contudo preso por essa fórmula da assinatura e esse título de chefe. À primeira vista parecia mais curial que destacasse inteiramente os dois poderes executivo e moderador como propôs B. Constant¹.

A razão é óbvia. O poder executivo pela sua natureza exige, antes do ato, certa reserva, e depois tal firmeza, que o poder moderador, incumbido de velar sobre sua marcha, não poderia esbarrá-la em tempo de evitar o perigo. É para que o poder moderador acompanhe de perto a trilha da administração e observe seus rumos, que ele foi instituído chefe titular do executivo.

Longe de ser hostil à pessoa do monarca, esta sã doutrina é a mais propícia ao seu poder e grandeza. Desprendendo-a do dédalo inferior das atribuições executivas, eleva-se a coroa ao apogeu de sua força.

1 ☞ Henri-Benjamin Constant de Rebeque (1767–1830), político e pensador francês de origem suíça. Seu livro principal é *Princípios de Política Aplicáveis a todos os Governos* (1810). De sua obra os redatores da constituição imperial tiraram a ideia do Poder Moderador. [N. do R.]

Ponderai somente este ponto, senhor. Nada é mais possível do que se esvaírar e corromper a opinião de um país; exaltando, em vez dos excelentes, os caracteres добres e perversos. Deve o monarca participar com tais homens do uso de uma autoridade que eles profanam?


Em Inglaterra podem ser ministros do rei seus próprios inimigos, como era Canning¹ de Jorge III², sem desgosto da majestade que se não associa ao gabinete, e sem quebra de dignidade por parte do estadista, que não faz à ambição o sacrifício das convicções.

No Brasil, ao contrário, dizem que as maiores notabilidades de ambos os partidos, não somente se retiravam do poder, mas desquitavam-se dele; e a recusa que em 1858 vários estadistas fizeram de organizar o gabinete confirmou o boato.

Que absorvéis da administração? Um simulacro apenas, mas bastante para magoar o amor próprio, que tem a cútis por demais susceptível.

Não é, pois, do poder executivo, senhor, que deveis tirar a força para debelar a crise; esse poder não vos compete. A mínima fração dele, que a tibieza dos ministros vos obriga a exercitar, em vez de robustecer, ao contrário amesquinha e debilita a majestade.

É esta uma verdade incontestável. Desde que o monarca desce um só grau da cúpula eminente onde a nação o colocou, ele confunde-se com o turbilhão que reina nos espaços atingidos pela ambição. Os ministros transformados em cegos instrumentos, longe de guardar a coroa, servirão somente para macular-lhe o prestígio; a opinião a fará

1  George Canning (1770–1827), político britânico conservador que serviu como Secretário de Estado dos negócios estrangeiros e, brevemente, como Primeiro-Ministro do Reino Unido. [N. do R.]

2  Ver nota 1 na p. 40.

moralmente responsável por quanto desvario e culpa se praticar à sombra do poder.

Dessa sentença inexorável, não vos absolveria, senhor, nem a inviolabilidade da constituição, nem a rigidez das virtudes que vos enobrecem.

Vossa força, tão grande quanto benéfica, está nas atribuições supremas que em outros países se qualificam de prerrogativas da coroa, e nossa constituição reuniu em um poder, sob o título de *moderador*. Aí repousa a majestade cingida de todo o esplendor; aí reside aquela porção importante da soberania popular, que a nação desprende de si, e encarnou em um homem superior, para a advertir em seus erros, e resistir à veemência de suas paixões.

O poder moderador é o *eu* nacional, a consciência ilustrada do povo. Assim como a criatura humana no correr da vida é admoestada por um senso íntimo, que a obriga a refletir sobre a moralidade do ato que vai praticar; a nação recebe do monarca o mesmo serviço; e muitas vezes o remordimento precursor da má paixão evita suas consequências, obrigando o povo a refletir.

O estudo deste fecho do mecanismo constitucional será profícuo se cotejar os acontecimentos dos últimos anos, que o tem traduzido na prática.

Permiti que interroque vossa memória.

Qual o uso que tendes feito do poder moderador em relação à política durante vinte cinco anos de efetivo reinado?

Destacam-se três períodos bem distintos na história da política imperial.

Até 1853 consistia essa política em alternar no poder com espaços quase iguais os dois partidos existentes no país. Quando um enchia seu tempo de governar, começava a sentir uma resistência surda; receoso de precipitar a queda ia temporizando, até que sua persistência se fatigasse ou vossa paciência se exaurisse.


Assim caíram os ministérios liberais em 1844 e 1848; os conservadores em 1844 e 1853. A crise prolongava-se mais ou menos conforme o caráter dos indivíduos.

No período da conciliação de 1853 a 1862, nota-se uma alteração muito sensível em vossa política. Os ódios das antigas lutas tinham magoado vosso coração realmente bom; doía-vos reinar sobre um povo que vivia a se dilacerar, e para o qual o exercício de vossas atribuições constitucionais era o sinal de uma hecatombe.


Adotastes, então, uma política de tolerância e concórdia em vez das transições bruscas do período anterior, reinou uma flutuação do poder, obrigada a moldar-se às menores asperezas da opinião.

Em 1862 começa a última fase. Chamando para organizar o gabinete de 24 de maio ao Conselheiro Zacarias¹, chefe da oposição na câmara, revelastes a intenção de cingir-vos às máximas do governo parlamentar. Com vigor era estreada a nova política, pois cortando pelas tradições nacionais, implantava-se no país o estilo inglês, segundo o qual o *leader* da oposição nos comuns é o diretor nato da situação por ele criada.

O primeiro obstáculo, produzido pelo voto explícito de desconfiança dado ao 24 de maio, vos retraiu. Em vez do Visconde de Uruguai², que se divulgou ser o nome proclamado pelos conservadores em sua assembleia do partido; em vez do Conselheiro Torres Homem³, chefe

1  Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815–1877), advogado e político brasileiro. Foi deputado, senador e presidente do Conselho de Ministros. Participou da fundação da Liga Progressista em 1864 e escreveu *Da Natureza e Limite do Poder Moderador*, em que defendeu o princípio de que o rei reina, mas não governa. [N. do R.]

2  Ver nota 4 na p. 17.

3  Francisco de Sales Torres Homem, o Visconde de Inhomirim (1812–1876), advogado, jornalista, diplomata, escritor, médico e político brasileiro. Foi também deputado geral, presidente do Banco do Brasil, ministro da Fazenda, Conselheiro de Estado e Senador do Império do Brasil de 1868-1869. [N. do R.]

da maioria parlamentar, tirastes da penumbra um cidadão respeitável, mas anacrônico para a situação.¹

Contudo, vencida essa hesitação natural, o pensamento do governo parlamentar parece preponderar em vosso espírito até maio deste ano em que novo obstáculo, desviou-vos do *leader* da oposição parlamentar para cair de novo no mesmo anacronismo de 1863. Os ministérios de 15 de janeiro, 31 de agosto² e a incumbência de organizar o sucessor dada ao Conselheiro Saraiva³ emanam daquela tendência de vosso espírito.


Creio ter sido fiel na exposição dos fatos; serei sincero e respeitoso em sua apreciação.


Em nenhuma das três fases a política imperial parece ter sido a mais adequada às circunstâncias.

Na primeira fase, quando lutavam dois partidos organizados, nenhum deles teve tempo e meios de realizar suas ideias no governo: eles alternavam-se em períodos regulares e apenas no poder eram esterilizados pela resistência demasiada que encontravam na moderação e prudência da coroa.

No tempo da conciliação, a política imperial, aliás com intenções louváveis, longe de promover a restauração dos antigos ou criação de novos partidos até certo ponto concorreu para agravar esse estado anômalo, com a conhecida repugnância de usar da prerrogativa de dissolver a câmara.

1  Refere-se ao Marquês de Olinda. [N. do O.]

2  Presididos, respectivamente, por Zacarias de Góis e Vasconcelos e Francisco José Furtado. [N. do O.]

3  José Antônio Saraiva (1823–1895), advogado e político brasileiro. Foi deputado, senador, Conselheiro de Estado e presidente do Conselho de Ministros. Fez aprovar a Lei dos Sexagenários. [N. do R.]

Nos últimos anos a coroa foi nimiamente condescendente.

No estado de decadência a que chegou o parlamento era impossível conhecer os verdadeiros diretores da opinião, pois de fato não existiam. Pequenas saliências, a presidência da câmara, um banquete ou qualquer circunstância insignificante apontavam à situação um homem talvez na véspera nulo.

Nos países onde o governo parlamentar funciona regularmente, o poder não oscila à mercê de qualquer fátua manifestação de um grupo de deputados: segue a direção firme que lhe imprime um partido organizado, com raízes na população.

O imperador não pode sem dúvida desprezar a opinião pública; se porém a opinião se extravia e contamina com a mais feia imoralidade, ele, probo e austero, tem não só ante a nação, porém ante Deus, a obrigação indeclinável de resistir em nome da lei e da moral.

Quando a nação não ouça a paternal admoestação e se aprofunde no vício, deturpando a virtude, elevando ao redor do trono maus caracteres e almas prostituídas, então...

Seria a circunstância única em que um rei teria o direito de abdicar sem fraqueza, abandonando à justiça de Deus o povo que delinqui!

Mas não haja receio. O Brasil vos ama; e responderá dignamente ao vosso apelo.

31 de dezembro.

ERASMO

VIII

Senhor,

Os eixos sobre que deve girar o poder supremo confiado à coroa são diversos daqueles em que trabalhou até agora o nosso mecanismo representativo.

Situado na cúpula do sistema, neutro e inacessível, o monarca, poder nacional, plaina sobre os outros, meros poderes políticos. Ele não exprime somente, como a legislatura, uma delegação da soberania; exprime um depósito permanente e sagrado. O imperador é mais do que o primeiro representante da nação; é seu defensor perpétuo, o magistrado supremo do Estado.

Chamo-o poder nacional para significar a quase comunidade em que se acha com a nação. Nele reside uma parte da soberania popular, que isolou-se em princípio e se consolidou nessa grande individualidade, a fim de resistir aos desvarios da opinião.

Nada caracteriza melhor a natureza desta sublime instituição e a excelência da monarquia representativa do que o voto de Madison¹ e outros ilustres colaboradores da constituição americana.

I ☞ James Madison, Jr. (1751–1836), advogado e político estadunidense. Assinou, juntamente com John Jay e Alexander Hamilton, a obra *O Federalista* (1787), além de ter colaborado na elaboração da Constituição Americana, de que é considerado o pai. Foi o quarto presidente dos Estados Unidos da América, entre 1809 e 1817. [N. do R.]

Reconhecendo a necessidade de uma força moderadora, que servisse de salutar corretivo à onipotência da maioria; depois de laboriosas investigações confessaram os sinceros publicistas a impossibilidade de resolver o problema na forma de governo puramente democrática.

Esse poder, senhor, a mais alta expressão da majestade, a constituição brasileira vos confiou privativamente. Não podeis tolerar, sem quebra de vosso juramento, que vontade alguma, qualquer que ela seja, penetre no recesso inviolável das atribuições soberanas.

Os liberais sinceros se empenham com razão em desenvolver a coroa das atribuições do poder executivo e a exaltam à região superior, para evitar que sature-se das paixões e intrigas que gera nos homens a cobiça do mando.

Mais funesto será o mal, se os ódios e interesses de partido atingirem a elevada esfera do poder moderador e a contagiarem. Em vez do princípio conservador que aplaque os ausos da opinião esvairada, as prerrogativas imperiais na mão audaz dos aventureiros políticos se transformarão em instrumento de compressão ou anarquia.

A plenitude das atribuições supremas, com exclusão de qualquer poder, é uma das mais fortes garantias da liberdade. Lá da sumidade do trono, senhor, guardais a nação, melhor que nenhuma outra instituição, melhor do que a própria maioria. Nas eminências o olhar se explana; e quando a base conturba-se, o primeiro ponto que oscila é o cimo da pirâmide.

Os liberais brasileiros, do tempo em que os havia sem mescla e de marca, se intuíram tanto desta verdade, que em 1834 extinguiram o conselho de Estado. Assim isentaram ainda mais a coroa do elemento aristocrático, arredando até esse mínimo estorvo que po-

dia tolher-lhe, com o pretexto das conveniências, os generosos impulsos.

Não há contestar este ponto. Os atos do poder moderador são de exclusiva competência vossa: para exercê-los não dependeis de agentes e atualmente nem de conselho.

A constituição vos conferiu em sua inteireza o título, como a efetividade, das prerrogativas imperiais. Basta que vossa vontade se enuncie de um modo positivo e solene; torna-se logo de sua própria virtude e essência fato consumado. No domínio da lei não se concebe resistência para ela.

Só a nação, assumindo a plenitude da soberania constituinte, a poderia revogar, se a justiça o reclamasse.

Não renovarei a controvérsia exausta da responsabilidade ministerial em relação ao poder moderador. Esta questão, na qual se fez maior gasto de talento do que de ideias práticas, é ociosa; carece de assunto.

Os atos do poder moderador, na qualidade de atos soberanos, são de sua natureza legalmente irresponsáveis. Emanam daquela fração da soberania orgânica e primitiva que se destacou na massa geral para lhe servir de contraste.

Se com o imperador está a maioria da nação, seu ato é onipotente; não há na terra tribunal para o julgar, a não ser o da consciência universal.

Se é a opinião mesmo injusta da minoria que a majestade apoia, seu ato é inocente; significa apenas o protesto do fraco, a defesa do vencido, ante o supremo júri nacional que vai decidir do pleito político.

Quando a tirania popular desterra Aristides¹ por ser justo e sacrifica Luís XVI² por ser bom; a minoria não é responsável pelo voto contrário. Sua opinião, subjugada embora, é um direito tão sagrado, como a opinião triunfante.


Quem estuda com profundidade a sublime instituição do poder moderador reconhece essa natureza essencialmente inóxia. Ao passo que sua ação benéfica é de alcance imenso para o Estado, cuja salvação muitas vezes depende dela: não está em sua esfera cercear uma só atribuição de qualquer poder, nem restringir os direitos individuais do cidadão.


A substância dessa instituição é o grande princípio da resistência, reconhecido pelo voto unânime dos publicistas, como o nervo do governo representativo. A luta, que se observa em maior ou menor grau por toda a trama do sistema, manifesta-se aqui na mais alta expressão: entre o povo e o rei, entre a soberania manente e a soberania vigilante.

Nem todas as funções moderadoras são coligidas no monarca; certas costumam ser confiadas ao senado vitalício e ao poder judiciário; outras, completamente inertes, ficam depositadas na lei fundamental do Estado.

Nossa constituição fornece um exemplo frisante das últimas.

O povo brasileiro, que aceitou a lei fundamental de 25 de março de 1824, tinha sem contestação o direito soberano de a revogar, apenas se convencesse que não era a mais própria para sua felicidade. Recean-

1  Aristides (530 a.C.–468 a.C.), político ateniense cognominado “o Justo”. Em luta com Temístocles, foi exilado pelo processo do ostracismo. Consta que na votação um analfabeto que não o conhecia lhe pediu que escrevesse na concha o nome Aristides porque estava cansado de ouvir as pessoas o chamarem de justo. [N. do R.]

2  Luís XVI de Bourbon (1754–1793), rei da França (1774–1791), depois rei dos Franceses (1791–1792). Era filho do delfim Luís e de Maria Josefa de Saxônia e esposo de Maria Antonieta da Áustria. Acusado de traição, foi julgado pela Convenção e condenado à morte, sendo guilhotinado em 21 de janeiro de 1793. [N. do R.]

do-se porém da própria precipitação, opôs-lhe embaraços nos trâmites estabelecidos para a reforma constitucional. (art. 174 a 177).

Esse impedimento criado a si mesma pela soberania é uma função moderadora. Vossas atribuições, senhor, têm igual caráter e maior virtude. Sois uma lei também; mas lei viva, solerte, enérgica, armada, para defender a nação contra suas paixões, e obrigá-la a refletir nos transes solenes.

As democracias grega e romana no tempo de sua indomável independência sentiram a necessidade desse corretivo e o buscaram na religião. O oráculo foi o poder moderador para os povos primitivos.

O abuso das prerrogativas imperiais retarda momentaneamente a marcha do país; mas não perturba as evoluções regulares do sistema. Cumpra cada um o seu dever; que dentro da órbita da lei o equilíbrio se restabelecerá.

A nação, cônica de sua justiça, forte pela convicção, assumirá uma atitude digna, e no termo preciso obterá pelos meios constitucionais revogar ou restringir o depósito da porção de soberania confiada à coroa.

Quando a controvérsia da responsabilidade ministerial nas prerrogativas imperiais escapasse à censura de ociosa; seria para incorrer na pecha de fútil.

Essa fórmula só prestaria a dois fins: a restringir o uso das atribuições supremas da coroa, tornando a manifestação de sua vontade dependente de influências parlamentares elevadas ao ministério; a resguardar a coroa de toda a imputabilidade, ainda mesmo daquela íntima e recôndita que escapa à ação da lei e à censura pública.

Ambas as pretensões além de inconstitucionais são impossíveis.

Não há torpeza imaginável que não encontre homem ainda mais torpe para a praticar. Um rei perverso nunca deixa de fazer o mal por

falta de ignóbeis instrumentos para suas cruezas. Carlos IX¹ arcabuzava ele próprio o povo de Paris por divertimento, não por necessidade.


Também força alguma é capaz de subtrair um fato ao influxo dessa opinião ambiente, elástica e sutil que insinua-se por todos os poros, e circula, como o ar na atmosfera.


Fez Deus a consciência humana tão elevada, que nem a Sua própria onipotência criadora eximiu ao senso íntimo da criatura, quanto mais a majestade humana.


Se o ato do poder moderador irritar o espírito público em um país intolerante, é inútil atravessarem por diante qualquer barreira; a opinião há de rompê-la para ir à vontade superior que perante a constituição é a fonte exclusiva dos decretos soberanos. A autoria lhe pertence ou haja iniciado, ou simplesmente aprovado a medida.

O povo francês entendeu que Luís Filipe² não o tinha bem governado; cassou-lhe a soberania e desaforou-o da pátria. Aqueles que referendaram seus atos são cidadãos franceses: e talvez fossem ministros do império, como foram do reino, se Napoleão III³ quisesse aproveitar-lhes os serviços.

A responsabilidade ministerial nas prerrogativas da coroa só tem um efeito real, e esse deplorável; o de rebaixar ministros, investidos das im-

1  Carlos Maximiliano, mais conhecido como Carlos IX da França (1550–1574), filho de Henrique II e de Catarina de Medicis. Foi coroado rei da França em 1560, quando morreu seu irmão Francisco II. [N. do R.]

2  Luís Filipe I (1773–1850), Duque de Orleans, Duque de Valois, depois Duque de Chartres, rei da França de 1830 a 1848, foi cognominado o “Rei Burguês” ou “Rei Cidadão”. [N. do R.]

3  Napoleão III de França, nascido Charles Luís Napoleão Bonaparte (1808–1873), sobrinho de Napoleão Bonaparte. Foi presidente e posteriormente imperador da França (1852–1870). Era o terceiro filho de Luís Bonaparte (1778–1846), rei da Holanda, e Hortênsia de Beauharnais, respectivamente, irmão e enteada de Napoleão Bonaparte. [N. do R.]

portantes funções do poder executivo, a instrumentos cegos e passivos, manivelas que a coroa rejeitaria mal as sentisse perras em sua mão.

Fazei cumprir a constituição, senhor. Não consenti que sob vossa rubrica se escreva outro nome qualquer. Essa lauda, que transmite vossa vontade, representa a superfície onde se exerceu o poder inviolável e sagrado. A assinatura de um ministro aí é uma invasão à soberania e uma profanação à majestade.

Relevai, senhor, que a propósito desta tese constitucional eu refira-me a um fato bem recente.

Correu que a nomeação de alguns conselheiros de Estado fora adiada pela oposição que a dois nomes fizeram certos ministros. Se este fato que chegou até a minha obscuridade é verdadeiro, por ele avaliaeis da casta de solidariedade ministerial que voga em nosso país. Vereis como a inviolabilidade da coroa é a cada instante exposta à censura pública.

A nomeação do Conselheiro de Estado é de vossa privativa competência. A respeito dos primitivos a constituição o declarou positivamente e por duas vezes (art. 137 e 139).

Se entrasse na intenção da lei fundamental atribuir essa nomeação ao poder executivo, a deixaria implícita na generalidade do art. 102 § 4.º onde bem coubera.

Não podia essa faculdade da nomeação de conselheiros figurar entre as prerrogativas mencionadas no art. 101; porque não é como elas uma atribuição moderadora, e apenas uma cláusula ou formal inerente ao exercício dessas atribuições.

Outras competências tem o imperador individualmente, como a de dar tutor ao menor que lhe sucede (art. 130), resolver o casamento da herdeira presuntiva (art. 120), nomear mestres para seus filhos e mordomo de sua casa (art. 110 e 114). Nenhum desses atos exclusivamente

imperiais foram mencionados entre as prerrogativas; porque são, com a nomeação dos Conselheiros de estado, a moralidade da coroa.

Quando no domínio da constituição, em que a audiência do conselho de Estado era obrigatória, a nomeação foi privativa do imperador; a dúvida seria impertinente no domínio da lei ordinária que restabeleceu essa instituição.

Atualmente a audiência do conselho de Estado é ato espontâneo da coroa. Haveria incoerência da lei em privar a escolha do conselheiro, quem o pode condenar a eterno mutismo, recusando-se a ouvi-lo jamais.

Enfim há verdades que calam. Se competisse ao executivo tal nomeação, talvez o vosso conselho se compusesse de homens, que, embora notáveis no seu partido, não tivessem a vossa estima e confiança, condições essenciais do cargo!

Eis uma ocasião oportuna, senhor, para arrancar à onipotência ministerial uma parcela cerceada à majestade.

No momento em que vossa vontade tenha sua manifestação autêntica e solene; os escolhidos estão nomeados. Ao ministério cumpre pura e simplesmente executar o ato.

Se a solidariedade ministerial impede vossa interferência nas resoluções do executivo; aqui é a inviolabilidade da coroa que rechaça qualquer contestação do gabinete.

Depois do ato executado, entendendo o gabinete ou algum dos membros que não deve tomar a responsabilidade de suas consequências, renuncia ao poder e vai ao parlamento declarar abertamente sem figuras nem rodeios os motivos de sua retirada. O país julgará do critério deles.

Que o ministro não pode negar execução ao ato do poder moderador, sem incorrer em traição, é evidente. O contrário importaria uma

restrição indireta do exercício das atribuições supremas. Com a ameaça da demissão em circunstâncias melindrosas, se tolheria o impulso da coroa.

O ato moderador é irresponsável; sua realização tem a mesma natureza; a imputabilidade só é possível em relação à forma abusiva de execução.

Estudo da maior importância é o da natureza do poder moderador.

No complexo das atribuições que lhe são conferidas se destacam duas ações bem discernidas, duas forças inversas; conservação e restauração.

A força conservadora está na faculdade concedida ao imperante de modificar o exercício de um poder político, sem contudo o alterar: pelo veto, a lei; pela reunião extraordinária da assembleia, a administração; pelo perdão ou anistia, a justiça.

Nas condições normais do sistema essa força preventiva basta para aplinar as escabrosidades que por ventura impeçam a rotação do mecanismo político, ou para conter os movimentos acelerados e imprudentes.

Os diretores da opinião são chamados a governar o país; a maioria parlamentar, de que eram chefes ou pelo menos vultos proeminentes, apoia sua administração. O monarca repousa na confiança do partido cujas ideias a nação adotou. Se julga que o poder executivo delas se afasta, fá-lo comparecer ante a maioria que o elevou para que lhe tome contas severas.

Mas há circunstâncias excepcionais em que a simples conservação seria insuficiente para preservar o sistema da ruína. Tais crises, motivadas pela extravasão de um poder ou inércia de outros, produzem o emperramento de todo o mecanismo político e logo após a corrosão e completo aniquilamento.

Momento semelhante é o da nossa atualidade. A depravação do poder legislativo e dependência do judiciário, de um lado, exorbitância do executivo, por outro, paralisaram entre nós o governo representativo. A atonia do povo e sua rudez política, a par do espantoso desenvolvimento e corrupção do elemento burocrático, dão ao mal uma enormidade assustadora.


É para estas graves crises que a constituição armou o monarca também de uma ação impulsora, capaz de restaurar o sistema. “Quando as molas desarranjadas se chocam, embatem e travam, é necessário uma força que as reponha em seu lugar” diz B. Constant¹, atribuindo ao poder real a ação preservante e reparadora. (*T. de Política* – cap. 2.º)²

A alta e suprema iniciativa da coroa não se contunde com a iniciativa de esfera menos elevada, que imprime o movimento à administração. Esta é regulamentar; a constituição a reservou na máxima parte para o poder executivo.

O discrímen da iniciativa imperial, que a distingue essencialmente de qualquer outra, é de funcionar acima da própria constituição. Esta atitude reclama um termo novo. A força ativa do poder moderador é sobreconstitucional; ele se exerce em um espaço superior, intermédio entre a constituição, soberania escrita e anterior, e o voto, soberania latente e atual.

O imperador com um ato seu modifica ou altera um poder; não na essência jurídica das atribuições, mas na essência moral da personalidade. Muda o ministério, dissolve o ramo temporário do poder legislativo; suspende os magistrados.

1  Ver nota I na p. 73.

2  *Tratado de Política Constitucional*. No original *Cours de Politique Constitutionnelle* (1818-1820). [N. do O.]


Nenhum poder, nem mesmo o povo, tem, no domínio da constituição, faculdade igual.

A nomeação e demissão do ministério é o primeiro momento dessa iniciativa. Do imperador emana direta e exclusivamente a organização desse corpo executivo, que dá o impulso ao Estado. Tem pois a coroa o incontestável direito de inaugurar uma nova ordem de coisas, escolhendo para o gabinete homens que sirvam de intérpretes ao seu pensamento político.

Quando no país existem partidos governamentais organizados, cada um deles atrai as melhores inteligências e se torna depositário de uma soma de ideias práticas. A missão do monarca é respeitar a opinião, deixando aos princípios por ela exaltados a liberdade de semearem o bem que encerram. O ministério sai, então, do seio da maioria parlamentar, que representa a excelência da opinião.

Mas os partidos se corrompem; a eles sucedem facções perigosas, ou uma burocracia formidável que impõe à coroa os ministros e ao povo os representantes. O estilo da organização parlamentar do gabinete suspende-se. O monarca está investido do direito de escolher os homens que entender, sem restrição alguma; *alone without any advisers*¹, dizem os ingleses.

Admirai, senhor, a sabedoria de nossa constituição, que mencionando esta atribuição, a firmou com uma palavra enérgica, não usada em relação às anteriores: *livrement*. Como nenhum obstáculo pode surgir na órbita das outras prerrogativas, não houve necessidade de as robustecer; bastou indicá-las. Nesta era possível que se opusesse a razão do costume e a suscetibilidade parlamentar; desatou-se pois a majestade dessas filigranas.

1  “Sozinho, sem qualquer conselheiro.” [N. do O.]

Como remate ao pensamento salutar, deu-se maior amplitude e facilidade à escolha; já isentando o cargo de ministro de habilitações exigidas em outros de menos importância; já dispensando a audiência do conselho de Estado, que era necessária em todos os atos do poder moderador, até mesmo na nomeação de senadores.

Quis o legislador colocar essa atribuição majestática em tal plenitude, que não achasse o imperador estorvos senão em sua consciência e no voto nacional.

Mas a iniciativa imperial seria nula se não fosse apoiada pelo ato complementar da dissolução, que avoca ante a soberania o grande pleito entre a coroa e o parlamento.

A dissolução não é, senhor, um ato violento como falsamente o consideram os partidos sem base, que aspiram ao poder, só pelo poder. É um ato às vezes de energia, às vezes de consumada prudência; mas em todo o caso essencialmente liberal.

Sempre que o monarca se põe em face de seu povo, ele dá testemunho de respeito à soberania nacional. Também sempre que a câmara temporária se restaura no seio da nação, ela volta das urnas mais forte e vigorosa; é a opinião revestida da sanção popular.

Não se pode sinceramente contestar à coroa esse alto e sublime atributo de influir no país pela formação livre do gabinete uma nova ideia e propor à vontade nacional uma política estranha aos partidos atuais.

Tal iniciativa é um alvitre dado à nação por seu conselheiro supremo.

O rei constitucional não é uma cifra, diz Brougham^I, escritor da mais pura escola liberal. Reduziria o poder moderador a essa nula ex-

I  Ver nota I na p. 37.

pressão quem pretendesse privá-lo da faculdade de imprimir melhor direção à política do Estado e experimentar no governo novas ideias em substituição de outras gastas.

Despido do poder executivo, de que lhe não compete mais que o título honorário de chefe; obrigado no uso das prerrogativas a adstringir-se a um ou outro partido; a coroa, em vez de pêndulo diretor, seria como leve grimpá móbil aos sopros da opinião.

Que se devera esperar de um rei tão completamente anulado na parte mais nobre da personalidade?

Uma razão, condenada ao sacrifício perpétuo das convicções, reduzida a refranger como uma superfície polida as ideias estranhas, breve se havia de embotar e perverter na ociosidade. Semelhante rei seria um luxo dispendioso para o Estado.

Tem-se visto sob a púrpura todas as variações do espírito humano desde a tirania até a imbecilidade; porém esse aleijão político nunca existiu, nem há de existir. Um homem, Sieyès¹, ideou semelhante indecência com o título pomposo de grande eleitor. O sarcasmo de Napoleão² esmagou o sonho: “Que homem de brios há aí que se sujeite à condição de um porco com alguns milhões para ceva?”

A constituição brasileira, promulgada por um príncipe heroico, elaborada por conspícuos varões, não podia deixar imperfeita a cúpula do grandioso edifício. A coroa aí está revestida de tal pujança, que sendo necessário pode fazer parar a nação um instante, como Josué³ fez parar o sol.

1 ☞ Emmanuel Joseph Sieyès (1748–1836), político, escritor e eclesiástico francês. [N. do R.]

2 ☞ Ver nota 3 na p. 53.

3 ☞ Filho espiritual de Moisés, após cuja morte conduziu o povo de Israel para a Terra Prometida e conquistou todos os territórios reservados por Deus ao povo eleito do Antigo Testamento. [N. do R.]

O profeta recebia sua possança de Deus; o imperador a recebe da lei.

Se a constituição a visasse em restringir a iniciativa do imperador não devia de lhe atribuir a nomeação e demissão do gabinete, para que este saísse infalivelmente do seio da maioria parlamentar. Quando julgasse o poder neutro necessária uma mudança na política, a provocaria pela dissolução da câmara.

O país elegeria novos representantes, que sustentariam o mesmo gabinete ou o arredariam do governo. Assim a iniciativa partiria da opinião: e as funções da coroa se limitariam à de um simples vigia colocado na eminência para dar rebate.

Bem diverso, porém, é seu preceito. O pensamento político emana prévia e exclusivamente da coroa; ao parlamento, representante próximo e recente da opinião, cabe aceitá-lo; se o não faz a nação é chamada a decidir em última instância.

Essa provocação do imperador tem efeitos muito salutareos no sistema representativo. Ela entretém a animação na vida pública e desenvolve o vigor da opinião. O fluxo e refluxo de ideias entre o trono e o povo corrige e lima o elemento aristocrático, o qual por sua vez contrai os fortes impulsos dos princípios extremos.

O povo, cuja cabeça não encerra uma vontade firme, se enerva na indolência, enquanto a classe burocrática, ilustrada e ativa, adquire uma exuberância de força, que muitas vezes produz a congestão do poder. É como um indivíduo apático; as extremidades se relaxam; o ventre se avoluma.

É preciso que o rei saiba querer, para que o povo aprenda a resistir; assim instruem-se mutuamente, o rei na ciência do governo, o povo na ciência da liberdade.

Além dessa iniciativa legal exerce o monarca a influência moral inerente à majestade e realçada por seus méritos pessoais. O simples agrado

do soberano virtuoso encerra, diz B. Constant¹, “um tesouro inesgotável de opinião para a monarquia”.

Em Inglaterra os pares, membros natos do conselho privado, têm o direito de entreter o rei em audiência particular sobre os negócios públicos. Os altos magistrados e membros da administração pertencem também àquele conselho e frequentes vezes consultam diretamente a coroa.

A transmissão constante de ideias ente o monarca e os cidadãos principais aproxima do trono a classe ilustrada e permite que por meio dela se derrame no país o influxo das ideias do primeiro cidadão e as luzes de sua experiência. Opera-se uma consubstanciação da coroa e do espírito público. Maior influência e mais grata não pode exercer sobre a administração um monarca ilustrado, do que essa da virtude e saber. Escusa fatigar-se com o trabalho ministerial quem dirige a opinião de que o gabinete é apenas um instrumento.

Há, é certo, no país uma escola que se teme do prestígio imperial, porque ofusca muito ouropel. Pretende ela que a expansibilidade do monarca destrói o equilíbrio dos outros poderes.

Faz-me isso lembrar, senhor, de uma zombaria de Swift² sobre a diplomacia europeia. — “Quereis vosso equilíbrio tão perfeito que, se um pardal imprevisto pousar nalgum canto, derrocará todo o edifício.” —

7 de janeiro.

ERASMO

1 ☞ Ver nota I na p. 73.

2 ☞ Jonathan Swift (1667–1745), escritor e clérigo irlandês. Sua obra mais conhecida é *As Viagens de Gulliver* (1726). [N. do R.]

IX

Senhor,

A atitude que deveis tomar ante a crise está desenhada pelos traços vivos da situação.

Tendes o poder que vos confere a constituição; a força que vos transmite o povo.

Que resta?

Vontade para querer não vos há de faltar. Só esperais que vos advirta a consciência do momento oportuno. Não tarda. O silêncio profundo que enche as regiões superiores já foi abalado pela surda repercussão da crise.

Não tenho o desvanecimento de patentear à vossa razão esclarecida ideias que lhe sejam desconhecidas. Quanto disse e acrescente não é mais que transunto de vossa meditação sobre a causa pública.

É usual, nas graves situações, darmos ao pensamento uma forma sensível, para assim fazê-lo comparecer ante a mente calma que melhor o afere e critica.

Sou para vossa consciência essa voz ou página íntima.

Permiti, pois, que continue a trazer perante ela as reflexões cabidas que em vós despertam os sofrimentos da pátria.

A primordial necessidade da política, podeis agora palpá-la, é recolher à sua órbita legal o elemento aristocrático, para restabelecer o equilíbrio entre os três princípios cardeais da monarquia representativa.

Não se trata de reproduzir a obra ingrata da assolação das notabilidades, que em 1858 cometeram alguns cavadores de ruínas, sob o pretexto de oligarquia. Empenharam-se em aluir as grandes reputações e derrocar os nomes puros, melhor riqueza da pátria, acumulada em muitos anos de trabalho.

Todo esse ímprobo afã para substituir a influência legítima do saber e virtude, uma nova e então verdadeira oligarquia! Esta sem base no passado e confiança no futuro, sedenta de mando, desenvolveu em larga escala a corrupção, como o único meio de se manter e firmar.

A missão da atualidade é restaurar e não demolir. Aquela propaganda foi inspirada pela ambição e despeito; seu fim era somente mudar as figuras do xadrez político. O empenho atual tem nobre motivo; é o restabelecimento do princípio. Não se indaga das parcialidades, mas das boas doutrinas do sistema; não se inquirem nomes, e só capacidades.

Quando, pois, aludo à influência perniciosa da burocracia, senhor, destaco a parte sã atualmente anulada; só me refiro a essa classe ambígua, sem princípios nem crenças, que parece ter arrematado em hasta pública a empreitada da alta administração. Os empregados honestos e as ambições nobres, que buscam a carreira pública, sofrem sua arrogante opressão.

A aristocracia é um elemento infalível e salutar no governo e na sociedade. Deus a estabeleceu dando ao homem cabeça e coração, inteligência e virtude. Sem o estímulo da elevação a humanidade ficaria eternamente jungida à sua animalidade.

A excelência da monarquia representativa é tirar a esse elemento o privilégio de casta, que o torna odioso e absurdo. A ação popular constantemente o revolve, vazando-lhe no seio nova e robusta substância.

De todas as aristocracias, a que se forma da classe administrativa e da influência oficial é reconhecida pelos publicistas como de maiores vantagens para o país.

Ela desenvolve a ciência do governo, acumula avultado cabedal de tradições e mantém a firmeza e persistência na marcha do Estado. Esses benefícios são compensados muitas vezes por inconvenientes tais como a rotina, o amesquinamento das grandes individualidades e a compressão das jovens inteligências.

A nossa aristocracia é burocrática: não que se componha somente de funcionários públicos; mas essa classe forma a sua base, à qual adere, por aliança ou dependência, toda a camada superior da sociedade brasileira.

Para o desenvolvimento espantoso que tem esse corpo oficial entre nós, não concorre, como pensam, o número dos empregos; sim a tendência absorvente da administração a par da falta de iniciativa particular.

A mais acertada organização do elemento burocrático é assunto de grande importância, que virá oportunamente. Cure-se agora somente de extorquir ao atual conventículo a soberania usurpada que opõe invencível obstáculo à realidade do sistema.

Quando o elemento aristocrático está personificado em uma classe na máxima parte honesta e moralizada, ela impressiona-se logo com a exuberância do poder que adquiriu e sente a necessidade de a restringir no interesse próprio.

Onde impera a virtude, o egoísmo das mais nobres ambições acaba por submeter-se.

Diverso é quando a corrupção invade a aristocracia de um país. Produz-se então uma compacidade do vício, que sufoca interiormente a parte sã e opõe no exterior uma superfície impenetrável a qualquer esforço.

A coesão é sua força; há de viver assim, para não deixar de viver. O instinto da conservação a adverte do perigo de ser penetrada pela ação da lei, que a traspassaria até o imo, desmoronando-a.

Essa é situação da classe superior no Brasil: a desmoralização infelizmente a infestou. Os caracteres íntegros obtêm muito preservando-se do contágio; isolados pela depravação que os cerca e insinua-se entre, sem o apoio dos generosos impulsos do povo, qualquer esforço individual seria um suicídio político.

A mocidade, opulenta de seve, rica de nobres estímulos, longe de influir viços na geração gasta, é logo crestada. Ante ela, nos umbrais da vida pública ergue-se a ambição, como a Circe¹ da fábula; e as jovens inteligências se imolam às torpes seduções, para escapar, como os companheiros de Ulisses², à condição de brutos.

Volvei os olhos em torno, senhor, e procurai um homem superior que se tenha elevado do seio do povo, na robustez de suas crenças, na virgindade de sua inteligência, na amplitude enfim de sua personalidade!

Não o encontrareis, eu vos garanto. A ambição, longe de soltar, corta as asas aos mais nobres talentos. Almas opulentas, que deviam exuberar com a seve própria, se querem vingar, são obrigadas a se enxertar nos troncos podres e carunchosos.

No Brasil a burocracia não é ainda o povo brasileiro; como outrora em Roma o patriciado foi o povo romano. Mas tem o arbítrio de fazer e desfazer das massas que habitam o império uma nação artificial.

1 ☞ Circe (em grego, falcão), deusa grega cujas aptidões principais estavam relacionadas à ciência da feitiçaria. [N. do R.]

2 ☞ Ulisses ou Odisseu, personagem secundário da *Iliada* e protagonista da *Odisseia*, ambos poemas de Homero. É um dos mais ardilosos guerreiros da épica grega, idealizador do Cavalo de Troia, tendo superado inúmeros obstáculos na viagem de volta a sua terra, Ítaca, onde era rei e onde por ele esperava a fiel esposa Penélope. [N. do R.]

Ela outorga e cassa ao cidadão brasileiro o voto, que não é somente um direito político, feixe de todos os outros, mas uma fração de soberania ativa reservada a cada individualidade, para o governo do Estado.

Depois de concertada a nação fictícia, levam-na às urnas a fim de decidir de qual das duas porções da aristocracia devem sair os deputados. Nestas ocasiões, para estimular seu bando, os cabos empregavam outrora o ódio atualmente a cobiça é de uso geral.

Desta manipulação a que é submetido o dízimo do país real sai o parlamento; a cor e a forma do produto divergem; mas o processo para a preparação é sempre o mesmo.

Não é menos curiosa a maneira por que a burocracia fabrica a opinião pública no Brasil.

Os jornais, como tudo neste império, vivem da benevolência da administração. No instante em que o governo quiser com afinco, a folha diária de maior circulação descerá da posição que adquiriu. Basta trançar-lhe as avenidas oficiais e subvencionar largamente outra empresa com o fim de hostilizá-la.

Acarretaria esse extermínio crescida despesa, sem dúvida; mas quem atira à mão larga milhares e milhares de contos, para encampação de certas companhias e indenização de outras, não recuará quando se tratasse de abater um inimigo formidável.

Não há imprensa no Brasil capaz de afrontar-se com a classe superior em prol da democracia e dos verdadeiros princípios constitucionais; nem haverá enquanto o povo não a puder acoroçoar.

Os escritores têm legítimas ambições. Outrora o mundo oficial os considerava meros instrumentos, remunerando-os com empregos subalternos; atualmente foram admitidos ao grêmio, mas sob a condição rigorosa de respeitar as tradições e render culto às conveniências.

É escusado insistir em uma demonstração que diariamente se está fazendo ao vivo nos próprios fatos.

Empresas industriais, associações mercantis, bancos, obras públicas, operações financeiras, privilégios, fornecimentos, todas essas fontes abundantes de riquezas improvisadas emanam das alturas do poder. A burocracia as despeja a flux para os prediletos e estanca para os desvalidos.

Há fortunas avultadas, laboriosamente adquiridas; outras que se formam lentamente no comércio e agricultura fora do bafo protetor da administração. Essas mesmas não obterão a consideração que almejam e o respeito a que têm direito, se não renderem preito à suserania oficial.

Cometam esse atentado, e o cofre das graças, escâncaro para tantas mediocridades, nunca se abrirá ao trabalho honrado. O subdelegado da paróquia, no primeiro ensejo favorável, descarregaria sobre o ousado todo seu despotismo vilão!

Assim, os diversos elementos de que se deve compor a mente nacional ficam sopitados; o espírito agrícola, mercantil, literário e artístico, tolhidos no desenvolvimento, não concorrem a formar a opinião pública.

Só vive, pensa e governa no Brasil o espírito burocrático.

Ajeitados o parlamento e a opinião, a burocracia espera da coroa o ministério para governar.

Stuart Mill¹, a propósito da onipotência da aristocracia russa, diz, com muita graça, que o Czar pode mandar para a Sibéria todos seus membros um por um; mas não tem força para governar contra a vontade dessa classe.

I  Ver nota I na p. 65.

No Brasil os ministros são nomeados pela coroa; mas quem faz o gabinete é somente a burocracia; nela reside a soberania popular fraudada à nação.

Quaisquer que sejam os nomes por vós escolhidos, senhor, caracteres íntegros, vontades rígidas, o corpo oficial logo os absorve e amalgama formando deles membros de tal monstro, que seus próprios amigos os desconhecem.

A aristocracia entre nós não tem felizmente, como em outros países, força própria e intrínseca, ou base sólida e profunda. É parasita e superficial. Extrai o suco das outras classes estranhas à administração, jungindo-as ao seu carro. As raízes que a prendem ao poder são frágeis, porque nem repousam na permanência dos cargos, nem na popularidade.

Tal é o motivo do culto rendido à realeza. Todas essas individualidades esperam com impaciência um fragmento do poder; cegamente submetem-se à sombra da vontade imperial, julgando que este é o caminho mais breve e fácil para subir às eminências do governo, pelo qual se mirram.

Na mão de um usurpador esse corpo sedento de ambição fora um instrumento maleável para qualquer despotismo, que o admitisse à partilha na lisonja e lhe acenasse com larga cota de vaidades.

É provável que, reunidos em assembleia, hesitassem um instante; questão de pudor em uns; de desconfiança em outros. Mas escalados em grupos, e postos em face das radiantes promessas, nenhum resistiria à tentação, a não ser pela mesquinhez do salário.

Eis como sob as exterioridades do sistema representativo coexistem duas coisas até certo ponto contraditórias; a soberania burocrática, sobreposta à nação, e a ditadura ministerial, disfarçada com a máscara do governo pessoal.

Sempre que nas monarquias o elemento aristocrático toma proporções amplas, observa-se uma convergência mútua entre a realeza e a democracia. Natural pendor as aproxima.

Desde 1860 que eu observo a tendência de vosso espírito, senhor. Rompendo com a anterior reserva, começastes a prodigalizar a augusta pessoa em certos atos, aproveitando as ocasiões de entrar mais no seio do povo.

Esse impulso que assusta o mundo oficial não é sintoma de absolutismo como a muitos se afigura; sim a aspiração legítima da realeza, para quebrar o círculo de ferro que a estreita e renovar a aliança constitucional com a democracia.

O instinto do povo brasileiro o adverte da nobreza e justiça dessa nova atitude da coroa. Ele responde constantemente com transportes de gratidão e assomos de esperança às intenções do soberano.

Mas esses esforços não bastam para aluir a barreira compacta da burocracia. Enquanto a coroa temporiza e a opinião espera, a corrupção lastra e adquire uma intensidade perigosa.

Alguns espíritos bem intencionados, que se preocupam com o aspecto carregado da atualidade, trazem a lume suas ideias elevadas. São sementes atiradas na polida superfície da rocha; avelam.

A continuar semelhante estado, porque a geral timidez fuja de ofender suscetibilidades, e levantar rancores; a catástrofe será infalível. Chegamos àquele ponto do desfiladeiro em que já se não resvala, porém rola; algum tempo mais e o país se despenhará.

Absolvamo-nos do passado, sim; mas depois de o ter remido; e o meio de o remir é a confissão plena, sincera e contrita dos erros comuns. O silêncio com que se amortalha e sepulta a história contemporânea, se não fosse um terror supersticioso, seria uma fraude à opinião.

Que valeu a censura à aristocracia francesa?

Chegado o momento fatal, o povo fez o inventário do passado, balanceou os seus sofrimentos e rompeu os diques. Quanta riqueza de heroísmo, nobreza, virtude e talento inocentes não foi imolada para resgatar as torpezas dos maus!

Melhor é ter a justa consciência do próprio estado e sondar a úlcera para lhe conhecer a profundez.

A conservação acorda então a energia abatida e dá a coragem necessária para amputar o membro gangrenado.

Debelar a corrupção, eis o grande programa nacional, o grito da pátria, que não sufocam nem as complicações da guerra, nem as conveniências oficiais, mordças com que se pretende abafar a opinião.

Vossa missão é árdua, senhor, mas é sublime, é quase a missão da Providência; incutir a fé nos bons e o terror nos maus.

Bem sei que a severidade vos pesa tanto, como vos praz a clemência; mas há circunstâncias, e esta é uma, em que a tolerância para a culpa seria um menoscabo à virtude.

Usai do inexaurível tesouro de opinião que vos dá a majestade e vossa grande popularidade aumenta. O olhar, a palavra, o agrado, de que fala B. Constant¹, são raios que animam esperanças quando brilham e desmaiam as vaidades donde se retiram.

Estava eu bem longe ainda deste mundo político, em outro onde não reina o egoísmo, quando ouvi a um velho circunspecto falar de vossa repugnância invencível por certo homem público. Tinham exibido as provas de ato feio por ele praticado como juiz; e desde então recusastes vossa rubrica a qualquer decreto onde se lia seu nome!

1  Ver nota I na p. 73.

Senti, ao ouvi-lo, os ditames da moral que me haviam ensinado vibrarem com força maior e se imbuírem no coração. Sou homem, sujeito ao erro, senhor; naquele instante creio que fui invulnerável.

Ingrata profissão é atualmente a da probidade! Em contágio com o vício triunfante, expostos à indiferença quando não ao motejo público, sem a mútua adesão, os homens honestos temem-se às vezes de sua própria consciência.

Achem eles ao menos na majestade um exemplo consolador, que os anime e preserve.

16 de janeiro.
ERASMO

X

Provaste, senhor, que em vosso reinado não há homens impossíveis: completai o magnânimo pensamento, mostrando que também não os há necessários.


Seja necessária somente a benemerência, como só deve ser impossível o vício, ainda quando o adornem as galas de um espírito superior.

Coisa acerba é a prostituição de uma bela inteligência! É o cancro no rosto, o lodo na pompa! E perigosa; produz a fascinação do mal; se a imoralidade fosse estúpida; a irritação a expulsaria do mundo.

Era uma grande capacidade Bacon¹. Subiu aos mais altos cargos; porém estreara sua carreira pela vilania, coroou-a com a concussão. Foi apeado das honras e para sempre expellido da carreira pública.

Tais exemplos, senhor, repousam o espírito na história, e lhe dão vigorosa têmpera. O alto magistrado decaído recolheu à vida privada; a expiação foi digna dele. Essa grande alma depurou-se no fogo sagrado da ciência. A posteridade a absolveu.

Talentos aparecem neste país que precisam de igual redenção. A expiação do estudo e labor seria proveitosa aos seus créditos e à glória

1  Francis Bacon, também referido como Bacon de Verulam (1561–1626), político, filósofo e ensaísta inglês, Barão de Verulam, Visconde de Saint Alban. Tendo atingido a posição de Grande Chanceler, foi acusado de corrupção, perdeu o cargo e foi excluído da vida pública. É considerado o fundador da ciência moderna. Sua principal obra é o *Novum Organum* (1620). [N. do R.]

da pátria; enquanto que sua permanência na política dana o país, contagia a mocidade que desponta.

Muitos, como dizia Napoleão¹ do indigno Talleyrand², “vivem em estado permanente de traição, mas sempre de cumplicidade com a fortuna”.

Quem são esses?...

Oh! Não temei, senhor, que desacate a majestade. Amiúde vos fazem assistir desgostoso ao espetáculo cesariano da luta de gladiadores que se dilaceram no circo público.

Não seja eu que, à semelhança dos antigos atletas, me dispa na praça, cinja os rins com o látigo, rebolque-me na poeira, e assim preparado nas regras da arte, arraste à arena uma reputação e trave com ela a luta de corpo.

Acometo com uma indignação funda e muito tempo socalcada a corrupção que invade meu país; as vítimas deploro-as, não as conheço. Sei eu parte mínima deste grande enfermo, se o miasma já incubou-se em mim?

Vosso mesmo olhar de supremo juiz quiçá não devasse o caos de paixões acumuladas durante tantos anos; nem penetre a incrustação espessa de que o ódio ou a lisonja cobrirão as reputações.

Talvez seja mais justo selar com a clemência este passado aflitivo, do que revolver-lhe as cinzas que ainda escaldam. Reparti, senhor, a culpa por todos nós, que todos nela incorremos, uns pela avidez, outros pela fraqueza, a máxima parte pela indiferença.

1 ☞ Ver nota 3 na p. 53.

2 ☞ Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord (1754–1838), político e diplomata francês. Acusado em vida de cínico e imoral, alegava servir à França, e não aos regimes políticos. Foi, ao lado de Fouché, uma das figuras mais polêmicas de seu país. [N. do R.]

Vamos, ante o altar da pátria, pôr em comum os nossos erros e as nossas virtudes, para remir aqueles e fortalecer estas.

Mas também cresça a severidade depois dessa geral remissão. Daqui em diante seja o mínimo desvio grave culpa. Discrimine vosso olhar austero os bons e maus; afaste estes dos cargos e honras, e anime os esforços daqueles. Dareis assim à opinião apática um exemplo necessário.

Não vos há de retrair nessa missão benfazeja a resistência que por ventura oponha a corrupção. Ela é forte sem dúvida, mas há de abater-se ante vossa inflexibilidade.

No momento em que assumirdes a atitude firme e severa, produzir-se-á na gente honesta uma comoção agradável que espanque o torpor. Abundam ainda felizmente os corações retos que anhelam pela restauração dos costumes e das leis.

O receio abafa as manifestações; as rivalidades dividem e extraviam os melhores impulsos. Não há um elo capaz de prender todos esses movimentos generosos. Os nomes ilustres, se ainda granjeiam respeito, já não inspiram confiança.

O chefe, por quem a parte sã da população almeja; o pensamento diretor contra o qual não se concebem rivalidades; o centro para onde convirjam as unidades esparsas; sereis vós, senhor.

A flor do país se reunirá ao redor do trono. Esse há de ser vosso partido; o grande partido nacional da regeneração, de cuja substância devem sair os novos partidos políticos.

O resto são fezes, que só dão matéria vil para facções.

No seio mesmo da corrupção há uma parte, não eivada, e apenas comprimida. É natural que a repercussão a agite também e lhe dê forças para sacudir o jugo da imoralidade.

Enfim, senhor, ponde ao serviço dessa causa pura os entusiasmos populares, que vosso nome desperta e atualmente se esperdiçam em

estéreis manifestações! Quando o monarca tira sua força de Deus e do povo, ele é invencível e todo poderoso no Estado.

Estes atos, porém, não são mais que acessórios, embora importantes, da grande iniciativa que deveis tomar em relação à marcha do país.

Adotais uma política, ou liberal ou conservadora, qual à vossa alta sabedoria pareça mais acertada; porém uma política firme, honesta e franca, enunciada ante o país com civismo, realizada com energia.

Parece-me que vos estou ouvindo com a habitual concisão enunciar em termos claros e sóbrios o pensamento capital da futura administração:

“A necessidade máxima da crise é educar o povo e moralizar a autoridade. Cumpre executar com boa fé e lealdade as leis que temos, enquanto não é possível melhorá-las no que se avisará desde já e com o preciso critério.

Não se toque na lei das leis, nem para a violar, nem para a iludir. O dolo é mais pernicioso que a violência. Esta não deixa precedente; é exceção de força. Aquele é vício que fica entranhado e corrompe.

Para restaurar o sistema representativo não se há mister de alterar a constituição, mas somente de a realizar; quando for tempo de aperfeiçoar as instituições, então recorra-se ao meio extraordinário.

A eleição dupla sobre larga base é mais democrática do que a eleição censitária. O grande partido liberal nunca, desde a independência até época de seu apogeu, achou embaraços neste sistema que a reforma democrática de 1834 respeitou.

Não sejamos tão pródigos e desdenhosos do bem já adquirido. Convém extrair das instituições atuais toda a substância possível até agora votada ao mal e empregá-la a produzir o bem. É um esforço mais modesto que o das belas teorias; porém de suma utilidade.

Qual for a tendência das ideias, sua base essencial e nosso primeiro empenho deve ser a restauração do espírito público. Restitua-se ao povo o exercício do direito de voto, de que é mero titular, e o uso dos três poderes democráticos atualmente passivos.”

Para realizar estas ideias, escolheis um estadista que as partilhe sinceramente, caráter são, vontade firme, boa inteligência. Forma-se um ministério na altura da situação, um ministério exemplo, que infunda respeito e levante dedicações. Fortificai-o, senhor, com a vossa confiança plena, para que ele possa arrostar os primeiros arremessos da inveja e o pânico dos perdidos.

Se acometido o intento, devesse a coroa dele recuar, melhor seria não decidir-se; porque, frustrando-se essa derradeira esperança, a decepção e estupor do país serão terríveis.

Não é de presumir, de um gabinete organizado sob tais auspícios e honrado com a mais nobre confiança, que se desvie da senda do dever. Quando, porém, cometa semelhante fraqueza, e duvidando de si transija com a corrupção, suprimi-o, senhor, incontinentemente. Vossa energia excitará novos transportes.

“A honra é sempre a melhor política”. Foi não somente uma bela frase, como uma obra gloriosa de Washington¹. Atualmente que se desenvolve entre nós um fervor de americanismo, seria para desejar que, antes dos braços e artefatos, transportassem de preferência para esta América as virtuosas tradições daqueles rígidos cidadãos, que primeiro civilizaram a liberdade no novo mundo.

A prosperidade material, que muitos sonham e esperam da colonização, das estradas de ferro, da navegação dos rios, o que fora sem a regeneração moral do país? Matéria para a combustão; pasto aos vermes.

1  Ver nota 2 na p. 57.

A grandeza material deste império é obra de Deus. A exuberância do solo, a força criadora do clima hão de fazê-lo opulento infalivelmente. Do que mais necessitamos é da grandeza moral; das virtudes que ornaram a juventude dos povos; e já mareamos nos impérios de ontem, nos vícios das nações decrépitas.

O primeiro ato do novo gabinete, creio que será pedir-vos a dissolução da câmara. A exposição dos motivos desse decreto valerá ante o país como a declaração formal e completa da política inaugurada.

Ainda que a Câmara estivesse disposta a aceitar a nova ordem de coisas, a verdade do sistema representativo e o decoro parlamentar exigiam a provocação às urnas.

A câmara, representante imediato do povo, exprime a opinião do país, a opinião que vigorava desde o tempo de sua eleição até o momento presente. Quando o monarca entende que o bem do Estado reclama outras ideias, estranhas às lutas existentes, é preciso que a opinião se pronuncie explicitamente sobre a nova política proposta pela coroa.

A câmara anterior é anacrônica para essa política futura; seu apoio não patentearia o voto nacional: o senado não saberia qual atitude tomar. Por outro lado ficaria pairando sobre a fácil assembleia uma forte suspeita de corrupção ou fraqueza.

É por isso que o ministério de 30 de maio de 1862 subverteu as formas parlamentares. Inaugurando uma terceira política, estranha às duas faces da opinião reinante no parlamento, não provocou, como devera, o pronunciamento nacional.

Qual foi a consequência? A nova legislatura apenas instalada repudiou o gabinete; declarando por tal modo que a nação fora governada cerca de dois anos contra seu voto.

Os vícios do nosso sistema eleitoral, ninguém os desconhece; não obstante, sob a influência regeneradora da revolução iniciada pela co-


roa e a ação de um governo justo, devemos esperar que a nova câmara seja pelo menos sã e moralizada. Em pior regime se elegeram a constituinte e as legislaturas de 1826 e 1830, assembleias notáveis pelo patriotismo e independência.

Quando, porém, aconteça que a nova legislatura saia das urnas contaminada pela venalidade, ou se deprave na verificação dos poderes; dissolvi-a de novo, senhor, e sem hesitação, embora preste decidido apoio ao gabinete. Será um exemplo de moralidade. A posição que assumirdes perante a nação, há de acordar a consciência pública. O país sentirá que desejais reinar sobre um povo moralizado.

Essa insistência da coroa é legítima e salutar, apesar do que pretendam certos terroristas.

Um dos maiores políticos dos últimos tempos, Cavour¹, também pensava que a dissolução, longe de ser uma violência à vontade nacional, é o meio de imprimir à sua manifestação maior solenidade. Ele dissolveu uma legislatura não obstante a grande maioria que o apoiava; era necessário fazer sentir ao senado, que resistia, a firmeza da opinião do país a respeito da secularização dos bens eclesiásticos.

Não tereis necessidade, porém, de insistir, senhor. Essa expansão veemente do espírito público a respeito de vossa augusta pessoa é nência de uma crise salutar, que se há de operar sob o influxo da iniciativa imperial. A nova legislatura corresponderá à situação e votará as reformas mais urgentes, apoiando francamente o gabinete, porém mantendo ileso sua dignidade.

1  Camilo Benso, Conde de Cavour (1810–1861), político italiano. Ocupou o cargo de primeiro-ministro da Itália entre 23 de Março de 1861 até 6 de Junho de 1861. Foi, além disso, estadista piemontês, líder agricultor, financista e industrial. [N. do R.]

Deve aparecer no país uma oposição; qualquer que seja a perversão de seus instintos, desde que combater um governo honesto, será coagida a moralizar-se para lutar com vantagem. Dizia o grande Pitt¹: “se não tivéssemos uma oposição seria necessário inventá-la.”

O primeiro e grande benefício de vossa política será a restauração dos partidos e sua depuração. A virtude reassumirá seu império; a emulação para o bem voltará. As ideias atualmente sufocadas pelo egoísmo poderão sair a lume; em vez das grosseiras ciladas da corrupção, os princípios combaterão com as armas leais e nobres da inteligência, que não geram rancores.


Eles sentirão a necessidade de buscar o apoio das diversas classes do país, cujas tendências formam as moléculas da opinião. A agricultura, o comércio, as letras, as artes terão a par da administração voto na causa pública e pesarão na balança social.


Restaurados os partidos, o feudalismo das posições oficiais desaparecerá para dar lugar à verdadeira aristocracia do mérito, corrigida pela opinião e renovada pela seiva popular. Ao ciúme e egoísmo que aleijam o talento, há de suceder a emulação que desenvolve as valentes inteligências.

Os ministros notáveis não ofuscam o brilho do trono, antes o realçam. A história não mostra um só grande rei, isolado dessas vigorosas individualidades que são na frase do evangelho “o sal da terra” e a creme dos povos.

Craei, senhor, estadistas eminentes; suas obras, como seus nomes, serão raios de vossa glória.

Quando os ilustres representantes da geração que vai sumir-se possam encher os seus dias com uma velhice de Chatham² e Palmerston³;

1  Ver nota 2 na p. 42.

2  Ver nota 3 na p. 49.

3  Henry John Temple, 3.^o Visconde Palmerston (1784–1865), também chamado Lord Palmerston, preeminente político britânico que ocupou por duas vezes o cargo de Primeiro Ministro. [N. do R.]

quando aos novos estadistas, que se estão gastando em um doloroso atrito de paixões acerbas, se ofereça a longa carreira de Canning¹, Russell² e Gladstone³; e à mocidade brasileira não se antolhe um sonho impossível a rápida ascensão de um William Pitt⁴ e Robert Peel⁵; a coroa que vos cinge a augusta frente estará na altura de vosso nome.

O Brasil era menor há vinte anos; porém, estava então mais alto, porque na sumidade que domina o trono brilhavam os grandes nomes de nossa história, de que bem raros e eclipsados restam. A pátria valia mais aos próprios olhos e à consideração das nações estrangeiras. Homens de grande mérito e alta posição eram enviados nas missões diplomáticas, hoje quase abandonadas.


Desbatem-se as clientelas para se formarem os nomes gloriosos que atestam a existência de um grande rei e de um grande povo. Eles são como as árvores gigantes que medram nas encostas das altas montanhas, onde exuberam o húmus da terra e manam do alto ricos mananciais.


Senhor,

O penoso sacrifício está consumado.


Muitas vezes arranquei a verdade do coração rebelde que a recusava; outras mais senti a mágoa de a ter proferido: porém ante a majestade, não sou um homem; sou uma ideia, como ela é uma instituição.

1  Ver nota 1 na p. 74.

2  John Russell, I.º Conde Russell (1792–1878), político *whig* (liberal) britânico, por duas vezes Primeiro-ministro. [N. do R.]

3  William Ewart Gladstone (1809–1898), político liberal britânico. Foi líder do Partido Liberal (1866/1875 e 1880/1894) e Primeiro-ministro do Reino Unido por quatro vezes. [N. do R.]

4  Ver nota 2 na p. 42.

5  Robert Peel (1788–1850), político britânico, Primeiro-ministro de 1834 a 1835 e de 1841 a 1846. Criou a hoje tradicional polícia britânica, os *bobies* (de Bob, Robert). [N. do R.]

Há uma força fatal e invencível que impele as ideias a prorromperem através de uma época, ainda quando o indivíduo que lhes serve de condutor deva ser despedaçado. É um projétil que arrebenta; deixá-lo; o canhão arremessará outros.

Não têm nome as ideias. A verdade é o único batismo, como a razão é o único foro, para os indivíduos que se fazem ideias e se incorporam na massa da opinião.

Minha individualidade não foi estorvo à censura. Se alguma parte ela teve nos fatos que a razão a frio condena, a culpa lhe cabe e mais grave que às outras.

Não a defendi contra a própria consciência; não a defenderei agora de vossa justa severidade.

24 de janeiro.

ERASMO

Fim

AO REDATOR DO DIÁRIO

12 de janeiro de 1866

Sua folha, sempre lida com prazer trouxe-me, há dias, grande satisfação.

Não foi produzida pelo esmero da cortesia que recebi; essa é própria do elegante escritor; eu a esperava.

Sinto que me inibisse de a retribuir. Copiosa é a língua portuguesa, especialmente em assunto de galanteria tão culto dos nossos maiores. Sobejou, porém, a gentileza que a exauriu na página seleta onde só desmerece o motivo.

Reverter a bizzarria com os mesmos termos seria sobre monótono, cediço. Frequente nas colunas editoriais do *Diário* sente o publico o fino quilate de uma alma de lei, e o brilho de uma inteligência da melhor água.

A satisfação a que aludo, e satisfação íntima, tem outra causa.

Vou confessá-lo em toda ingenuidade. É o receio que de envolta com muita simpatia manifesta o nobre redator de ser eu arrastado pelo desencanto até o absolutismo.

Imagino a aflição de um sacerdote inspirado da liberdade, a pensar que o devoto sincero do mesmo culto sagrado vacila na fé e resvala já para a apostasia.

Na mesma ocasião em que eram enunciados tão cordiais sentimentos, publicou seu jornal uma carta de S. Paulo. Devo ao hábil correspondente lindos elogios, que por meu mal foram logo rebatidos em praça com usura.

Sou nada menos do que – “o crocodilo feroz do despotismo disputando admiração dos poucos crédulos que ainda restam e os tênues almejos do magnânimo coração do rei insonte...”

A reticência não é minha; sim do indignado escritor que some-se por ela e logo após surge para mandar-me literalmente ao *diabo* sob a conduta de Horácio¹. Não sabia que eram conhecidos velhos o lírico latino com o anjo decaído.


Nova dose veio aumentar, a minha satisfação na tarde seguinte: esta chegava do Norte.

Seu correspondente da Bahia tacha-me de feiticeiro e naturalmente já se deleita com meu auto-de-fé. – “Em todos os países os misticismos de Erasmo têm trazido para os espíritos vertigens e desvairamentos. Erasmo reduzindo todo um edifício a pó pretende reedificá-lo? Com que materiais?”

Também nesta carta há anteriormente uma reticência à palavra *perigosas*... Aí sem dúvida mergulhou o prudente escritor o monstro, que, desta vez, para guardar a cor local, deve ser algum *caramuru*. Não o afundou tanto, porém, que se não veja ainda a sombra terrível.

Encheu-se a medida ao contentamento que transbordou. É para expandi-lo que dirijo esta carta ao meu sempre generoso adversário, principal redator do *Diário*.

E já que a palavra outra vez caiu da pena precise-se a intenção em que foi desde o começo empregada. Somos neste momento

1  Quinto Horácio Flaco (65 a.C.–8 a.C.), poeta lírico e satírico romano, além de filósofo. [N. do R.]

adversários porque estamos em posições opostas e temos rumos ponteiros.

O coração entusiasta do nobre redator caminha do presente para o futuro; leva os olhos no horizonte límpido que douram os raios de sua inteligência. Já perlustrei esta senda; desando-a agora. Venho do futuro para o presente; da aurora para a noite; tudo é triste e árido.

Mas a ambos nos impele a mesma nobre aspiração, a liberdade. O jovem lidador marcha à sua conquista nas regiões encantadas; o desiludido alvanel esforça arrancá-la das ruínas que a obstruem. É natural que o malho do operário alua muito pardieiro, que a arma do campeão perpassa e desdenha.

Desponte a luz, porém, onde quer que seja, do seio de suas esperanças, ou do fundo do meu desencanto, ela nos reunirá, espero em Deus. Já não seremos adversários.

Torno à minha satisfação.

Estes ecos da imprensa, partidos de vários pontos e condensados aos surdos rumores que burburinham nos círculos da Corte, são indícios de uma crise salutar. Anunciam eles que a pena de Erasmo não fez a autópsia de um cadáver; operou sobre corpo vivo e robusto, onde são prontas as reações.

Nas seis primeiras cartas limitei-me a estereotipar a atualidade. Para que nenhuma consideração me tolhesse, desprendi-me da minha individualidade e, de envolta com as outras, fundi-a no crisol de uma razão severa.

Se, pois, ao contemplar o quadro fiel da situação, ergue-se ante os olhos de patriotas sinceros um vulto pavoroso, não é da imaginação do escritor que surgiu; mas do seio desta crise que tudo subverte e confunde, até o espírito dos homens bons.

Meus escritos nem são reflexos; apenas esboços. O original, buscai-o em torno; ele aí está, vos toca, envolve e oprime, como fluido delétrico que abate os ânimos e entorpece os sentidos.

Pasmosa alucinação é esta que sofrem os povos em épocas decadentes. Assemelha-se à pungente ilusão dos tísicos; doce placidez enleva, quanto mais se agrava o mal. Não os lastimem, que é irritá-los.

Diariamente saem à praça, se arreganham em público transitam livremente por vielas e ruas sucessos que estão de contínuo atestando um deplorável desvio da opinião. Ninguém os contesta; passam incólumes, respeitados aplaudidos e entram placidamente no domínio dos fatos consumados, onde são logo condecorados com o título de *precedentes*.

Um escritor lembra-se de coligir tais acontecimentos e, unindo-os pelo fio que os prende, expô-los no seu complexo à atenção dos homens cordatos. Os que aplaudiram a realidade revoltam-se contra a imagem. O entusiasmo os deslumbrava então; punge-lhes agora a reflexão.

Muito tempo havia que Roma despedaçara sua constituição livre. Como disse um historiador, a Cidade Eterna levantara um trono que esperou vago cerca de século por um possuidor. É pertinente lembrar que foram os Gracos que mataram a república.

Já a liberdade tinha desertado do Capitólio, onde nunca mais devia entrar; e o povo romano solicitava um senhor a quem servir! Contudo, o nome de rei era ainda ali um objeto de aversão e horror, como fora em Atenas o título de tirano.

Aclamavam-se ditadores perpétuos com poderes soberanos; decretavam-se triunfos, erigiam-se estátuas; deferiam-se honras imortais. Mas a lisonja ousada, que se atrevia até o sacrilégio, não tentou reunir as três letras execradas para saciar as ambições vaidosas.


César¹ aceitou a estátua que o povo romano colocou no Capitólio a par de Júpiter², com a inscrição de semi-deus: e apesar de seu gênio, não se animou a receber o diadema que em público lhe ofereceu o Cônsul Marco Antônio³.

Esta página da história antiga é cheia de fundas tristezas e implacáveis lições; é o transe da devassidão do maior povo da terra. Na decrepitude de uma raça, imensa na virtude e imensa no vício, todos os países acham estímulos para a glória e advertências na miséria.


Nossa felicidade é possuímos a monarquia para socialcar as ambições afoutas; e na monarquia um príncipe reto, liberal, invulnerável aos assaltos da paixão. Não fossem estas duas guardas que Erasmo em vez da árdua tarefa teria-se limitado a escrever na página atual dos anais brasileiros: *Fuit libertas!*⁴


O absolutismo?... Quem não o vê? Não convive ele conosco?

Onde a minoria subjuga a maioria, aí está a tirania; seja de um, seja de muitos. Repimpado nas poltronas ministeriais, espreguiçando-se nos sofás da assembleia, pedante nas repartições públicas, risonho e

1  Caio Júlio César (100 a.C.–44 a.C.), líder militar e político da República romana. Tornou-se ditador vitalício e iniciou uma série de reformas administrativas e econômicas em Roma. Seu assassinato, em 44 a.C., por um grupo de senadores, abriu caminho a uma instabilidade política que culminou no fim da República e início do Império Romano. Os feitos militares de César são conhecidos através de relatos de seu próprio punho e de autores como Suetônio e Plutarco. [N. do R.]

2  Ver nota 5 na p. 36.

3  Marco Antônio (83 a.C.–30 a.C.), general e político romano. Aliado de César, ficou famoso pelo discurso que pronunciou diante do cadáver do amigo. Participou do triunvirato com Otávio e Lépido, envolveu-se com Cleópatra, suicidando-se os dois, depois de derrotados ambos por Otávio. [N. do O.]

4  “Acabou-se a liberdade!” [N. do O.]

sedutor na imprensa, empertigado nos fardões, mostra-se em toda a parte esse Proteu¹ da nossa política.

Só não penetrou ainda o coração daquele a quem devera mais seduzir e a alma de alguns cidadãos prudentes que há muito sentiram o liso declive por onde resvala o país.

Alguém apareceu que tirou de seu dever coragem para afrontar o delírio. Arrancou o monstro do parlamento, da administração, do jornalismo, da opinião, dos últimos refúgios e o arrastou ante o país para que o contemple em face!

Volta-se toda a cólera contra o imprudente! “Carregue-se este bode emissário com os nossos pecados políticos e expulsem-no do grêmio; que vá pagar no deserto a culpa do absolutismo!”

Em boa hora venham tais assomos de indignação que, se doem ao escritor por ingratos, prazem ao coração brasileiro! Sim; como na cerimônia hebraica de bom grado me carregarei dos nossos erros passados e comigo arrastarei ao olvido o ódio e remorso deles. Mas floresça no meu país a liberdade constitucional e restaure-se o império da lei e da moral.

Sobra-me espaço. É mais um momento ao prazer desta prática. Desejo apagar os receios que nutre a meu respeito.

Não vacilo, como supõe; nem sulco em frágil esquite ondas aparceladas. É terra firme e chão sólido que discorro: o campo foi longamente roteado; os rumos aviventados pela experiência. Não se oscila neste terreno que é o das instituições juradas.

1 ☞ Proteu, na mitologia grega, é filho dos titãs Tétis e Oceanus. Tinha o dom da premonição e, assim, atraía o interesse de muitos que queriam saber do futuro. Não gostava, no entanto, de contar os acontecimentos vindouros; então, quando algum humano se aproximava, fugia ou assumia feição monstruosa. Se, contudo, o homem fosse corajoso o bastante para passar por isso, contava-lhe a verdade. [N. do R.]

A lei e a honra, quando não se provoca a nação a assumir a plenitude da soberania, permita o nobre redator que o afirme, só têm uma acepção; é a constituição executada com probidade; é o direito e a moral; a justiça e a virtude.

Reli com atenção as cartas publicadas, investigando a frase onde o espírito de tão refletido pensador pudera ter sentido meus deslizes para o absolutismo. Cego talvez pela própria obstinação, não a encontrei.

Será na dedicação de Erasmo à pessoa do monarca; na confiança que manifesta pela ação benfazeja da Coroa; no apelo à energia da majestade?

Mas á na esfera da constituição que se dilatam essas aspirações liberais. Invoca-se a Coroa, para reclamar dela a verdade do sistema.

Avisou com prudência o sisudo jornalista em adiar a discussão para quando tenham as ideias seu completo desenvolvimento. Não me afastarei do acerto; mas prezo em tanto sua adesão, que anelo por esboçar-me de uma maneira mais saliente, por isso que mais solta de outras considerações.

Quero a constituição como foi escrita, não como a aleijaram. Na constituição aparecem bem distintos os três princípios cardeais da monarquia representativa; a Coroa, o povo e o elemento intermédio ou misto, que, em falta de melhor termo, chamo aristocrático.

Estes três princípios se engrazam na vida política, à semelhança de rodas dentadas; não se move uma sem que as outras girem igualmente. Dessas evoluções concertadas nasce a vida representativa, a mais nobre função dos povos livres.

Nosso mecanismo constitucional está inerte; não há quem o desconheça. As molas se oxidaram; os eixos ficaram perros. Para repô-lo e lhe restituir o movimento, é necessário o impulso pelo menos de uma

das três peças; todas a um tempo fora excelente; mas era empresa para forças magnas.

Erasmus tem consciência das suas, mesmo para o mínimo empenho receia que sejam somenos. Cumpria-lhe escolher dos três pontos o mais acessível.

Acreditei o nobre redator que a opção não se fez sem pausada reflexão e estudo acurado.

Viu Erasmus o povo ralado por grandes decepções, descrente dos homens que o dirigiam, entorpecido pela ignorância ou indiferença, vexado com as tribulações do presente; reconheceu que sua palavra não tinha possança para comover tantos milhões de almas derramados por vasta superfície. E se falhando o intento apenas chegasse ao ponto de conturbar a onda, sem ter o poder de a aplacar e dirigir-lhe o curso?... Não seria tremenda a responsabilidade que pesaria sobre ele?

Erasmus recuou.

A aristocracia?... O elegante escritor há rompido, armado do seu talento, a crosta espessa e glacial, que sopita as ideias neste belo país criado para as magníficas expansões. Conhece o gesto pretensioso, o riso de mofa, o esgar da inveja, que mangram as melhores inspirações.

A classe superior apresenta todos os sintomas de decomposição. A desmoralização obceca uns e apavora outros. Homens que deviam tomar o passo aos acontecimentos andam vagos, múrmuros e mais tímidos, quanto mais elevados: a altura dá vertigens Muitos a esta hora me supõem possesso de grande cobiça ou estulto delírio.

Erasmus sentiu a impotência de sua palavra para assoberbar esta avalanche aristocrática, assim como a sentira para revolver a onda estagnada da opinião popular.

Restava a Coroa.

Ali está a cabeça da nação. Não toldam a lucidez da mente superior sombras que projete a inveja. Sua abnegação e civismo estão provados.

Grato e fácil é o desígnio de convencer uma razão reta, quando se tem outro prol além da verdade. Mais ainda; se a convicção já ali despontou e só aguarda espaço e vez de produzir-se.

Eis por que Erasmo se dirigiu ao trono. Lá está o que o egoísmo e a vaidade lhe recusariam em muita parte. Ouvido benévolo para o escutar; dedicação pronta para o compreender; ilustração magnânima, que não desdenha a ideia, e corrige o erro sem mofa.

É duro, quando se professa como o nobre redator o culto à verdade, sair à praça para esmolar de indolência em indolência óbolos de leitores; e recolher, após afanoso lidar, travado de amarguras, com mesquinha coleta.

Para ser lido e meditado pelo imperador, Erasmo não carece de proteção, nem de engodo; basta aparecer. Acordem os de voz estentórea a nação; congreguem os que dispõem da senha mágica aos capazes. Eu, que não fui talhado para esses trabalhos hercúleos, faço muito elevando ao monarca os gemidos da pátria.

Pertinaz visão deve encher os olhos àqueles que enxergam nas minhas cartas o espectro do absolutismo. Não se reclama a constituição para a conspurcar; não se invoca a honra para consumir uma obra de traição e deslealdade; não se ostenta com escandalosa publicidade um plano, cujo sucesso está no mistério, na surpresa, no silêncio.

Quem por ventura deseje o absolutismo dorme placidamente embalado pela corrente e foge de torvar a veia: segue o curso dos acontecimentos. Mas penso eu que se ilude; o sono do povo brasileiro, confiado na virtude de seu monarca, é possível; sua servidão, não acreditado.

Na América a liberdade foi contemporânea da terra, disse Chateaubriand¹. Tudo neste solo tem um cunho de independência. A natureza quebrou aqui os antigos moldes e fundiu coisas desconhecidas. Estes mares rejeitaram durante séculos o domínio do homem. A selva disputa ao lavrador com tenacidade sua conquista

Enfim, foram os Estados Unidos que deram à França o exemplo da liberdade, que dali reverberou por toda a Europa. Escapou um canto na extrema meridional, onde o velho despotismo português repastava. Nós lhe mandamos primeiro aviso em 1789 e segundo em 1817.

Assim, a civilização vem da Europa para a virgem América; a liberdade vai da América, onde se refugiara desde a antiguidade para a decrepita Europa.

Acredito que o Brasil, destinado a representar no Novo Mundo as gloriosas tradições da raça latina, não há de esquecer o que deve à sua origem americana. Mas é certo que a própria opulência o dana. Ele desperdiça a liberdade julgando que nunca lha poderão arrebatá-lo; esbanja o tempo, porque a mocidade se lhe afigura eterna; dissipa sua riqueza, confiando neste solo cujas entranhas de ouro jamais se hão de exaurir.

Se o desbarato das forças continuar, não há vigor que resista. Estamos cercados de exemplos palpitantes dessa extenuação precoce da substância nacional. Aprenda neles o Brasil a zelar os tesouros que a Providência lhe confiou.

É tempo.

Não demos razão a esta palavra de Daniel Webster²: – Que as esperanças da liberdade repousam unicamente sobre a inteligência e vigor da raça saxônica!

1 ☞ Ver nota 2 na p. 33

2 ☞ Daniel Webster (1782–1852), estadista norte-americano liberal, famoso por sua eloquência. [N. do R.]

 AO POVO, CARTAS
POLÍTICAS DE ERASMO

Nemini Cedo

São publicadas regularmente nas terças-feiras.

Cada carta conterà nunca menos de oito páginas.

As pessoas que as desejem receber em suas casas terão a bondade de deixar seus nomes em qualquer livraria.

Não se aceitam assinaturas.

O Editor.

AO POVO

CARTAS POLITICAS

DE

ERASMO

Nemini cedo.



RIO DE JANEIRO

TYP. DE PINHEIRO & COMP., RUA SETE DE SETEMBRO N. 165

1866

Figura 4

I

Foge o tempo: cada instante que se escoá é mais um sopro a esvaír-se do hálito vital deste mísero país.

Dignidade, grandeza e progresso da pátria arrastam por estas ruas quais torpes andrajos de nação indigente e decrépita.

Houve tempo em que a alma do país se voltou para o trono, de onde esperava a redenção de tamanha calamidade. Concentrava-se toda a confiança na virtude e sabedoria do monarca excelente.

Largo espaço este veemente impulso da nação para se abrigar à sombra de seu legítimo e perpétuo defensor perdurou com igual intensidade. Relaxaram-se, porém, as fibras nacionais tão ansiosamente destendidas.

Agoniza, enfim, a robusta esperança, se já não acabou de morrer.

A própria voz que, último eco do sentimento público, repercutiu essa verdade e a levou ante a coroa, a voz de *Erasmus*, sempre amiga e dedicada ao soberano, já não ousa balbuciar esta crença, tão válida outrora.

E como?

O sangue generoso do Brasil é neste momento entornado a jorros nos charcos do Paraguai pela imperícia dos generais mercenários, que o governo assoldou a preço de milhões para comandar nossos bravos.

Malfadada pátria! Teu solo é daquela argila vigorosa de que Deus plasma os heróis: e contudo não acharam entre eles um digno de conduzir teus irmãos à vitória!

O suor cruento do povo extenuado corre a esta hora vazado em ouro pelas campinas do Rio da Prata. Entanto os chefes das famílias brasileiras, aniquilado de repente o desvelado patrimônio, sentem, como pais que geram a prole para a desgraça.

A miséria, com seu cortejo ignóbil de crimes e devassidões, já fez sua entrada triunfal neste opulento império que parecia dela preservado por seus imensos recursos. Nunca há, porém, ouro bastante para o rodo da dilapidação.

Rumores surdos, assomos de impaciência das classes inferiores, circulam a cidade. Como as repercussões do solo indicam as cavernas subterrâneas, tais ecos anunciam profundos ressentimentos do espírito público.


No vértice deste cataclismo, que ameaça submergir-nos, o ministério se recosta nas poltronas ministeriais “com a mesma placidez com que busca o leito do repouso.”

E a voz excelsa que devia espavorir tanta indiferença emudece. As falas do alto vão assoalhando coisas incríveis, mas que os fatos de todo o dia confirmam.

É nas colunas do trono onde o atual gabinete, foragido da opinião que o repele, se escora para ainda suster-se no poder com arreganhos de força.

Usaram em tempos remotos infligir ao parricida terrível suplício. Atavam-no ao cadáver de sua vítima. A própria consciência indignada flagelava o filho perverso e desnaturado.

Talvez influa esse pensamento para manter ainda o gabinete de 12 de maio¹ jungido ao cadáver do governo brasileiro. Vão intento! Não se incute o remorso de sua obra a quem dela não tem a consciência.

1  Presidido pelo Marquês de Olinda. [N. do O.]

O atual gabinete acredita que beneficia o país; cumpre render este justo tributo a sua boa fé. É vítima de um fanatismo governamental.

A situação presente semelha a uma terrível quimera.

Um motivo ignoto, que devemos crer justo e nobre, tolhe nesta crise formidável a suprema ação da majestade. Os recentes sucessos patenteiam à evidência a triste realidade. Não será do alto que romperá a iniciativa da regeneração.

O coração do rei é inescrutável, disse o profeta. *Cor regum inscrutabile.* Devera ao inverso ser para seus povos como o firmamento, aberto e descortinado. Nele veria a soberania nacional o anúncio da serena monção da liberdade, ou as brumas da próxima tormenta.

Se o olhar do povo brasileiro penetrasse no fundo do coração íntegro e virtuoso, que a Providência colocou no fastígio do poder; se na limpidez da augusta consciência vira se refletirem claros horizontes de futuro; certo que aplacará o pavor.

Outra vez renascera a confiança, e a nação paciente aguardaria a hora da redenção.

Longe disso; enquanto se esbroa por terra e se desfaz em pó a construção laboriosa e não acabada de quarenta anos difíceis, a densidade da política imperial cada vez se obscurece mais.

Ninguém sabe o que esconde essa atmosfera espessa das altas regiões; se uma esperança tenaz, se um profundo desânimo...

Terrível fatalidade pesa nesta hora sobre o império brasileiro.

Com a rara fortuna de possuir um monarca exemplar na virtude e notável na inteligência, forte pela solidez das instituições e pelo amor dos súditos; o Brasil não pode ser arrancado ao abismo, para onde se precipita, pela mão de seu amado imperador.

Aquém da revolução inglesa figuram dois reis da mesma família, Carlos II¹ e seu irmão Jacques II². É escusado repelir o paralelo; a história do presente reinado está virgem dos escândalos das velhas monarquias.


Um dos mais conspícuos historiadores britânicos, Macaulay³, refere uma palavra do sagaz Buckingham⁴, que desenha com um só traço, mas profundo, a fisionomia de ambos aqueles monarcas e a sorte da pátria em época tão desastrosa:


“Se Jacques pudesse, se Carlos quisesse...”


Sinto uma dor pungente ao lembrar que o historiador brasileiro, quando contemple do futuro a uma e outra margem do sete de abril os vultos egrégios dos dois primeiros monarcas brasileiros, possa repetir aquele conceito.


Tal é esta dor, que ela revive a esperança extinta. Esforço crer ainda, esforço subtrair a mente ao turbilhão de fatos clamorosos que envolvem e aturdem o cidadão.

Custa conformar a plena confiança na pessoa com o desengano de seus atos. É minha convicção inabalável que o poder superior quer e pode salvar o país; mas uma força adversa e misteriosa, a fatalidade, frustra os benéficos efeitos da vontade imperial.

1  Carlos II (1630–1685), rei de Inglaterra, Escócia e da Irlanda. Subiu ao trono após a restauração da monarquia em Inglaterra e Escócia, pouco depois da morte de Oliver Cromwell, que executara seu pai, Carlos I, em 1649. [N. do R.]

2  Jacques (James) Stuart (1633–1701), rei da Inglaterra de 1685 a 1688, quando foi deposto. [N. do R.]

3  Thomas Babington Macaulay, 1.º Barão de Macaulay (1800–1859), poeta, historiador e político *whig* britânico. Foi um dos dois membros do Parlamento por Edimburgo, capital da Escócia. Escreveu uma história da Inglaterra. [N. do R.]

4  Provavelmente, o 3.º Duque de Buckingham e Chandos (1823–1889), político inglês do partido conservador. Pertenceu à Câmara dos Lordes e ocupou vários cargos no governo. [N. do O.]

Pois que uma causa ignota priva o soberano de salvar a nação pela sua atitude enérgica, urge que o povo acorde para defender o patrimônio sagrado de suas liberdades e gloriosas tradições.

Será lento, porque a letargia é profunda; e tardio porque o mal se despenha incessante. Mas abaixo da Providência o povo já não tem senão a si mesmo, sua prudência e constância.

Eis a razão por que *Erasmus* se dirige agora ao povo, como outrora se dirigiu ao imperador; volta-se para onde rompe um vislumbre de luz.

Caminha para o oriente da liberdade; se fugaz clarão o fascina para o deixar outra vez nas trevas, paciente aguarda nova luz que o guie.

Vou falar ao povo brasileiro e proferir verdades que ele nunca ouviu, nem de seus ditadores, nem de seus tribunos.

Cidadãos deste já florescente império!

Antes de ocupar-me de vossos máximos interesses, quero dizer-vos poucas palavras sobre o homem que empreende neste momento a árdua empresa de arrancar-vos à vergonhosa apatia.

Não venho, transfigurado pelo despeito, desfazer a obra conscienciosa que trabalhei recentemente: alijai esse pensamento, que sem dúvida acaba de inspirar-vos a desabrida imoralidade desta época abominável.

Mais que o mesmo homem, sou a mesma opinião, a mesma ideia, o mesmo sentimento. Ante o povo, como ante o imperador, sempre *Erasmus*; sempre a verdade e nada mais do que a verdade.

Proponho-me, como então, a renovar a aliança da realeza com a democracia. Quero restituir o monarca e o povo, um ao outro. É o meio de conspirar a catástrofe.

Sei que há no povo, como no trono, uma majestade, e portanto uma magnificência. Qualquer delas esparge favores sobre os seus cortesãos; e talvez com profusão maior sobre quem a desdenha.

Por isso muitas vezes ceifa-se melhor as graças no comício e colhe-se mais fácil a popularidade nos paços da realeza.

Não sego eu neste ou naquele campo. Nem a majestade imperial, nem a majestade popular tem o que dar a quem presentemente nada ambiciona delas para si e só muito para os outros.

O que *Erasmus* deseja, sinceramente, não lhe podem negar o imperador e o povo; a estima, o primeiro, e a atenção, o segundo. Não lhe podem negar, porque o soberano assim o deve à sua virtude e o povo ao seu interesse.

Não se infira destas palavras uma completa abnegação política. A ambição é a esperança ativa e laboriosa, como a esperança é uma ambição inerte. Quando ela abandona o homem, morre-lhe a vida inteligente.

Um homem sem ambição é o sepulcro de uma alma extinta. A palavra que dele exala vem gélida e lúgubre como os ecos do túmulo.

Erasmus tem grandes ambições; nem se peja de confessá-las. Mas nesta quadra as ambições lisas e puras recatam-se pelo receio de torpe contato com a sórdida cupidez.

Tantos cidadãos notáveis que atravessam esta crise mudos, concentrados, arredios dos negócios... Em geral os consideram presas de um seco e frio egoísmo. Engano; são crisálidas senão urnas de nobres ambições refrangidas.

Trabalho, pois, não a causa de minha ambição, que não é desta época, sim a causa de toda ambição honesta: a causa do futuro.

De resto, para saciar a ardente aspiração de minha alma, há um favor que não depende nem dos reis, nem dos povos; uma graça de maior valia que a munificência da coroa e o sufrágio popular: é a benção da posteridade.

Se me for dada obtê-la!... Afirmo que não a troco pelas mais preciosas do presente.

Já vedes que não sou tribuno; não careço de arremedar a fofa e retumbante eloquência da gíria demagógica; nem revolver na vasa social os maus instintos da plebe.

Dirijo-me ao povo; e por povo entendo o corpo da nação sem distinção de classes, excluídos unicamente os representantes e depositários do poder.

Aos grandes como aos pequenos, falarei a linguagem que me deu a natureza; compreendam-me os capazes, pelo raciocínio; os ignorantes, pela intuição misteriosa, que em todos os tempos há inoculado a verdade no seio das massas.

Carecia dizer-vos estas coisas. Conheceis agora o homem que tomou o firme empenho de comover-vos, malgrado vosso. Desta vez haveis de acordar, eu o garanto; tenho, infelizmente, nos brios nacionais indignados poderoso reagentes que vos arranque ao torpor.

Cumprireis vosso dever, povo!

É preciso que vossa energia, como em 1834, salve a nação e preserve o trono. É preciso mais; que defenda contra a fatalidade que o coage nosso virtuoso imperador.

ERASMO

II

Dizia um sábio dos tempos antigos, notável pela excentricidade, que “dos animais selvagens o mais perigoso é o caluniador e dos animais domésticos o adulator.”

Ambas as castas, a que babuja e a que morde, constantemente vos cercam, povo. Preservai-vos delas com igual cuidado: o veneno de qualquer é violento e mortífero.

A lisonja mais despejada com que vossos cortesãos costumam embalar-vos é a da liberdade, palavra tão inebriante para os povos, como a da beleza para as mulheres.

Ousam proclamar que sois um povo livre!

Essa grande falsidade, à força de repetida, tornou-se um mote de nossa política. É uma frase oca, mas sonora; produz belo efeito nos monólogos da comédia parlamentar.

Pesa-me arrancar o povo brasileiro a essa doce ilusão; e agravar os males que o acabrunham, com o desengano cruel de um belo sonho de quase meio século. Mas é meu timbre a verdade; devo à majestade popular a mesma franqueza que usei com a majestade imperial.

Ouvi-me! Entre as nações civilizadas não há outra menos livre do que é presentemente o Brasil.

Parece-vos, cidadãos, que proferi uma blasfêmia política. Sem dúvida me julgais alucinado pela paixão, ou pervertido pelo interesse, pois me arrojei a semelhante acerto.

A nação brasileira menos livre que a França de Rouher¹, e a Prússia de Bismarck²?

Pausadamente, com a consciência aberta e a razão atenta, vos respondendo que sim. Ainda mais, afirmo que semelhante convicção está incubada no fundo de todo o espírito reto; e não se produziu somente por um certo pudor da opinião.

Não contesto que exista em nosso país uma grande massa de liberdade, mais avultada do que na própria Inglaterra. Não falo dos Estados Unidos, porque ali reina o despotismo da multidão.

De tão enorme volume de liberdade, porém, a máxima parte jaz ainda em bruto, como a natureza de nossas regiões magníficas; o resto constitui o monopólio de um pequeno número.

A liberdade no Brasil está, como dizia Nodier³, na mão dos fortes e na bolsa dos ricos. Dos sobejos que eles repartem, ou das migalhas que ficam pelo chão, vivem os fracos e os pobres; por outra, a maior parte da nação.

País civilizado em relação aos costumes, vivemos ainda nos tempos selvagens da política; o cidadão não vale na medida de seus direitos;

1 ☞ Eugène Rouher (1814–1884), estadista francês. Foi Senador e Presidente do Conselho de Estado de Napoleão III. [N. do R.]

2 ☞ Otto Leopold Eduard von Bismarck-Schönhausen (1815–1898), Primeiro-ministro do reino da Prússia (1862–1890). Unificou a Alemanha, depois de uma série de guerras, tornando-se o Primeiro Chanceler (1871–1890) do Império Alemão. [N. do R.]

3 ☞ Charles Nodier (1780–1844), escritor francês a quem se atribui grande importância dentro do movimento romântico. De sua vastíssima obra destacam-se *Smarra ou os Demônios da Noite* (1821) e *A Fada das Migalhas* (1832). [N. do R.]

mas sim na proporção dos benefícios que pode dispensar ou segundo o quilate das próprias forças.

Temos a glória de possuir a mais liberal das constituições. Livro de ouro dos sábios patriarcas do império, figura como um código de moral política, respeitável pelo culto que as gerações novas costumam prestar aos seus progenitores.

Lei, porém, não é; carece de majestade e império; não a vivifica o espírito da soberania nacional; encerra apenas o conselho dos anciãos e as máximas de sua sabedoria.

Não está a situação patenteando a desconsoladora realidade?

Por menos livre que seja um povo, tem ele dois bens sagrados para o governo; e são, a substância da vida — o sangue; o fruto do trabalho — o suor.

O tributo que o filho deve à mãe-pátria a ela somente cabe o direito de o exigir; o poder tem apenas o dever de solicitá-lo, como um dos meios indispensáveis para cumprir sua missão administrativa.

Os próprios reis absolutos, que dispunham dos povos como de um patrimônio da família, respeitavam o sangue e o suor dos súditos. Só o empregavam no engrandecimento e glória da pátria comum.

Aqueles que esperdiçavam o precioso bem e exauriam o país eram logo condenados pela voz do povo ao labéu de tiranos: galé perpétua da memória execrada dos opressores da humanidade.

Olhai neste instante para a velha Europa. Vereis como os soberanos da Áustria, da Prússia e da Itália hesitam em disparar o primeiro tiro; e, contudo, fundos rancores exalam os brios nacionais. Mas, se alguns deles têm esbanjado os direitos dos súditos, ao menos do sangue são parcios.

Entretanto, vós, povo brasileiro, não dispondes nem do suor nem do sangue vosso.

As provas se acumulam, insultando vossa magnanimidade.

Quisestes acaso esta guerra nefasta, que de repente se despenhou sobre o império, como um sopro da cólera celeste? Abristes com as próprias mãos este abismo para sorver milhares de vidas e os recursos de talvez um século de existência?

Acreditá-lo seria fazer violência à verdade e injúria ao vosso bom senso. Aceitastes a guerra com dignidade, quando vistes a honra nacional comprometida; mas no âmago da consciência nacional está latente a indignação, que mais tarde há de cair sobre os obreiros da calamidade pública e assoberbá-los.

O brasileiro cordato e brioso almejava, é certo, pela mudança de nossa política no Rio da Prata.

Duas fases já teve essa política desde seu princípio; na primeira, que data dos tempos coloniais e prolongou-se ainda pelos primeiros anos do império, dominou o princípio de conquista; na segunda, inaugurada em 1829 e sempre mantida até agora, mais ou menos habilmente, desenvolveu-se o sistema da intervenção.

A expulsão de Rosas¹, o mais brilhante resultado dessa política sábia e moderada, foi também o desengano amargo para os homens eminentes que mais a haviam trabalhado.

O ilustre Visconde do Uruguai², o pensamento iniciador das negociações de 1851, e o lembrado Marques de Paraná³, o executor dessa obra gloriosa, reconheceram, antes mesmo de lhe pôr o remate, a impossibilidade de insistir no futuro sobre a continuação de semelhante política.

1 ☞ Juan Manuel José Domingo Ortiz de Rozas y López de Osornio (1793–1877), militar e político argentino. Foi governador da Província de Buenos Aires, com *status* de um presidente da república. [N. do R.]

2 ☞ Ver nota 4 na p. 17.

3 ☞ Honório Hermeto Carneiro Leão, primeiro e único Visconde com honras de grandeza, Conde e Marquês de Paraná (1801–1856), estadista, diplomata, magistrado, político e monarquista brasileiro. [N. do R.]

O Brasil não podia representar eternamente o papel mesquinho de expulsor de caudilhos, que renasciam não das cinzas, mas da rabadilha um do outro.

Ontem Rosas¹, hoje Lopes², amanhã Urquiza³, depois qualquer outro, e talvez dos nossos pretensos amigos.


Não são coisa vil e somenos as vidas e cabedais de uma nação nova, para derramá-los à profusão na terra estranha e ingrata, onde a boa semente só brota profundos rancores, miseráveis impropérios!


Um novo sistema, de abstenção e sobranceira, sem dúvida formulou-se no alto senso dos dois estadistas promotores das negociações de 1851. O certo é que desde então começou ele a filtrar na convicção dos cidadãos atentos a essa magna questão.

Ultimamente estava a ideia radicada no espírito público. Esperava a nação que o primeiro impulso dado pelo governo à política platina, depois da pausa havida, seria, naquele sentido, para firmar a atitude sobranceira e digna que convém a um grande império em face de pequenos Estados.

O Brasil não precisa do território de seus vizinhos, pois o tem de sobra e ubérrimo; também não é essencial para seu bem-estar a paz e equilíbrio das repúblicas americanas. A política de intervenção fora sobretudo filantrópica: exprimia a caridade internacional de um povo por seus irmãos dilacerados. Quanto ao interesse que nosso país tirava

1  Ver nota 1 na p. 137.

2  Francisco Solano Lopes (1827–1870), militar paraguaio, presidente vitalício de seu país de 1862 à data de sua morte. Declarou guerra ao Brasil em dezembro de 1864 e por cinco anos sustentou a luta contra a Tríplice Aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai. Foi morto pelas tropas brasileiras em 1.º de março de 1870. [N. do R.]

3  Justo José de Urquiza y García (1801–1870), militar e político argentino. Foi presidente da Argentina entre 1854 e 1860. [N. do R.]

dela, reduzia-se aos subsídios ou empréstimos não pagos, além dos ônus de uma guerra sempre iminente.

Grande e amarga foi, portanto, a decepção do país, quando viu, pasmo, uma nova situação que se dizia salvadora, ir catar, na guarda roupa do passado, a diplomacia já abandonada ao pó e às traças.

O Brasil tinha sem dúvida para o futuro uma guerra em aberto com as repúblicas do Prata, não esta ou aquela, mas com todas. Nossa história guardava páginas em branco, esperando o registro de muitas e brilhantes vitórias.

Era um legado transmitido pelo sangue heroico de que provimos. Os manes de Afonso Henriques¹ e D. João I² exigiam esta homenagem.

Era uma dívida sagrada à memória dos valentes soldados portugueses que desde o século 17 defenderam, contra a cobiça castelhana, a fronteira sul do Brasil. Era um empenho que contraímos com a Providência quando ela nos assinou a primazia na América do Sul.

Isto como raça.

Como povo, a guerra exprimia a reparação de um longo passado de injúrias, e a imposição solene da nova política. Seu resultado infalível havia de ser a definitiva solução de todas as questões pendentes, e o respeito que aplainaria qualquer futura dificuldade.

Mas essa guerra, imensamente popular no Brasil, essa guerra justa, útil e gloriosa, é por ventura a ruínosa complicação que nos forjou o tino dos progressistas?

1 ☞ D. Afonso I de Portugal ou Dom Afonso Henriques, (1109(?)-1185), o primeiro rei de Portugal. Conquistou a independência portuguesa em relação ao Reino de Leão em 1143 no Tratado de Zamora. [N. do R.]

2 ☞ D. João I de Portugal (1357-1433), décimo Rei de Portugal. Em 1364 foi consagrado Grão-Mestre da Ordem de Avis. [N. do R.]

De forma alguma.

Aquela guerra era uma questão de futuro para a qual nos devíamos preparar com todo o cuidado; senão por necessidade, ao menos por decência. É indecoroso para o gigante lutar com o homúnculo; castiga-o e passa além.

Ainda mais, as tradições nacionais, as justas suscetibilidades da raça, impunham ao Brasil a obrigação indeclinável de fazer a guerra, só e exclusivamente. A aliança com o inimigo de ontem e de amanhã será admissível em uma questão de interesse; mas em ponto de honra nacional é trair o povo ou menoscabá-lo, aceitar o supérfluo concurso de quem já o ultrajou covardemente.

Qual honra é uma que se acomoda à injúria atroz para vingar outra injúria? Será decorosa a desafronta da dignidade nacional comprada com uma longa série de humilhações?


À cediça evasiva é que fomos provocados.

Não acrediteis em tal mistificação, povo. Foi vosso governo, de sua própria vontade, que no remanso da paz e quando tratava de ainda mais desarmar o país, lembrou-se de repente de enviar às margens do Prata dois emissários para nos importar a guerra.

Os índios de nossas florestas tinham essa usança. Como o combate lhes era alegria e festa, quando passavam algum tempo sem ele, faziam partir um ou mais guerreiros para o campo dos inimigos a fim de provocá-los com alguma fanfarronada. Chamava-se isso *buscar a guerra*.

Assim fizeram conosco: em maio de 1864 partiram os emissários¹; mas a guerra desencadeou-se com tal fúria que os espavoriu.

Hei de escrever mais tarde a história desta guerra tão repassada de heroísmo brasileiro, quanto repleta de erros e desvarios. Agora não; o

1  Missão chefiada por José Antônio Saraiva. [N. do O.]

presente aqui está conosco instante e despótico, que não consente volver ao passado.

Tenho eu razão de afirmar que não sois um povo livre, quando sem vosso consentimento se decreta uma guerra, sorvedouro de vosso sangue e suor?

Nossa constituição, essa velha cartilha que os políticos de hoje só estudam, como os navegantes sondam os escolhos, para os evitar; nossa boa e leal constituição dispõe que ao poder executivo compete *declarar a guerra e fazer a paz*.

Deste preceito se ajudaram os fabricantes da grande calamidade pública para, de surpresa, sem audiência da nação, na emergência dos embarços financeiros, arrastar-vos a uma luta desastrosa.

Se o legislador constitucional, ao escrever aquelas palavras, presentisse o que seria o poder executivo de sua pátria nos anos da desgraça de 1863 até..., certo que a mão lhe tremera. Talvez preferisse deixar na grande obra uma falha, a consagrar com a majestade legislativa a futura ruína do jovem império americano.

O governo arrogando-se, à sombra daquele artigo, uma prerrogativa soberana da nação, inaugurou o mais cruel despotismo.

O direito de paz e guerra é o direito de vida e morte do Estado; é, ainda mais, o direito da glória ou opróbrio de um povo. Armados com a feitura e execução da lei, os déspotas oprimem um país e o mutilam; investido por ventura do poder beligerante de um governo inconsiderado pode assassinar ou desonrar a pátria.

Era possível que o povo brasileiro da independência, que recebeu o batismo da liberdade nos cárceres e patíbulo do absolutismo, se despidesse dessa porção mais importante da própria soberania para a dar ao governo?

Ninguém há que o pretenda. O direito de paz e guerra pertence à nação, que o exerce pelos seus imediatos representantes: a constituição foi positiva.

O nervo da guerra é o dinheiro; o músculo é o soldado. Ambas essas fibras se prendem ao povo. A iniciativa do imposto de sangue e suor pertence ao ramo temporário da legislatura; é também aos deputados, representantes da democracia, que o governo pede as leis anuais de força e orçamento.

Há na guerra, como em qualquer outro fato governamental, duas partes, a deliberativa e a executiva; a primeira é a lei; a segunda o ato.

A deliberação da guerra, o estudo de sua necessidade e alcance pertence ao poder legislativo; as forças e orçamentos extraordinários são a lei que decreta o Estado bélico.

O ato do governo, simplesmente executivo, consiste na declaração da guerra e sua direção até a oportunidade de celebrar uma paz digna e vantajosa.

É só a execução do mandato legislativo que a constituição outorgou ao governo no art. 102. Essa faculdade não tem alcance e natureza diversa das outras.

Também o ministério nomeia empregados, provê benefícios, concede títulos, vela na segurança pública; mas dentro da órbita da lei. É executor e não legislador.

Suscitar uma guerra, sem ter obtido da assembleia geral, com os meios essenciais a aprovação legislativa, é uma traição à pátria. Seja embora a guerra injusta e desastrosa; a honra nacional porá em coação os representantes do país.

Sois livre, povo brasileiro, vós, cuja vida e morte, cuja honra e humilhação dependem da bília de um só ministro?

Já a luva de uma duquesa, tarde apanhada, deu causa à conflagração da Europa. Ao menos fizeram as nações provas de galanteria.

Na América do Sul foi também um arrufo o motivo da guerra atual; arrufo, não de duquesa, mas de vaidade igualmente suscetível. Um chefe parlamentar se amou por causa da poltrona senatorial.

Se o governo, declarando a guerra por sua conta, ao menos tivesse com o parlamento a cortesia de o instruir dos acontecimentos! Nunca o desdém pela assembleia geral se ostentou com desgarro maior; parece já brasão e timbre da farda ministerial.

O que têm feito vossos representantes em relação à esta crise tremenda?

Duas vezes, o ano passado e este, votaram de tropel, em horas escassas, resoluções mal amanhadas, ou antes cartas brancas ao ministério para gastar do sangue e suor brasileiro larga porção esmada à fantasia.

Passou a axioma, que vossos presumidos representantes não são os verdadeiros escolhidos do povo. Ninguém ignora que o voto, que já sai das urnas poluído, mais se deturpa nas cercanias do poder.

Entretanto basta o título de representante da nação excitar a inevitável repugnância do governo. Ele sofre a presença das câmaras com um tédio e irascibilidade que nem mais procura disfarçar.

Lembra-vos de Mirabeau¹? Era uma alma originalmente aristocrática, na qual não obstante a verdade derramava profundas e esplêndidas irradiações democráticas.

Propunha ele como um dogma constitucional a permanência da sessão legislativa durante a continuação de guerra. Seria o parlamento a fonte de força e opinião, onde, sob essa crise melindrosa, o governo fosse constantemente acrisolar a ação administrativa e receber nova pujança.

I ☞ Ver nota 2 na p. 55.

O governo brasileiro, não somente esquivou-se de apressar a reunião do poder legislativo quando ateou-se a guerra, mas levou o menoscabo ao ponto de o despedir, como um credor importuno. Bem entendido, depois de obtida a reforma da letra.

Durante esta guerra o poder legislativo não fez mais do que uns remendos informes às leis ânuas.

Apenas o ano passado amanhou essa tarefa ridícula, deu-lhe férias o gabinete. É natural agora que o enxote de uma vez, para livrar-se do ruído incômodo das discussões.

O governo deseja concluir a guerra; e a assembleia geral o atrapalha nesse importante trabalho. Já basta a impertinência de algumas vozes soltas, que na imprensa destoam do *laus perennis*¹.

Muito bem, senhores. Acabai de provar a este povo que ele está bem longe de ser um povo livre; tirai-lhe a última ilusão, para que enfim se recolha ao silêncio e à resignação perdida até a veleidade da queixa.

ERASMO

1  “Louvor permanente.” [N. do O.]

III

Se exaurindo teu sangue e suor, infeliz povo, ao menos regassem com eles os louros nacionais!...

Ah! Eu vejo agora a figura solene da pátria, que assoma ante a mente respeitosa. Traz lágrimas nas faces e luto dentro d'alma.

As lágrimas são de consolo; correm pelos filhos valentes que morreram pelejando com denodo no campo da batalha. Mas o luto é acerbó e pungente; o Brasil o sente pela sua honra de nação vilmente sacrificada.

É tempo de soltar um brado de indignação contra essa lenta e fria ignomínia a que filhos ingratos condenaram a mãe-pátria. Praza aos céus que a esta hora os soldados brasileiros tenham enfim vingado com uma batalha esplêndida nossos brios conculcados.

O abismo nos invoca. Só não o veem diante aqueles a quem alucina a vertigem do poder. Esses, enquanto o país estorteja, deleitam-se na compostura de frases perluxas e nos guisos de suas ocas palavras. Pensam eles que se conjura calamidade tamanha com a fofa presunção e o talento da ninharia.

Não bastam vinte longos meses de aviltamento para patentear a incapacidade da facção que arrastou o Brasil a uma guerra nefasta?

De dia em dia nos aprofundamos na abjeção e impropério. Se o obscuro cidadão, perdido na turbamulta, já sentiu mais de uma vez

queimar-lhe o rosto a vergonha de sua pátria; que não será da face augusta, para onde volvem os olhos do mundo, a contemplar nossa atitude em tal momento!

Quero falar sem paixão. Calco os assomos que me assoberbam; declino de atenções pessoais e considerações políticas. Quando se trata de salvar o decoro do nome brasileiro, só conheço um princípio, – o pundonor.


Esta lauda da nossa história relata à humanidade mais um exemplo do triste fenômeno a que estão sujeitos os povos, como os homens. Fomos vítimas de súbita demência política; estranha revulsão sopitou em 1864 o bom senso nacional. Os cômicos episódios da questão inglesa já anunciavam os pródromos do mal.

A época infeliz que vamos atravessando não é realmente outra coisa senão um grande e longo desvario da razão pública. Incompreensível insânia transformou em desassissado libertino o circunspecto e prudente império da América do Sul.

Quem recorda a prova gloriosa de sensatez que em 1831 deu o povo brasileiro, acéfalo e privado de seu chefe natural, pasma ante o assombroso espetáculo da atualidade.

Em anos anteriores o absurdo surgia a períodos como o grande resolutivo de nossas questões políticas. Desde certo tempo passou a Estado permanente e crônico. Seu domínio foi com a ascensão da liga¹ definitivamente inaugurado na alta direção do país.

A guerra que sustentamos é desde sua origem um tecido de incongruências e desacertos. Só há em toda ela de nobre, digno e consolador, a intrepidez de nossos marinheiros e soldados. Virtude espontânea do homem e do povo produziu-se independente do governo, e apesar dos esforços adrede empregados para abafá-la.

1  Liga Progressista. [N. do O.]

É incrível! A tática desta guerra parece dirigida ao fim inaudito de fazer do soldado brasileiro um covarde. Mercê de Deus não o conseguiu: a sofreguidão do inimigo por fortuna desencadeia às vezes o valor de nossos bravos, que deprime ainda a culposa indolência do governo e seus agentes.

Desde o começo da luta até o presente, mais de ano, ainda não ferimos um só combate por impulso e arrojo próprio. Nossa missão parece a defensiva; é o inimigo, cansado de esperar, quem se atreve a afrontar-nos em nosso próprio acampamento.

Invadidos ou atacados, eis como se batem os exércitos aliados. Para dar um passo avante aguardam os tardos generais com paciência inegotável que o inimigo nos abra espaço.

Foi justamente na ocasião em que verificamos o completo desarmamento do país, a propósito da questão inglesa; quando o horizonte de nossa política interna se toldava com as graves complicações econômicas; foi nessa delicada emergência, que, de chofre, sem preparativos, o governo brasileiro provocou o Estado do Uruguai.

À repentina atitude bélica deu-se como causa aparente e confessável a tolerância da república vizinha a respeito dos atentados cometidos contra cidadãos brasileiros dentro de seu território e em nossas fronteiras.

Mais nobre e poderoso motivo de guerra não o há. Um só compatriota insultado impunemente em país estrangeiro bastava para comover nossos brios, sem contudo perturbar a razão nacional.

A facção¹ que havia à sombra da violência britânica empalmado uma situação tirou da nova injúria pretexto para uma política externa que disfarçasse a intestina dissolução. Se, ao menos, posta a nação ao

I ☞ Trata-se de Partido Blanco, oposto ao Colorado, este aliado do Brasil. [N. do O.]

serviço de interesses partidários, lhe esbanjassem unicamente a riqueza, mantendo ileso sua honra!

Mas que fizeram até agora em desafronta da injúria?

Precipitaram o país de sobressalto em uma guerra desastrosa para obter satisfação dos agravos sofridos na pessoa de nossos irmãos.

Entretanto, depois de bravatas impróprias de uma nação que se respeita, obrigaram o império a assistir impassível aos novos insultos e vilanias cometidos no Rio Grande pelos caudilhos Muñoz¹ e Aparício², até hoje impunes.


O heroísmo de nossos bravos expugnou com sublime, mas não inimitável, temeridade, a Praça de Paissandu, onde novas afrontas eram diariamente lançadas ao Brasil. Soltaram sob palavra os vis e traiçoeiros inimigos!


Em Uruguaiana, os destroços de uma força paraguaia extenuada desfaleciam à penúria. Esse bando de assassinos não recebeu uma prova sequer de asco e horror. Oferecerão-lhe em nome dos brasileiros as condições de uma honrosa capitulação!

Valia a pena de empenhar-se o país em uma guerra desastrosa para alcançar tantas humilhações?

Se a honra, vida e propriedade do cidadão brasileiro, é coisa somente ao juízo do governo, que ele perdoa em Paissandu, Montevidéu e Uruguaiana os mais graves atentados contra aqueles direitos sagrados, como explicar o melindre de pundonor no momento de empreender estouvadamente a guerra?

De que serviu ao Brasil correr às armas para garantir no futuro uma de suas fronteiras contra as agressões dos orientais; quando nessa mes-

1  Basílio Muñoz (?-?), militar e caudilho uruguaio. Por ordem do presidente Aguirre, fez incursões no território brasileiro. [N. do R.]

2  Timoteo Aparicio (1814–1882), militar e caudilho uruguaio. Comandou, assim como Muñoz, uma força do exército uruguaio contra os brasileiros. [N. do R.]

ma ocasião deixava o governo ao desamparo e franca aos paraguaios outra e importante fronteira, abandonando assim criminosamente Mato Grosso à ruína e assolação?

Em um momento a ofensa à pessoa dos brasileiros é uma injúria atroz que brada vingança, um caso de guerra indeclinável e urgente, pois não atende à situação difícil do país. Logo após essa mesma ofensa ou ainda mais revoltante torna-se um ato sem imputação praticado por bárbaros, para quem devemos, nós, povo civilizado, mostrar-nos sobranceiros e generosos!

Meu Deus! Quanto são pródigos da honra e sangue da nação os homens que se erigiram em árbitros de seus destinos?

Se nossa missão nas repúblicas espanholas era toda de unção e paz, realizá-la pelas armas parece um grande desatino. Pois se tínhamos de perdoar os flagícios de nossos irmãos e as ofensas da pátria, fora mais digno, econômico e, sobretudo mais humanitário, perdoar em princípio, antes do fatal *ultimatum* de 4 de agosto.

Então perdoaríamos um simples desacato e poucas vidas. Não absolveríamos, como depois sucedeu, insultos cruéis; nem lamentaríamos milhares e milhares das existências tão escassas ainda para este vasto território!

Depois da rendição de Uruguaiana que fizemos ainda para desafrenta da dignidade nacional agravada?

Marchou o exército aliado para as margens do Paraná, mas com a prudência necessária para não surpreender o inimigo, deixando-lhe tempo folgado de se recolher a seu território e fortificá-lo.

Não restava já um só paraguaio em Corrientes quando levantou o exército seus quartéis de luxo para acampar nas margens do rio, frente ao inimigo.

Durante meses, que foram séculos para a honra nacional, ali permaneceram na mais vergonhosa incúria as forças brasileiras. O sangue

precioso de nossos irmãos não corria no campo da batalha, regando os louros da pátria; mas a febre os consumia nos hospitais.

A mais forte armada e o maior exército da América do Sul esbarra-ram ante alguns troços de miserável tropa recruta, abrigada por toscas paredes insossas!


Debalde a coragem entusiasta do soldado brasileiro o arrojava; de- balde ansiavam combater os jovens guerreiros acudidos ao grito da pá- tria; a incompreensível indolência dos generais comprimia os nobres arremessos, prenúncios da vitória.


O exército passou revista de mostra em grande gala; chegavam uns após outros os boletins das curiosas evoluções dos altos personagens; os jornais, baldos de notícias, se ocupavam em referir os jantares e abraços dos generais.


Nesse ridículo açodamento esvaia-se toda nossa atividade. E assim dilatou-se cruelmente a amarga decepção que desde os primeiros arregan- nhos em frente a Montevidéu confrange e angustia nosso pundonor.

Era necessário, porém, acalantar a impaciência pública. Começa-ram a vir da campanha notícias aterradoras sobre as dificuldades da passagem do rio. Os obstáculos se antolhavam formidáveis; a perda havia de ser imensa.

Improvizados Homeros¹ de caricatos Aquiles² preparavam o cená- rio para a morte de Heitor³. A população, sincera e desprevenida,

1  Homero, considerado o primeiro grande poeta grego. Teria vivido no século VIII a.C., período coincidente com o ressurgimento da escrita na Grécia. Consagrou o género épico com as obras *Iliada* e *Odisseia*. [N. do R.]

2  Aquiles, herói mitológico da Grécia, um dos participantes da Guerra de Troia e o personagem principal da *Iliada*, de Homero. É descrito não só como o mais belo dos heróis reunidos contra Tróia, mas também como o mais corajoso e valente. [N. do R.]

3  Heitor, filho mais velho de Príamo e Hécuba, é o maior guerreiro de Troia. Foge ao combate enquanto Aquiles está lutando entre os gregos, pois sabe que seu destino é cair nas mãos do herói grego. [N. do R.]

acreditou na descrição exagerada, e aguardou, em solene e grave silêncio, as glórias enramadas de luto da gigantesca batalha.

Correu o tempo.

Enfim, chegou-nos a nova cansada, não da peleja heroica e brilhante, que devia abrir uma longa série de vitórias; mas de um combate no gênero de Cervantes¹.

D. Quixote², de lança em punho, atacara o moinho paraguaio!

Riso e motejo nos lábios de um brasileiro, quando a pátria veste luto?

Este riso, cidadãos, é o riso acerbo da angústia. O prazer dilata a alma; a dor a confrange; qualquer destes movimentos leva a lágrima aos olhos, o sorriso aos lábios. Choramos no auge da ventura; rimos nos transe da maior aflição.

O motejo aqui não passa de uma abusão do espírito. Pensamos aturdir com a zombaria o pesar que nos assola, e talvez submergi-lo no fel que sempre costuma o sarcasmo extrair do coração humano revoltado.

Em face do espetáculo contristador do exército e armada brasileira, esbarrados ante os bandos de um caudilho, não há outra expressão para tamanho sofrimento senão o riso.

Pois o general, chefe de um exército, representa o papel de cossaco, para investir, de lança em punho, com um piquete de doze homens, a margem inimiga e explorar os arredores?

1 ☞ Miguel de Cervantes Saavedra (1547–1616), romancista, dramaturgo e poeta espanhol. Sua obra mais importante é *Don Quixote de La Mancha* (1605). [N. do R.]

2 ☞ Dom Quixote, protagonista do romance *Don Quixote de La Mancha* (1605). Já idoso, o personagem entrega-se à leitura dos romances de cavalaria, perde o juízo, acredita que tenham sido historicamente verdadeiros e decide tornar-se um cavaleiro andante. [N. do R.]

Enfim, pisávamos terras paraguaias; o país inteiro encheu-se de júbilo ao receber desta notícia. Desvanecidas as tristes apreensões, apagou-se também o justo ressentimento do passado. O espírito público pairou outra vez na intensa esperança da grande batalha.

Nova e cruel decepção! Avançamos apenas duas léguas em território inimigo e estacamos. Invasor, queda-se o grande exército à sombra da esquadra e não avança um passo. Criou raízes ali nos charcos pestíferos, que envenenam diariamente nossos bravos soldados.


É o invadido quem busca o invasor e esforça para o expelir de seu território. Ligeiras escaramuças e dois combates foram provocados pelo paraguaio. O de 2 de maio¹, fatal surpresa que patenteou uma verdade já suspeita; a inabilidade da alta direção da guerra. O de 24 de maio², grande carnificina; duas multidões a se cortarem sem o menor vislumbre de estratégia, ou um esboço sequer de plano de batalha.

Que se batam assim os paraguaios, os argentinos e orientais não há que admirar; são guerrilheiros, nunca foram soldados: seus generais são comandantes de cavalaria; sabem dar a carga e fugir. O Brasil, porém, tinha indeclinável obrigação de fazer a guerra civilizada; a guerra da tática militar, que abrevia a luta e evita a grande efusão de sangue.

Os matadouros de gente, a carnagem feroz de homens, são dos tempos bárbaros e dos povos rudes. A guerra então é vingança; o combate, um assassinato por multidão.

Nobreza exige. É forçoso que o Brasil mantenha seu nome de nação culta e de segunda grande potência da América; ou então se reduza a uma terra de mercadores.

1  Batalha de Estero Bellaco. [N. do O.]

2  Batalha de Tuiuti, a maior até então na América do Sul, em que houve cerca de 20 mil baixas, entre mortos e feridos. [N. do O.]

Se o império tivesse um general e um almirante, Lopes¹ estaria vencido a esta hora e Humaitá² arrasado, com imensa economia de sangue e dinheiro. Mas, infelizmente, à frente de nossas forças de terra e mar, só vejo uma lança e um sabre; lança valente, sabre ilustre. Mas não bastam!

Para a vitória esplêndida, sóbria de sangue e fecunda em resultados, é necessário a mão vigorosa que saiba manejar os exércitos ou as esquadras, como o bravo Marechal Osório³ brande sua lança gaúcha, e o denodado Tamandaré esgrime o sabre de abordagem.

Eis o que nos falta; é essa mão.

Tivéssemos estadistas no governo que eles haviam de a ter já adivinhado, embora desconhecida, e talvez mesmo oculta pela modéstia. Os generais não se fazem; nascem; a praça somente serve de os completar e robustecer.

Propala-se que o exército brasileiro não avança; porque lho inibe a vontade suprema do general-chefe das forças aliadas, o Presidente Mitre⁴.

Semelhante razão, a ser verdadeira, é em tudo conforme com o geral desmancho deste tempo. O Tratado da Tríplice Aliança, página infeliz da nossa diplomacia, que talvez seja ainda arrancada dos protocolos brasileiros, essa doação não insinuada de nossa glória, sangue e ouro ao estrangeiro, não foi ao ponto de jungir-nos assim à soberana vontade do presidente da república Argentina.

1 ☞ Ver nota 2 na p. 138.

2 ☞ Fortaleza de Humaitá, localizada à margem esquerda do Rio Paraguai, ao sul da capital Assunção, no Paraguai. [N. do R.]

3 ☞ Manuel Luís Osório, Marquês do Erval (1808–1879), militar e político brasileiro, herói da Guerra da Tríplice Aliança. É o patrono da Arma de Cavalaria do Exército brasileiro. [N. do R.]

4 ☞ Bartolomé Mitre Martínez (1821–1868), político, escritor e militar argentino. Foi presidente da Argentina e comandante das tropas da Tríplice Aliança. [N. do R.]

Cedemos muito; mas parece que ainda não abdicamos a nossa independência!

A mente vacila a quem atenta para as alucinações desta política.

Que significação tem a *honra nacional* para os homens que arrastaram seu país a esta situação desesperada, iludindo-o com aquela senha venerável a todo o povo nobre e independente?

Atendei, cidadãos, e afrontem-se vossos brios.


Acatarem os dominadores a honra nacional, rebaixando o império ofendido ao ponto de enviar seu representante à barraca do cabeça de uma rebelião para solicitar a paz, que facilitasse a negociação diplomática?


Não fora o Brasil um Estado ofendido, podia prestar esse ofício de amizade, como fez Inglaterra. Na posição de ameaça em que se achava colocado, aquele procedimento foi indecoroso e funesto: o infeliz desfecho da questão oriental ali está incluso naquele ominoso germe.

Prestaram culto à honra nacional sofrendo que o chefe de uma divisão da armada brasileira, depois da intimação das represálias, se oferecesse a saudar o pavilhão oriental à simples reclamação do General Flores¹, e por virtude da caça a um vapor da república?

A bandeira oriental, símbolo da soberania que nos ofendera, e se negara à satisfação exigida; a bandeira oriental, saudada pelas armas brasileiras, já em atitude ameaçadora e começo de hostilidades!... Que ludíbrio!

É respeito à honra nacional o silêncio profundo em que foram de uma vez sepultados os compromissos tomados pelo Estado do Uruguai e garantidos pelo convênio de 20 de fevereiro²?

1  Venâncio Flores (1808–1868), militar e político uruguaio do Partido Colorado, aliado do Brasil. Foi Presidente da República (1854–1855), tendo sido obrigado a renunciar em decorrência de uma revolta conservadora. Dez anos depois, derrubado Aguirre (1865), voltou a governar o Uruguai até 1868, quando foi assassinado. Assinou o Tratado da Tríplice Aliança. [N. do R.]

2  Tratado de paz entre Brasil e Uruguai, pelo qual Venâncio Flores, líder colorado, assumiu o governo. [N. do O.]

O país se recorda que o General Flores¹ empenhou sua palavra como garantia à severa punição dos desacatos feitos à nacionalidade brasileira. Uma nova missão extraordinária partiu para obter a fiel execução do compromisso. Até o presente somente constatou que Muñoz ia bater-se contra o Paraguai, insultando com sua presença nosso exército e profanando com sua participação a nossa causa.

Foi em homenagem à honra nacional que o Brasil, primeira potência da América do Sul, cedeu o comando de suas forças, muito superiores, em número, aos generais de Estados de segunda ordem?

No momento de celebrar-se o Tratado da Tríplice Aliança estava conhecida e limitada a sede da campanha; não podia ser outra senão a área da província de Corrientes. A cláusula da reciprocidade estabelecida a respeito do generalato, conforme o território onde operassem os exércitos, não passou de uma burla. Foi engodo à nímia condescendência deste povo bom e paciente².

A imperícia e apatia dos diretores da nossa política frustraram, é certo, a previsão dos fabricantes do Tratado da Tríplice Aliança. Nossa fronteira de S. Borja ficou exposta à invasão; uma força paraguaia penetrou até Uruguaiana. Ainda aí, para cúmulo de vergonha, veio o estrangeiro disputar-nos a primazia do comando.

Deu também o governo prova de zelo pela honra nacional, desforçando nossos batalhões para os colocar sob as ordens imediatas de oficiais estrangeiros, roubando ao país a glória e os feitos dessa porção de bravos?

1 ☞ Ver nota I na p. 154.

2 ☞ Refere-se à cláusula do Tratado da Tríplice Aliança segundo a qual o comando aliado caberia ao general em cujo país se desse a campanha. O Brasil no início combateu sob o comando do General Mitre, presidente da Argentina. [N. do O.]

Soldados brasileiros compõem a máxima parte do exército de um aliado, como atestam os documentos autênticos. A auriflama que foram desafrontar não marcha galharda e sobranceira à sua frente, para lhes infundir o orgulho nacional; vai abatida ante os estandartes ainda ontem inimigos, e nunca afetos, embora hoje associados.

Ah! cidadãos!... A pátria madrasta não tinha o poder tirânico de enjeitar seus filhos. Foi coagida a cometer tão grande impiedade. Inflagram-lhe mais este desar.

Basta de desdobrar páginas lutuosas. Praza aos céus que a bala de nossos canhões e a espada de nossos bravos cedo as dilacerem para satisfação dos brios nacionais e reabilitação do nome brasileiro.

Não é preciso compulsar as atas da guerra. Eis a bradar na consciência pública, a revelar-se no geral desânimo, a patentear-se no desgosto do exército e armada, a dura verdade que oprime e esmaga esta situação.

Aqueles que dissimularam os assassinatos perpetrados no acampamento contra os soldados brasileiros, e não exigiam a pronta e severa punição do crime com receio de estremecer a aliança:

Aqueles que, depois de haverem tirado do país levas numerosas e valentes, deixam a apodrecer no acampamento os batalhões e mercadejam as mínimas vantagens que deviam conquistar em múltiplo pelas armas:

Aqueles, finalmente, que expõem o império brasileiro à irrisão do mundo, fazendo-o, há mais de ano, mesquinho e fraco diante da insignificante república do Paraguai:

Esses, maus ou infelizes cidadãos, não são os propugnadores da honra nacional, mas os fautores de nossa vergonha e opróbrio.

ERASMO

IV

É um escárnio, um grande escárnio, o título pomposo de nação livre com que nos ostentam ao mundo.

O despotismo impera no Brasil; a irrisão, que lhe ameniza a forma, inda mais punge a alma do cidadão. A força bruta reveste em sua mesma fereza certa majestade do leão: o escárnio descara a feição ignóbil da inteligência; é o abutre do espírito humano.

Era grave e sincero o antigo despotismo. Oprimia sem rebuço, combatia a rosto descoberto; de um lado o rei, do outro o povo: dois atletas. O rei tinha a dignidade do conquistador; o povo conservava o pudor e brio do vencido.

A grei humana foi assim educada durante séculos para a liberdade. Deus empunhava os reis, como um látego; *virga mea*¹, diz a santa escritura. Sua mão onipotente fustigava com este instrumento de castigo os povos corrompidos.

Agora o povo se fez homem; à infância sucedeu a virilidade. Aquele despotismo franco e decidido só pode reinar entre as nações que vivem ainda na penumbra da civilização.

Na esfera da luz, a clausura de um povo tornou-se impossível.

I ☞ “Minha vara.” [N. do O.]

A liberdade não é mais a seita de uma raça, é o catolicismo político: enche o universo. O despotismo já não pode viver no seio da civilização, senão sob a máscara; fez-se hipócrita e reina pela astúcia.

Se fosse possível erigir atualmente uma das antigas monarquias absolutas, breve esse país ficara reduzido a uma grande solidão de homens; só permaneceriam os que nascem para servir; os cidadãos buscariam em qualquer canto do mundo nova pátria.

Não vos fascinem, pois, brasileiros, as fosforescências de liberdade que cintilam a furto no seio desta noite sinistra de nossa existência política. São os fogos fátuos do mau espírito, que nos extravia.

A franqueza com que profiro estas verdades; a audácia de me dirigir ao povo, nome agoureiro que estremece a gente dominante; cuidais vós, cidadãos, que sejam sintomas de liberdade?

Ilusão!

A poderosa liberdade do pensamento, garantida pela constituição brasileira, a voz solene e vibrante do povo, não é de nosso país. A imprensa e a tribuna existem entre nós por mera complacência: há tolerância e favor, direito não.

Escrevemos sem prévia censura ou confisco, porque nos relevam semelhante fantasia. É um fôlego para que a opinião comprimida não sufoque, destruindo o sainete da opressão. Realmente o despotismo sobre a matéria bruta deve ser monótono e charro; o picante está na relutância.

E corre porventura a gente do governo algum risco por causa dessa condescendência que usam com os espíritos inquietos?

Nenhum por certo. A dose de liberdade de pensamento que nos coube em partilha é mínima, e muito inferior àquela que Napoleão III¹

1  Ver nota 3 na p. 84.

outorgou ao povo francês. Não se discute naquele país muita coisa que entre nós está ao alcance de qualquer; não há direito de exame sobre as instituições e atos do governo.

Mas que importa? A opinião é incompressível; através das restrições em que a pretendem encerrar, escapa uma palavra, um grito, um sarcasmo. É a gota de óleo que filtra do vaso e cai sobre a tela: insignificante agora, logo se propaga com incrível rapidez. E a grande nódoa aí fica indelével no espírito público.

Demais nesse foco de civilização que abrange o centro da Europa, nenhuma ideia pode ser abafada. Se a sopitam ali no solo francês, ela mina surdamente e vai fazer explosão além, na imprensa inglesa, belga ou alemã. A opinião que se quis desviar de seu curso reverte com força maior.

Em uma população ilustrada e ativa a absorção da ideia se faz quase instantânea. Cada cidadão é um poro que perspira e transpira incessante esse ambiente vital do povo, que se chama opinião.

Quando, porém, a população jaz na indolência, ou está ainda em geral submergida na ignorância, o pensamento não pode livremente circular. Por maior força que o revista, ele não penetra jamais a flácida superfície da indiferença.

Quanta influência tem no país a aluvião de palavras, que diariamente se despenha da tribuna parlamentar ou se espraia na imprensa?

Que peso exercem no espírito público as lições da sabedoria e experiência do conselho dos anciãos, ou a palavra magistral e ungida pela sinceridade, de um venerável Itaborai¹ ou de um provector Pimenta Bueno²?

A influência e o peso da gota d'água.

1 ☞ Ver nota 3 na p. 17.

2 ☞ José Antônio Pimenta Bueno, Visconde de São Vicente (1803–1878), político brasileiro conservador. Foi deputado, senador, Conselheiro de Estado e presidente do Conselho de Ministros. [N. do O.]

Nem ao menos é a gota na lápida rija, onde sempre cava à força de bater; *guta cavat lapidem*¹. Não passa de um pingo no oceano ou da réstia no bojo amplo, *in gurgite vasto*². É o imperceptível no imensurável.

O governo descansa, pois, tranquilo a este respeito; imprensa e tribuna são inocentes folguedos para o nosso povo menino. Brincando esse jogo de liberdade, não cura ele do bem real.

Também o imperador dos franceses concedeu aos seus súditos o sufrágio universal e consta recentemente que o rei da Prússia deseja imitá-lo. É uma teteia política semelhante à nossa imprensa livre.

Se alguma vez aparece uma travessura mais forte que de leve incomode os dominadores, sabem eles o segredo infalível de a aplacar imediatamente. Murmuram ao ouvido alguma insinuação e depressa passam adiante; excelente meio de deixar atrás a censura.

Um exemplo. Estas cartas parecem a alguns dos nossos senhores, inconvenientes, a outros extravagantes. Nenhum deles, porém, afaíço, ousará contestá-las. E para quê? Basta-lhes soprar na dócil consciência dos satélites; e em breve um sussurro se derrama pela cidade.

Esse sussurro não diz, mas infiltra, de uma banda, que estou fazendo a propaganda do absolutismo; da outra, que provoço o povo à revolução. Como a novo Proteu³ me emprestam mil formas: ora me apontam através dos reposteiros imperiais, ora julgam roçar-me nas escadas grimpantes do poder.

Deplorável país, onde não concebem o povo senão como o tapete rapado dos dominadores, ou o teto do edifício social que abate; inerte ou revolucionário, lesma ou hidra.

1  “A gota cava a pedra”. [N. do O.]

2  “No vasto abismo”. [N. do O.]

3  Ver nota I na p. 119.

Abominável tempo, no qual é áulico todo cidadão que tribute justiça e respeito ao monarca; e plebicola aquele que esforça abalar o povo para o arrancar à indolência.

A verdade, porém, é, que tais infiltrações subterrâneas da aleivosia no espírito pensante do país são mais poderosas que a palavra enérgica do escritor atirada às turbas. A chama desta se apaga caindo de arremesso no chão; a fâisca da outra vai se propagando, sempre e surdamente.

O povo lê pouco, mas escuta muito o que se diz em voz submissa.

Crede-me, pois, vós, que me ledes, antes por curiosidade do que por patriotismo; crede que não somos um povo livre. Temos, senhores, pela unânime e tácita aclamação da indolência nossa. A fantasmagoria parlamentar que existe no Brasil não é, como lhe chamam, governo representativo, sim representação de governo.

Cause ela algum embaraço maior; o pano cairá; e os espectadores da comédia que recolham ao silêncio, à sujeição, à obediência passiva. Com uma só palavra suprimiram a imprensa, a tribuna, o voto, o júri, todas as instituições democráticas de nosso estatuto fundamental.

Duvidais acaso?

Não vos arrastaram a uma guerra desatinada e imprevidente? Não vos carregaram com o peso enorme de uma dívida espantosa? Não escarnecem de vós há um ano, deixando-vos sem instrumento de permuta para as primeiras necessidades? Não zombam de vossa longanimidade distinguindo de preferência com honras e títulos os homens que comprometem a pátria? Não menoscabam diariamente o parlamento reduzindo-o a uma aula de controvérsia?

Que fizestes?

Sofrestes impassível. Assim haveis de sofrer que vos arranquem um por um os trapos de liberdade que mal cobrem já as vergonhas de um país, livre nascido, e fadado para altos destinos.

Não tendes consciência da força imensa que reside no povo, como o tufão encadeado no seio da nuvem! A opinião é a rainha do universo; sua pujança é irresistível; sua majestade, esplêndida. Fazem-lhe a corte os monarcas e príncipes, os célebres e ilustres. Quanto há de grande e sublime na terra se acotovela no supedâneo desse trono popular.

Oprime-se um povo que se levanta armado para a luta; decepa-se o braço da revolta como se corta um madeiro; varre-se a multidão na praça como se arrasa a mais elevada montanha.

Não há, porém, na terra, poder capaz de abater um povo que pensa e quer energeticamente: um povo robustecido pela convicção profunda da soberania e solidado com a firme adesão das ideias. Este é o Anteu¹ da civilização moderna, para o qual Deus só criou um Hércules², o direito.


O povo brasileiro tem na sua história a viva experiência das duas forças: a força bruta e material da revolução; e a força inteligente da opinião.

Todas as vezes que o braço popular se armou neste país para a revolta, caísse ele abatido pela autoridade, ou se repousasse depois do triunfo, o efeito constante e manifesto foi sempre um passo avante na degradação da liberdade brasileira.

Parta-se da independência.

Em 1824 houve a revolta de Pernambuco, logo debelada. A consequência ninguém a ignora: D. Pedro I³, que de sua própria iniciativa va oferecera à recém-nação uma constituição eminentemente liberal,

1  Ver nota I na p. 34.

2  Hércules, nome em latim dado pelos antigos romanos ao herói da mitologia grega Héracles, filho de Zeus e da mortal Alcmena. Era um semideus famoso por sua força e coragem. [N. do R.]

3  Ver nota I na p. 62.

profanou sua bela obra, criando os tribunais de sangue chamados juntas militares.

A constituição deflorada em seu berço: eis o fruto do primeiro erro.

Em 1831 a revolução ergueu o colo na capital do Brasil. O fundador do império não aceitou a luta com a pátria que ele criara; de todos os rasgos de heroísmo de que está cheia sua vida, nenhum foi mais do que este sublime. O povo triunfou sem combate.

Marchou, porém, a liberdade depois do sete de abril?

Passados os primeiros entusiasmos, achamos em 1837 a nação a de bater-se nas garras da anarquia. O partido liberal, impotente para defendê-la, se retirava do poder esmorecido: o partido conservador a salvou.

Em 1840 um sopro de agitação, uma efervescência popular, passou; desta vez não se tratava de abdicação, sim de coroação; era a revolução imperial. O partido que a promovera cedo recebeu a punição de sua culpa; o poder que havia conquistado infringindo a constituição escapou-lhe das mãos.

Tentaram os liberais apoderar-se dele no campo da batalha. Minas e S. Paulo se armaram; foram vencidas; e das cinzas da revolta nasceram todas as leis homicidas da liberdade, que hoje nos parecem opressivas e naquele tempo foram salvadoras. Depois de 1842 a liberdade declinava sensivelmente no país; em 1848 começou a agonizar.

A revolução armada, pois, é, no Brasil, o que há sido em toda parte, a febre da liberdade; febre maligna, que traz a vertigem, o delírio e finalmente a consumpção.

Outrora, em tempos que fogem de nós, a árvore da liberdade carecia de ser regada com sangue para florescer. O pensamento não tinha então as asas da imprensa para voar e devassar o mundo; a consciência do povo estava selada à palavra do apóstolo do século, o escritor.

Era necessário, pois, que o pensamento se fizesse história e a palavra tradição; essa elaboração chamava-se martírio. O impostor de ontem era profeta no dia seguinte ao do suplício; as obras e as falas de sua vida, repassadas pelo mistério solene da morte, se gravavam fundas na memória das gentes.

Eis porque o sangue era então fecundo e hoje estéril; mais que estéril, corrosivo e fatal.

Atualmente o solo gordo e pingue, onde viça a liberdade, é aquele que rega o suor do povo, sal fecundo, que borbulha na fronte durante as horas da meditação, e escorre do braço robusto do operário.

Se o povo brasileiro quisesse com firmeza, ele havia de ser um povo livre, e sem muito esforço. A vontade nacional exerce grande influência magnética. Não há quem se atreva a subjugar uma população possuída do vivo sentimento de sua dignidade.

O Brasil quis com veemência e afinco a independência, a monarquia, a constituição; teve-as sem grande luta, unicamente pela solene imposição de sua atitude sobranceira e inabalável.

No seio das convulsões que sucederam a 1831 o espírito público aderiu poderosamente à coroa cingida pela cabeça loura do infante imperador, estirpe tenra ainda da dinastia brasileira.

Nenhuma das muitas ambições recônditas, que sem dúvida borbulhavam nessa ebulição dos espíritos, ousou vir a lume. A opinião pública, exuberância da vida social, rebentava por todo o país e sufocava qualquer leve aspiração republicana.

Infelizmente parece que o império já não é capaz dessa vivaz energia, que outrora rebordava em suas manifestações. Demasiava-se ele então na atividade, juntando à palavra o gesto, à ideia o fato. Excede-se agora na apatia incompreensível; sobre a imobilidade a mudez; sobre a inércia a atonia.

Sagaz é a oligarquia que domina o país. Sente que se despisse o governo dos falsos ouropéis e lantejoulas de liberdade, com que o costumam decorar, a opinião política humilhada se revoltara.

Esmeram-se por isso em manter o povo na doce ilusão de que é livre.

À sombra de uma constituição que consagra em sua plenitude a soberania da nação, com um parlamento eleito pelo voto quase universal, e uma imprensa que vai até o escândalo e a licença; quem não verá nessa perspectiva a miragem brilhante do governo representativo?

Descarne, porém, o vulto; tire à luz o esqueleto; e olhe. É governo representativo, como o autômato é homem; move-se, fala, calcula; tem a máquina no ventre; a vontade está na mola-poder, a razão no pêndulo-conveniência.

O povo brasileiro entra em si, examina seu país; compara-o com os outros regidos pelo sistema representativo; vê, pelo prisma da ilusão, que possui todas as instituições radicais da liberdade, sem a aristocracia de raça da Inglaterra, nem a demagogia onipotente dos Estados Unidos.

No trono contempla o vulto de um monarca, homem probo, príncipe liberal e ilustrado, rei justiceiro e clemente. A torva suspeita ou o validismo odioso não flutua nessa região imperial; as névoas, que a turvam às vezes, não as impele a paixão; vêm da nímia prudência.

Na geração de estadistas e políticos da atualidade, lobruga o povo entre a chusma das mediocridades, homens eminentes, de quem o nome se prende à melhor página de sua história, administradores de cujo tino e experiência há lição profícua em nosso passado. Deles alguns dirigem neste momento o país.


Com todos estes elementos, com a nação soberana, o monarca excelente, e instrumentos de boa têmpera, o povo, não achando em si a fruição da liberdade, abate-se; não sabe a que atribuir esse mistério;

lança-o à conta da fatalidade; descrê de si e da raça de que provém. Como o enfermo, que um mal oculto vai sutilmente corroendo, languê, definha, sucumbe.

Não sabeis o que vos falta, brasileiros? Quereis que o repita ainda uma vez?

Sois uma bela estátua de varão-povo que Deus amassou desta forte argila americana. Só vos falta a inspiração do sopro vital, *spiraculum vite*¹: alma e consciência nacional; opinião.

ERASMO

1  “respiradouro de vida”. [N. do O.]

V

Em um de seus memoráveis discursos sobre a guerra da América, lançava um impetuoso orador inglês do alto da tribuna estas formidáveis imprecensões:

“O parlamento está inteiramente morto aos sentimentos de seu dever e dignidade, que sanciona medidas tão culposas e absurdas: medidas, senhores, que reduziram este florescente reino ao desprezo e à vergonha! Há dias podia a Inglaterra fazer face ao mundo inteiro; hoje seu destino é digno de compaixão!”

Depois exclamava aquela voz severa:

“Não conseguireis, senhores, não conseguireis submeter a América. Em que estado se acham ali os negócios, dizei? Ignoramos o pior; e contudo sabemos que três campanhas custaram muito e nada produziram. Ponde tudo em jogo, enrijai as forças, concentraí os recursos, estendei o tráfico até as carnificinas dos déspotas da Alemanha; e eu vos afirmo que todo o vosso empenho será vão e impotente, tanto mais quanto contaís sobre mãos mercenárias!”

Ao homem audaz que assim exprobrava a pátria do seio da representação nacional e lhe expunha em face até onde se havia ela aprofundado na vergonha, na humilhação, ao petulante orador cobriu acaso o estigma e ódio de seus concidadãos?

Oh! A Inglaterra é um país de liberdade e opinião. A estima e respeito público acompanharam sempre em todas as vicissitudes aquele vulto eminente. Nenhuma voz estulta se arrojou a insultá-lo, negando-lhe jamais um coração inglês. Ao contrário, o povo acatava nele a mais bela e venerável personificação dos brios nacionais.

Se há nome, com efeito, de que a Inglaterra livre se deva orgulhar, é o de Chatham¹, o maior de seus oradores e o mais nobre entre seus grandes caracteres.

Alma romana, apurada pela civilização moderna, sentia-se nela, através dos entusiasmos de uma política vasta e liberal, a antiga rijeza inflexível do cidadão por excelência. “Seu objeto, diz um biógrafo ilustre, era a Inglaterra: sua ambição, a fama.”

Em 1778 já a França tinha reconhecido a independência dos Estados Unidos; o governo britânico hesitava em declarar a guerra àquela potência e solicitava uma aliança com a Holanda. A fulminante eloquência de um grande orador troava assim no parlamento:

“Que é feito do antigo espírito da nação? Onde está sua bravura, onde seu heroísmo? Acaso exauriram também os ministros seu caráter, consumindo o último real do tesouro? Não se envergonham de contemporizar como fazem em seu procedimento com a França?”

Mais enérgica ainda foi nesta apóstrofe:

“Jamais, enquanto rojardes vilmente aos pés da França sem ousar erguer a fronte para defender-vos, jamais a Holanda aceitará vossa aliança! Jamais, enquanto conservardes os atuais ministros, ela fará causa comum convosco! Não há potência tão cega na Europa, nem tão insensata, que se alie à fraqueza e à bancarrota. Não há tão estulta que se associe à obstinação, ao absurdo, à imbecilidade.”

1  Ver nota 3 na p. 49.

Quem foi este inglês degenerado e mau cidadão, que na difícil situação de seu país, no meio das calamidades, cometia o crime de acumular novos embaraços ao governo? Porventura a indignação pública não fez justiça cabal a esse aventureiro, que jogava a honra da pátria na partida ministerial?

Chamava-se Fox¹ o ilustre estadista e orador eminente. Ninguém o excedeu no patriotismo; alma tão cândida e leal, dificilmente se encontra no seio das intrigas políticas, onde a ambição tantas vezes se traça com as vestes da impostura e baixeza. Suas palavras veementes acordaram o governo da abjeta indolência, e nesse mesmo ano a guerra foi declarada à França.

Em tempos recentes, durante a questão do Oriente, houve em Inglaterra um jornal que diariamente expunha ao povo inglês e ao mundo inteiro os erros crassos cometidos na Crimeia pelos generais britânicos. Nada escapava à sua análise rigorosa; sem ambages, nem reticências, fazia o paralelo dos dois grandes exércitos aliados e mostrava a incontestável superioridade da França.

Estaria esse escritor vendido ao ouro francês para deprimir por semelhante modo as coisas pátrias, exaltando o estrangeiro rival? Visaria acaso o aventureiro a algum fim ignóbil, como o de subir ao poder, fazendo capacho da dignidade nacional?

Quem assim compreendeu sua alta e nobre missão foi o primeiro órgão da publicidade em Inglaterra e no mundo, o gigante da imprensa diária, o jornal-rei. Lord Raglan² teve o arrojo de ameaçar o correspondente daquela folha de o fuzilar se ele não cessasse com sua incômoda *espionagem*. Do alto das formidáveis colunas, o Titã da opinião desafiou o general a que levasse a efeito sua despótica ameaça.

1 ☞ Ver nota 2 na p. 41.

2 ☞ Field Marshal FitzRoy James Henry Somerset, primeiro Barão Raglan (1788–1855), militar britânico. [N. do R.]

O correspondente permaneceu no acampamento e continuou a escrever para o *Times*. O general britânico recalçou suas iras, curvando a cerviz aos decretos da opinião soberana. Aplacado o orgulho e a obstinação, o espírito cordato reconheceu a justiça das censuras; a energia, antes consumida em nociva relutância, foi melhor empregada em reparar os erros cometidos. No fim da campanha a Inglaterra estava na Crimeia ao nível de seu nome: a imprensa havia salvado sua honra comprometida.

Quanto atenta o patriotismo essa atmosfera saturada de liberdade e constantemente renovada pela discussão! Aí nutre-se a alma das grandes virtudes cívicas; o talento se forma ao impulso de uma atividade fecunda. É nessas regiões puras que se desenvolvem duas criações raras no mundo: o povo e o estadista. Fora delas aparecem apenas goradas tentativas; multidões e ministros.

Infeliz país o meu, onde o cidadão que levanta a voz para arguir os erros deploráveis cometidos em uma guerra infausta é logo coberto com o baldão e o insulto! Seja banido da pátria esse réprobo político, desde que ousou tocar com mão sacrílega o paládio inviolável.

A honra não é mais o sentimento da própria dignidade; o decoro que reveste as ações nobres, obrigando o mundo ao respeito e veneração, não é mais nem a gala da virtude, nem o orgulho do dever, nem a consciência do direito.

Para os defensores desta mísera atualidade reduz-se ao mistério, à dissimulação, à impostura enfim. Um cavaleiro ofendido em seu pundonor mostra-se túbio na desafronta do ultraje. Os indiferentes começam já a estranhar semelhante frouxidão.

Não se dirijam, porém, os amigos sinceros do ofendido ao seu coração, para o advertir com severidade e excitar-lhe os brios. Fujam de tão feia traição! O meio de preservar a reputação vacilante é o segredo.

Saiam à direita e à esquerda, extorquindo com rogos ou ameaças o silêncio de todos!

Semelhante procedimento, que é o do governo em relação à guerra atual, seria ridículo, se não inspirasse, por desgraça nossa, profunda lástima. Punge cruamente ao coração brasileiro que a dignidade nacional, de sublime virtude, descesse no ânimo dos dominadores ao torpe vício da hipocrisia.

Desde o princípio da guerra que todos os esforços convergem a acamar sobre as nossas questões internacionais essa crosta espessa de silêncio e mistério. Acumularam grande provisão de falsas iras patrióticas para extravasá-las sobre o sacrílego que ousasse profanar o arcano. Passou a dogma que, na emergência de uma guerra, não se deve preferir uma palavra ou balbuciar um receio, para não criar embaraços ao governo.

Esta heresia se escreveu na imprensa de um Estado livre; ecoou em uma tribuna que ainda chamam parlamento. E quando tais blasfêmias se articulavam ante o país, um assomo da indignação popular não esmagou com desprezo merecido esses falsos apóstolos que renegavam a opinião e abjuravam da publicidade!

De modo que é justamente no momento mais grave de sua existência; quando, para defender a soberania e dignidade ofendidas, carece a nação de todas as suas faculdades e órgãos; é nessa ocasião suprema que a aleijam e mutilam!

Cega para não ver o abismo para onde a arrastam; surda para não ouvir a murmuração e escárnio dos estranhos; pasma para não ter consciência do que sofre; eis como deve ser, ao molde desta desgraçada situação um Estado livre em tempo de guerra. Seus senhores lhe fazem a honra de governá-lo, nas horas vagas deixadas pelos arranjos particulares; não há mister que ele se preocupe com seus destinos.

Se for preciso o imposto de sangue, estenda a pátria o colo para que lhe abram a veia; se houver necessidade de a acabrunhar com o peso das contribuições, vergue ela os largos ombros, como uma besta de carga, para suportar o fardo.


À sombra funesta da extravagante doutrina, reina o despotismo infrene. Basta que alguns títeres do xadrez ministerial provoquem uma guerra intempestiva, para que se achem logo, por virtude de seu mesmo crime, investidos de uma perigosa ditadura. O estado beligerante é um estado de alienação para o povo; torna-o incapaz.

Que por parte do governo e seus adeptos se apregoassem tais princípios não é coisa para admirar. O que espanta é o silêncio pensado da oposição, tanto na imprensa como na tribuna. Muitas vezes, é certo, se há tocado no assunto da guerra, mas o pensamento resvala sutilmente pela superfície e teme-se de penetrar a cútis dessa questão soturna.

O país não vê o aspecto medonho da situação: ilude-o a perspectiva falaz do parlamento e do jornalismo. Se alguns rasgos da luz sinistra lampejam, logo desmaiam ante a contestação do governo e se apagam afinal.

As causas dessa abstenção variam.

Há uma classe de estadistas que sacrificam muitas vezes o bem público à sua ambição. Mesmo na oposição capricham eles muito em concertar as dobras de sua toga pretexta, para se mostrarem sempre, e em qualquer circunstância, *homens de governo*. Não querem também preparar para si o leito de Procrusto¹.

1  Procrusto, também conhecido como “Damastes” e “Polipimon”, figura mitológica grega. Era um bandido que vivia na serra de Elêusis. Em sua casa, possuía uma cama de ferro, que tinha seu exato tamanho, na qual convidava todos os viajantes a se deitarem. Se os hóspedes fossem demasiado altos, amputava o excesso de comprimento para ajustá-los à cama; os de baixa estatura eram esticados até atingirem o comprimento suficiente. Ninguém sobrevivia, pois nunca uma vítima se ajustava exatamente ao tamanho da cama. Metaforiza, normalmente, a imposição de um padrão. [N. do R.]

Esses candidatos eternos ao ministério fogem espavoridos da questão tão melindrosa da guerra como de um antro. Para a tratarem, deviam molestar as suscetibilidades dos aliados, ofender o amor próprio dos generais, excitar enfim uma grande celeuma, que os afastaria das faldas do poder, onde levantaram a tenda.

Outra classe, menos acessível às altas ambições, é influída por sentimentos pessoais; pelo interesse ou pelo temor. Uns não falam das coisas da guerra porque algum fio os prende a essa grande teia; uma porção deles ou da família ganha com o favor de certos personagens. Outros receiam a lógica da difamação, com que usualmente se argumenta e responde aqui à justa censura.

O poder da difamação é como o poder do patronato, uma instituição gerada em nosso país da degeneração do sistema representativo. O escândalo aguça até a mesma atenção pavorosa dos bons: os maus, esses aplaudem sempre a queda de uma reputação; a calúnia para eles equivale a um nivelamento de caracteres. Assim forma-se uma população, que bafeja sempre os escritos injuriosos. O insulto tem voga certa; a defesa é sediciosa e monótona.

Não estranhem, pois, que cidadãos de coragem tremam desse assassinato moral, impunemente cometido na maior publicidade. Sua honra preservada durante uma existência inteira, provada por cruéis vicissitudes, recatada às vezes com escrúpulo excessivo, pode afogar-se de repente nos vômitos da calúnia.

Se fosse ao menos um exagerado patriotismo que produzisse essas explosões de ultrajes! Mas as paixões políticas, nobres em geral, não entram nisso; são os mesquinhos sentimentos do indivíduo; as duas mãos do egoísmo, a vingança e a cobiça, que amassam semelhante fermento. Frequentemente atacam as instituições e escarnecem das leis: o primeiro magistrado da nação é vítima de alusões torpes, que revol-

tam. Ninguém sai a punir estes desvarios; os jornais aonde são levados não escrupulizam em dá-los à estampa.

Toque-se, porém, nos atos de um ministro, diplomata, general ou almirante; todos os obstáculos se erguem à manifestação do pensamento: escasseia o espaço ainda mesmo comprado; e um bando de corvos se abate logo sobre a vítima que os assanha.

A última classe dos que evitam a questão da guerra é a dos estadistas prudentes e cheios de abnegação. Receiam que, patenteando a verdade inteira ao país, ele sucumba sob o peso da vergonha; e, desengonado cruelmente de quem o governa, recuse os subsídios indispensáveis para vingar a honra nacional.

Sem dúvida enxergam mais longe os consumados estadistas; mas penso eu que os ilude sua mesma prudência.

Este povo, que respondeu generosamente ao apelo de um gabinete inconsiderado, e acudiu pronto em defesa de seus brios, não obstante os erros da política dominante; este povo, cheio de pundonor e heroísmo, não esmorecerá ante as mais duras provações para desafronta de sua dignidade.

Qualquer que seja a profundez do abismo tão cuidadosamente encoberto, e a enormidade do sacrificio necessário para a conclusão da guerra, nenhum brasileiro hesitará, desde que o poder se ache em mãos hábeis e vigorosas. Haja um governo na altura do Brasil, e o povo se elevará imediatamente ao nível dessa política superior.

O que desfalece o coração brasileiro é o desatino que preside ao desenvolvimento da crise mais assombrosa por que já passou o país. Quando a cada passo se observa o esbanjamento dos dinheiros públicos, a dissipação das forças do Estado, o atropelo erigido em atividade, a inércia com foros de prudência; quando esse torvelinho de erros e escândalos produz na mente pública uma vertigem; então, sim, há motivo para temer-se o súbito desânimo do país.

A população, acabrunhada pela humilhação, pode recusar-se a vaziar o sangue e o suor, que não serve para vingar sua honra; porém só para encher os vampiros e acrescentar glórias ao inimigo. Sim; quanto maiores esforços se exigem do país para vencer o Paraguai, mais vulto se dá à insignificante república, que o Brasil bem dirigido houvera esmagado em alguns meses.

Temam, pois, os provectoros estadistas o desânimo geral, se continuarem o silêncio sobre as coisas da guerra. Para evitá-lo patenteiem a verdade ao povo; penetrem eles, que têm a força e os meios, na cova de Caco¹ onde some-se o nosso ouro; destrincem a política enredada e confusa que enleia o país.

É o maior serviço que podem no transe atual prestar à sua pátria. Afrontem com bizzarria a difamação, se ela ousar abrir as fauces e mordê-los. Para recalcar o mau fermento deste presente, têm eles o testemunho de um longo passado sem mácula e o juízo do futuro.

No meio do profundo silêncio que sepultava essa, a mais perigosa das ulcerações nacionais, advertiu-me um íntimo remordimento de meu dever de cidadão. Seria uma traição e uma covardia recusar à pátria, mãe política, e à futura geração, herdeira de nossa grandeza ou miséria, o débil esforço da escassa inteligência.

A voz do egoísmo murmurou. Com a previdência do receio desenhouna perspectiva que me esperava; o despeito e insulto dos ofendidos; a sonolenta pachorra da atenção pública; a fadiga do trabalho; e a decepção do espírito aos arrancos com a matéria bruta.

Do outro lado a voz da afeição recordava que no turbilhão dos acontecimentos contemporâneos andavam de envolta pessoas estimadas. Respeitasse eu embora o santuário da vida privada, havia de magoar-lhes o coração.

1 ☞ Caco, na mitologia romana, era filho do deus do fogo Vulcano e vivia numa caverna sob o monte Aventino. Foi morto por Hércules. [N. do R.]

Triunfou o dever.

Tudo lhes ofereci em holocausto. Só faltou atirar a minha individualidade à praça pública, para que aí servisse de pasto à maledicência. Não o fiz por motivo muito longe do temor; era mais uma difamação inútil, mais uma ceva para as paixões abjetas.

Que importam à causa pública as injúrias que porventura se lancem sobre um indivíduo? Que vale para a opinião o nome obscuro e desdenhado de um escritor, se não reflete luz, antes projeta sombras sobre suas ideias?

Há uma circunstância grave em que o anônimo é uma emboscada, recurso vil do covarde; é quando se ataca a individualidade. Mas na arena da vida pública o cidadão torna-se uma ideia ou ato político; para combatê-lo lealmente servem as mesmas armas.

Submetendo-me a consciência a esse preceito de respeitar o recesso inviolável da vida privada, tenho o direito de cobrir-me com a guarda do mistério, que, arredando para longe a minha individualidade, deixa a razão em sua plenitude e serenidade.

Esta longa expansão, brasileiros, não é resposta a murmuradores; na altura a que sobe o escritor para tratar de vossos máximos interesses não descobre esses infusórios das águas turvas. Quando, porém, se consuma um fato de suma importância, a consciência, embora aprovasse antes a intenção, desperta outra vez, e mais severa, ante a realidade.

Depois de ter escrito as duras verdades que lestes sobre a guerra, sentiu a mente um soçobro. Teria a indignação sobrepujado o critério, transviando a palavra? Correria da pena fel que não devia ser espremido de um coração brasileiro? Divulgara eu coisas reservadas e por todos ignoradas?

Carecia de um desabafo ao espírito inquieto. Felizmente a consciência passando e repassando em seu crisol as verdades que enunciei não achou fezes a escumar. Quanto avançou a respeito da guerra é a evidência; evidência dos fatos oficiais; evidência de sua lógica inflexível.

No momento mesmo em que escrevo estas linhas a notícia de mais uma vergonha vem infelizmente encher-me de razões. Eu sacrifiquei com júbilo meu amor próprio e aplaudira os sucessos que desmentissem minhas palavras severas.

Mas o nosso exército continua enterrado nos mesmos pântanos e sempre insultado pelo vil paraguaio. O Brasil, a primeira potência da América do sul, depois de um esbanjamento louco dos dinheiros públicos, não tem canhões para bombardear o inimigo; e a ele, o selvagem acochado na furna como o tigre, não faltam armas aperfeiçoadas, de longo alcance, para bater-nos na mesma distância!

E a esquadra permanece mera espectadora; seu almirante contempla esse quadro lúgubre com a mesma impassibilidade com que o sofrem aqueles que o mantêm à força e de nome no posto abandonado e devoluto.

Prossiguirei pois no meu empenho. Podem os gritos desgarrados estrugir no intento de me atordoar; pode a estudada indiferença fingir que não percebe estas folhas esparsas; pode a alta imprensa (com exceção do órgão mais ilustrado e mais generoso adversário, o *Mercantil*, que teria melhores pretextos à esquiva) recusar a estes escritos a cortesia que não nega às futilidades insossas; nada me fará arrefecer a coragem.

Estas páginas ficarão; elas não de ser mais tarde livro, como as outras. Nas estantes empoadas de alguma livraria aparecerá um recanto onde jazam no esquecimento. Algum dia longe, serão descobertas pelas escavações de futuros antiquários.

Então a nossa descendência, corrida de vergonha pelas tradições humilhantes desta atualidade funesta, pasma da tibieza do espírito público ante uma série interminável de revoltantes escândalos, acabrunhada com os males que sobre ela acumularam nossos erros, se abrigará à sombra destas páginas esquecidas, pobres de talento, mas ricas de sinceridade.

Como elas não levam um nome e são lidas ainda por algumas centenas de individualidades, todos os futuros brasileiros poderão murmurar esta palavra de consolação: “No meio de tão profunda obliteração do senso nacional, nossos pais conseguiram preservar-se do mal; foram eles que levantaram este enérgico protesto.”¹

E assim ao menos salvar-se-ão os créditos de uma geração, e sobre a memória dos pais não recairá a maldição dos filhos.

ERASMO

1  Refere-se ao Almirante Tamandaré. [N. do O.]

VI

A ansiedade pública se dilata neste momento em uma grande interrogação.

Que princípio mantém esta incrível atualidade?

A confiança imperial é sem contestação a base larga da situação; fugisse ela, que todo o laborioso mecanismo tombara por terra e submergira-se no esquecimento, se não fosse no geral desdém.

A coroa está, porém, revestida de uma presunção tão forte de sabedoria que somente cede à sugestão da própria consciência, ou à soberania do voto nacional. Deve, pois, o cidadão acatar o ato do poder irresponsável, como o alvitre de uma razão mais esclarecida; não ficando contudo seu espírito privado do direito de investigar o motivo que opera com tal energia na vontade imperial.

Esse motivo não pode ser um mero arbítrio; cumpre buscá-lo na esfera do governo parlamentar, entre as causas que atuam sobre as evoluções do sistema representativo. Seria difícil a um espírito desprevenido atingi-lo; porém o governo diariamente jacta-se dele.

O voto da maioria parlamentar, e o apoio da opinião pública; tais são as duas muletas a que se arrima o gabinete de 12 de maio.

A maioria constitui sem dúvida o princípio da legitimidade do governo; ela forma o acervo de individualidades de que se extrai a lei,

suma e essência da vontade universal. Como todas as forças humanas, essa do número está sujeita a decair e depravar-se.

De que espécie é a maioria parlamentar que sustenta o gabinete?

Começo por despojá-la de seu pretensioso título; não se pode qualificar a atual maioria de parlamentar: é manca; existe apenas no ramo temporário da legislatura; e, se este representa o elemento democrático e se renova periodicamente, está não obstante em nosso país mais sujeito a corromper-se. Quem o duvidar lance os olhos para o senado, onde tão rara é a defecção; e coteje esse exemplo de coerência com a mobilidade de uma câmara que toma anualmente nova fisionomia.

Essa mesma truncada maioria não é sequer homogênea e compacta. As matérias mais estranhas entram em sua composição. Aí estão juntos os verdadeiros partidistas, conservadores ou liberais, espreitando o momento já tardio da completa discriminação; os netos da velha de Siracusa, resignados ao mal com receio do pior; os descrentes, que, perdida a confiança nos homens, se deixam arrastar pelo fluxo dos acontecimentos; e finalmente os progressistas, ainda imbuídos na grande utopia do terceiro partido.

Com tantos e vários elementos não excede essa maioria ao mesquinho algarismo de quinze votos! Tal é a força imensa que sustenta inabalável o gabinete, não obstante a poderosa gravitação que o arrasta! Toda a sabedoria e razão nacional está por certo encerrada nessa meia dúzia de augustas cabeças, que assim decidem dos destinos da pátria! Oito figuras, oito apenas das mais insignificantes da governança, podiam amanhã por uma travessura desmoronar a gigantesca mole.

A que se reduz o sistema representativo pervertido de sua verdadeira índole? A uma caricatura disforme de governo parlamentar, onde a magna questão da salvação e honra de um povo se decide pela maior

ou menor aderência do toro de meia dúzia de senhores ao assento das poltronas legislativas!

Em conclusão, tem o gabinete maioria: é justo que governe.

A outra muleta do governo, o apoio da opinião pública, creio eu que se traduz pela adesão ou simpatia da imprensa da corte. Essa força a tem o governo incontestavelmente; o jornalismo fluminense é todo ministerial. Apenas desde algumas semanas os liberais tiram a lume uma pequena folha com um grande título; da parte dos conservadores reina profundo silêncio; dir-se-ia que emigraram por uma vez da imprensa.

Entretanto examine-se de perto para conhecer o que vale no fundo o apoio prestado ao governo pela alta imprensa da corte. Dos três grandes diários, um tem por princípio e hábito antigo de sua marcha aceitar sempre os fatos consumados como a expressão mais sã da verdade em matéria política; os dois outros estão por circunstâncias acidentais nas mãos de amigos da situação; eles exprimem dedicações pessoais e nobres sacrifícios em prol de uma causa.

Mas aquele entusiasmo generoso que borbulha sempre, como o suor, da frente inspirada em grandes convicções; aquele afogo que vaza a ideia ainda tépida do calor d'alma; já não sente-se ali naquelas colunas em que outrora abundava. A fé desertou do jornalismo também; as centelhas que ainda luzem a espaços vêm da amizade, não mais da comunhão política.

Se, em favor da atualidade, concorrem as duas grandes razões invocadas, a maioria de quinze votos e a adesão de dois jornais amigos; contra se produzem objeções formidáveis, às quais admira pudesse o gabinete de 12 de maio resistir um curto momento.

Na esfera legislativa se encontra a primeira, o senado, onde o ministério está em considerável minoria. Desde anos que se trata de arrear esse obstáculo incômodo ao trem veloz da política progressista;

convém que passe adiante a bagagem de reformas e inovações dos recentes estadistas.

Os extremados, homens de grandes medidas, propõem logo um corte na vitaliciedade do senado; os moderados se inclinam antes à desautoração política da segunda câmara¹. Em sua opinião é somente no ramo temporário da legislatura que se deve pôr a questão de gabinete, visto que em relação a ela tem o poder o corretivo da dissolução.

Há alguma verdade nessa doutrina, mas travada de um grande equívoco. Sem dúvida o senado, pela sua organização, despido da iniciativa das leis ânuas e encargos mais onerosos à população, afastado da urna, fonte viva da opinião, não exerce, como o representante imediato da soberania nacional, uma influência direta no governo.

Em compensação, porém, está essa corporação respeitável investida de uma fração do poder moderador; ela exerce como o imperador um veto sobre as deliberações da outra câmara. Este veto nenhuma disposição constitucional inibe que se estenda a qualquer ato, seja uma simples lei regulamentar, seja um orçamento ou fixação de forças.

A doutrina contrária equivaleria à mutilação das atribuições conferidas pela constituição ao senado; se houvesse uma qualidade de lei em que essa câmara renunciasse por costume ou precedente ao direito de exprimir um voto em oposição ao governo, a câmara vitalícia ficara reduzida a mera chancelaria.

O senado tem, como a câmara, mais que o direito, o dever rigoroso de recusar ao governo pão e água sempre que em sua consciência entender perigosa a continuação de um ministério no poder. É esta a grande arma popular; nela se embolou o cetro despótico dos reis saxônios; com ela em punho conquistou a Inglaterra suas liberdades.

1  Os senadores eram eleitos em listas tríplexes e tinham mandato vitalício. [N. do O.]

Convém que certos dos nossos políticos submetam-se a essa verdade, à qual esforçam por esquivar-se. Uma nação que é a única soberana de si mesma tem o direito de escolher homens que a dirijam. Esse direito ela o exerce recusando ao gabinete os meios da administração, e forçando a coroa a cingir-se à opinião.

A diferença entre o voto da câmara e o do senado é frisante.

A câmara, negando ao ministério as leis ânuas, exprime a vontade da nação no momento de constituir-se a legislatura; por isso a dissolução foi dada à coroa para de novo interrogar a nação, consultando sua vontade atual e iminente ao conflito.

O voto do senado tem outra significação mais complexa; ele pode exprimir ou a opinião atual refletida pela sabedoria e prudência dos consumados estadistas que ali sentam; ou o princípio de resistência da minoria aos desmandos de uma política esvairada. Nesse caso a câmara vitalícia assume sua importante missão de corpo conservador.

Qual é, porém, o corretivo contra essa atitude? Qual a força capaz de cercear os abusos dessa resistência, talvez dilatada ao ponto de formar uma oligarquia?

O corretivo, admira não o vejam aqueles próprios que estão sob a pressão incessante e contínua de sua influência. É o mesmo que opera sobre o poder moderador e coíbe os excessos de qualquer função conservadora delegada pelo povo; é a opinião pública, essa fisionomia sempre vigilante e alerta da soberania nacional.

Se um monarca, abusando de suas atribuições majestáticas, se obstinasse em opor uma barreira invencível à ação de outro poder, como no caso de perdoar todas as penas impostas pelos tribunais; onde estaria o corretivo para aqueles que, na frase de Montesquieu^I, “só espumam um freio, o da consciência”?


I ☞ Ver nota I na p. 10.

Na opinião pública. O soberano imediatamente seria advertido pelo ofego da nação e, se não entrasse no trilho de suas altas funções, rompera o equilíbrio sobre que repousa todo o organismo do Estado.

Uma escola, em verdade, existe no país que pretende subtrair o imperador, como o senado, à opinião pública. Ela fabrica o sistema representativo como uma máquina onde há algumas peças de ornato que não têm o direito de quebrar; e por conseguinte não trabalham. O imperador, porque é perpétuo, e o senado, porque é vitalício, não têm política. A irresponsabilidade desses poderes, ou melhor, imputabilidade, os constitui incapazes políticos e os sujeita portanto à tutela do executivo¹.

Aí estão descarnados os tristes eleitos dessa doutrina, que por incompreensível aberração professam os liberais de nosso país. Pela responsabilidade gratuita dos atos majestáticos, invade o executivo a esfera do moderador; pela abstenção política do senado, sequestra um ramo da legislatura. Assim a opinião escarnecida só encontra essa bossa ministerial da corrupção, que vai absorvendo a seiva do país.

Há um fato que desenha perfeitamente a função da segunda câmara no mecanismo constitucional. Em 1853 o senado piemontês tomou uma atitude oposicionista; uma lei de confiança caiu por doze votos; outra lei também de confiança corria perigo de igual sorte. Nessas condições Cavour² pediu ao rei a dissolução da câmara; porque, dizia ele na exposição de motivos, “a atitude do senado, corpo essencialmente conservador e composto de homens graves, só podia se fundar na opinião de que o ministério, embora apoiado por uma *grande maioria* da câmara eletiva, não possuía na realidade a confiança do país.”

1  Trata-se da doutrina segundo a qual o rei reina mas não governa, defendida, entre outros, por Zacarias de Góis e Vasconcelos. [N. do O.]

2  Ver nota I na p. 110.

Eis um grande estadista reconhecendo a influência política moderadora do senado. O voto dessa respeitável corporação do Estado não é uma cifra; conta por muito na equação representativa; sua oposição como a da câmara pode levantar o conflito parlamentar, que se resolve pela mudança do gabinete ou pela dissolução da câmara.

Pugna igualmente contra a atual situação o abatimento e prostração do país.

O silêncio é para o povo, como para o homem, uma expressão e uma eloquência. O aspecto mudo e sucumbido da criatura inane compunge mais do que o grito de uma aflição viva e suplicante. Quando em um país o espírito público cabe nesse orgasmo fatal, a opinião se ergue ao ponto culminante; não é possível exprimir com angústia maior o sofrimento de um povo do que por essa atonia das crises fatais.

Em volta, pois, de algumas vozes ilustradas que defendem o ministério, eu apresento milhares de vozes abafadas no surdo arfar da população. É nas cidades entorpecidas por um desgosto funesto; na gente do interior já segregada do centro donde não recebe vida; no tédio da enervação geral, que está a verdadeira e legítima expressão da opinião, durante esta época anômala. Ela inflige ao gabinete o terrível estigma de sua mudez.

Condena também a situação a implacável ironia dos acontecimentos.

Os homens são instrumentos nas mãos da Providência, que os afaça ou rejeita, conforme eles servem aos altos desígnios. Jamais essa repulsa manifestou-se com tamanha aversão e veemência, como na atualidade. Cada fato que sucede é um novo menoscabo da fortuna contra os indivíduos que dirigem o país.

A composição do atual gabinete foi o primeiro sarcasmo da sorte. A maior parte dos que são agora ministros podiam sê-lo naturalmente em outra composição. Sua reunião em um mesmo conselho, sua ade-

são política é um fenômeno só explicável pela derisão dos fatos. A sorte tem, como a natureza, certa malícia; de vez em quando inventa monstros.


Não bastava, porém, esse amálgama de recentes ódios e antigas divergências; o aborto devia ser aleijão. A incoerência levada à infantilidade, as contradições incessantes, a negação eterna de si mesmo, tal é o caráter predominante do gabinete.

Apresenta-se um projeto bancário; no dia seguinte aparece uma demonstração da praça para que o governo renegue o filho. Anunciam próxima a terminação da guerra; e da campanha chega a certeza de sua prolongação. Um pacote é portador de notícias de uma crise financeira que impele o gabinete a fabricar de chofre um projeto de ocasião; com a chegada do outro pacote deserta-se vergonhosamente da questão.

Houve necessidade da nomeação de alguns presidentes de província; não faltam membros conspícuos na maioria; recaiu a escolha justamente sobre nomes que são o corpo de delito formal da coerência e probidade política de certos ministros.

De qualquer lado que se volte, acha o ministério essa mesma fatal e amarga ironia dos acontecimentos. Não é já o passado só, mas o presente, que os moteja desapiedadamente. Em cada hora de seu governo, como em cada tradição de sua vida política, há um momo, uma visagem, uma gargalhada¹.

A última e sobre todas formidável objeção que se levanta contra a atualidade política é a própria inteligência ilustrada que a criou e a sustenta: a coroa.

1  O gabinete presidido pelo Marquês de Olinda durou de 12/5/1865 a 3/8/1866. Foi marcado por divisões internas e conflitos com a Câmara. [N. do O.]

No princípio deste ano proferiu o Sr. D. Pedro II¹ algumas palavras notáveis, dessas que os soberanos gravam na história de seu país. Disse que Leopoldo², o falecido rei da Bélgica, “havia realizado com a maior lealdade o grande princípio da monarquia constitucional.”

Na mesma ocasião em que esta frase de alta significação descia até a minha vulgaridade, vi eu no grande órgão da publicidade europeia o busto político do falecido soberano moldado em dois traços magistrais: “Leopoldo, escreveu o *Times*, não era somente o rei da Bélgica, mas seu primeiro ministro; a Europa não perdeu nele unicamente um sábio monarca, perdeu sobretudo um grande estadista.”

É concebível que o monarca admirador desse modelo do rei constitucional se deixe ir à mercê dos acontecimentos, em vez de imprimir-lhes a direção de sua esclarecida inteligência?

Não; o alto pensamento que serve de centro ao nosso sistema compreende melhor sua função: ele aspira decerto a essa glória de estadista, que representa atualmente como outrora, a de conquistador, a maior ambição dos reis. Só pela profunda lição da ciência política pode, no século atual, um soberano elevar-se acima da coroa que ele cinge.

Nunca em circunstância alguma de sua vida Leopoldo se abandonou à correnteza; nunca ele lançou os destinos de seu país sob a pressão de uma crise medonha ao capricho de alguns homens.

Ao contrário, seu grande talento foi dominar os sucessos e até prepará-los; se alguma vez parecia ceder a eles, como em 1848, era antes uma concentração de forças para superar maiores obstáculos que se acastelavam.

O soberano belga domou uma revolução com estas textuais palavras, onde, através da aparente bonomia, palpa-se a boa têmpera de

1 ☞ Ver nota I na p. 12.

2 ☞ Referência a Leopoldo I (1790–1865), nascido Leopoldo Jorge Cristiano Frederico de Saxe-Coburgo-Saalfeld, depois Saxe-Coburgo-Gota. Foi o primeiro rei dos belgas, título que deteve de 21 de julho de 1831 até a sua morte. [N. do R.]

uma alma rija: “se não me querem mais para rei, digam, que imediatamente trato de arrumar a minha mala.”

Igual deve ser a norma do príncipe ilustrado que aplaudiu esse tipo de lealdade da coroa com a nação.

Não é possível que por mal entendida imparcialidade submeta-se a régia consciência ao alvitre de alguns espíritos que não avultam nem pelos talentos, nem pela inteireza de suas opiniões políticas.

O imperador é também um representante da nação; e de todos aqueles cuja palavra fala mais alto. Quando ele diz – não –, os outros poderes se calam; e só têm o direito de responder-lhe a soberania nacional. Não lhe confiou o povo esse verbo político para que o emudeça qualquer insignificante maioria.

Como primeiro estadista e primeiro cidadão deste império, o imperador é sem dúvida quem acima de todos deplora esta atualidade. Não somente sofre mais profundamente que nós os funestos efeitos dela, porém sente a dor de não a haver subjugado.

Eis, portanto, desenhada a balança política.

De um lado, na concha ministerial, uma dezena de votos e duas ou três vozes ilustradas na imprensa; do outro, na concha nacional, o senado, o desânimo público, a inexorável condenação dos fatos, e a própria consciência imperial. À direita, algumas réstias; à esquerda, o país inteiro. Entretanto o ministério se mantém firme no poder, e a nação oscila no vago das incertezas.

Que peso oculto e formidável atua para essa aberração de todas as leis do sistema representativo?

É um assunto digno da séria meditação do povo.

VII

A história dos povos está cheia de cenas repugnantes.

Homens ambiciosos, exaurindo a seiva nacional, para fartar sua avidez de mando; governos ineptos esmagando o país com a ignorância crassa; filhos ingratos, que o despeito leva a armar o braço mercenário contra a pátria; todos estes quadros aflitivos se observam na tela do passado.

Faltava, porém, a essa vasta galeria da miséria humana uma cena virgem, a mais dolorosa para a alma do cidadão; o quadro de um governo defendendo com veemência e exaltando com entusiasmo o aviltamento de sua pátria, forjado por mãos estranhas!

A população desta corte... Não: a diminuta fração de brasileiros que ainda tem coração para sentir as calamidades públicas desesperou contemplando há dias perante o senado esse repulsivo e desolante espetáculo.

Nem a religião do lugar onde vagam sombras venerandas, nem o acato à assembleia augusta, nem a comiseração por nossas desgraças, nem o pudor da própria culpa gelaram a palavra ímpia nos lábios dos ministros.

Consumou-se a grande abjeção.

A protelação acintosa e pérfida de uma luta desgraçada, por escárnio dita a debelação da guerra, achou apologistas. O arrasto de nosso

bravo exército, que levam de rojo pelos brejos como um réptil inerte, e a torpe frouxidão da armada, a apodrecer nas águas do Paraná, esses tristes poemas de nossa humilhação tiveram cantores.

Causava dó realmente assistir à tribulação desses dois espíritos, aliás esclarecidos, convolvendo-se no sofisma, para arrancar daí alguma fútil razão. Terrível martírio da inteligência se dilacerando a si mesma com as garras do absurdo.


Batidos pela argumentação valente dos ilustres senadores que um após outro ocuparam a tribuna, os dois ministros, desamparados, fizeram esforços hercúleos. Debalde, que a robusta dialética os jungia ao poste que eles próprios levantaram.

Toda a defesa da ominosa política reduziu-se a uma fútil evasiva. Propuseram-se os paladinos, de tão ruim causa a provar, que não competia ao governo formular planos de batalha para remetê-los aos generais, pois assim ficara tolhida a livre ação da tática militar.

Em apoio desta verdade sediça fizeram-se largas escavações na história; tirou-se a arejar a mofada erudição; à falta de razões abriram os diques as torrentes de frases, que no dizer de Voltaire¹ alagam e submergem os desertos da ideia. *Verse un torrent de mots sur un désert d'idées.*

Quem já teve a estulta lembrança de exigir do governo brasileiro que levante planos de batalha e comande nosso exército e armada dos gabinetes ministeriais?

A direção técnica da guerra, a estratégia militar, pertence ao general, homem de ação que opera sobre o terreno; conforme as circunstâncias e a força dos instrumentos. Essa competência deriva da nature-

1  Pseudônimo de François-Marie Arouet (1694–1778), ensaísta e filósofo iluminista francês conhecido por sua perspicácia e espirituosidade na defesa das liberdades civis, inclusive a liberdade religiosa e o livre comércio. De sua extensa obra destacam-se os títulos *Cartas Filosóficas* (1734), *Tratado de Metafísica* (1736) e *Cândido ou o Otimismo* (1759). [N. do R.]

za das coisas; a distância e os acidentes locais não alteram a questão; longe ou perto, no Paraguai ou dentro da baía do Rio de Janeiro, o almirante da esquadra brasileira a deve manejar para o combate com a mesma liberdade e inspiração.

Releva entretanto desvanecer uma confusão em que labora o governo. Uma coisa é plano de batalha, e outra muito diversa, plano de campanha.

A guerra, essa mecânica diplomática, é o desenvolvimento de uma força ao través dos obstáculos a ela opostos. Anteriormente à execução, sobre a carta geográfica da área das operações, se pode estudar o traço geral e as linhas estratégicas que mais tarde se devem desdobrar sobre o terreno. Esse mapa da guerra, onde se delinea o itinerário das combinações militares, é o plano de campanha.

Ele constitui o primeiro e mais importante trabalho do cabo investido do comando supremo sobre as forças beligerantes de um país. O governo, ouvindo a respeito o prudente alvitre dos encanecidos generais que já não militam pela idade avançada, aquilata logo da capacidade do homem a quem a nação confia o que tem de mais sagrado e precioso, a honra do estandarte e o sangue de seus filhos.

Em um Estado como o Brasil, novo e criado na paz, onde portanto não abundam os grandes estratégicos provados nos campos de batalha, devera ser o melhor plano da campanha paraguaia o legítimo título para a escolha do nosso general. Em vez de andar às apalpadelas como cego, para cair ao azar em quem a sorte destinou, imprimiria o governo brasileiro a esta guerra o que especialmente lhe falta, o cunho da inteligência.

Se algum dia o historiador severo, mas imparcial, esmerilhar, entre o dédalo de erros e desatinos que enleia a fatal questão, a força predominante nessa época deplorável, há de reconhecer a existência daquele

fenômeno. A inteligência submeteu-se à matéria bruta e entregou-lhe a alta e suprema direção da guerra.

Desde o princípio da luta não tivemos ainda um só plano de campanha. Nosso exército e esquadra vão à discricção das águas e à mercê dos acidentes. O primeiro e único estratégico desta guerra é Lopes¹, não obstante sua estultice e barbaria. Ele tem a tática selvagem da serpe, que atira o bote e roja para escapar-se; mas, enfim, é uma tática ao menos; sente-se que vive naquele bando de recrutas a alma pensante de um chefe, seja embora de um chefe de salteadores.

Uma só evolução de nossas forças se não efetua que não seja o efeito daquela rude estratégia do inimigo. Foi ele quem abriu e fechou a campanha de Mato Grosso; quem levou a guerra a Corrientes e depois a Uruguiana; quem provocou as duas batalhas de Riachuelo e Tuiuti. Nossas forças são há perto de dois anos o ludíbrio do presidente do Paraguai, a cujo cenho se movem.

Custa a um coração brasileiro arrancar do íntimo seio tais verdades, que de acerbas queimam o espírito por onde passam. Sirvam elas de cautério à dor extrema que prostra meu país, sucumbido sob o peso de tanto opróbrio. Reanime-se ele para a desafronta, já que descurou por tanto tempo a guarda de sua honra.

Não exagero. É a força bruta e material que dirige a guerra. Não vence o espírito humano, domando a natureza inerte e estúpida: não vence a estratégia militar, ostentando o poder quase divino do pensamento superior; triunfa a baioneta, a espada, o canhão; ferro ou bronze, vibrado pela coragem heroica.

Por isso, qualquer obstáculo material que possa embaraçar a ação da força física esbarra-nos o caminho. Somos derrotados a cada ins-

1  Ver nota 2 na p. 138.

tante pelo rio que desceu, pela cavallhada que não chegou, pelos torpedos que assoalham, e por mil circunstâncias de igual jaez.

Toda esta longa aberração é o desenvolvimento natural do primeiro absurdo. A facção que provocara uma guerra, antes de ter preparado os meios necessários, encetou a campanha sem curar de plano, nem de general apto para executá-lo. Imbuíam-se da falsa ideia de ser a guerra o embate de duas massas, onde a maior esmaga a menor; desde então só cuidam em forjar um grande exército e uma grande esquadra; questão de quantidade e peso, a que sacrificam a questão racional.

O plano de uma campanha levantado pelo general não é imutável; há de sofrer necessariamente as alterações que o desenvolvimento das operações inimigas e um melhor estudo da localidade e circunstâncias aconselhem. Não impede também as súbitas evoluções, filhas de uma inspiração de momento, que arrebatam as mais brilhantes vitórias.

Mas as modificações do traço geral são comunicadas ao governo; de modo que este pode em seu gabinete, auxiliando-se da experiência dos profissionais, acompanhar de longe a desenvolução da luta. Os vários acidentes, as marchas rápidas, as pausas estratégicas, todos estes pontos obscuros para o vulgo se esclarecem e explicam às vistas da administração; cotejando-os com o plano da campanha.

O governo brasileiro não cura de tais nugas: entregou a direção da guerra aos chefes de sua confiança e espera com uma admirável serenidade a conclusão natural da luta. Sua tarefa administrativa consistia em levantar um exército numeroso e uma esquadra respeitável: desempenhada ela, o resto pertence à espada dos generais.

Tal é a linguagem oficial na tribuna.

Coubera aqui perguntar se o poder executivo está realmente convicto de haver dado generais às forças brasileiras, e inquirir dos fundamentos da confiança obstinada que resiste à insultante ostentação dos

fatos. Mas fora isso tomar ao sério palavras que apenas excitam o riso pela sua extravagância.


Em qual país se viu jamais, a não ser nesta pátria adotiva do absurdo, um governo demitir-se da suprema inspeção da guerra pelo fútil pretexto da confiança depositada em seus agentes? Onde já se observou este exemplo lastimoso do poder executivo de uma nação, atado vergonhosamente à cauda de seus instrumentos e recebendo deles a impulsão que devia comunicar-lhes?

Só no Brasil... Escapou-me a palavra... Só nesta época desgraçada em que o Brasil desapareceu para deixar o lugar ao império da alucinação e desatino, só durante esta síncope da razão social, torna-se possível a existência de semelhantes desvarios, e a jactância de os haver praticado!

Nos próprios governos despóticos, onde o povo é apenas matéria talhável para o imposto e o recrutamento, não sofre o homem tamanha degradação. O orgulho da majestade se empenha em levantar bem alto a honra de seu trono. Embora oprimida no resto de sua personalidade, a alma do súdito ao menos se expande com esse esplendor que a coroa reflete sobre a pátria.

Ainda não penetrei, porém, brasileiros, na medula deste grande opróbrio, amassado com o sangue de nossos irmãos, e as lágrimas de tantas mães e viúvas desoladas.

Homens de talento, como são incontestavelmente os ministros da guerra e marinha¹, não podiam espontaneamente proferir aquela inaudita blasfêmia, nem mesmo em hora avessa e má. Ainda quando afogados no erro, têm os espíritos superiores a nata da essência divina, que sobe à tona; por aí se distinguem das almas grosseiras, onde tudo é lía e se deposita no fundo.

1  Angelo Muniz da Silva Ferraz e Francisco de Paula da Silveira Lobo, respectivamente. [N. do O.]

Comprime, portanto, o ânimo daqueles membros, assim como de todo o gabinete, forte coação que encerra no íntimo a inteligência. O instinto da conservação trava de quaisquer ridículos argumentos forjados por gente peca; e com tais armas de Mambrino¹ se arremessa à peleja.

A verdade é esta, cidadãos. O véu cuja ponta já foi por outros erguida, vou rasgá-lo sem escrúpulo: é preciso que o país observe a olho nu o quadro de sua profunda miséria; não há conveniências, nem cautelas, que exijam o mistério em tão grave emergência; o silêncio em tal assunto deixa de ser reserva: passa a traição.

Falo, pois, em plena confiança.

A causa dessa incompreensível obscuridade, que se condensa sobre as coisas da guerra, é a aliança. O governo brasileiro, não satisfeito de subscrever a humilhante cláusula do comando-chefe, excedeu ainda esse grande atentado dando àquela condição do tratado uma interpretação lata. Entendeu-se que a direção tática da guerra competia exclusivamente ao General Mitre², cumprindo ao Brasil sujeitar-se em tudo e por tudo ao seu alvitre.

Que inaudita bajulação a um pobre Estado, que depois da pomposa proclamação de seu presidente mal pode levantar um exército de dez mil praças, e essas mesmas na maior parte armadas à nossa custa!

A jovem nação tão robusta, que a consumpção de seus recursos ainda não pode inanir, o rico império, foco da civilização da América do Sul, foi jungido à carretilha de uma república, a qual não há dez anos nossos valentes soldados pisavam como vencedores! Devem existir ainda em nosso exército veteranos de Moron³, se é que já

1 ☞ Mambrino, rei mouro fictício, celebrado nos romances de cavalaria. [N. do R.]

2 ☞ Ver nota 4 na p. 153.

3 ☞ Cidade argentina da província de Buenos Aires onde se deu uma batalha da guerra contra Rosas, de que participaram tropas brasileiras. [N. do O.]

não sucumbiram todos à dor de marchar sob o estandarte que seu valor abateu outrora¹.


O governo brasileiro não tem voto na guerra: ignora mais do que os particulares, instruídos por cartas confidenciais, o delineamento e sucessão da campanha.

As ordens não vão desta corte, onde está o simulacro do poder; partem todas do estado-maior do general-chefe, umas para o exército e armada, outras – quanta insânia! – para o tesouro e arsenais do Rio de Janeiro. Os ministros as executam fielmente e com uma sofreguidão de atividade que talvez não tivessem para servir diretamente a seu país!

Estava reservado ao gabinete de 12 de maio esse cargo não invejado de comissário do presidente da República Argentina. Nele se resume toda a política brasileira com relação à guerra; fazer contratos de fornecimentos e construção, atopetar os armazéns de uma profusão de objetos dispensáveis, responder com açodamento e saltando por cima de todas as leis às requisições do chefe estrangeiro, tal é o sistema fúnebre que o ministério adotou para a debelação da guerra!

Não viu toda a população há dias rogar o ministério em um aviso ao seu almirante que houvesse por bem enviar participações oficiais dos combates pelejados? Não admiraram todos a candura do gabinete fazendo sentir que o motivo desse pedido não era a razão do Estado, mas somente o desejo de apascentar a curiosidade pública?

O governo não quer saber do que se passa, nem faz a mínima exigência! Delegou sua razão, seu dever, seu pundonor no árbitro supremo da Tríplice Aliança: se portanto pede algumas explicações é somente para entreter a curiosidade pública. E o papel que transmite se-

1  Refere-se à participação brasileira na derrubada de Juan Manuel de Rosas, presidente da Confederação Argentina em 1852. [N. do O.]

melhantes atos leva o selo das armas imperiais, o signo de honra sob o qual venceram nossos pais, e nós regateamos vergonhas para a pátria!

Ninguém ignora as negociações secretas que precederam a partida de um distinto general, cuja comissão está ainda em segredo. Correram mil versões; cada um tentou decifrar o enigma; e não o conseguiu porque a esfinge lá está nas margens do Paraná, devorando o nosso povo. Carecia o governo do beneplácito do general chefe para modificar o comando de seu exército; naturalmente com esse fim acaba de partir outra vez para a campanha o plenipotenciário brasileiro.

Houve quem se animasse a defender a cláusula do tratado que conferiu a Mitre o comando geral dos exércitos aliados, sob o pretexto de reciprocidade. Andaram catando para isso exemplos na história, e foram até a profanar a memória respeitada do imperador Carlos V¹.

O bom senso do país fez justiça a esta mistificação, desprezando-a. Não há, desafio a que o apresentem, um só exemplo de nação briosa ceder o comando de seus exércitos ao general estrangeiro, nas condições em que nos achávamos.

Semelhante concessão se tem realizado em alguns casos raros, quando as nações se acham no mesmo nível de grandeza e civilização, ou quando um dos Estados concorre apenas com uma expedição limitada, e é antes potência auxiliar do que beligerante: essa foi nossa atitude na batalha de Moron.

O fato é possível também quando entra em cena um desses grandes capitães, que trazem a vitória a rojo de sua fortuna: então a espada ilustre lançada à balança faz pender a concha a favor de seu

1 ☞ Carlos de Habsburgo (1500–1558), Rei de Espanha (Carlos I) e Imperador do Sacro Império Romano (Carlos V), Rei de Nápoles e Sicília como Carlos IV de 1516 a 1555, Príncipe dos Países Baixos de 1516 até abdicar em outubro de 1555 no palácio dos Duques de Brabante. [N. do R.]

país, embora do outro lado esteja maior riqueza e poder. Tal exemplo se acha na história de Gustavo Adolfo¹ durante a Guerra dos Trinta Anos.


Se, porém, as simpatias que cercam o negociador do tratado, cegas pela amizade, esforçaram defender a todo o transe aquela cláusula; ninguém, creio eu, se atreveu ainda a sustentar a interpretação da Aliança, que entrega o Brasil, como um simples instrumento, à mão de um pequeno Estado. É um sistema de política e diplomacia nunca imaginado; consiste em desnacionalizar o país para ilustrar a sua nacionalidade, em desonrar o povo cujos brios pretende desafrontar.

A alucinação de um indivíduo, a quem enxovalhassem o traje e que no intento de o alvejar se aproveitasse da água dos charcos, é a mesma de um governo que pretende lavar uma nódoa pequena, o lanço de um pirata, com o lodo de uma política indigna. A nossa bandeira, enxaguada em Uruguaiana e Corrientes, está agora em lixívia na lagoa meótida do Paraguai.

Para que vingar contra o inimigo os brios deste império que seus ministros afrontam ainda mais cruelmente?

Sabeis agora, brasileiros, por que o governo de vosso país nada comunica sobre a guerra; ele tudo ignora, à exceção das ordens que recebe para cumprir e cujo fim lhe escapa. Os próprios generais brasileiros, julgando-se garantidos por um tratado de aliança, declararam sua independência. Pois um ditador dá conta aos cônsules do poder majestático que se dignou aceitar para a salvação pública?

Já tínhamos uma tesouraria em Londres; agora remetemos o nosso erário para Buenos Aires; lá se acham também os três ministérios de

1  Gustavo Adolfo (1594–1632), Rei da Suécia, um dos grandes propugnadores da causa protestante. Foi alcunhado de “Leão do Norte” pelos seus progressos na arte da guerra, nomeadamente pela introdução de peças de artilharia ligeira. [N. do R.]

estrangeiros, guerra e marinha; o ministério da agricultura fez há tempos os maiores esforços para se transportar aos Estados Unidos.

Mais algumas concessões, e terão levado ao cabo essa obra erosrática do escalavro de um país para a fundação de uma colônia.

Basta! O ânimo sucumbe.

Reli estas folhas. No primeiro assombro tive ímpetos de as dilacerar. Duvidei que as houvesse ditado um coração brasileiro.

Recobrei-me porém, lembrando que o Brasil, nossa pátria, não é cúmplice dessa política ominosa, porém sim mártir de uma grande expiação. Redime a culpa de sua indiferença ante a inauguração burlesca desta idade de lama.

Não será tempo ainda de atenuar o castigo? Acaso é o receio de que leais estadistas chamados ao poder penetrem no seio dessa política tenebrosa e a divulguem ao país a razão misteriosa que mantém a atualidade?

Derramem-se, então, estas palavras severas e levem ao seio do povo a plena e cruel intuição de seu infortúnio.

ERASMO

VIII

A majestade, como toda a instituição que tem a raiz na soberania nacional, se alenta sempre com a seve da opinião. A liberdade lhe serve de aura, a publicidade, de luz.

É dos nimbos condensados pelas reservas e conveniências que se geram as intrigas rasteiras, as anedotas de reposteiro, os sussurros palacianos. Estes vermes da palavra, como os outros da matéria, pululam do lodo e na sombra.

No cívico empenho de revestir a coroa de maior esplendor e popularidade, obstina-se o sincero escritor em desenvolvê-la da névoa que cinge as alturas. A maior ambição minha é ostentar ao país o monarca na limpidez da sua lealdade para o império que jurou defender.

Amiúde o espírito sôfrego invade a perspectiva sombria da política imperial e investiga as profundidades dos fatos contemporâneos para perscrutar o pensamento altamente reposto.

Qual é o princípio da poderosa força de gravitação que suspende aos ares com a tara mesquinha de alguns indivíduos o peso da nação inteira?

Esta ansiosa interrogação em que arfa o espírito público ainda não teve resposta. Proponho-me eu o ousado cometimento de esmerilhá-la nos íntimos refulhos da consciência imperial. Não importa que esteja o trono mais longe de mim do que de tantos menos francos ou

leais que lhe gravitam em torno. Nada, nem mesmo os mistérios da criação, escapa à análise viva e árdega do espírito humano: extrai-se a verdade dos seios da alma, como das entranhas do universo.

Na mente augusta, onde se revolvem neste instante os destinos do país, estou vendo à luz da história contemporânea debuxadas as causas da firme persistência da atual situação política. São duas e gêmeas, filhas de uma mesma desconfiança.

Uma suspeita ou um receio; eis sem contestação o esteio real da presente situação.

Pois que a consciência augusta se desnuda assim à lúcida visão do escritor, extirpem-se os sentimentos que aí se insinuaram. Será então permitido descarná-los, sem ofender o suscetível recato da majestade.

Uma suspeita!...

Não há duvidar. A coroa reconhece e sente mais no íntimo a crise perigosa que oprime o país; hesita, porém, acreditar nas causas que geralmente assinalam ao mal, e nas cores negras que assombam o futuro do império. Suspeita que todos esses tons carregados sejam obra do despeito e dá avidez do mando. Figura-lhe a oposição um inimigo derrocando o poder, como uma praça, para melhor tomá-lo de assalto.

Semelhante desconfiança é injusta nas circunstâncias atuais; mas infelizmente houve razão para ela. A coroa chegou a esse estado de dúvida pela mesma rampa escorregadia pela qual resvalaram a opinião pública e as crenças nacionais até soçobramem no tédio geral.

Também a coroa curtiu amargas decepções durante o fatal decênio. Estadistas eminentes, chefes de um partido, lhe recusaram o valioso auxílio no momento preciso, coagindo-a assim a buscar muitas vezes os ministros na segunda ou terceira camada dos homens políticos.

Para quem frisou a abstenção política dos chefes conservadores e sentiu a nobreza e elevação de seus motivos, não carecem de defesa es-

ses nomes ilustres. Tolhidos na amplitude de suas ideias, abandonaram o poder com a intenção de não voltar. Acolheram-se ao silêncio e repouso; esperaram que os acontecimentos posteriores lhes viessem render a justiça, que todos observam atualmente e à uma confessam. A história parece já ter aberto para eles seu templo.

Aí, no retiro dos negócios, os encontrou um viandante que pela vez primeira perlustrava essas regiões políticas. Foi este mesmo obscuro escritor; surpreso do ocaso prematuro e voluntário de tão belos nomes, sentiu então pulsar a generosa coragem que retinha longe da luta os chefes ilustres.

Eram mártires de sua ideia.

Sim, brasileiros; esses grandes cidadãos, acoimados pelos adversários de egoísmo e pelos amigos de indiferença, submeteram-se a uma tortura moral, amesquinhando a reputação adquirida e esvanecendo a imensa popularidade. Desfiavam a teia de sua glória com tanto desvelo trabalhada.

Mas deviam eles, os chefes do partido conservador, que durante vinte anos arcara contra o liberalismo em defesa do princípio da autoridade, compelidos por meros ressentimentos, abalar a cúpula e fecho de sua ideia? Fora decente que os operários do majestoso edifício da ordem pública, depois do haverem erguido com tanto sacrifício e sofrimento do país, mal concluída a obra, empunhassem o alvião para a desmoronar?

A par com estas, outras reflexões.

Quando os amigos mais dedicados eram contaminados pelo marasmo da geral frouxidão, seria prudente assumirem os chefes uma atitude adversa a essa tendência poderosa dos espíritos? Não recairia sobre eles a responsabilidade ou pelo menos a ameaça de arrastarem outra vez o país às lutas fratricidas, mal extintas?

A história fará justiça plena aos homens; aos políticos, porém absolverá.

O monarca não é uma pessoa, é uma instituição: assim como não lhe assiste o direito de sentir paixões, também o cidadão, a quem porventura contrarie sua vontade, não tem o direito de magoar-se. Convém não confundir no respeito à majestade o poder com o indivíduo.

Se a coroa se manifesta diferente do ideal político da constituição, é dever rigoroso do cidadão, que primeiro observa esse desvio, adverti-lo à sabedoria do monarca. Coberto com a égide da lei, armado apenas com a convicção leal, o homem político está na obrigação de acudir em defesa das instituições. Não é um súdito em face do soberano, mas uma opinião confronte a outra; a soberania popular decidirá no momento preciso.

Não podiam os chefes conservadores se esquivar a este dever pelo respeito à majestade, nem pelo receio de uma aparente contradição. Defendendo o princípio da autoridade, não tinham repudiado suas crenças de liberdade; antes trabalhavam em benefício delas, consolidando as instituições.

Foi, portanto, a abstenção o fato saliente daquele período de 1857 a 1862; as causas que arredavam os chefes conservadores do poder, ao qual foram chamados por vezes, ficaram na sombra. O soberano, assim como a nação, a quem mais interessavam, permaneceram na ignorância delas. Dizem que a sabedoria imperial as aventou e quis eliminá-las; mas era tarde ou cedo.

Deste modo, sentindo escapar-lhe os homens preeminentes de um grande partido sem causa patente, e recebendo do lado oposto uma interpretação desfavorável dessa abstinência, era natural que vacilasse no ânimo imperial a confiança. Quem sabe? Visto pelo avesso, talvez semelhante afastamento figurasse uma deserção às ideias e uma dúvida nos princípios.

Cercada pela descrença, a coroa sentiu-se invadir também do calafrio político. Voltou-se então para o partido liberal, que se agitava para recobrar os perdidos espíritos.

Está viva e debuxada na memória do país a época recente da ascensão da liga. Durante anos trabalhava a imprensa oposicionista com afinco em derrocar o partido conservador: o espírito sagaz e trêfego dos escritores insinuava-se pela menor fenda, para injetar o ridículo sobre coisas respeitáveis. Aqueles defeitos inerentes a um partido, usado pelo poder, foram exagerados a proporções enormes.

Assim fermentou-se a opinião contra estadistas notáveis e brasileiros que haviam prestado relevantes serviços ao país. O anátema foi lançado contra a grei dos defensores da constituição. Flutua nas grandes capitais um espírito volátil, exalação das classes menos ilustradas; este mau sopro desencadeou-se com tal ímpeto contra os conservadores, que era um ato de coragem cívica trazer publicamente aquele título.

A liga subiu afagada por grandes esperanças; missionária de uma nova era de progresso e liberdade, vinha regenerar o país caquético pela dominação conservadora. Os próprios adversários decaídos esperavam da situação nascente um benefício: o de infundir na política brasileira aquele nobre entusiasmo que dela se tinha evaporado com o declínio dos partidos.

Dois anos durou o espasmo do aborto; tantos bastaram para fazer de uma idade, que se antolhava de ouro, a idade de lama. Todos os defeitos arguidos ao partido conservador foram requintados: o erro tornou-se vício; o invento passou à realidade.

Descarrou-se, então, o monstrinho do filhotismo, que era apenas feto entre os conservadores. O país o viu nédio e rubicundo, a embalar-se nos braços dos chefes liberais, que o acariciavam com mimo

paternal. A câmara quase se transformou em ginásio da imberbe juventude.

A liga também quis ter seus medalhões para ornato. Havendo atribuído a abstenção dos chefes conservadores ao desejo de governar por detrás da cortina, como os grandes sacerdotes do oriente, as influências da nova situação desdenharam o obscuro encargo de carregadores de pastas, preferindo o divertimento de manejar o cordel aos manequins. Em vez dos bustos severos e graves das molduras conservadoras, nos apresentaram o emboço de algumas carrancas.

As prebendas administrativas tinham sido um dos abusos de grosso calibre dos liberais. Entendiam estes senhores que o emprego público não era uma profissão nobre e honesta, quando exercida com dignidade. Bafejados pela fortuna ou favorecidos em sua indústria privada, desfrutando pingues rendas, não compreendiam que o Estado remunerasse o trabalho de um estadista ilustre ou de um velho servidor. Consideravam isto uma espoliação ao tesouro.

Entretanto, com a nova situação criou-se mais uma agiotagem, a especulação administrativa, que vai lavrando por todas as indústrias, desde a advocacia e o comércio até o daguerreótipo e a litografia. Nunca, em tempo algum, o governo serviu de manivela ao interesse privado, como nesta idade do ouro; nunca se abriram tantos esgotos subterrâneos à renda do nosso ético erário.

Em suma, desprezando as tradições cívicas e os bons exemplos deixados pelos adversários na administração, parece que a liga caprichou em arremedar somente o que havia de pior, por ela reconhecido e confessado. Sem dúvida tinha o partido conservador muita coisa a corrigir; havia nele erros e mesmo vícios. A continuação no poder o cobrira desse musgo que se acumula sobre as coisas jacentes, e é como a pega-da do tempo.

Mas em um partido novo, que saía cheio de viço do seio das urnas, a súbita erupção daqueles mesmos defeitos não era o mofo e a ruga da velhice; sim o sintoma de eiva profunda, a putrefação. Realmente breve se manifestou a decomposição, e do esfacelamento dessa facção surdiu o renovo do partido liberal, que está agora outra vez hasteando. Venha melhor fadado para não recair na grave culpa. Saiba manter em sua altura o grande princípio que representa.

Não passa de balde, pelo espírito mais crente, o atrito de tantas e acerbadas decepções. O ânimo imperial devia embotar-se à confiança, especialmente nestes últimos anos, durante os quais foi cada novo gabinete um grau descido na escala do abatimento político. Sentiu a coroa, a par do fatal encadeamento das coisas, a insuficiência dos homens, uns desanimados, outros impotentes, muitos incapazes. Suscitou por um esforço extremo o gabinete de 12 de maio, e colheu nova decepção e nova angústia.

Em tais condições a coroa receia naturalmente qualquer mudança ministerial. Em vez de uma transição para o bem, se lhe afigura que tal acontecimento seria um passo avante no caminho da perdição, um declive maior no plano inclinado do abismo, para onde nos precipitamos.

Colocado o pensador neste ponto da perspectiva, compreende perfeitamente a atitude do imperador. Apoiado em uma escarpa do precipício, julga suster daí com um esforço poderoso o país prestes a despenhar-se. Espera que, aplacados os primeiros anos da ambição por essa firme resistência, se funde o exemplo já perdido de um gabinete permanente e sobranceiro às pequenas maquinações individuais.

Observada por este prisma, a posição do monarca é sem dúvida nobre e digna. Há nesta luta, renhida dentro da esfera constitucional, entre a coroa e a opinião, alguma coisa que recorda o verdadeiro

governo representativo. A isso devemos atribuir os lampejos de entusiasmo, que, raros e ainda fugazes, abrem na tribuna e na imprensa. A liberdade é uma reação; desde que há choque do poder, desprende-se a fâisca elétrica.

Neste sentido a continuação do atual gabinete seria desejável para os amigos sinceros do sistema constitucional, se por outro lado os instantes de sua existência não se resolvessem em anos de calamidades para o império. A questão no transe atual não cifra-se mais no triunfo de uma ideia sobre outra; é a grande questão nacional da vida e honra do Brasil.

Ante o suplício doloroso infligido ao país, nenhum partido pode emudecer a sua indignação. Não é a gula do poder a açular as ambições o estímulo da oposição movida a este gabinete. Outra é a fibra, e mais nobre; a pátria, que toca o homem por quanto ele tem de puro e elevado.

Apaga-se, portanto, no ânimo imperial a suspeita que aí depositou como um sedimento a longa cadeia dos fatos contemporâneos. O poder não tem hoje seduções para os partidos legítimos, filhos da opinião: será para qualquer deles antes uma provança dura, do que um troféu.

Sem dúvida hão de existir na oposição algumas das ambições vermíneas, que pastam nos cadáveres; a estas ainda excitam a gula estes sobejos de grandeza. Mas os homens sisudos de qualquer opinião sentem asco e nojo pelo que outrora neles acendia a emulação.

As cadeiras, que já foram como as curules do saber e da virtude, serão agora bancos de réu. Aqueles que aí venham sentar mais tarde talvez respondam ao país indignado por todos os erros passados. Terrível é a herança que deixará a seus sucessores o atual gabinete.

O poder foi infestado por um vírus assolador: tornou-se endêmica aí a lepra política. Os melhores caracteres, que se arriscam nesse foco

mórbido, são logo contaminados; todos os homens de préstimo fogem; apenas alguns amigos dedicados sacrificam-se. São, portanto, obrigados os ministros a descer à chusma, que de bom grado aceita a lepra podendo-a cobrir de galas e ouropéis.


Nestas circunstâncias o governo, oferecido, será um martírio; procurado, um suicídio. O partido que atualmente assumir a direção do país sairá da luta dilacerado.


Exaurir o sangue e suor de um país já desfalecido para concluir a guerra com honra; reprimir a corrupção que lastra em seu próprio seio, como por toda a parte; resistir ao embate de uma torrente de despeitos e rancores; levantar sobre a base da moralidade o vulto da lei, diariamente lapidado na praça pública são trabalhos formidáveis que romperão as forças ao mais robusto partido.

Nenhum, porém, nem o conservador nem o liberal, se pode eximir a este grande sacrifício. Tenha embora a política brasileira suas Termópilas¹. A resistência vigorosa de uma opinião contra a fatalidade, mais poderosa que Xerxes², dará pausa à nação para despertar. Então, como o ilustre espartano, o chefe do partido heroico poderá proferir, sucumbindo à vitória, estas palavras:

“Escritor, vai dizer à posteridade que nós morremos pela liberdade do Brasil.”

ERASMO

1  Referência à Batalha das Termópilas (480 a.C), travada durante II Guerra Médica. Foi disputada entre aproximadamente 300 espartanos, comandados por Leônidas, e milhares de persas, no desfiladeiro das Termópilas, na Grécia Central. Todos os gregos foram mortos. [N. do R.]

2  Xerxes, rei persa. Herdou o trono por designação do pai, apesar de não ser o primogênito. Continuou a guerra contra os gregos, tendo vencido os 300 espartanos na Batalha de Termópilas. [N. do R.]

IX

Continua a comédia política; houve apenas ligeira mutação de cena. O gabinete de 12 de maio dissolveu-se; traz seu sucessor a data de 2 de agosto¹.

Rasgou-se o manto rapado da situação; depois de vãos esforços para lhe cerzir a rotura, o voltaram de dentro para fora. O gabinete de 2 de agosto é o forro apenas de seu antecessor; o pelo da liga mais que nunca adere agora ao poder.

Costumam nos países representativos a imprensa e a tribuna se abster [*sic*] durante as crises ministeriais; justa deferência da opinião nacional pela majestade atenta ao exercício das altas prerrogativas.

Terminou, porém, a gestação; o novo gabinete está definitivamente organizado. Chegou, pois, a oportunidade de manifestar-se o espírito público a respeito da solução que teve a recente crise ministerial.

Direi também minha palavra; e seja ela por enquanto a última. Desapareço da cena justamente quando nela assoma, radiante de esplendor, o astro do atual gabinete. Não há neste fato a relação entre o efeito e a causa, porém só mera coincidência.

Aproximava-me do marco de repouso nesta segunda jornada, quando surpreendeu-me, já bem próximo ao termo, o estremecimento

1 ☞ O novo gabinete era presidido por Zacarias de Góis e Vasconcelos, vinculado à Liga Progressista. [N. do O.]

do gabinete passado. Aguardei o resultado em silêncio, e estimando com veras recolher em boa hora. Realmente já não há que fazer nesta lua de mel para quem não usa apedrejar os astros no ocaso e adorá-los nascentes.

O epitáfio do gabinete de 12 de maio está escrito; tire-se o horóscopo ao seu sucessor.

A notícia da decomposição ministerial, tantas vezes assoalhada, correu a cidade de par com a asseveração dos esforços que fazia o eleitor de ministros para restabelecer no governo os demissionários. Esta grave circunstância confirmou o que já era conhecido; a completa identificação da coroa com a política vigente.

Desde logo se desenhou a perspectiva da nova organização; alguma variedade de nomes, e absoluta permanência da ideia. Ainda mais se esclareceu o aspecto da situação com o anúncio, bem significativo, do futuro organizador.

Alguns espíritos ingênuos chegaram a acreditar em um gabinete misto; porque se lembravam das palavras proferidas no senado durante a sessão de 20 de julho pelo Conselheiro Zacarias¹: “ou nunca houve tempo de coalizão, ou se o houve é este.”

Não refletiram que o presidente do novo conselho, quando faz parte do governo, exige a coalizão unicamente de baixo para cima; um ministério exclusivo, governado por uma só vontade, mas apoiado por todos os partidos; que sonho dourado! Deste não são capazes os romancistas políticos, mas só os graves e sisudos bonzos que a si mesmos se qualificam de eminentes estadistas.

Em todo o caso, brasileiros, demos graças à incoerência do organizador do gabinete de 2 de agosto, que nos poupou tão grande imorali-

1  Ver nota I na p. 76.

dade! Se o pensamento funesto da coalizão, que ele aninhava em seu alto pensamento a 20 de julho, não houvesse batido as asas para as regiões hiperbóreas, veríamos erigir-se mais um padrão da improbidade pública, mais uma combinação híbrida. Graças, pois, renda o país desta vez à versatilidade dos homens positivos que odeiam o romance político!

Foi laboriosa a gestação do gabinete de 2 de agosto: consumiu três longos dias. Se não fossem já fatos reconhecidos a frouxidão dos elos progressistas e sua penúria de homens, ali estava o documento exarado naquela difícil organização, retocada a cada instante.

O país assistiu uma vez ainda ao arremedilho, tão frequente ultimamente, do governo parlamentar. Enquanto, à desfilada para S. Cristóvão, o futuro presidente do conselho, de lápis em punho, amanhava sobre o joelho um projeto qualquer de ministério, a gente grada arruava nas passagens de maior trânsito, que são de ordinário o foco das novidades.

Esse fragmento ilustrado da opinião mostrava ardente avidez de notícias; os indivíduos se inquiriam sôfrega e mutuamente. Grupos se formavam logo para ouvir a última versão que porventura trazia algum noveleiro. Com a mesma facilidade se dispersavam ao vento de outra assoalha, que os impelia a oposto rumo.

Semelhava essa multidão um animal a quem de repente se interceptou o ar e a luz. Preso no antro escuro, arroja-se à menor fenda para receber um sopro ou raio consolador. Assim estuavam, ansiando por uma réstia de notícia, os homens políticos preocupados da sorte de seu partido; os comerciantes inquietos da nova face que tomaria a questão bancária; os empregados receosos da catadura do novo governador; finalmente a grande família dos parasitas do Estado prestes a sugar a seiva dos novos caracteres que lhe deviam servir de estacas.

Todos os interesses, alerta, voltavam-se para o alto, espiando o bruxuleio da luz. De lá, da sumidade, costuma vir todo bem; no trono reside a única força do império. Cada influência, neste país livre, é bolha de sabão, que enche um sopro: e este vem daquelas eminências propícias.

De um povo que pensa deste modo não há estranhar-lhe o aspecto. É justo que nos transe mais solenes do governo parlamentar, quando se decide dos graves destinos da pátria, a opinião pública ajoelha nas praças, face voltada para o oriente, cabeça derrubada, mãos no peito, a fim de receber as palavras de fogo do oráculo.

Se fôssemos um povo livre, brasileiros; se, em vez de nos porem ao ganho como carregadores de palanques, nos houvessem educado para o sistema constitucional; outra e bem diversa havia de ser a compostura da população nas grandes solenidades de sua existência política.

A opinião guardara sem dúvida à coroa a cortesia de não perturbá-la no exercício das altas funções majestáticas: mas soubera tomar, nessa mesma polida reserva, uma atitude nobre e digna, como convém à única originária soberania, da qual são todos os poderes delegações.

Côncio de sua possança, o povo havia de achar no próprio seio a última palavra política: e portanto não carecera de a decifrar na sombria perspectiva das alturas. O pensamento da coroa, por certo muito respeitável e importante, tira toda força da opinião. Com ela pode o monarca tudo; é mais absoluto que César. Sem ela reduz-se a uma simples resistência temporária; é o voto de Catão¹.

Em países verdadeiramente livres não se observará a geral ansiedade destes últimos dias. Os partidos, as classes, os indivíduos fiarão mais da popularidade o triunfo completo de suas ideias. Nenhuma

1  Ver nota I na p. 28.

fração sisuda da opinião cometerá a fraqueza de ir acocorar-se ao redor da mesa do festim, para aguar com a vista das iguarias; ou talvez saltar sobre as migalhas que porventura caíssem ao sacudir da toalha.

Devera a gente sisuda não aparentar só, mas sentir realmente, o tédio que inspira este arremedo do sistema parlamentar. Qual valor tem as pastas que a fortuna depara a qualquer, bom ou mau, na porta de sua locanda, em horas mortas da noite, à sombra do mistério, como uma aventura galante?

O poder é o velocino de ouro, guardado pelo dragão. Só é digno dele quem o conquista pela virtude e talento, em pleno dia, à face do país. Se para obtê-lo o homem público mentir à fé dos princípios, ou estende ao óbolo a mão súplice; ele torna-se labéu, que só podem apagar prestantes serviços à pátria.

Entretanto organizava-se o gabinete.

Conhecida a nova combinação, ficou bem patente o fato da continuação da mesma política; com especialidade a respeito da guerra, que há de ser o aneurisma desta atualidade. O ministro daquela repartição é o mesmo em um e outro ministério¹. Parece que sua demissão foi concedida unicamente a fim de se tornarem possíveis os instantes esforços para sua volta ao poder!

O elo que prende os dois gabinetes não podia ser mais sólido. O principal ministro repetido; os outros escolhidos entre os mais dedicados aderentes da política progressista; presidente ou chefes da maioria.

As revelações feitas no parlamento, há dias, patentearam a triste certeza.

O nobre Marquês de Olinda² assombrou o país com a sua confissão extrema. Declarou que o ministério há muito estava em desarmonia,

1 ☞ Ângelo Muniz da Silva Ferraz, desafeto de Caxias. [N. do O.]

2 ☞ Ver nota I na p. 31.

agravada afinal. Não obstante, a coroa insistia na continuação do gabinete e só lhe concedeu a exoneração à vista de documento autêntico.


O Conselheiro Zacarias¹ narrou a sua epopeia ministerial. Digo epopeia, e não romance: o nobre estadista, ao passo que invectiva este gênero da literatura, cultiva o outro; é sobretudo apreciador do Tasso². Não faço injúria à sua gravidade, qualificando assim os três dias heroicos.


Há nas metamorfoses de Ovídio³ uma luta admiravelmente descrita entre Hércules⁴ e Aquelon⁵. Recebe o rio o primeiro embate do adversário sob a forma varonil; vencido nessa prova toma de repente o aspecto da serpe; estrangulado pela mão possante de Alcide⁶, surge então como um touro, para ser enfim domado.

O presidente do gabinete de 2 de agosto mostrou-se digno êmulo do grande poeta. Também teve ele três dias, em outras palavras, três formas e afinal foi vencido. Podia terminando a narração de sua desfeita repetir o verso de Ovídio³: “Meu vencedor é tão grande que ele me consola de sua vitória”. *Magnaque dat nobis tantus solatia victor.*


A verdade nua e bem descarnada é esta: o poder moderador sustenta a todo o transe a situação; e os corifeus dela, tão reservados ontem, vêm hoje alardear ante o parlamento a sua missão imperialista, agitando aos olhos dos ambiciosos o símbolo sagrado.


1  Ver nota I na p. 76.

2  Torquato Tasso (1544–1595), poeta italiano renascentista. Sua obra mais famosa é *A Jerusalém Libertada* (1580). [N. do R.]

3  Publius Ovidius Naso (43 a.C.–17), poeta latino, cuja obra mais famosa é *Metamorfoses*, escrita em torno do ano 14. [N. do R.]

4  Ver nota 2 na p. 162.

5  Aqualon, figura mitológica duas-bocas contra a qual Hércules travou batalha. [N. do R.]

6  Neto de Alceu. É cognome de Hércules e um de seus descendentes. [N. do R.]

Não tenho preconceito aos nomes; todos se podem reabilitar servindo bem o país. Não tenho ódio aos homens; guardo em mim um tesouro de reconhecimento e admiração para aqueles que obtenham salvar nossa pátria. Entretanto ainda não consegui dissipar o sentimento de funda tristeza que me entrou com a solução da crise.

Malogro de esperanças para um partido, não; a questão capital não é a da política interna, mas a da honra e decoro nacional. Impressiona sobretudo nesta mutação de cena a robusta solidariedade a respeito dos negócios da guerra. Os dois gabinetes neste ponto se aderem estreitamente; nenhum vestígio aparente de juntura entre eles.

É presidente do conselho do 2 de agosto o mesmo do 15 de janeiro, que encetou em Montevidéu a célebre política internacional das impressões; ministro da guerra, o mesmo que referendou a capitulação de Uruguaiana, e aprovou o Tratado da Tríplice Aliança.

Que ilações, meu Deus, não vai o bom senso do país tirar deste fatal conjunto de circunstâncias, sem dúvida fortuitas! Parece-me ouvir já a voz sentida da nação articulando estas palavras lastimosas:

“É verdade, então, o que murmuravam os boatos rasteiros? O erro deplorável desta guerra vem de cima. Ideia talvez sugerida pelo atentado da Grã-Bretanha, e incubada, aproveitou o primeiro ensejo para surdir. Entrava nos altos desígnios que o Brasil se tornasse estado guerreiro!”

“A capitulação de Uruguaiana, a locação do império às repúblicas do Prata sob o título de aliança, a longa impertinente apatia dos generais, o desconchavo da direção da guerra; tudo isto se praticou não só com o assentimento, mas também com a adesão e aplauso de quem jurou defender o Brasil!”

Oh! não, brasileiros, repeli semelhantes ideias. Conheço que elas rebentam naturalmente dos acontecimentos que vamos testemunhando e malgrado se apossam do espírito.

A história contemporânea está lembrando que a aparente neutralidade de agora não foi guardada há poucos anos; em 1862, quando a câmara derrotou o 24 de maio; em 1863, quando a maioria manifestou oposição ao 30 de maio.

Houve então firme iniciativa e até contra os estilos parlamentares *Erat in fatis*. Já estava decidido o pertinaz afastamento dos estadistas, cuja prudência houvera evitado a máxima parte dos graves erros cometidos posteriormente. A prudência é a virtude dos conservadores, como é o entusiasmo a virtude liberal.

Compreendo que todas estas acerbas reflexões acudiam à mente nacional; mas cerrai-vos obstinadamente a elas; expeli e, caso já se radicassem, extirpai-as de vosso espírito brasileiros, como uma praga horrível. A fatalidade pesa sobre o império americano; é ela sem dúvida quem urde os acontecimentos de modo a enlear a majestade, talvez sua maior vítima.

Não desertemos desta fé. Abracemo-nos todos durante os dias de tribulação com o trono; se agora ele parece oscilar às refegas da calamidade, será em todos os tempos a arca santa da salvação. Os povos têm sua índole como os indivíduos; a monarquia é a índole do Brasil. Nasceu o império com ela; não deve, não pode perdê-la sem perder-se.

Em 1831 nos estreitamos com este mesmo trono. Não estava ele ainda vazio da razão viril, e somente ocupado pela inocência infantil? Por que não havemos nestes tempos difíceis de renovar o mesmo ato de patriotismo, ofusque embora o esplendor da coroa uma névoa incômoda?

É necessário ao holocausto mais sangue e suor? Aceitemos de bom grado o sacrifício, povo brasileiro. Imole-se tudo, exceto virtude e dignidade, aos deuses adversos, para que nos deixem eles perseverar na fé

da monarquia e no amor do trono. Dê o Brasil ao mundo o grande e sublime exemplo da prudência de uma nação que, tão provocada à resistência, se abstém e resigna.

Demais, quem sabe! Talvez que semelhante insistência seja no juízo da coroa, em vez de solidariedade, uma completa abstenção a respeito da situação atual. Não quer o soberano truncar a obra progressista; deseja que seus autores a levem a cabo ou sucumbam completamente ao peso dela. O documento exigido da renúncia do gabinete passado é uma prova do conceito em que tem a liga. De quantos outros já não se achará munido, para mostrar à posteridade o erro, primeiro, e depois a pusilanimidade, dos chefes da situação?

Infelizmente o país é a matéria vil desse processo; e os inventores de sua desgraça vão a um e um tomando posse do senado brasileiro. Ali recostados negligentemente ao espaldo das poltronas vitalícias se distraíam eles em tecer chistosos epigramas.

Confie também o povo na força misteriosa do disparate que tanto há nos governa. Temos visto nos últimos anos tais aberrações dos acontecimentos, que a mais estranha surpresa não somente já não causa espanto, mas deve entrar em consideração, como uma das soluções mais naturais a qualquer situação política.

É por esta lente que deve ser observada a fisionomia do novo gabinete.

Saído do íntimo seio da maioria, talvez seja devorado por ela própria em sete dias, ou afagado pela oposição durante sete meses. Nada também mais passível do que transportar-se de repente esse umbigo do partido progressista para um ventre conservador ou liberal. Seria esta de todas a maior desgraça política.


O Conselheiro Zacarias¹ foi o presidente do gabinete que festejou os arreganhos marciais do infeliz General Neto²; e soprou a primeira centelha do grande incêndio que nos devora, ordenando ao nosso plenipotenciário a apresentação do ultimatum de 4 de agosto. Nada mais incoerente, e portanto mais racional nesta época, do que apresentar-se agora o mesmo estadista, sectário acérrimo da paz, sacrifique embora para obtê-la a todo transe a dignidade do país.

O ministro da guerra andou transviado até o presente; entregue exclusivamente à parte mais grosseira da administração, desdenhou a alta direção da campanha do Paraguai. A esta acefalia se atribuem os erros crassos diariamente cometidos no comando de nossas forças; bem como a inércia vergonhosa em que ali jazemos ainda. Por isso que o mesmo estadista continua na pasta, deve o país esperar, sempre pelo despotismo do absurdo, que o ministro ontem coato entre na plenitude de seu incontestável talento e imprima à guerra um forte impulso.

A Deus praza que essa influência irresistível do absurdo não acarrete dois males que são de temer.

O presidente do conselho dizia no senado em princípio desta sessão que o país carecia especialmente de uma política firmada sobre a base da moralidade. Acaso lamentaremos a inversão deste pensamento e, durante o governo de um homem probo, assistiremos ao espetáculo pungente da corrupção a roer a carcaça deste infeliz império?

1  Ver nota I na p. 76.

2  Antônio de Sousa Neto (1803–1866), político e militar brasileiro. Participou da reunião que decidiu pelo início da Revolução Farroupilha (1835–1845) e é reconhecido como o segundo maior líder revolucionário nesse confronto. Após a Batalha do Seival, proclamou a República Rio-Grandense, no Campo dos Menezes, a 11 de setembro de 1836. Morreu na Batalha do Tuiuti. [N. do R.]

O outro mal é o naufrágio de um caráter são, de repente arrebatado pela voragem. O atual ministro da justiça¹ pôde resistir até aqui aos ímpetos da torrente: e contudo muitas vezes as espumas da vaga o salpicaram. Agora lá o arrasta o turbilhão! Terá o país mais tarde, passada a procela, de encontrar sobre a areia, entre tantos outros perdidos, os despojos desta boa reputação?

Quando tanto precisamos de homens puros e capazes, em todos os partidos, a perda de um nome será uma calamidade.

Chego ao termo.

É o momento de retrair-me ao silêncio. Se a intenção não existisse, o fato da mudança ministerial era bastante para inspirá-la. A grande questão atualmente é a guerra; ela significa a reparação da honra nacional e a salvação do império: a política interna importa pela decisiva influência que tem na solução daquele problema.

Se o gabinete de 2 de agosto vem ativar a guerra e concluí-la com honra, o que é possível pela lei vigente da anomalia, não quero ser um estorvo, mínimo embora, a sua marcha. O grão de areia que se introduz entre os eixos pode, não obstante sua miudez, emperrar a grande máquina.

Afasto-me, portanto.

Não levo, ao meu retiro, nem a satisfação do triunfo que aplaca o ardor, nem o desengano que abate a coragem. Se ainda o povo brasileiro não tomou a atitude de um povo livre, não perdi contudo a esperança na sua reabilitação.

O lavrador depois que sachou a terra e acabou o plantio se entrega ao descanso, tanto para refazer as forças, como para dar ao grão o tempo de abrolhar. Também eu estuei durante longas soalheiras a sachar o chão duro e sáfaro da opinião; também aí lancei a minha ideia.

I ☞ José Lustosa da Cunha Paranaguá. [N. do O.]

Assim não avele a semente. Forre-me Deus à tarefa ingrata de revolver outra vez e dilacerar as entranhas de uma nação!

6 de agosto.

ERASMO

Fim da 2.^a série

☿ Ao VISCONDE DE ITABORAÍ:
CARTA DE ERASMO SOBRE
A CRISE FINANCEIRA

AO
VISCONDE DE ITABORAHY
—
CARTA DE ERASMO
SOBRE A CRISE FINANCEIRA



RIO DE JANEIRO
TYP. DE PINHEIRO & COMP., RUA SETE DE SETEMBRO N. 165
1866

Figura 5

Honrado Visconde,

De todos os epítetos que vos cabem e andam constantemente unidos a um nome tão puro, escolho o menos cediço neste período de decadência. É sobretudo como tipo de probidade, política e civil, que vossa pessoa destaca na atualidade. Não sois o único, porém um dos poucos contra quem não se atreveu ainda a maledicência.

O país regozijou-se contemplando a posição que ultimamente assumistes no Senado brasileiro. Destes um grande exemplo que há de ser profícuo. Como Odilon Barrot¹, entendeis que “o desânimo para os homens políticos é uma deserção à causa pública”.

Enquanto a política dos últimos tempos se dirigia só pelo pensamento de dispersar os partidos e estragar seus chefes, retraístes ao silêncio. Sincero monarquista, vos esmorecia a ideia de abalar a grande instituição, travando luta com uma ordem de cousas que afirmou decorrer do alto.

Este nobre escrúpulo é da alçada da própria consciência; não o discutirei, tanto mais quanto já entrou no domínio dos fatos consumados.

1 ☞ Camille Hyacinthe Odilon Barrot (1791–1873), político francês. Ocupou o cargo de Primeiro-ministro da França, entre 20 de Dezembro de 1848 a 31 de Outubro de 1849. [N. do R.]

Atualmente vossa posição é outra; não mais de abstenção, porém de resistência.

Já não se trata da ingrata exclusão de um partido e do menoscabo de notáveis estadistas, questões domésticas da política. São os destinos da pátria e a estabilidade daquela mesma instituição, cujo respeito vos tolhia e aos vossos amigos, que perigam.

As palavras severas que proferistes no Senado comoveram a opinião. Qual for a sorte que ao Brasil reserve a Providência, reste-lhe de tantos males este consolo: que nos dias da tribulação e angústia se achará com os melhores de seus grandes cidadãos.

No retiro onde vos acolhestes das antigas lides, foram um depois do outro os jovens estadistas que oprimia o imaginário círculo de ferro prestar, coagidos pela necessidade, plena homenagem à vossa consumada experiência. Não vos mostrastes, então, avaro dos cabedais acumulados, como tinham direito aqueles a quem pretenderam encostar à guisa de inúteis medalhões.

Infelizmente as luzes, que de bom grado infundia vosso conselho no espírito dos improvisados financeiros, desmaiavam ali, ou se dispersavam em constantes oscilações. A situação econômica do país, que pudera ser próspera atualmente se a dirigisse um estadista de vosso quilate, desandou ao ponto de chegar ao estado aterrador em que neste momento se manifesta por todas as faces.

Em países de opinião viva, sempre que uma questão por sua importância e gravidade ressalta na superfície da atualidade, os grandes talentos profissionais logo se apoderam dela e a saturam de razão e ciência. Entrando nos canais da circulação, os luminosos pensamentos filtram pelo espírito público: e a verdade surge afinal, semelhante a uma flama cintilante. Os estranhos, como eu, à especialidade não têm mais que abrir os olhos para receber a luz em cheio.

Quando, porém, falta a seiva da opinião para alentar a discussão e o estudo, as questões mais salientes não provocam a atenção dos mestres senão como assunto de curiosidade; ficam dormidas no gabinete as sábias lucubrações, e o espírito público, estanco, não refluí as ideias suculentas que geram a convicção.

Então, cada cidadão, atônito ante a assustadora perspectiva econômica de seu país, não achando na circulação um pensamento para o confortar e dirigir, busca instintivamente dentro em si, no âmago da própria razão, essa confiança que lhe não influi a sabedoria recôndita ou estagnada.

Assim aconteceu comigo. Há dias surpreendi meu espírito a submergir-se pelas profundezas da questão econômica, onde tantos engenhos bem reputados já soçobraram. Trouxe dessa exploração uma ideia, que venho submeter à vossa experiência, como o merecido tributo ao abalizado entre os nossos financeiros.

Nada sou nesta ciência em que professais; não pretendo mesmo ao título de discípulo da escola que vos reconhece por mestre. Mas toda a ideia, como todo o produto, é útil; essa criação do espírito, ainda mesmo erro, significa um elo na cadeia da opinião, da mesma forma que toda a criação da natureza, imundície ou monstro, se prende à cadeia universal dos seres.

Se, na minha opinião, houver bom germe, este vingará à sombra de vosso nome; caso não passe de uma ilusão do espírito crente e ansioso do bem público, ainda assim estimulando em vossa mente o senso da crítica, próprio da verdadeira ciência, talvez seja ocasião para nova e sempre útil meditação.

É original a ideia, neste sentido, que me foi ela incutida pela própria observação; recebi-a diretamente dos fatos atuais. Não é nova, porém, a lembrança; se não em sua íntegra, ao menos por fragmentos

tem ela já subido à tona da publicidade. Indica esta circunstância que é ela de boa semente, pois vem espontaneamente em vários espíritos.

Ninguém melhor que vós, honrado Visconde, conhece a nossa atual situação econômica e o curso das causas que a produziram e vieram desenvolvendo desde anos anteriores. Houvera, pois, impertinência em quem se propusesse a instruir-vos do que aprendeu em vossos trabalhos recentes.

Careço, porém, de expor a fisionomia da crise, como a vê o relanço de uma vista acanhada, porque este é o quadro dentro do qual deve ser traçado o esboço de um plano qualquer para a restauração do nosso crédito.

Desenha a atual situação econômica um traço bem saliente, a confusão de crédito.

Em todos os países de grande movimento industrial, destacam-se incisivamente as duas espécies de crédito, mercantil e predial. Ambos giram em uma esfera distinta; se rara e indiretamente se atingem, é acidente imperceptível que não perturba a marcha regular de ambos os motores.

Os capitais ativos e arrojados, que se aventuram nas transações com a ambição de multiplicar-se, alimentam o crédito mercantil, essencialmente móbil, rápido em suas evoluções, inexorável em seus empenhos. Em muitas praças esse fundo rolante do comércio arrasta uma parte das reservas particulares, cabedal civil que procura nesse emprego ariscado maior juro.

Os capitais modestos e sedentários que aspiram de preferência a uma renda módica, porém segura e permanente; esses, a quase totalidade da riqueza monetária civil, entretêm o crédito predial, de natureza imóvel, como a propriedade sobre que reside, lento na sua marcha e paciente no reembolso desde que o prêmio for pontualmente satisfeito.

No Brasil os dois créditos se acham envolvidos um no outro, e tão aderentes, que raro banco ou capitalista não os terá confusos em sua carteira e talvez no mesmo título. Todas as nossas transações se prendem por filamentos mais ou menos longos e tortuosos à lavoura, grande raiz de toda essa ramificação.

As causas da anomalia são conhecidas e atuaram em sentido divergente:

De um lado o vício do nosso regime hipotecário afugentava os capitais particulares desse emprego: era aí que pululava a fraude e a usura e se colhiam os lucros enormes, porém arriscados. Esse torvo caráter do crédito predial infundia no dinheiro civil o mesmo pavor que em outros países a agiotagem mercantil.

Ao inverso, a boa fé proverbial do comércio brasileiro, a serenidade em que tinha sempre corrido a nossa existência industrial, quase virgem de grandes estremecimentos, deviam inspirar nos particulares a maior confiança, e atrair a esse emprego considerado seguro e lucrativo suas economias.

Privado, assim, absolutamente dos subsídios que lhe podiam dar os capitais civis, o crédito predial, especialmente o ramo agrícola, teria perecido e com ele a lavoura, se o comércio embora sob onerosas condições não fosse em seu auxílio.

Assim, operou-se a mistão dos dois créditos; e dessa mistão derivaram mui naturalmente, como vou demonstrar, as dificuldades que travam a situação econômica do Brasil neste momento.

O crédito, ninguém o ignora, é um mero instrumento do capital, que serve para lhe acelerar a marcha, como o vapor precipita a rotação de um cilindro. A mesma soma de capital que, privada do impulso do crédito, apenas realizaria em certo período uma evolução, pode, tocada pelo motor, completar, dentro do mesmo espaço, três e quatro.

Essa rapidez, porém, varia consideravelmente entre as duas espécies de crédito; em nosso país mesmo, a proporção é enorme; o crédito mercantil funciona por meses, o agrícola, por anos.

Desde, pois, que esse último crédito enleava-se no outro, a consequência necessária era entrar a marcha acelerada das operações mercantis jungindo-as à lenta e tardia amortização das dívidas da lavoura. Cada nova letra agrícola, que ia, por intermédio dos comissionários invadindo o domínio do comércio, entorpecia a porção do capital circulante servido por essa fração do crédito mercantil.

Há entre a soma das operações anuais de uma praça e seu capital rolante um justo equilíbrio, que não se rompe impunemente. Se as operações excedem às forças do capital, dilatadas pelo crédito até o limite racional, a liquidação logo corrige essa exorbitância; se, ao contrário, o círculo das transações se acanha, o crédito retrai-se naturalmente, e o dinheiro abunda.

Ninguém ignora que problema difícil tem sido, nos mais adiantados países, este de fornecer capitais à lavoura. No Brasil, país novo, onde se pode dizer que a grande propriedade está ainda em gestação, e onde por conseguinte não há sobras, é fácil de apreciar os efeitos desse desvio do fundo comercial para a lavoura.

Exaurido a pouco e pouco o crédito mercantil, e indiretamente imobilizado, a consequência devia ser ou a paralisia do comércio por falta de seiva, ou a extravasão da emissão bancária além de suas margens naturais, para poder servir conjuntamente o comércio e a agricultura, que dela se nutriam.

Nestas circunstâncias, o centro e diretor de nosso crédito, o Banco do Brasil, julgou com acordo do governo preferível o último arbítrio, que figurou-se um apelo para o futuro, enquanto o primeiro era aniquilação da indústria nacional. Não é ensejo de instituir exame a res-

peito desse passo, encetado em princípio com certo receio e afinal sob a influência de acontecimentos aterradores. O fato está consumado.

Com a suspensão do troco das notas em ouro e a elevação ao triplo da emissão em setembro de 1864, coroou-se a latente revolução que se operava desde a criação do Banco do Brasil.

Nessa revolução entrara um elemento secundário, que é oportuno assinalar.

Sempre que um instrumento qualquer de progresso é de novo introduzido em um país, enquanto não se forma certa experiência e destreza no seu emprego, aparecem necessariamente muitos erros e até desastres. Assim devia acontecer no Brasil com o crédito e a associação, cujo desenvolvimento data de quinze anos. Pouco afeito ainda a manejar essas duas poderosas máquinas da indústria, o comércio brasileiro foi vítima da mesma ilusão de outros povos; acreditou que o crédito criava capitais e os multiplicava, quando sua verdadeira e legítima função é unicamente acelerar o giro do capital.

Dessa imperícia no manejo do crédito, junta aos abusos da associação, resultaram graves prejuízos. Certa massa avultada de mau papel se foi acumulando nas carteiras dos negociantes e banqueiros, e alguma dela chegou mesmo a penetrar na carteira dos bancos. A praça começou desde então a ressentir-se de um mal-estar, sintoma infalível de morbidez.

Entretanto, a liquidação se houvera feito com perdas inevitáveis, mas sem profundo abalo, se o crédito mercantil já não se achasse urdido com o crédito agrícola. Imobilizada grande soma de capitais, não sobrava bastante para efetuar a liquidação: esta equivalera a uma insolvência geral. A salvação comum fez convergir, portanto, os esforços de todos para o adiamento indefinido desse grande balanço que estremeia a praça.

Mas há um cúmulo também para os fatos; atingindo ele o transbordamento, é necessário e fatal. Em setembro de 1864 parece que havíamos chegado a esse ponto, pois a crise, por tanto tempo paliada, fez enfim explosão.

O alargamento da emissão do Banco do Brasil veio encher os claros deixados pela queda das casas bancárias e aniquilamento de considerável porção de valores, bem como pela retração dos depósitos particulares. Com este auxílio pudera o comércio lentamente operar a liquidação, se novas e instantes necessidades não se estivessem criando a cada momento, que exigiam maiores avanços.

A lavoura atravessa também uma crise; os braços escasseiam de um lado; do outro se tentam melhoramentos dispendiosos. Estas causas já de si poderosas, acrescidas à carestia das subsistências e aos efeitos de más colheitas anteriores, obrigam o agricultor a avultados empenhos, cujo alto prêmio os aumenta em rápida progressão.

Ora, ainda que se houvesse posto um limite aos empréstimos à lavoura, o que não era possível, bastavam os prêmios acumulados dessa grande dívida para que o crédito mercantil montasse além do nível elevado a que já o tinha subido a crise de 1864. Acresceu, porém, a guerra, que, afora seus efeitos ordinários, produziu na situação econômica do país dois fatos graves.

Foi o primeiro precipitar o escoamento dos depósitos bancários para o tesouro, criando, assim, de repente no mercado um grande vácuo, que não podia ser logo preenchido. Daí a maior inanição de uma praça já oprimida e extenuada pelo desenvolvimento da crise remota.

O segundo fenômeno, e mais grave, foi a completa monetização do papel bancário, como um meio sub-reptício de fornecer recursos ao governo. Consideram em geral os economistas, e entre eles M. Cheva-

lier¹, como papel-moeda as notas bancárias inconvertíveis. Há talvez excessivo rigor nessa apreciação: ainda mesmo inconvertível, a emissão de um banco representa certa massa de operações e, portanto, um acerto de valores, que abona o reembolso: a suspensão do troco pode indicar emigração de metais, mas não penúria de capitais.

Quando, porém, se lança em circulação papel que não representa uma transação mercantil, e, portanto, não é substituído por títulos e valores; quando a origem e causa de semelhante papel é unicamente a garantia e compromisso do governo, qualquer que seja a forma e o nome, aí estão reunidos todos os característicos dessa moeda simbólica.

O governo, pois, monetizou aquele algarismo já avultado da emissão, que ele extraiu do banco. Com esta desgraçada operação agravou extraordinariamente a crise; pois, contagiando a parte sã com o vírus da parte contaminada, dissipou a confiança já abalada no primeiro estabelecimento de crédito. Melhor valera, como opinou o luminoso parecer do conselho de Estado, a emissão franca e legal de papel-moeda.

Assim, absorvido de um lado pelas necessidades crescentes do comércio e lavoura, exausto do outro pela tromba sugante do tesouro, o Banco do Brasil foi coagido a distender ainda o já amplo círculo da emissão. O triplo estava excedido, antes mesmo da repercussão da crise inglesa; a progressão deve ter continuado e há de continuar.

Eis, portanto, a situação econômica em seus traços fisionômicos: — Absorção do crédito mercantil em larga escala pela nossa lavoura, que não tem outra fonte onde se nutra.

1 ☞ Michel Chevalier (1806–1879), engenheiro, político e economista liberal francês. [N. do R.]

Este é o contorno geral.

– Abatimento do comércio, já pela opressão de grande massa de papel da lavoura, já por graves prejuízos incubados que minam confiança.

– Exaustão da seiva mercantil pelo tesouro, que não só atrai os capitais volantes tocados pelo pânico, mas oprime e deprecia o papel bancário monetizando-o.

Estes são os perfis. Outros se poderiam traçar ainda, porém de mínima importância e apenas gestos efêmeros que sempre acompanham as crises.

Tal é o mal; qual o remédio?

Acometo agora essa parte, a mais árdua do assunto: se a patologia das crises sociais, como das crises animais, reclama grande observação, o tratamento delas depende não somente de muita experiência, porém frequentes vezes de uma inspiração feliz. Grandes financeiros ingleses deveram o começo de sua reputação a uma dessas cartadas atrevidas no jogo econômico do país.

Antes de buscar o remédio próprio, não seria supérfluo escolher a espécie dele. Todos o mal, físico ou moral, cura-se por dois únicos meios. Um violento, incisivo, rápido; é o sistema da ablação. Outro brando, paliativo, gradual; é o sistema da cicatrização. Quando a úlcera for perigosa e atacar apenas um membro prescindível do organismo, ampute-se a parte ofendida. Se, porém, já o princípio mórbido grassou por todo o organismo, o único meio é depurar.

A nossa crise econômica é desta última natureza. Pode-se afirmar que não há no comércio brasileiro uma só fibra que esteja inteiramente sã e intacta. Torna-se, portanto, necessário restituir a vitalidade a esses órgãos, separando com suma prudência aquela arte inteiramente corrompida, que por ventura esteja contagiando outra. Salve-se quanto for possível e somente sacrifique-se o indispensável.

O meio de alcançar esse fim desejado, o próprio mal o está indicando. Se o traço saliente da crise, seu esboço, é a confusão dos dois créditos, mercantil e agrícola, o corretivo eficaz deve ser a mediata separação daqueles instrumentos.

Organize-se efetivamente entre nós o crédito agrícola que só existe na letra morta da lei hipotecária, ou na embrionária gestação dos títulos da lavoura, que atopetam os canais da circulação mercantil. Tenha o crédito imóvel um centro poderoso, como tem no Banco do Brasil o crédito móvel.

Fundado nesta corte um grande banco agrícola brasileiro, seu efeito salutar se faria sentir imediatamente pelo transporte da avultada dívida da lavoura que enche a carteira do Banco do Brasil para a sua sede natural. Todos os lavradores de firma abonada achariam no recente estabelecimento protetor da agricultura, a longo prazo e melhores condições, os fundos necessários para remir suas letras. Se há desse papel agrícola alguma parte ruim, não creio que seja em proporção que imponha ao Banco do Brasil enorme prejuízo.

Livre dessa superfetação opressiva das letras da lavoura e da sucção do tesouro, o crédito mercantil entrará nos seus trilhos. A emissão, descarregada pelo transporte da dívida agrícola e saldo da conta do governo, se retrairá imediatamente a ponto de recolher-se breve à esfera nacional do duplo, e sem compressão para que aí mesmo encerrada sirva às necessidades do comércio. Restituído esse estabelecimento ao estado normal, a consequência será o troco em ouro, que ponha termo ao fabrico infinito de um papel-moeda disfarçado.

No sentido de manter o Banco do Brasil dentro da esfera mercantil e evitar que outra vez exorbite, parece indispensável a revisão do estatuto. Nenhum papel que não seja de procedência e natureza inteira-

mente comercial, salvo fundos públicos, deve entrar na carteira desse estabelecimento. O governo saldará sua dívida e se absterá para o futuro de desviar de seu emprego natural os fundos mercantis.

Mas esse banco agrícola, de vastas proporções, como é possível organizá-lo nas presentes circunstâncias?

Esta é a grande questão, aquela que logo surge à mente dos que estudam a atualidade; questão complexa, que envolve mais de uma dificuldade: a formação de tão avultado capital como se faz necessário; a confiança para que esse capital busque um emprego que tem sempre em todos os países repugnado; a oscilação constante do valor da nossa propriedade rural junta à incerteza de seu título; os hábitos dos nossos lavradores, difíceis de submeterem-se à pontualidade e exatidão de um novo regime.

Vou expor meu plano: e, se não me ilude uma fagueira esperança, creio que ele remove uns e atenua outros desses óbices, prestando ao mesmo tempo às finanças do Estado um serviço que elas estão de balde reclamando do comércio inanido.

Emita o Estado uma série especial de *apólices agrícolas* do valor nominal de um conto de réis, podendo fracioná-las por metade ou quinto. O portador desta apólice seja acionista do banco agrícola, com direito a um dividendo máximo de 8% garantido pelo governo até a quota de 6% amortizável no prazo de cinquenta anos.

O banco agrícola, cujo fundo é representado em títulos de dívida pública, terá o direito de emitir até o duplo desse fundo. O produto de emissão não pode ser empregado senão em empréstimos diretos à lavoura, à taxa de 10% e segundo um cadastro anual organizado pelo estabelecimento e aprovado pelo tesouro. Como base do máximo do crédito aberto a cada lavrador, se atenderá ao termo médio de sua colheita anual, à vista das faturas de venda nos cinco anos anteriores.

O lavrador mutuário hipotecará ao banco sua propriedade; obrigando-se a remir a dívida e pagar o prêmio por anuidade, na proporção da colheita que obtiver; contanto que em vinte e cinco anos se haja libertado completamente. Deste modo atende-se às vicissitudes da safra, compensando os maus com os bons anos.

Suposto que o banco empregue imediatamente dois terços da emissão, reservando o resto para novos avanços futuros, perceberá sobre o fundo real das apólices um prêmio de 13%. Deduzindo 3% para os gastos da administração; 2% para um fundo de reserva destinado à amortização das apólices; se repartirá pelos acionistas 8%, máximo dividendo.

Haja, porém, alguma falha nesse cálculo, de modo que não se possa, feitas as deduções, dividir 8%. O Estado, que garantiu esse máximo até a quota de 6% concorrendo com 1, 2, ou 3% para preencher a falha, teria feito ainda assim uma operação magnífica. Isto é por uma concessão; pois estou convencido que o banco jamais deixará de pagar aos acionistas os 8%.

Aí está formado o capital e impellido para a lavoura, por um empréstimo do Estado, o qual, servindo-se dele, ao mesmo tempo lhe garante o mais rendoso dos empregos seguros na atualidade: fundos públicos de 8% ao portador. Quanto à oscilação da propriedade rural e aos hábitos inveterados dos lavradores, são respeitados pela ideia de assentar as anuidades e o prêmio sobre a colheita, que forma atualmente a base das transações agrícolas.

Se o banco vier a liquidar-se, o que só pode suceder por falta de exação dos devedores, o Estado como fiador pelo capital e emissão ficará sub-rogado nas hipotecas e poderá cobrar por via executiva sua importância e juros. Esta cláusula é rigorosa, porém justa; a lavoura não pode esquivar-se a garantir o Estado quando este contrai grandes compromissos para auxiliá-la.

Releva notar que o benefício da instituição não deve restringir-se à Corte: cumpre que o resto do país, tão pouco desvelado pelo governo central, participe do impulso. Em toda província onde apareçam tomadores de apólices agrícolas em proporção razoável, é justo criar uma caixa ou agência sob as mesmas bases.

Duas importantes objeções se levantam ao exame deste projeto: a existência de uma emissão inconversível, com certo caráter de papel-moeda, o que é um mal presente e uma das causas atuantes da crise; e o abalrotamento de um mercado já repleto, por essa nova grande massa de papel que vem obstruir os canais da circulação.

Sérias são ambas as objeções e, em face da ciência, não houvera réplica; mas um estado anormal não comporta de repente o rigorismo da teoria.

Temos uma grande emissão inconversível; acabar com ela de repente fora uma calamidade. Equivalia a sufocar a praça, a tirar ao comércio a respiração. O cerceamento há de ser gradual. Ora, substituir grande parte desse papel inconversível e eivado já da desconfiança, por outro novo e vigoroso, é um primeiro benefício que alentará a circulação.

Acresce que o novo papel agrícola não pode rigorosamente ser considerado inconversível. O produto das anuidades pagas pelos lavradores corresponde a uma soma igual de notas emitidas; no fim de cada ano, pois, tem o banco com que retirar uma fração de sua emissão ou preparar-se para a próxima conversão.

Quanto ao regurgitamento produzido pelo novo papel bancário, já se advertiu que parte é apenas uma substituição do atual, pois a emissão do Banco do Brasil desceria ao duplo. Uma grande sobra haverá sem dúvida; mas tudo induz a crer não produziria o temido efeito de pejar os canais de circulação por modo que chegue a obstruí-lo.

Nas circunstâncias anormais em que se acha o país, é necessário não só manter por algum tempo a circulação exagerada que as circunstâncias fundaram, como até alargá-la ainda mais, a fim de que as transações realizadas e os valores empenhados possam se desenrolar sem perigo do movimento mercantil e retrair-se gradualmente.

De primeiro lance parece absurdo o princípio de dar alas ao que se empreende restringir; tal é porém a lei da natureza, nas revoluções físicas, da mesma forma que nas revoluções morais. Proponha-se alguém a destrinçar o enredo de um fio: se lhe prenderem a meada de sorte que o enleio não se afrouxe será vão o intento. Carece relaxar os nós para desatá-los, abrir os passes e estendê-los para retirar as pontas.

Idêntico processo reclama a atual circulação: o papel bancário é o fio urdido a que se deve dar largas para o desenlear. Fora desse meio, só há, para tais nós gordianos, a espada de Alexandre¹, que nem todas as mãos sabem empunhar, e nem todos os tempos suportam.

Atenda-se também a outras circunstâncias próprias para desvanecer os receios daquela sobra de papel bancário. Com a instituição do crédito agrícola regularizam-se os empréstimos da lavoura, assentando-os sobre uma base mais sólida e conhecida. Valores suspeitos, que atualmente circulam no comércio sem título bastante e somente pelo respeito a certas firmas, devem de adquirir na praça o direito de cidade e, portanto, a confiança geral.

I ☞ Alexandre III da Macedônia, dito o Grande ou Magno (356 a.C.–323 a.C.), o mais célebre conquistador do mundo antigo. Era filho de Filipe II da Macedônia e de Olímpia do Épiro, mística e adoradora do deus grego Dioniso. Na juventude, teve como preceptor o filósofo Aristóteles. Tornou-se rei da Macedônia aos vinte anos, na sequência do assassinato do seu pai. [N. do R.]

A circulação é, pois, alentada com esta revalidação de valores já existentes, mas agora precários pela sua natureza incerta. Demais, deve o banco agrícola produzir na lavoura do país grande animação e movimento com a inoculação de avultados capitais que fomentem nova produção e desenvolvam a atual. Ai estão, portanto, margens largas, por onde se possa espraizar o pretendido excesso de papel, sem receio de refluxo contra o mercado da corte.

Uma última razão.

O governo tem de emitir grande massa de papel-moeda: e infelizmente já se atentou contra a constituição lançando na circulação bilhetes ilegais ou com o cunho do tesouro, ou com o cunho do Banco do Brasil. Quando vós, ilustre Visconde, o acérrimo adversário do papel-moeda, chegastes no conselho de estado a reconhecer aquela dura necessidade, não há quem a possa contestar.

À emissão oficial me parece preferível a emissão agrícola, embora dupla.

A emissão oficial, ainda singela, pesaria tanto ou mais sobre o mercado que a outra. Por um lado se concentraria nos mesmos canais já repletos e se acumularia sobre o papel do Banco do Brasil, ainda onerado com a dívida da lavoura. Por outro não ofereceria a condição salutar da amortização gradual dentro do prazo de 50 anos, nem o apoio de uma larga base hipotecária.

Está feito o esboço do plano. Das linhas gerais se deduzem suas vantagens reais.

São elas:

Para o Estado, a melhor operação no sentido de alcançar de pronto fundos bem difíceis de obter no momento: um empréstimo, pelo qual nas piores condições só pagará 3% de juro e cuja amortização lhe custa apenas a concessão da emissão.

Para a lavoura, a organização do crédito agrícola, que libere essa indústria dos gravames atuais, fornecendo-lhe fundos suficientes ao prêmio razoável de 10%, e vigorando-a com a seiva do capital.

Para o comércio, o alívio de seu mercado, obstruído pela grande massa de papel de lavoura; o desafogo da pressão do governo sobre a esfera de suas transações; e como consequência o pronto restabelecimento do equilíbrio por uma liquidação moderada.

Para os particulares, um emprego rendoso e seguro de suas reservas, muitas agora retraídas pelo pânico, e improdutivas, ou eivadas de uma tendência manifesta para a dissipação. É fato reconhecido que, além da destruição de capitais, a crise tem causado a dispersão de muitos e impedido a formação de outros. Quem não confia no dia de amanhã gasta quanto ganha e perde o estímulo de adquirir. Sob o consumo, e a produção desce. As veias que alimentam os capitais se escoam para o estrangeiro.

Sobre estas vantagens cumpre adicionar uma, indireta e complexa, em benefício de todos, do tesouro como das indústrias e particulares. A consolidação do nosso estado financeiro atualmente tão precário, restaurando todas as forças econômicas do país, não somente há de robustecer as posses abaladas e firmar os valores; deve também preparar uma área franca e sólida para o desenvolvimento do novo sistema de contribuições, que venha combater os futuros *déficits*.

Deixo entregue a ideia ao financeiro; aproveite-a ele se a julgar útil, se não abandone-a à veia da corrente que tudo arrasta, de envolta com o lixo desta atualidade, para o profundo abismo do ontem.

Limitei-me à simples explanação. Nesta oficina do trabalho intelectual cada um tem sua especialidade, como na loja do artista. A ciência forneceu a matéria-prima, o pensamento, nosso gesso ou mármore.

A mim, aprendiz, coube a obra grossa, desbastar o cepo; a vós, mestre, o fino labor, a escultura do pensamento de que há de sair estátua da lei.

 AO MARQUÊS DE OLINDA

*Accinge, sicut vir, lumbos tuos;
interrogabo te, responde mihi.*
(JOB, CAP. 33, V. 3.º)

AO

MARQUEZ DE OLINDA

Accinge, sicut vir, lumbos tuos ;
interrogabo te, responde mihi.

(JOB. CAP. 33, v. 3.º)



RIO DE JANEIRO

TYP. DE PINHEIRO & COMP., RUA SETE DE SETEMBRO N. 165

1866

Figura 6

*Accinge, sicut vir, lumbos tuos;
interrogabo te, responde mihi.¹
(JOB, CAP. 33, V. 3.º)²*

Nobre Marquês,

Os monumentos ressumbram sempre n'alma de quem os contempla um sentimento de calma veneração, travado embora de certo ressaibo melancólico, exsudação do passado.

Sois vós, Marquês, um monumento da pátria; múmia da história brasileira, que, em obediência aos antigos ritos, ainda espera, patente à admiração dos coevos, a marmórea pirâmide. E ordene Deus conceder-lhe compridos anos e vigor bastante para reparar neste mundo os males que há causado.

É, pois, cheio de veneração que me aproximo de vossa pessoa. Ao penetrar os umbrais de uma existência política tão longa e trabalhada, sinto invadir-me um santo pavor. Afigura-se ao torvado espírito que devasso a lúgubre solidão de um panteon histórico e profano o jazigo dos mortos.

1 ☞ “Cinge, como um valente, os teus lombos, vou te interrogar e tu me instruirás”. [N. do R.]

2 ☞ A referência correta é: Jó, CAP. 38, V. 3.º. [N. do R.]


Aqui, receio pisar as cinzas de Vasconcelos¹, José Clemente², Paraná³, e outros operários ilustres da grande obra de 1837; além, singular alucinação, vejo destacadas no vácuo lívido as sombras venerandas dos liberais conduzidas por Evaristo⁴, Feijó⁵ e Vergueiro.⁶ Levantam-se do túmulo espavoridas e esforçam desprender a mortalha da mão ímpia que a dilacera!


Não tema o ilustre ancião desacatos de minha palavra. Ignorante das fórmulas aristocráticas e nua de brilhantes atavios, sabe ela todavia o que deve aos nomes gloriosos de sua pátria e às cãs veneráveis alvejas nas lides nacionais pelo bafo das vigílias.


Sobretudo serene vossa velhice uma convicção. Não sou, Marquês, algum fosseiro de ruínas, desses que se deleitam com o aspecto sinistro da devastação. Longe de aspirar à ingrata missão de sapador de reputações, meu empenho sincero tem sido reparar os estragos do tempo, buscando restituir aos vultos ilustres o que hajam perdido no geral desmoronamento destes últimos anos.

Nunca, nos longos dias de vossa grandeza, passada e presente, ouvistes esta voz desconhecida ressoar, quer entre a chusma que solicitava o vosso favor, quer de envolta ao coro que vos deprimia. Virgem da

1  Ver nota 1 na p. 76.

2  José Clemente Pereira (1787–1854), magistrado e político luso-brasileiro. Foi um dos líderes do movimento que levou D. Pedro a decidir permanecer no Brasil. [N. do R.]

3  Honório Hermeto Carneiro Leão, primeiro e único Visconde com honras de grandeza, Conde e Marquês de Paraná (1801–1856), estadista, diplomata, magistrado, político e monarquista brasileiro. É considerado, ao lado de José Maria da Silva Paranhos, Visconde de Rio Branco, o maior estadista do Segundo Reinado (1832–1889). [N. do R.]

4  Evaristo Ferreira da Veiga e Barros (1799–1837), político, jornalista, livreiro e poeta brasileiro. Um dos precursores do romantismo no Brasil, foi o autor da letra do “Hino à Independência”, cuja música se deve a D. Pedro I. [N. do R.]

5  Ver nota 1 na p. 16.

6  Ver nota 2 na p. 16.

lisonja, como do vitupério, ela representa já o eco da História, respondendo ao brado da consciência alvoroçada.

Disse um dia Luís XVIII¹ a seu ministro Talleyrand²: “A ambição não envelhece.”

Tendes com o célebre estadista, Marquês, vários pontos de íntimo contacto. Reputava-o, acima de todos os talentos que possuía, a fina astúcia; granjeou-lhe essa prenda foros do espírito mais sagaz de toda a Europa. Não é cortejo dizer que disputais com vantagem igual fama nesta América Meridional.

Era o príncipe grande dignidade da igreja de Cristo, que abjurou sem o menor escrúpulo para mais tarde abraçar de novo. Vossa predileção pelas matérias eclesiásticas é bem conhecida; sois o defensor da disciplina católica. Por isso e, a modelo do bispo, foi sob vossa dominação que a religião do Estado viu-se, com escândalo público e assistência do governo, assaltada na praça publica pelo mercantilismo.

Talleyrand², exímio aluno dos jesuítas, formulou a doutrina dos mestres na repetida máxima diplomática que “a palavra foi dada ao homem para ocultar o pensamento”. Não lhe ficou somenos seu ilustre êmulo americano; coligiu os princípios famosos da seita em um axioma administrativo: “é preciso resistir ao rei para melhor servir ao próprio rei”.

Os dois teoremas se valem: alcance vasto, grande profundeza, íntimo conhecimento da fragilidade humana são traços que logo ferem o espírito em ambos. O primeiro, porém, é mais escolástico; o segundo, mais prático. Há, naquele, filosofia; neste, sólida experiência.

1 ☞ Luís Estanislau Xavier (1755–1824), Luís XVIII, rei da França de 1814-1815 e 1815-1824, neto de Luís XV e marido de Maria Josefina Luísa de Savóia. Era irmão de Luís XVI, que foi guilhotinado pela Revolução. [N. do R.]

2 ☞ Ver nota 2 na p. 105.

Pouco se alcança em vendar o pensamento com a palavra, quando ela tem de sair a lume nos fatos. Muito ao contrário, se o ato que se produz e traz um nome fica não obstante órfão do agente inteiramente anônimo.


Tal é o sublime efeito do axioma administrativo criado para uso da Coroa. Um exemplo: resolve-se a partida do monarca para Uruguaiana; o presidente do conselho declara na assembleia geral que o ministério resistiu, mas a vontade imperial era imutável!

Outro exemplo: um gabinete impossível insiste na sua retirada, diante do estrago assustador que ele tem feito no país. O soberano exige sua continuação; o ministério resiste; mas o profundo respeito à majestade move os grandes estadistas a permanecer no poder, contra sua consciência!

Reduzido o ministro a simples mola de resistência, calca-se, e ela cede. Às vezes ouve-se o sutil rangido, outras nada se percebe. Por tal modo os fatos da administração trazem consigo esse cunho equívoco e dobre que cinza a opinião.

São tais atos resultados da resistência ministerial? Provêm da vontade superior imutável, ante a qual se inclina respeitosamente o gabinete? Serviu-se ao rei contrariando sua vontade, ou subserviu-se excedendo-a?

A ninguém é dado perscrutar semelhante arcano. Vós tecestes, Marquês, com perícia consumada, este labirinto de Creta, onde o Minotauro¹ ceva-se de virtude e pundonor, como outrora de inocência e beleza. Primastes sobre o diplomata, que apenas conseguiu urdir tramas.

¹  Minotauro era, na mitologia grega, uma criatura meio homem, meio touro. Morava no Labirinto, que foi elaborado e construído por Dédalo, a pedido do rei Minos, de Creta, para manter o Minotauro distante do povo da Região. Foi morto por Teseu. [N. do R.]

Há um ponto em que o paralelo ficou incompleto. Talleyrand¹ serviu a uma revolução e três dinastias adversas. Não tivemos, e queira Deus não tenhamos jamais senão esta abençoada, que nos deu a Providência. Faltou-vos, pois, espaço para desprender os voos ao vosso talento superior. Quantos homens célebres não sofreram essa depressão fatal dos acontecimentos?

Em compensação de semelhante lacuna quis a sorte que realizásseis a palavra dirigida a Talleyrand¹ pelo homem que mais lhe apreciou a astúcia. Apesar da grande velhice...

Perdão, Marquês. Bem sei que os velhos têm, como as damas, certo fraco; não gostam que se lhes toque na idade. Mas, para quem descobriu a eterna mocidade, os anos que se acumulam tornam-se, ao contrário, uma faceirice. Vós sois, Marquês, como a bela Ninon de Lenclos², que aos oitenta fazia conquistas e afrontava as moçoilas com o braço de haver enfeitado três gerações de mancebos.

Chegastes à idade em que outrora os pecadores se faziam beatos e agora os estadistas escrevem suas memórias.

As memórias dos grandes ministros são um inventário útil de suas ações e um roteiro seguro para os novos publicistas. As vossas, como as de Guizot³, deviam primar pela riqueza do assunto. Havendo pertencido a todos os partidos, modernos e antigos a datar da constituinte, vossa autobiografia deve ser um tesouro inexaurível de lição e conselho.

1 ☞ Ver nota 2 na p.105.

2 ☞ Anne “Ninon” de l’Enclos, também chamada Ninon de Lenclos ou Ninon de Lanclos (1620–1705), cortesã francesa, escritora e patrona de artes. [N. do R.]

3 ☞ François Pierre Guillaume Guizot (1787–1874), político e historiador francês. Ocupou o cargo de Primeiro-ministro da França, entre 19 de setembro de 1847 a 23 de fevereiro de 1848. Suas idéias políticas tiveram muita difusão no Brasil. [N. do R.]

Todos, desde o republicano até o absolutista, acharão nesse novo evangelho político um tema, um exemplo, uma epígrafe, para adornar sua doutrina. Estas máximas serão para o futuro como os textos do Direito Romano, que servem aos rábulas indistintamente para provar o pró e o contra.

Para vós, porém, não chegou ainda o tempo das memórias; estais com as mãos na obra. A ambição não encaneceu em vossa alma, venerável Marquês; ao contrário, parece que frondou e refloriu com as neblinas do inverno.

Na robustez da idade, quando o espírito se arroja, apareceis na História do Brasil dando um testemunho admirável de abnegação e modéstia. Retirastes do ministério, impelido pela convicção da própria insuficiência. Mais tarde, chamado de repente à alta magistratura da regência, vos cercastes de brasileiros eminentes. Repousando na imparcialidade das altas funções, deixastes que os obreiros gloriosos trabalhassem na restauração do princípio da autoridade.

É em 1851 que a ambição fermenta. Ligeira divergência vos arreudou do gabinete de 29 de setembro. Neste incidente comezinho dos governos representativos, lobrigou vosso amor-próprio dóido um propósito da parte de antigos correligionários de apeiar-vos da posição elevada que ocupastes outrora no Partido Conservador.

Inoculou-se no coração esse mau pensamento e germinou. Tempo depois, em 1857, deitou ele os primeiros frutos, acres e perniciosos, como toda ideia que tem a raiz no ódio ou despeito. A mão que durante três anos sentira oscilar o edifício político abalado pelos tremores demagógicos travou, então, dos fragmentos do Partido Liberal e os manejou como aríetes para derrocar aquelas possantes colunas que haviam amparado o império nos dias da provança.

O Partido Conservador era ainda possante: resistiu ao primeiro choque, mas ficou abalado. Recolhestes ao silêncio para refazer as forças e espreitar a ocasião. Faltou, então, o chefe que dirigisse o partido e o preparasse para a grande e próxima luta.

Tínhamos homens de talhe para a empresa, uns pela ilustração, outros pela popularidade: Itaboraí¹, Uruguai², Eusébio³, Caxias⁴, Pimenta Bueno⁵. Mas a Providência, que já começava a desamparar-nos depois de abater Paraná⁶, esmorecia o coração dos vivos.

Quando, em 1863, ressurgistes dos limbos de uma pasmosa mistificação, os conservadores não estavam em seu posto de honra para resistir-vos. Travastes da acha ministerial para devastar o partido estremecido.

Poucos anos depois, vossos auxiliares, meros colonos do poder conquistado com seu esforço, mortificaram por sua vez um amor-próprio tão susceptível. Organizastes o atual gabinete para debelar a revolta dos liberais. Depois de os haver atado ao carro triunfal, conquistador os remeteu para os gladiadores. Não os salvou do anfiteatro o sacrifício pagão ao minotauro.

Deveis sentir, Marquês, imenso gáudio contemplando vossa obra. Enchestes com o vosso nome o livro do segundo reinado: rara é a página em que não figure ele no alto. Estreastes regente; era natural que acabásseis vice-rei. Poder moderador responsável, cobrindo o poder moderador irresponsável, representais o tronco rugoso e vetusto de oculta e possante estirpe.

1 ☞ Ver nota 3 na p. 17.

2 ☞ Ver nota 4 na p. 17.

3 ☞ Ver nota 3 na p. 28.

4 ☞ Ver nota 1 na p. 33.

5 ☞ Ver nota 2 na p. 159.

6 ☞ Ver nota 3 na p. 239.

Quem o dissera?

O ancião, carregado de anos, mais velho que o século e o império já fatigado das lutas ardentes, sobrepujou uma plêiade de varões fortes, ainda robustos na idade e talento. Enquanto estes truncavam por um pânico incompreensível o livro de sua vida ilustre, o ancião abriu nova era a uma existência que parecia já selada, como um testamento, para a história.


Vencestes, nobre Marquês; vencestes, como o velho Saul¹ venceu Davi². Vosso orgulho deve estar satisfeito; mas a consciência há de ter sofrido lanhos profundos, daqueles que nunca cicatrizam.


A sisudez, que é o pudor da velhice, curtiu certo bem duras humilhações. Nelas sem dúvida se aguçou vosso espírito para o trocadilho e a argúcia, que ultimamente cultivava com desvanecimento.

Nos dez anos fatais, quanta calamidade não choveu sobre esta mísera pátria! A desmoralização do governo, a corrupção infrene, o descrédito público, a ruína das finanças, o aniquilamento da indústria e, finalmente, a guerra ladeada a uma pela vergonha e pela miséria!

Não vedes, através do enredo confuso dos acontecimentos, o fio misterioso da trama, que de liço em liço conduz à vossa pessoa?

Foi à sombra do nome ilustre do antigo regente e, com o influxo de suas palavras, que se consumou o extermínio ou o banimento de quanto havia de melhor e puro.

1  Saul, primeiro rei do antigo reino de Israel, conforme a tradição judaico-cristã. Filho de Quis, da tribo de Benjamin, teria vivido por volta de 1095 a.C. e reinado por 40 anos. [N. do R.]

2  David, personagem do Antigo Testamento. Filho de Jessé, da tribo de Judá, teria nascido na cidade de Belém e se destacou na luta dos israelitas contra os Filisteus. Tornou-se rei, sucedendo a Saul e conquistou Jerusalém, que transformou em capital do Reino Unido de Israel. [N. do R.]

Levantaram-vos um pedestal; recebestes logo, à guisa dos deuses, um atributo expressivo. Como Júpiter¹ se chamava *Olímpico*, e Plutão² o *Indomável*; vós, Marquês, começastes a ser conhecido entre os inúmeros devotos pelo *Venerando*. Nada se fez então que não fosse colocado sob tão valioso patrocínio.

Data de 1857 a asseveração insidiosa que derramou-se no país de uma sonhada oligarquia, solapa essa com que se minou a opinião pública e as justas reputações nela cimentadas. Quem trouxe das altas regiões esta curiosa descoberta do círculo de ferro, senão vosso gabinete de 7 de maio? Quem primeiro deu o exemplo das mesclas ministeriais, com o intento de enxertar um em outro partido? Quem levantou de repente da obscuridade onde jaziam os homens sem experiência e traquejo que vieram desgraçar a pátria?


Tal é vossa obra, Marquês, nem toda de vossas mãos, porém a maior pane segundo o risco e esboço. Creio que era boa a intenção; demolistes na ideia de reconstruir melhor e mais duradouro. Não o alcançastes; faltaram as forças ou os materiais, senão ambas as cousas.

Até aqui a voz da história, a voz póstuma que há de falar da posteridade à vossa memória contrita. Eleve-se agora outra; a palavra severa da pátria, solícita da glória de seus filhos e aflita no seio da tribulação. Desprende a alma das contrariedades que a agitam neste momento, entrai em vós mesmo e ouvireis:

*Accinge sicut vir lumbos tuos; interrogabo te, responde mihi.*³

Cinge tua consciência, ilustre velho, para responder à pátria que interroga: Fiz-te poderoso; da obscuridade em que nasceste te ele-

1  Ver nota 5 na p. 36.

2  Plutão, em Roma, era o nome do deus grego Hades, deus do submundo. Irmão de Júpiter, Netuno, Ceres, Vesta e Juno. [N. do R.]

3  Ver nota I na p. 238.

vei à memória da posteridade. Agora, no último estádio dessa gloriosa carreira, persistes em sepultar para sempre teu nome sob as ruínas da pátria? Enchi-te de bens de toda a sorte; dei-te riqueza, poder, lustre, honras; distribuí contigo, filho pródigo, favores que bastariam para saciar a ambição de muitos. E, quando eu gemo e sofro, tu dormes à sesta e consentes que os convivas de teu banquete tripudiem sobre meu corpo exânime? É digno de um estadista de tua altura, de um brasileiro de teu caráter, esse papel mesquinho que estás representando de estribeiro-mor da política, incumbido de montar facções que me dilaceram e apear partidos que me servem? A rija têmpera e fibra indomável que hás mostrado, com assombro de todos e vergonha desta mocidade indolente, não sentes que devam ter mais nobre emprego do que o serviço doméstico de teu amor-próprio ofendido?

Marquês! A pátria vos clama da profundeza da sua miséria. Ela tem direito de exigir a salvação do filho, seu primogênito de quantos lhe restam da benemérita geração de 1823.

Fazem trinta anos que congregastes ao redor do trono o Partido Conservador; e o país foi salvo. Então, só um órgão político era atacado: o princípio da autoridade. Atualmente, o mal invadiu o corpo social; a monarquia, a religião, a liberdade, os costumes, a honra, a propriedade, todas as vísceras importantes estão ulceradas.

O instrumento de salvação, o mesmo que serviu em 1837, aí jaz atirado ao pó e desdenhado. É o grande Partido Conservador, numeroso até na imobilidade, forte ainda no abandono. Como a espada ilustre dos grandes capitães, ninguém ousa empunhá-lo por acatamento às gloriosas reminiscências.

Vossa mão, porém, Marquês, já lhe conhece o peso e o sestro. Erga-o ela do canto onde o arremessou e ponha-o ao serviço de uma

causa santa. Fumem no altar da pátria, grata oferenda, as injuúrias esquecidas, os ressentimentos apagados, os erros confessos.

A Providência, que em várias épocas se há revelado propícia à glória do nome vosso, traçou conceder-vos mais um favor subido e raro. Permitiu que pudésseis reparar os males de que fostes autor, nem sempre voluntário. Poucos estadistas receberam dela essa oportunidade de remir as culpas de seu passado. Uns são atalhados pela morte, outros se consomem no estéril arrependimento.

Dez anos de calamidade, dez anos, o período fatal de grandes catástrofes que a história comemora, a quarta parte de nossa existência dissipada, podem ser por vós resgatados nobremente em uma fração mínima de tempo.

Dez minutos de abnegação, Marquês, por aqueles dez anos de ambição! O país não exige muito. Uma palavra de conselho ao monarca por tanto desperdício do poder; e, em compensação, a serenidade da consciência e a gratidão nacional.


Sede como Nestor¹, de quem disse Homero² que a eloquência divina fluía no areópago dos reis, como os frocos de neve desatam na límpida atmosfera. Desfie, assim, de uma consciência pura, o vosso conselho no coração augusto do soberano.

Recolhei no íntimo de vossa alma, como em um claustro, longe do burburinho e da miséria do mundo: conversai na solidão com as vozes íntimas; elevai-vos à esfera superior onde a mente se despoja das vestes manchadas ante o olhar da divindade.

1 ☞ Nestor, filho de Neleu, rei de Pilos, e de Clóris. Tornou-se rei depois de Hércules matar Neleu e todos os irmãos e irmãs de Nestor. Foi num banquete em seu palácio que surgiu a decisão de os reis aqueus se unirem em uma liga para lutar contra Troia. [N. do R.]

2 ☞ Ver nota I na p. 150.

Aí achareis a força de romper como esta situação que vos estringe como as serpentes de Laocoonte¹.

¹  Laocoonte, filho de Príamo, rei de Troia, sacerdote de Apolo. Opôs-se à entrada na cidade do cavalo feito pelos gregos. O deus Poseidon, favorável aos gregos, mandou duas serpentes estrangularem a ele e a seus dois filhos. [N. do R.]

∞ Ao IMPERADOR,
NOVAS CARTAS
POLÍTICAS DE ERASMO

Nemini Cedo

PRIMEIRA CARTA

Senhor,

Não posso mais conter a veemência do sentimento que me assoberba.

Uma voz funesta, que abala a nação até as entranhas; voz prenhe de calamidades percorre, neste momento, não já a cidade, mas o império.

E fostes vós, senhor, que a lançastes como um anátema ao país?

Em princípio era um sussurro apenas que se esgueirava na sombra. Agora já a opinião articulou distintamente esse verbo de revolução; o eco repercutiu no senado brasileiro.

Rompeu-se o véu.

Contudo, vacilo. Apesar da incompreensível coação em que desgraçadamente vos colocastes, não se concebe este estranho desfalecimento da majestade.

Será real que vossos lábios selados sempre pela reserva e prudência se abriram para soltar a palavra fatal!? É possível que súbita alucinação desvaire a tal ponto um espírito sólido e reto?

Não creio, não posso, não devo crer.

Recebendo a nova incrível, a população ficou atônita. Voz nenhuma se elevou até o trono para exprimir-lhe o justo e profundo ressen-

I ☞ Após a derrota aliada em Curupaiti, houve nos círculos políticos proposta de negociar a paz com Lopes. O Imperador ameaçou abdicar o trono caso a guerra não fosse levada adiante. [N. do O.]

mento do povo brasileiro: o espanto lhe embargara a fala. Porém que magnitude de eloquência nessa privação da palavra! *Quanta magna est inania verba*, exclamou Cícero¹ observando o tumultuoso estupor do povo romano.

Escutai, senhor, o intenso respiro da nação: escutai-o antes que venha o estertor.

Rara vez, e só em circunstâncias muito especiais, pode a abdicação tornar-se um ato de civismo admirável. D. Pedro I², vosso augusto pai, logrou um lance destes, que o consagrou herói da paz e da liberdade.

Sua missão estava concluída, havia fundado a monarquia brasileira, e criado um povo. A Providência que o suscitara para a realização desse grande acontecimento não permitiu que pusesse o remate à sua obra, educando a nação, filha sua.

Era estrangeiro. Esta nacionalidade ardente e impetuosa que exuberava do nascente império o rechaçou a ele, seu fundador, e mais vigorosamente que a nenhum outro. Dura lei, mas natural; germe que rompe a semente; efeito que elimina a causa.

Quando o ciúme de origem atingiu a sua maior intensidade, D. Pedro I², português de nascimento, deixou de ser um monarca, para tornar-se um obstáculo, uma anomalia. A mais veemente das paixões populares, o patriotismo, sublevou-se contra o princípio estrangeiro encarnado na sua pessoa.

Reconhecer a fatalidade da revolução, render justiça aos sentimentos naturais, embora exagerados, de um povo, e submeter-se singela e nobremente, sem pesar como sem ostentação, aos desígnios da Providência: são atos de heroísmo e dignidade que a posteridade aplaude.

1  Ver nota 2 na p. 60.

2  Ver nota 1 na p. 62.

Esta situação não é a do Sr. D. Pedro II¹, felizmente para o Brasil. Americano, como seu povo, com ele nascido neste solo abençoado, cresceram ambos ao influxo das mesmas crenças e das mesmas ideias. Não existe, pois, neste reinado o germe das invencíveis repulsões, que operam o divórcio entre o monarca e a nação.

Em tais condições, longe de ser um ato meritório e uma sublime virtude, a abdicação transforma-se em crime de lesa nação. É um grande perjúrio pelo qual respondem os reis ante Deus no tribunal augusto da posteridade.

Esta linguagem será minimamente severa, e talvez imprópria de um súdito que se dirige ao soberano. Mas, senhor, quando o monarca chega a falar daquela majestade inviolável de que o revestiu a vontade nacional, o cidadão agravado no seu direito, oprimido em suas crenças, é um remorso vivo, que se ergue perante a régia consciência.

I ☞ Ver nota I na p. 12.

II

Penetremos, senhor, nos seios de vossa alma; não há nela, estou certo, coisa que se tema de afrontar a publicidade. Meditemos ambos com serenidade as ideias que porventura levaram vosso espírito reto a este desvio incompreensível.

É acaso a guerra, e seu desfecho incerto, o motivo da vossa deplorável intenção?

Figuro uma conjectura.

O pensamento inicial da política externa que nos arremessou de chofre à campanha de Montevidéu e, logo após fatalmente, à luta porfiada contra o Paraguai; o germe desta vasta complicação que envolve o país foi por vós lançado na marcha do governo.

Não basta. Depois de encetadas as operações militares, quando a guerra se patenteou às vistas menos entendidas em toda a enormidade do sacrifício; a vós unicamente se deve a temeridade com que nos precipitamos sem refletir em uma situação irremissível; dilema cruel entre a ruína e a vergonha.

Em uma palavra; fostes o princípio e sois a alma da guerra. Vosso pensamento a inspirou; vossa convicção a alimenta; as forças vivas de vossa personalidade, todas estão concentradas nessa aspiração grande,

imensa, única, da vitória: e a vitória significa Humaitá¹ arrasado, Lopes² deposto, franca a navegação ribeirinha.

Admito todas estas suposições, que vos apresentam como inteiramente identificado com a guerra. Que razão maior resulta porém desse concurso de circunstâncias, para converter o diadema estrelado de que a nação brasileira cingiu vossa frente em coroa de espinhos?

Julgo compreendê-la.

As reservas da paz, e também os recursos ordinários, estão há muito esgotados pelas despesas exorbitantes. A população, não afeita às lides guerreiras, se esquivará porventura de fornecer novos e maiores subsídios de sangue; especialmente para uma luta avara das glórias e nobres entusiasmos que somente compensam estes sacrifícios cruentos.

É possível, portanto, que em um momento de cansaço e prostração, o império exausto, não da seiva que é opulenta, mas das forças que se relaxam; é possível que deseje pôr um termo à luta e assim o ordene.

Semelhante possibilidade não há brasileiro que a não repila com veemência, quando entra no seu coração e tempera-se ao calor de um santo patriotismo. Mas também raro cidadão cordato alonga os olhos pelos foscos horizontes desta guerra desastrosa, que não sinta escurecer-lhe a vista e vacilar o espírito.

Então, esmorecido por esta vertigem, o mais heróico e brioso sente o horror do vácuo. Nada espera, nada pode. Sua razão, perturbada pela imensidade da crise, se recusa ao trabalho da meditação. Ele sente enfim que nenhum homem tem o direito de arrastar sua mãe pátria à ruína, para vã satisfação de seus brios revoltados.

1 ☞ Ver nota 2 na p. 153.

2 ☞ Ver nota 2 na p. 138.

Vozes já se ouviram neste sentido. São o balbuciar da opinião, infantil ainda, para exprimir a vontade nacional. Olhos de longo alcance se dilatarão pelo futuro e volverão espavoridos de sua medonha vacuidade. Daí as manifestações tímidas pela paz, insinuadas a espaços no espírito público.

Assegura-se que esta perspectiva de um desfecho à luta, antes de realizados vossos nobres desígnios, vos sobressalta. Vedes nessa paz não consagrada pela vitória esplêndida uma falência da honra nacional, página maculada para a história brasileira. Repelís, portanto, a solidariedade deste ato, não quereis rubricar com o vosso nome o que julgais seria o triste documento de nossa vergonha.

III

Estes sentimentos, cuja exaltação não discuto agora, são próprios de um caráter nobre e generoso. Mas, senhor, esqueceste uma coisa que deve sempre estar presente e viva na consciência dos reis.

Vós, monarca, cingido do esplendor da majestade, vós, o primeiro no Estado, não tendes o direito que reside no ínfimo dos cidadãos, no mísero proletário, como no vagabundo coberto de andrajos. Não sois uma pessoa; não tendes uma individualidade, não há sob o manto imperial que vos cobre o *eu* livre e independente.

A nação que vos fez inviolável e sagrado vos privou da personalidade. O coração é para os reis um deus lar, que preside à vida doméstica e ilumina as doces alegrias de família. Desde que o monarca sai deste santuário, anula-se o homem nele, e fica somente o representante da soberania nacional.

Vossa honra é a da nação como ela a sentir; vossa dignidade, a do império brasileiro. Quando o povo entenda que chegou o momento de acabar a guerra, e exprima seu voto pelos meios constitucionais, haveis de pensar do mesmo modo, senão como homem, infalivelmente como soberano.

Em vós está encarnado e vivo o grande *eu* nacional. Imagem da soberania brasileira, todos os sentimentos da nação devem necessariamente refletir-se aí.

Não há nas questões externas do país duas honras a vingar, a honra do império e a honra do imperador. O que pleiteamos nos campos do Paraguai não é a vossa glória, nem o nome vosso; mas sim o nome e a glória do Brasil. A ele, pois, a ele somente e a ninguém mais compete resolver em última instância esta questão da própria dignidade.

Este que vos fala, obscuro cidadão, pudera, caso o povo brasileiro aceitasse a paz indecorosa, repelir a cumplicidade do ato, exprobrar à pátria semelhante fraqueza, e até mesmo deserdar-se dela, se para tanto não lhe falecesse o ânimo. Mas eu, senhor, na esfera de minha humildade, sou rei de mim mesmo; e o monarca no fastígio do poder é o súdito de grandes deveres: por isso mesmo que é depositário de altas prerrogativas.

O pacto fundamental jurado entre um povo e uma dinastia, vínculo consagrado pela religião e pela honra, não se rompe assim brusca e a capricho de uma vontade. Nasce deste ato solene direitos e obrigações mútuas para a nação e o soberano. O trono não é somente um berço feliz, é um túmulo também.

Se, por qualquer divergência na política, o soberano tivesse o direito de resignar a coroa, também a nação que elegeu a sua dinastia pudera ao menor desgosto cassar a delegação da soberania ao seu perpétuo representante. Tornar-se-ia, portanto, o pacto fundamental, a carta da qual deriva o império da lei, o mais arbitrário e caprichoso dos atos humanos.

Debalde o revestiram de tantas solenidades e o consagraram pelo sufrágio nacional, se bastasse o capricho de uma vontade para o aniquilar. Pois o direito que não tem o menor empregado de abandonar o respectivo cargo sem receber sua escusa havia de ser tolerado no magistrado supremo da nação, naquele que faltaria não só a todos os ramos da administração, mas a todos os poderes e a todos os direitos?

Senhor, sois o primeiro cidadão brasileiro; o primeiro não tanto pela supremacia, como pela grandeza do sacrifício. A melhor definição desse título, que herdaste, de imperador, vosso augusto pai a escreveu logo após, na constituição. Jurastes ser o defensor perpétuo do Brasil, não somente nos tempos felizes, na monção das glórias e prosperidades, mas sobretudo no dia da desgraça. O maior e o mais oneroso dos servidores do Estado, para vós não há prazo, nem repouso.

Qualquer que seja o desfecho da guerra, não tendes o direito de separar vossa dignidade da causa nacional. Um rei que, por sua desgraça, praticasse ato semelhante faria à sua pátria a maior afronta, jogando-lhe com a coroa às faces. E haverá algum tão isento de pecha, a ponto de supor-se maculado pelo fato de continuar no trono do país que desistisse de uma guerra desastrada?

Se existira este monarca sempre solícito pela honra nacional, sempre susceptível pela dignidade do nome brasileiro, esse mesmo não teria em caso algum o direito de abandonar na humilhação a pátria descaída, que sua grande alma bastara para reabilitar. Seria falta de generosidade, embora justificada pelo rigor de uma consciência austera.

IV

A honra das nações, como a honra dos indivíduos, não está sujeita aos acidentes da ordem física. Estes podem influir no resultado de uma empresa, na realização de uma ideia; mas não modificam a intenção. A honra é um sentimento, um princípio; e não como pensam muitos, um sucesso ou mera casualidade.

Desdoura-se a nação que sofre impassível as afrontas a sua dignidade, mas não aquela que se levanta como o homem de bem, para repelir o insulto, e defender seus brios. Não importa para a consciência a vitória; ainda sucumbindo, um povo que o amor nacional inflama é uma coisa respeitável e santa.

Quando a nação ofendida tem grande superioridade de recursos em relação ao outro beligerante, deve por certo mortificá-la em extremo a dificuldade da vitória. Mas se ela empregou os maiores esforços em sobrepujar a resistência; se deu provas de abnegação e heroísmo na reparação de sua honra ofendida: não fica desonrada curvando-se ante a impossibilidade.

Neste caso estaria o Brasil. O que um povo generoso, possuído de nobre estímulo e cheio de valor pode fazer, o nosso o tem feito, senhor; e não obstante os agravos recebidos de seu governo. O sentimento da nacionalidade brasileira manifestou-se com arrojos de indignação e heroísmo, que admiraram as nações de Europa e América.

O Brasil se improvisou guerreiro em poucos meses. O rude operário com uma constância surpreendente se fazia soldado no dia do juramento, e veterano no primeiro combate. O governo chegou a assustar-se dessa afluência de bravos que ao reclamo de honra corriam pressurosos a vingar a pátria; e estagnou-lhe o curso, embora depois se arrependesse.

Não será, pois, um acontecimento qualquer, por mais cruel ao nosso orgulho nacional, que há de macular o nome deste povo tão susceptível no ponto de honra, tão impetuoso nos seus brios. Se a Deus aprouvesse experimentar-nos com uma terrível provança, deveríamos resignar-nos, pois seríamos vencidos por sua mão inexorável, em castigo de nossos erros. Mas a honra ficaria intacta.

Longe, pois, de uma persistência obstinada e intolerante para atingir o resultado que desejais, a prudência aconselha outro procedimento. Convém declarar de uma vez ao país toda a extensão do sacrifício que a guerra exige, e ele, que é o único soberano, e o único árbitro da própria dignidade, decidirá conforme a sua consciência de povo nobre e honrado.

Não receio que ele se degrade. Se deixar-se abater um momento pelo terrível concurso de calamidades, que filhos imprudentes concitaram, tenho fé robusta na reação próxima. O Brasil sabe perdoar as ingratidões, porém não esquece as afrontas. Neste ponto, confio mais em nossa pátria do que vós, senhor, que vos lembrestes de a desamparar ao menor desânimo.

Este meio de ir aos poucos arrastando o país além de sua vontade, de acenar-lhe agora com um vislumbre de vitória para lhe pedir mais levas; e logo após figurar próximo o desfecho, que sempre se remove para mais longe, essa falácia me parece, além de pouco decente para o governo, excessivamente perigosa.

Um dia pode o país iludido aterrar-se ante a medonha perspectiva do futuro e exigir contas severas daqueles que o levaram de olhos vendados através dos precipícios. E não há nada medonho e funesto como seja a irritação dos cegos; dos homens, como dos povos cegos. O desespero que gera a impossibilidade de ver a causa de seu mal os impele a desfechar golpes tremendos. Almas, às quais estão cerrados os horizontes, se esforçam por atingir com a fúria o que não podem atingir com a vista; e é tudo o que as cerca.

V

Na maior expansão do amor que vos consagro, senhor, peço a vossa meditação neste assunto capital.

À frente de nossas forças estão os mais experimentados e os mais ilustres dos nossos cabos de terra e mar; a situação estratégica não é recente, mas bem antiga, para achar-se convenientemente estudada. Digam, pois, aqueles generais ao governo, e este comunique ao país a verdade inteira das previsões relativas à conclusão ou prolongamento da guerra.

Se é impossível a vitória, o que eu recuso acreditar; acabe-se uma luta vã de glória e só repleta de misérias e dores. Quanto mais depressa repararmos as perdas sofridas, mais prontamente arrebataremos o triunfo que por ventura nos escape da primeira vez.

Devemos vencer, porém, como tudo o augura, e faltam apenas os meios precisos? Abra-se, então, o governo francamente com o país; mas com o país real, aquele cuja seiva alimenta o tesouro e o exército; não com esse país simulado, do qual são representantes os maiores e acérrimos inimigos do Brasil.

Esses nada recusam, porque nada lhes custa. Demitiram a pátria, desde que a transformaram em feira do estrangeiro. É gente que não duvida vender aos almudes o sangue e o suor do povo por alguns côva-

dos de galão. Nunca o verso do poeta francês teve mais perfeitos originais: *Pour l'amour du galon prêts à toute livrée*¹. (Laprade²)

É a combater essa corrupção espantosa que deveis aplicar toda vossa atividade e dirigir as forças da nação. Não se ilustra pela vitória, nem pelas conquistas industriais, um povo que a desmoralização contaminou. A lepra do vício produz no corpo social úlceras hediondas, que não escondem algumas folhas de louro e uns remendos de púrpura.


Regenerai a alma da nação; confortai-a na virtude vacilante. Este, sim, é trabalho digno da insistência do soberano; desígnio no qual a inflexibilidade será, em vez de erro, dever. Recordai, senhor, o que vos disse outrora nestas palavras já esquecidas:

“Quando a nação não ouça a paternal admoestação e se aprofunde no vício, deturpando a virtude, elevando ao redor do trono maus caracteres e almas prostituídas, então.... seria a circunstância única em que um rei teria o direito de abdicar sem fraqueza, abandonando à justiça de Deus o povo que delinquiriu” (*Cartas ao Imperador* – 7.^a).

Nada, infelizmente, nada fizestes ainda para arrancar o país ao contágio funesto da sórdida cobiça e feia imoralidade. Ao contrário, vossa indiferença a respeito de tudo quanto não concerne à guerra e vossa obstinação a respeito dela toleram coisas incríveis para quem estima vosso caráter.

Tudo barateais, tudo concedeis; o bom conceito de vosso nome, o pundonor da pátria, a inviolabilidade da constituição, os princípios

1  “Por amor dos galões, prontos a aceitar qualquer indignidade”. [N. do O.]

2  Victor de Laprade (1812–1883), escritor, poeta religioso, crítico, professor e músico francês. De sua obra destaca-se *Contre la Musique* (1880). [N. do R.]

vitais da sociedade; tudo, contanto que venham em troca munições e soldados para fazer a guerra. Queira Deus que estas levas guerreiras, arrancadas do solo brasileiro por tal meio, não reproduzam o exemplo das hostes que o Rei Cadmus¹ tirou da terra com os dentes e a torpe sânie de um dragão.

1 ☞ Rei Cadmus, considerado, na mitologia grega, o fundador de Tebas. O soberano, depois de ter matado um dragão ofertado a Ares, filho de Zeus, enterrou o dente da fera. No Olimpo, os deuses, tomando a atitude de Cadmus como um grave desrespeito a Ares, transformaram o rei em serpente. [N. do R.]

VI


Senhor, afogam-me o coração as efusões do muito que tenho a dizer-vos. Não posso de uma vez arrojear essas abundâncias da alma, acanhada para seu grande patriotismo, fraca para sua dor ante os males da atualidade.

Voltarei à vossa presença. Compelem-me não só os grandes interesses do país e do trono, como a valentia dos meus sentimentos.

Para mim, senhor, representais uma fé. É luz que talvez bruxuleia, mas não se apaga. Velo nesta crença augusta, como no fogo vestal¹ de minha religião política. No instante em que se ele extinguir, creio que ficará na cinza dessa combustão o meu último entusiasmo. E talvez não haja seve para reanimá-lo jamais!

Não se nutre esta fé na dedicação à vossa pessoa: o que a fortalece é o zelo pelo grande princípio representado no Sr. D. Pedro II²; o amor à dinastia, gêmea da pátria, pois nasceram juntas; e acima de tudo o receio de que decepções amargas e sucessivas derramem no país o tédio pelas melhores instituições.

Sou monarquista, senhor, como sou cristão, com fervor e entusiasmo, do mais profundo de minha alma.

1  Adjetivo referente à deusa romana Vesta, a quem se consagrava fogo, velado por uma virgem. [N. do R.]

2  Ver nota I na p. 12.

O tipo de homem livre, do cidadão independente, não é o republicano, que se apavora com a ideia de uma delegação permanente da soberania. Visionário político, sonhando um nivelamento repugnante à natureza tanto moral como física, ele julga-se humilhado em sua dignidade, pelo fato de reconhecer um monarca; e não duvida fazer-se humilde vassalo da plebe. Entretanto que envergonha-se de respeitar a soberania nacional em um indivíduo, a acata na multidão, só porque é multidão.

Dignidade de algarismo que não compreende o homem de convicções. O monarca vive pela força moral; no povo reside a força física. Qualquer destas forças é susceptível de degenerar, em ambas há o germe pernicioso da tirania, com a diferença, porém, do alcance. Um rei pode ir até a ferocidade do tigre, não passa além; mas a multidão é uma voragem, um abismo, um hiato imenso e pavoroso da atrocidade humana.

Equivale o republicano ao ateu em política. Nega o ente superior com receio de amesquinhar-se em face dele.

O verdadeiro cidadão, como eu o compreendo, o homem livre por excelência, é aquele que se não assombra com o aspecto da majestade. Ao contrário, regozija-se vendo uma cabeça no grande corpo social; tronco degolado se a não tivesse; arlequim se a tivera postíça.

A existência de um poder supremo e permanente que porventura abuse da força e atente contra seus direitos não perturba a serenidade daquela alma livre; é como o varão justo, que venera a onipotência do Criador, mas não trepida nunca!

O mais belo exemplo de liberdade na história dos povos é o do cidadão que acha na rigidez da consciência a força de arrostar com a majestade e falar ao soberano a linguagem da razão.

Possa minha palavra, ungida pela veneração que vos consagro, calar em vosso espírito e sufocar aí as injustas prevenções que le-

vanta uma desconfiança recíproca entre a nação e a coroa. O momento da maior angústia para a pátria não era a ocasião própria para o soberano fazer garbo de sua abnegação pelas grandezas; mas sim para que patenteasse ainda uma vez a abnegação sublime de sua própria pessoa.

Vossos lábios cometeram pronunciando a palavra um lapso que a mente calma de certo já corrigiu. Disseram abdicação, quando a senha do dia para todos os brasileiros, e para vós primeiro que todos, é dedicação.

24 de junho.

ERASMO

SEGUNDA CARTA (SOBRE A EMANCIPAÇÃO)

Senhor,

A fama é um oceano para a imaginação do homem.

Às vezes refrangem na límpida superfície do mar reverberações que fascinam. Desenha-se aos olhos deslumbrados um panorama esplêndido. Nas magnificências da luz, como na pompa das formas, excedem as maravilhas do Oriente.

Mas no foco brilhante dessa reverberação há infalível um espectro.

O espectro solar é a sombra, a treva, a noite, que jaz no âmago da luz, como o germe do mal no seio do bem. O espectro da fama é o luto de uma virtude que sucumbiu, o fantasma da justiça imolada, a larva do remorso.

Vosso espírito, senhor, permiti que o diga, foi vítima desta fascinação. De longe vos sorriu a celebridade. A glória, única ambição legítima e digna dos reis, aqueceu e inebriou um coração, até bem pouco tempo ainda, frio e quase indiferente.

Correstes após. Mas, deslumbrado pela visão especular, abandonastes a luz pura, límpida e serena da verdadeira glória, para seguir o falaz clarão. Proteger, ainda com sacrifício da pátria, os interesses de outros povos e favonear, mesmo contra o Brasil, as paixões estrangeiras, tornou-se desde então a mira única de vossa incansável atividade.

São duras de ouvir para um monarca semelhantes palavras; mais cruéis ainda são de enunciar para um cidadão leal. Vossa alma, porém, carece destas verdades nuas para se rever nelas como em um espelho que reflita sua estranha perturbação.

Povo adolescente, senão infante; derramado por um território, cuja vastidão nos oprime; isolados, nestas regiões quase virgens, do centro da civilização do mundo; qual lustre e fama poderíamos, nós, brasileiros, nós, bárbaros, dar a um grande soberano que o enchesse de nobre orgulho?

Nossa gratidão nacional por um reinado justo e sábio, essa de todas a oblação mais sublime da pátria, comparada com a celebridade europeia, não passa de mesquinha e insignificante demonstração. Falamos uma língua que o mundo desdenha, não obstante sua excelência de mais rica e nobre entre as modernas. Nossa palavra não tem ainda aquele eco formidável do canhão que repercute longe no coração das nações.

Ouve-nos apenas, e imperfeitamente, um punhado de dez milhões de almas.

Para a imaginação ávida, a fama estrangeira tem decerto melhor sabor e outra abundância. O elogio, nalguma dessas línguas que se fizeram cosmopolitas, contorna o mundo e difunde-se imediatamente na opinião universal. Os quatro ventos da imprensa transportam aos confins da terra o nome em voga, que repetem centos de milhões de indivíduos. Disputam as artes entre si a primazia de ilustrar a memória do grande homem e perpetuar as mínimas particularidades de sua vida.

Serão satisfeitos vossos mais caros desejos, senhor, infelizmente para a pureza de vosso nome.

Já começastes a colher as primícias da celebridade, que tanto cobiçais. O jornalismo europeu rende neste momento ao imperador do

Brasil aquelas homenagens da admiração pródiga e inexaurível, que saúda a ascensão de todos os astros da moda. O estrangeiro vos proclama um dos mais sábios e ilustres dos soberanos. Não há muitos dias leu o país o trecho da mensagem em que o presidente dos Estados Unidos, aludindo à franquia do Amazonas, vos considerou entre os primeiros estadistas do mundo.

Palavras ocas e sonoras, soalhas do pandeiro, que a fama, sedutora boemia, tange com requebros lascivos insultando a castidade do homem sisudo. Quem pensara que vossa alma sóbria se havia de render à vulgar tentação?

Não tardará o desengano. Libais agora as delícias da celebridade: breve sentireis o travo da falsa glória. Há de causar-vos nojo, então, esta fútil celebridade que a moda distribui a esmo por quaisquer novidades artísticas.

Um espírito robusto como o vosso não pode sofrer por muito tempo o jugo da vaidade. Reconhecereis que um monarca brasileiro, fosse ele o ídolo de seu povo e o melhor entre todos os reis da terra, havia de viver como sua pátria no crepúsculo de nossa civilização nascente.

É a lei providencial de todas as coisas que tem uma aurora e um ocaso.

Há alguns séculos a origem histórica de França e Inglaterra eram coisa obscura e indiferente: em nossos dias quem não preza os ilustres fundadores destas grandes nações! Quando nossa jovem civilização subir ao apogeu, também projetará sobre o passado, presente agora, um vivo clarão. É o raio dessa luz que há de iluminar o berço do povo brasileiro e o reinado dos soberanos virtuosos que o educarem para o bem.

II

Não existe para vós, senhor, outra fama lícita e pura, senão aquela póstuma, que é a verdadeira glória.

Já se foi o tempo em que os povos eram instrumento na mão dos reis, que os empregavam para obter a satisfação de suas paixões e a conquista de um renome vão. Agora que as nações se fizeram livres e de coisa maneável se tornaram em vontade soberana; são elas próprias a mais generosa ambição e a glória excelsa para os monarcas.

Outrora Alexandre¹, arrojando à Ásia seu pequeno povo e desbaratando-o para conquistar um mundo, foi o maior herói da antiguidade. O rei que tal coisa empreendesse atualmente de seu próprio impulso perpetraria um grande crime, sacrificando à sua glória pessoal os destinos de uma nação livre.

Maior entre os monarcas, neste século de liberdade, considero eu aquele, embora modesto e comedido, que possa ler no fundo de sua consciência íntegra a satisfação de governar um povo feliz. São estes os únicos heróis de nosso tempo, os grandes conquistadores da paz e da civilização.

Repassai na mente a vossa história, senhor. Durante um reinado de vinte e sete anos, em sua quase metade bastante agitado, lutando com duas rebeliões e a efervescência do espírito público; nunca vosso nome esteve como hoje sujeito à censura e até mesmo à exprobração. Outra pululavam alguns torpes escritos que transudavam fel; eram as escó-

I  Ver nota I na p. 235.

rias de paixões ínfimas. As acusações atualmente se levantam no parlamento e no alto jornalismo.


Por que razão recrudescer este sintoma justamente quando nos trazem todos os paquetes as explosões do entusiasmo estrangeiro por vossa pessoa? Como se explica esse desgosto nacional por aquilo que ao contrário deveria orgulhar um povo?

Confrange o espírito público um ressentimento amargo. O país suspeita que os entusiasmos de além-mar não são espontâneos e desinteressados; mas sim obtidos à custa de concessões perigosas. Rasga-se o manto auriverde da nacionalidade brasileira, para cobrir com os retalhos a cobiça do estrangeiro.

São muitos os cortejos que já fez a coroa imperial à opinião europeia e americana. Reclama sério estudo cada um destes atos, verdadeiros golpes, e bem profundos, na integridade da nação brasileira. Um, porém, sobre todos me provoca neste momento, pelo seu grande alcance no futuro do país, como pelo grave abalo que produziu na sociedade.

A emancipação é a questão máxima do dia. Vós a descarnastes, senhor, para arremessá-la crua e palpitante na teia da discussão, como um pábulo às ambições vorazes do poder. Imediatamente o arrebatou essa facção que se intitula progressista, como os vândalos se diziam emissários celestes: *agi enim se divino jussu*¹.

A propaganda filantrópica, excitando vivas simpatias entre os povos civilizados, devia ser arma formidável na mão que a soubesse manejar com vigor. Sentindo estiar a aura efêmera e caprichosa que em princípio os acolhera, os homens da situação conheceram a necessidade de amparar-se com a influência estrangeira. Era o meio de subtraírem-se à indignação pública, sublevada por seus desatinos.

1  “Avançar como por ordem divina”. [N. do O.]

Não hesitaram, pois; fizeram de uma calamidade ideia política. Dissecaram uma víscera social para atar a maioria.


Considerai, senhor, no alcance funesto deste acontecimento, se os espíritos refletidos vacilassem um instante na resistência, abalados pelo impulso do coração. Rompidos porventura os diques da opinião, a revolução se precipitara assolando este mísero país, já tão devastado. A ninguém é dado prever até onde chegaria a torrente impetuosa.

Felizmente o espírito são e prudente do povo, arrostando com a odiosidade dos preconceitos, acudiu pronto em defesa da sociedade ameaçada por falsa moral. Salutar energia que poupou à nação brasileira males incalculáveis e ao vosso reinado um epílogo fatal!

Pesa-me desvanecer a grata ilusão em que se deleita vossa alma.

Libertando uma centena de escravos, cujos serviços a nação vos concedera; distinguindo com um mimo especial o superior de uma ordem religiosa que emancipou o ventre: estimulando as alforrias por meio de mercês honoríficas; respondendo às aspirações beneficentes de uma sociedade abolicionista de Europa¹; e finalmente reclamando na fala do trono o concurso do poder legislativo para essa delicada reforma social; sem dúvida julgais ter adquirido os foros de um rei filantropo.

Grande erro, senhor, prejuízo rasteiro que não devera nunca atingir a altura de vosso espírito. Estas doutrinas que vos seduziram, longe de serem no Brasil, e nesta atualidade, impulsos generosos de beneficência, tomam ao revés o caráter de uma conspiração do mal, de uma grande e terrível impiedade.

1  Refere-se ao apelo da Junta Francesa de Emancipação enviada ao Imperador em favor da abolição da escravidão. [N. do O.]

A propagação entusiástica de semelhante ideia neste momento lembra a existência das seitas exterminadoras, que, presas de um cego fanatismo, buscam o fantasma do bem através do luto e ruína. Quanto pranto e quantas vidas custa às vezes o título vão por que almejam alguns indivíduos de benfeitores da humanidade!

Bem o exprimiu o ilustre Chateaubriand¹ na máxima severa com que estigmatizou essa hipocrisia social: – “A filantropia, disse ele a propósito do tráfico de africanos, é a moeda falsa da caridade”.

1 ☞ Ver nota 2 na p. 33.

III

Investiguemos, senhor, com a atenção que merece, este problema humanitário.

A escravidão é um fato social, como são ainda o despotismo e a aristocracia; como já foram a coempção da mulher, a propriedade do pai sobre os filhos e tantas outras instituições antigas.

Se o direito, que é a substância do homem e a verdadeira criatura racional, saísse perfeito e acabado das mãos de Deus, como saiu o ente animal, não houvera progresso, e o mundo moral fora incompreensível absurdo.

Não sofre, porém, séria contestação, essa verdade comum e cediça da marcha contínua da lei que dirige a humanidade.

O direito caminha. Deus, criando-o sob a forma do homem e pondo a inteligência ao seu serviço, abandonou-o à força bruta da matéria. A luta gigante do espírito contra o poder físico dos elementos, do sopro divino contra o vigor formidável da natureza irracional é a civilização. Cada triunfo que obtém a inteligência importa a solução de mais um problema social.

Nessa geração contínua das leis, criaturas do direito, a ideia que nasce tem como o homem uma vida sagrada e inviolável. Truncar a existência do indivíduo animal é um homicídio; suprimir a existência do indivíduo espiritual é a anarquia. Crime contra a pessoa em um caso; crime contra a sociedade em outro.

A escravidão caduca, mas ainda não morreu; ainda se prendem a ela graves interesses de um povo. É quanto basta para merecer o respeito. No tênue sopro, que de todo não exalou do corpo humano moribundo, persiste a alma e, portanto, o direito. O mesmo acontece com a instituição: enquanto a lei não é cadáver, despojo inane de uma ideia morta, sepultá-la fora um grande atentado.

A superstição do futuro me parece tão perigosa como a superstição do passado. Esta junte o homem ao que foi e o deprime; aquela arrebatada o homem ao que é e o precipita. Consiste a verdadeira religião do progresso na crença do presente, fortalecida pelo respeito às tradições, desenvolvida pelas aspirações a melhor destino.

Decorar com o nome pomposo de filantropia o ideal da ciência e lançar o odioso sobre as instituições vigentes, qualificando seus defensores de espíritos mesquinhos e retrógrados, é um terrível precedente em matéria de reforma. Tolerado semelhante fanatismo do progresso, nenhum princípio social fica isento de ser por ele atacado e mortalmente ferido.

A mesma monarquia, senhor, pode ser varrida para o canto entre o cisco das ideias estreitas e obsoletas. A liberdade e a propriedade, essas duas fibras sociais, cairiam desde já em desprezo ante os sonhos do comunismo. Seria fácil demonstrar que vosso próprio espírito, filantropo no assunto da escravidão, não passa de rotineiro a respeito de religião.

Choca semelhante arrogância da teoria contra a lei. Ainda mesmo extintas e derogadas, as instituições dos povos são coisa santa, digna de toda veneração. Nenhum utopista, seja ele um gênio, tem o direito de profaná-las. A razão social condena uma tal impiedade.

A escravidão se apresenta hoje ao nosso espírito sob um aspecto repugnante. Esse fato do domínio do homem sobre o homem revolta a dignidade da criatura racional. Sente-se ela rebaixada com a humilha-

ção de seu semelhante. O cativo não pesa unicamente sobre um certo número de indivíduos, mas sobre a humanidade, pois uma porção dela acha-se reduzida ao estado de coisa.

Mais bárbaras instituições, porém, do que a escravidão já existiram e foram respeitadas por nações em virtude não somenos às modernas. Não se envergonharam elas em tempo algum de terem laborado no progresso do gênero humano, explorando uma ideia social. Ao contrário, ainda agora lhes são títulos de glória essas leis enérgicas e robustas, que faziam sua força e serviam de músculo a uma raça pujante.

Houve jamais tirania comparável ao direito quirital dos romanos?¹ Entretanto foi essa instituição viril que cimentou a formidável nacionalidade do povo rei e fundou o direito civil moderno.


Que mais opressivo governo do que o feudalismo? Saiu dele, não obstante, por uma feliz transformação, o modelo da liberdade política, o sistema representativo.

É, pois, um sentimento injusto e pouco generoso o gratuito rancor às instituições que deixaram de existir ou estão expirantes. Toda a lei é justa, útil, moral, quando realiza um melhoramento na sociedade e apresenta uma nova situação, embora imperfeita da humanidade.

Neste caso está a escravidão.

É uma forma, rude embora, do direito; uma fase do progresso; um instrumento da civilização, como foi a conquista, o mancipio, a gleba. Na qualidade de instituição me parece tão respeitável como a colonização; porém muito superior quanto ao serviço que prestou ao desenvolvimento social.

De feito, na história do progresso representa a escravidão o primeiro impulso do homem para a vida coletiva, o elo primitivo da comu-

1  Direito que permitia ao credor escravizar e mesmo matar o devedor. [N. do O.]

nhão entre os povos. O cativo foi o embrião da sociedade; embrião da família no direito civil; embrião do estado no direito público.

Hão de parecer-vos estranhas estas proposições, senhor; talvez que à vossa mente prevenida se apresentem como a glorificação da tirania doméstica.

Percorrei comigo de um lance a história da humanidade.

IV

No seio da barbaria, o homem, em luta contra a natureza, sente a necessidade de multiplicar suas forças. O único instrumento ao alcance é o próprio homem, seu semelhante; apropria-se dele, ou pelo direito da geração, ou pelo direito da conquista. Aí está o germe rude e informe da família, agregado dos fâmulos, *cætus servorum*. O mais antigo documento histórico, a Gênese, nos mostra o homem filiando-se à família estranha pelo cativo.

Mais tarde a aglomeração das famílias constitui a nação, *gens*, formada dos homens livres, senhores de si mesmos. Em princípio, reduzida a pequenas proporções, tribo apenas, é pelo cativo ainda que a sociedade se desenvolve, absorvendo e assimilando as tribos mais fracas.

Se a escravidão não fosse inventada, a marcha da humanidade seria impossível, a menos que a necessidade não suprisse esse vínculo por outro igualmente poderoso. Desde que o interesse próprio de possuir o vencido não coibisse a fúria do vencedor, ele havia de imolar a vítima. Significara, portanto, a vitória na antiguidade uma hecatombe; a conquista de um país, o extermínio da população indígena.

As raças americanas cheias de tamanho vigor, opulentas de seiva, haurindo a exuberância de uma natureza virgem, estavam, não obstante, a extinguir-se ao tempo da descoberta. Entretanto, no Oriente, num clima enervador, sob a ação funesta da decadência física e moral, uma raça caquética e embrutecida pululava com espantosa rapidez.

Ignoram os filantropos a razão?

A América desconhecia a escravidão. O vencido era um troféu para o sacrifício. No selvagem amor da liberdade, o americano não impunha, e menos suportava, o cativo. No Oriente, ao contrário, a escravidão se achava na sua pátria. A guerra era uma indústria; uma aquisição de braços. O primeiro capital do homem foi o próprio homem.

Todas as vezes que houve necessidade de reparar uma solução de continuidade entre os povos, a escravidão se desenvolveu novamente a fim de preencher sua missão eminentemente social.

Primitivamente os povos caminharam pela conquista. Hordas bárbaras rompiam das florestas para o foco da civilização. O homem culto vencido fisicamente pelo homem selvagem, mas reagindo moralmente pela superioridade do espírito; eis o escravo antigo, mestre, sábio, filósofo.

Assim, desde as origens do mundo, o país centro de uma esplêndida civilização é, no seu apogeu, um mercado, na sua decadência, um produtor de escravos. O Oriente abasteceu de cativos a Grécia. Nessa terra augusta da liberdade, nas ágoras de Atenas, se proveram desse traste os orgulhosos patrícios de Roma. Por sua vez o cidadão rei, o *civis romanus*, foi escravo dos godos e hunos.

Modernamente os povos caminham pela indústria. São os transbordamentos das grandes nações civilizadas que se escoam para as regiões incultas, imersas na primitiva ignorância. O escravo deve ser, então, o homem selvagem que se instrui e moraliza pelo trabalho. Eu o considero nesse período como o neófito da civilização.

A salutar influência do Cristianismo adotou a escravidão; e a organização da sociedade foi operando nela uma transformação lenta que terminou entre o nono e o décimo século. Entrou aquela antiquíssima instituição em outra fase, a servidão, que só foi completamente extinta com a Revolução de 1789.

O escravo deixou de ser coisa, na frase de Catão¹, ou animal, segundo a palavra de Varrão²; tornou-se homem, como exigia Sêneca³; mas o homem propriedade, o homem lígio, adstrito ao solo ou à pessoa do senhor feudal. Metade livre e metade cativo: uma propriedade vinculada a uma liberdade; eis a imagem perfeita do servo.

Havia quinhentos anos que se extinguiu na Europa a escravidão, quando no século XV ressurgiu ela de repente e no seio da civilização.

Por que razão?


Os filantropos abolicionistas, elevados pela utopia, não sabem explicar este acontecimento. Vendo a escravidão por um prisma odioso, recusando-lhe uma ação benéfica no desenvolvimento humano, obstinam-se em atribuir exclusivamente às más paixões humanas, à cobiça e indolência o efeito de uma causa superior.

Ressurgiu a escravidão no século XV suscitada pela mesma indeclinável necessidade que a tinha criado em princípio e mantido por tantos milênios.

Na cabeça da Europa, como lhe chama o grande épico lusitano, então cérebro do mundo civilizado, gerava-se o maior acontecimento da idade moderna, o que lhe serve de data, a descoberta da América. À essa raça ibérica, semiafricana, estava reservada a glória de lançar primeira a mão ao novo mundo e pô-lo ao alcance do antigo.

Pois aí, no seio dessa raça, devia renascer a escravidão europeia. Depois da expulsão dos mouros em 1440, efetuou-se o resgate de prisioneiros brancos por negros. Este foi o estímulo e o princípio do tráfico de africanos, que só devia terminar em nossos dias.

1  Ver nota I na p. 28.

2  Marco Terêncio Varrão (116 a.C.–27 a.C.), sábio e polígrafo romano. De suas obras destaca-se *Rerum Rusticarum Libri III* (Das Coisas Rústicas em Três Livros). [N. do R.]

3  Ver nota 3 na p. 9.

Não se podia melhor ostentar a lógica da civilização humana.

Àqueles povos, futuros senhores de um mundo, obrigados a roteá-lo, eram indispensáveis massas de homens para devassar a imensidade dos desertos americanos e arrostar a pujança de uma natureza vigorosa. Estas massas, não as tinham em seu próprio seio, careciam de buscá-las: a raça africana era, então, a mais disponível e apta.

Se a raça americana suportasse a escravidão, o tráfico não passara de acidente, e efêmero. Mas, por uma lei misteriosa, essa grande família humana estava fatalmente condenada a desaparecer da face da terra, e não havia para encher vácuo, senão a raça africana. Ao continente selvagem o homem selvagem. Se este veio embrutecido pela barbaria; em compensação trouxe a energia para lutar com uma natureza gigante.

Também não havia outro meio de transportar aquela raça à América, senão o tráfico. Por conta da consciência individual correm as atrocidades cometidas. Não carrega a ideia com a responsabilidade de semelhantes atos, como não se importa à religião católica, a sublime religião da caridade, as carnificinas da inquisição. O tráfico, na sua essência, era o comércio do homem; a *mancipatio* dos romanos.

Sem a escravidão africana e o tráfico que a realizou, a América seria ainda hoje um vasto deserto. A maior revolução do universo, depois do dilúvio, fora apenas um descoberta geográfica, sem imediata importância. Decerto, não existiriam as duas grandes potências do novo mundo, os Estados Unidos e o Brasil. A brilhante civilização americana, sucessora da velha civilização europeia, estaria por nascer.

V

Não é, senhor, um paradoxo esta minha convicção da influência decisiva da escravidão africana sobre o progresso da América.

Os fatos a traduzem com uma lucidez admirável.

Renascida a moderna escravidão na Península Ibérica, pode-se afirmar que não medrou sobre o continente europeu. Ao contrário, foi de si mesma, pela influência dos costumes, como pela natural repulsão das duas raças, se extinguindo. Não houve necessidade de derogar a instituição; ainda a lei permanecia, que já o fato desaparecera completamente.

Nas possessões ultramarinas, porém, e especialmente na América, o tráfico de africanos se desenvolveu em vasta e crescente escala. Não só Espanha e Portugal, já acostumadas com os escravos mouros, como as outras potências marítimas, Inglaterra, França e Holanda, se foram prover no grande mercado da Nigéria, dos braços necessários às suas colônias.

Como se explica essa anomalia de povos, repelindo na metrópole uma instituição que adotam e protegem, no regime colonial? Não era natural que a mesma salutar influência dos costumes e antipatia de origem atuassem nesses países, a não interpor-se uma causa poderosa?

Essa causa era a necessidade, a suprema lei diante da qual cedem todas as outras; a necessidade, força impulsora do gênero humano.

Na metrópole, os europeus não sofriam a falta do escravo, facilmente substituído, e com vantagem, na cidade pelo proletário, na agri-

cultura pelo servo. Para as possessões americanas, porém, o escravo era um instrumento indispensável. Tentaram supri-lo com o índio; este preferiu o extermínio. Quiseram substituir-lhe o galé; mas já civilizado, o facínora emancipava-se da pena no deserto, e fazia-se aventureiro em vez de lavrador.

Não houve remédio senão vencer a repugnância do contato com a raça bruta e decaída. Um escritor notável, Cochin¹, estrênuo abolicionista, não pôde, apesar de suas tendências filantrópicas, esquivar-se à verdade da história. Deu testemunho da missão civilizadora da escravidão moderna, em sua obra recente, quando escreveu estas palavras: — “Foi ela, foi a raça africana que realmente colonizou a América.” (*Abolição da Escravidão* — V. 2, pág. 74).

Erram aqueles que atribuem o desenvolvimento do tráfico a simples condições climatéricas. Se as admiráveis explorações dos descobridores não bastam para desvanecer esse prejuízo, diariamente se acumulam os argumentos contra ele. Quem já não observou a impassibilidade com que o trabalhador português arrosta o sol ardente dos trópicos, no mais rude labor?

Não. Esta família latina, que desdenha a ridícula abusão dos materialistas, tinha tanto como a família saxônia força e energia de sobra para rotear o solo americano. Outras foram as causas da insuficiência da raça branca em relação à primitiva colonização do Novo Mundo.

A população da Europa, longe de transbordar, como agora, era pouco intensa naquele tempo: seu território, embora pequeno, sobejava-lhe. Minguados subsídios, portanto, devia prestar às novas desco-

1 ☞ Pierre-Suzanne-Augustin Cochin (1823–1872), escritor e político francês. Sua obra mais conhecida e polêmica é *L'Abolition de L'Esclavage* (1861), premiado pela Academia Francesa em 1862. [N. do R.]


bertas; e estes mesmos estorvados pela dificuldade e risco das comunicações. Eram raras as viagens então; a emigração, nula.

Foi esta uma causa: outra, a degradação do trabalho agrícola em toda a sociedade mal organizada, que vive dos despojos do inimigo, ou dos recursos naturais do solo. A colônia era uma aglomeração de aventureiros à busca de minas e tesouros. Sonhando riquezas fabulosas, qualquer europeu, ainda mesmo o degradado, repelia o cabo do alvião como um instrumento aviltante. A lavoura na América parecia uma nova gleba ao homem livre.

Eis a necessidade implacável que suscitou neste continente o tráfico africano. Vinha muito a propósito parodiar a palavra celebre de Aristóteles¹: “Se a enxada se movesse por si mesma era possível dispensar o escravo.”

Três séculos durante a África despejou sobre a América a exuberância de sua população vigorosa. Calcula-se em cerca de quarenta milhões o algarismo dessa vasta importação². Nesse mesmo período a Europa concorria para a povoação do Novo Mundo com um décimo apenas da raça negra.

Não vêm de origem suspeita estes dados; são colhidos na obra citada de um ardente abolicionista. É certo que ele jogou com aqueles algarismos para demonstrar o desperdício da raça africana na América: mas escapou-lhe a razão lógica e natural do número reduzido da população negra, apresentado pelas estatísticas modernas. Em três e meio séculos, o amálgama das raças se havia de operar em larga proporção, fazendo preponderar a cor branca. Três ou quatro gerações bastam às vezes no Brasil para uma transformação completa.

1  Aristóteles (384 a.C.–322 a.C.), filósofo grego, discípulo de Platão e professor de Alexandre, o Grande. É considerado um dos maiores pensadores de todos os tempos e criador do pensamento lógico. Discutiu a escravidão em seu livro *Política*. [N. do R.]

2  Cálculos recentes limitam o número a cerca de dez milhões. [N. do O.]

É, pois, uma grande inexatidão avançar que a raça africana nem ao menos prestou para povoar a América. Quem abriu o curso à emigração europeia, quem fundou a agricultura nestas regiões, senão aquela casta humilde e laboriosa, que se prestava com docilidade ao serviço como aos prazeres da ralé, vomitada pelos cárceres e alcouces das metrópoles?


Longe de enxergar a diminuição da gente africana pelo odioso prisma de um precoce desperecimento, cumpre ser justo e considerar este fato como a consequência de uma lei providencial da humanidade, o cruzamento das raças, que lhe restitui parte do primitivo vigor. Bem dizia o ilustre Humboldt¹ fazendo o inventário das várias línguas ou famílias transportadas à América e confundidas com a indígena: “Aí está inscrito o futuro do Novo Mundo!”.

Verdade profética. A próxima civilização do universo será americana como a atual é europeia. Essa transfusão de todas as famílias humanas no solo virgem deste continente ficara incompleta se faltasse o sangue africano, que, no século VIII, afervorou o progresso da Europa.

Chego à questão da sua atualidade.

Esse elemento importante da civilização americana, que serviu para criá-la e a nutriu durante três séculos, já consumou sua obra? É a escravidão um princípio exausto, que produziu todos os seus bons efeitos e tornou-se, portanto, um abuso, um luxo de iniquidade e opressão?

Nego, senhor, e o nego com a consciência do homem justo, que venera a liberdade; com a caridade do cristão, que ama seu semelhante e sofre na pessoa dele. Afirmo que o bem de ambas, da que domina como da que serve, e desta principalmente, clama pela manutenção de

1  Friedrich Heinrich Alexander, Barão de Humboldt, mais conhecido como Alexander von Humboldt (1769–1859), ilustre naturalista e explorador alemão. Escreveu extensos relatos de suas viagens à América do Sul. [N. do R.]

um princípio que não representa somente a ordem social e o patrimônio da nação; mas sobretudo encerra a mais sã doutrina do evangelho.

Espero em outra carta levar esta convicção ao vosso espírito, não obstante a fatal abstração, que o retira da miséria nacional, para engolfá-lo nas auras da celebridade.

15 de julho 1867.

ERASMO

TERCEIRA CARTA (SOBRE A EMANCIPAÇÃO)

VI

Senhor,

A repulsão e o amálgama das raças humanas são duas leis de fisiologia social tão poderosas como na física os princípios da impenetrabilidade e coesão.

Integralmente, raças diversas não podem coabitar o mesmo país, como não podem corpos estranhos ocupar simultâneos o mesmo espaço. Os indivíduos, porém, que formam as moléculas das diferentes espécies aderem mutuamente e se confundem em nova família do gênero humano.

Ninguém desconhece, todavia, quanto é lenta essa coesão ou amálgama de raças. Demanda séculos e séculos semelhante operação etnográfica; e traz graves abalos à sociedade. A tradição e o caráter, que formam a originalidade de cada grupo da espécie humana, não se diluem sem aturado e contínuo esforço.

Desde que, por uma necessidade suprema e indeclinável, a raça africana entrou neste continente e compôs em larga escala a sua população; infalivelmente submeteu-se à ação desse princípio adesivo, ao qual não escapou ainda uma só família humana.

Eis um dos resultados benéficos do tráfico. Cumpre não esquecer, quando se trata desta questão importante, que a raça branca, embora reduzisse o africano à condição de uma mercadoria, nobilitou-o não só pelo contacto, como pela transfusão do homem civilizado. A futura civilização da África está aí nesse fato em embrião.

Mas, senhor, que força maior sufocou a invencível repulsão das duas espécies humanas mais repugnantes entre si, a ponto de as concentrar no mesmo solo durante trezentos e cinquenta anos?

A escravidão; a aliagem artificial, que supre e prepara o amálgama natural. Sem a pressão enérgica de uma família sobre a outra, era impossível que a imigração europeia, tão diminuta nos primeiros tempos, resistisse à importação africana dez vezes superior. Acabrunhada pela magnitude da natureza americana, entre dois inimigos, o negro e o índio, a colônia sucumbira sem remédio.

Situada, assim, a questão dentro de seus verdadeiros limites na ciência social, a conclusão decorre logicamente. Resolve-se a escravidão pela absorção de uma raça por outra. Cada movimento coesivo das forças contrárias é um passo mais para o nivelamento das castas, e um impulso em bem da emancipação.

Chegado o termo fatal, produzido o amálgama, a escravidão cai decrépita e exânime de si mesma, sem arranco nem convulsão, como o ancião consumido pela longevidade que se despede da existência adormecendo. Mas, antes do seu prazo, quem fere mortalmente uma lei derrama sangue, como se apunhalara um homem.

A história, grande mestra, para os que a estudam com o necessário critério, confirma todos estes corolários da razão. Nas memórias da escravidão moderna está registrado o sumário crime dos governos que guilhotinaram essa instituição, para obedecer à fatuidade de uma utopia. De uma utopia, sim; pois outro nome não tem

essa pretensão de submeter a humanidade o direito a uma craveira matemática.

Porque somos livres agora nós filhos de uma raça hoje superior, havemos de impor a todo o indivíduo, até ao bárbaro, este padrão único do homem que já tem a consciência de sua personalidade! Não nos recordamos que os povos nossos progenitores foram também escravos e adquiriram, nesta escola do trabalho e do sofrimento, a têmpera necessária para conquistar seu direito e usar dele?

Enlevo dos espíritos filantrópicos! O catolicismo da liberdade, como o catolicismo da fé, é o último verbo do progresso: união da espécie humana e sua máxima perfeição. Aspiremos a esse esplêndido apogeu dos nossos destinos; mas não tenha alguém a ridícula pretensão de o escalar de um salto antes de tempo.

Dois fatos muito salientes de abolição contrastam na história da escravidão moderna; a das colônias inglesas em 1833 e o das colônias francesas em 1848.

O primeiro se realizou com abalo, mas sem grandes catástrofes. Ao atrito do frio caráter saxônio a população negra se tinha limado. O homem do norte é originalmente industrial; sua mesma pessoa representa uma indústria, uma elaboração constante das forças humanas contra as causas naturais de destruição. Ele disputa a vida ao clima, e a nutrição ao gelo.

Esse cunho vigoroso da materialidade o colono inglês imprimira na sua escravatura. O negro não era já mero instrumento em sua mão; porém um operário ao qual só faltava o estímulo do lucro. Quando realizou-se a emancipação, os escravos, se não estavam completamente educados para a liberdade, possuíam pelo menos os rudimentos industriais que deviam mais tarde desenvolver-se com o trabalho independente. A essa madureza deve-se o estado próspero da população negra depois da abolição.

Houve dor e sangue, porque amputou-se um membro vivo da sociedade, uma instituição útil ainda; porém a cicatriz não se demorou muito e o organismo se restabeleceu. A passagem do trabalho escravo para o trabalho livre se efetuou com a divisão das terras e a vigilância da autoridade.

Nas colônias francesas muda a cena; a abolição toma um aspecto triste.

A raça latina é sobretudo artística; a indústria, que, para o filho do norte começa com a infância do progresso, para o filho do sul, representa a virilidade. Outros estímulos, que não o cômodo e o útil, impellem o caráter ardente dessa família do gênero humano: ela aspira sobretudo ao belo e ao ideal. Com uma grana tão delicada, não podia certamente a raça latina polir com rapidez a rude crosta do africano: este permanecia um instrumento bruto na sua mão.

Por isso, a emancipação, além da desordem econômica e das insurreições, acarretou a desgraça e ruína da população negra. Ainda não educada para a liberdade, entregou-se à indolência, à miséria e à rapina. Com razão se disse que a abolição da escravidão ali importara a abolição do trabalho. Ainda agora faltam às colônias francesas os braços que demanda a agricultura.

Onde estão os que, embora cativos, mantinham essa indústria? Aflitiva interrogação, a que não atende a filantropia, mas a estatística responde com fúnebre algarismo.

VII

Não há exemplo, senhor, de um país que se animasse a emancipar a raça africana, sem ter sobre ela uma grande superioridade numérica.

Quebrar o vínculo moral, quando não existe a intensidade necessária para absorver e sufocar o princípio estranho, seria o suicídio. Nenhum dogma de moral ou preceito de filantropia ordena semelhante atentado de uma nação contra sua própria existência. A primeira lei da sociedade, como a do homem, é a da sua conservação. A sentença ímpia que se ouviu na Europa, “morram as colônias, mas salve-se o princípio”, revela que a filantropia tem, como todos os fanatismos, sua ferocidade. Contudo, a morte da colônia não passava da amputação de um membro. Haverá no Brasil quem exija, para salvar o princípio, a morte do império, a sua ruína total?

E será esse brasileiro?...

A Inglaterra e França não emancipariam a população negra de suas colônias se não se achassem nas condições de proteger eficazmente ali a raça branca. A força moral da metrópole e seu poder militar eram suficientes para prevenir e sufocar a insurreição. Figure-se qual fora depois da abolição o destino da Jamaica ou da Martinica abandonada por suas respectivas nações!

Os Estados Unidos, não obstante haverem já estreado de longa data a emancipação, só a completaram recentemente, quando, sua população livre excedia cerca de oito vezes a escravatura. Segundo o re-


censeamento de 1860, sobre trinta e um milhões de habitantes, quatro apenas eram cativos. Nessa proporção o antagonismo de raça se atenua; quando não se desvaneca pelo respeito natural da pequena minoria inferior em todo o sentido.

Entretanto, o fato da abolição do trabalho escravo no sul da confederação, decretado por violenta guerra civil, ainda não se deve considerar consumado. A miséria e a anarquia apenas começam a desdobrar-se naquele país, ontem florescente; ninguém sabe das cenas de horror que porventura servirão de peripécia ao drama sanguinolento.

O Brasil está muito longe de uma situação favorável como aquela. Sobre uma população de dez milhões de habitantes, um terço é de cativos, rezam os cálculos mais restritos. Segundo o relatório da sociedade abolicionista de Inglaterra, o censo da escravatura no universo em 1850 dava ao nosso país um algarismo superior ao da União Americana. Havia ali, então, 3.178.000 escravos; nós tínhamos 3.250.000. Concedendo que a população escrava dobre em um período de 50 anos, período longo para o clima, ela se elevaria hoje à cerca de quatro milhões ou 3.900.000 sem contar a importação dos meses que ainda durou o tráfico depois de 1850¹.

É certo que no sul dos Estados Unidos, área da escravatura, esta se achava em igual proporção; cerca de quatro milhões sobre um total de dez. Foi por esse motivo que o sul em peso, como um só homem se levantou contra a abolição. Foi o norte, com seus treze milhões de habitantes livres, que exigiu a reforma e a impôs.

Os algarismos são na frase do escritor especialista, que já referi, testemunhas impassíveis; relatam a verdade, sem deixar-se influir da

1  O censo de 1872 registra 1,5 milhão de escravos em 1873, 15% da população. [N. do O.]

paixão e interesse. Esse mesmo testemunho imparcial da estatística invoco eu agora, em favor do império ameaçado de uma grande calamidade.

Há alguém de boa-fé que aconselhe a emancipação em um Estado, cuja população não tem a capacidade suficiente para sopitar o elemento subversivo? Não equivalera semelhante desatino à loucura do homem que lançara fogo ao morteiro, para abafá-lo com a mão?

Dois indivíduos atentos às suas ocupações, confiados na proteção das leis, são acaso força bastante para conter a sanha de um inimigo, irritado pela anterior submissão, movido por instintos bárbaros, e exclusivamente preocupado desse desígnio sinistro, que ele supõe seu direito, e considera justa reparação de um agravo?

Nas dobras desse futuro sombrio, o espírito mais firme se desvaira. Melhor é distraí-lo de semelhante perspectiva.

Ainda outro algarismo, que vem depor como testemunha neste processo da emancipação precoce. Em 1859 a escravatura dos Estados Unidos se distribuía por 347.525 possuidores. Desse número apenas 7.929 possuíam mais de cinquenta escravos: entretanto que os proprietários de um até dez escravos montavam a 254.268.

No Brasil não se levantou ainda, que eu saiba, qualquer estatística acerca deste objeto. Pretende-se legislar sobre o desconhecido, absurdo semelhante ao de construir no ar, sem base nem apoio. Alguns fatos, porém, muito salientes, que por si mesmos se manifestam independentes de investigação, podem fornecer dados para um paralelo, embora imperfeito.


É incontestável que a máxima parte da nossa escravatura se concentrou depois da extinção do tráfico nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Pode-se


afirmar que nesta área está atualmente circunscrito esse elemento do trabalho em nosso país¹.

A proporção local de um terço deve, pois, dilatar-se nestas seis províncias à medida que se restringe em outras, de onde com o tempo foi emigrando a escravatura. Com efeito, se, em nove províncias, Amazonas, Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, S. Catarina, Goiás e Mato Grosso, cujas informações estatísticas discriminam a condição, há anos passados um cativo correspondia termo médio a 10 habitantes, atualmente maior deve ser a diferença. Pode-se, pois, conjecturar que, naquela área, onde se condensou o elemento servil, as duas populações estejam ao menos em justa equação². A respeito da província de S. Pedro, já em 1848, a presidência o afirmava.

Estes cálculos assentam nas melhores informações que possuímos sobre a população do império. Recentemente um trabalho recomendável, publicado a propósito da exposição universal, elevando a população livre do Brasil a 11.780.000 habitantes, reduziu a escrava ao mesquinho algarismo de 1.400.000. Só a província do Rio de Janeiro tem aquele número ou quase³.

Parece-me nocivo esse desejo de encobrir a verdade ao estrangeiro. Podem perguntar-nos o que fizemos de 3.250.000 escravos que possuíamos em 1850 e do seu crescimento natural de um terço ou 1.083.333. Onde estariam os 2.933.333 infelizes, que, não alforriamos, nem exportamos?

1  O censo de 1872 dá a essas províncias 79% da escravatura e 66% da população. [N. do O.]

2  Pelo censo de 1872, os escravos constituíam 18% da população dessas províncias. [N. do O.]

3  O censo de 1872 dá à província do Rio de Janeiro 292.637 escravos. [N. do O.]

Eis o perigo da simulação; ela apresentaria o cativo de nosso país sob um aspecto bárbaro e deletério: assanharia as iras filantrópicas dos sábios europeus.

Pesa ainda sobre esta situação grave um fato. A pequena lavoura não se desenvolveu em nosso país. Circunstâncias peculiares à agricultura brasileira, exigindo forças consideráveis para o roteio e amanho da terra, obstaram a exploração do solo por capitais diminutos. Os principais ramos de nossa produção, aqueles que provêm quase exclusivamente do braço escravo, saem dos grandes estabelecimentos rurais, engenhos ou fazendas.

Nem sequer, portanto, as duas espécies de população se penetram e intercalam mutuamente, de modo a neutralizar a repulsão instintiva de cada uma. Na área das seis províncias mencionadas, destacam-se aquelas aglomerações de escravos que solvem a continuidade da outra casta; e formam núcleos poderosos de insurreição, comprimidos unicamente pelo respeito da instituição.

Rompa-se este freio, e um sopro bastará para desencadear a guerra social, de todas as guerras a mais rancorosa e medonha.

Julgais que seja uma glória para vosso reinado, senhor, lançar o império sobre um vulcão? Ainda quando a Providência, que tem velado sobre os destinos de nossa pátria, a tirasse incólume de semelhante voragem, nem por isso fora menos grave a culpa dos promotores da grande calamidade.

VIII

Determinar os efeitos reais dos atos de abolição que sucederam-se desde fins do século passado até estes últimos anos me parece um estudo importante para a solução do difícil problema da escravidão.

Os primeiros Estados, que deram o exemplo dessa medida, foram Pensilvânia e Massachusetts em 1780, decretando a emancipação gradual. Mais seis Estados acompanharam aquela iniciativa à pequena distância. Em 1820 o censo manifestou que a escravidão estava completamente extinta nessa parte da confederação.

Entretanto, o número dos escravos da União que, em 1790, ponto culminante do período abolicionista, era de 693.397, apresentava, naquela data da extinção, em 1820, o algarismo enorme de 1.536.127. Em trinta anos tinha a escravatura mais que duplicado e, sob a influência de medidas repressivas, como a proibição do tráfico e a emancipação.

O movimento abolicionista estendeu-se pelas repúblicas americanas: Buenos Aires em 1816; Colômbia e Chile em 1821; Bolívia em 1826; Peru, Guatemala e Montevidéu em 1828; México em 1829; Uruguai em 1843; finalmente a Inglaterra em 1833 e a França em 1848 para suas colônias. Tantos golpes sucessivos desfechados na escravatura parece que deviam reduzi-la imenso.

Pois a estatística demonstra o contrário. Nesse período de cinquenta anos, a soma dos cativos foi constantemente crescendo. No princípio deste século, pouco mais havia de dois milhões de escravos

em toda a superfície da América; em 1850 orçava o número por sete milhões e meio, dos quais o maior quinhão pertencia ao Brasil e aos Estados Unidos!

Explica-se naturalmente esta aparente anomalia, que tanto acabrunhava a sociedade abolicionista. A escravidão ainda não estava morta; os esforços dos diferentes governos para extirpá-la da América eram impotentes. Conseguiram apenas deslocar o trabalho servil.

Quando os Estados da União decretaram a extinção gradual, a escravidão refugiou-se naturalmente nos Estados próximos onde era mantida; e ali se propagou de modo a invadir o território que dela estava isento. Se o norte da União não tivesse margem por onde escoar-se a sua população escrava, talvez que a visse refluir sobre si, como aconteceu com a Carolina.

O mesmo serviço prestou o sul da União ao México, assim como as colônias de Espanha, França e Inglaterra, às repúblicas vizinhas. Advirta-se que, nestas, não existindo uma agricultura regular, a escravatura era insignificante no tempo da abolição. De passagem mencionarei uma circunstância digna de séria meditação. Todas as repúblicas abolicionistas foram dilaceradas pela anarquia: enquanto o Brasil se organizava com uma prudência e circunspeção admirável.

Não só pela intensidade e volume ganhou a escravidão com aqueles atos de abolição; mas também no princípio e substância. Moral como economicamente, a instituição triunfou de seus adversários; sobretudo depois dos dois últimos fatos, das colônias inglesas e francesas.

O tráfico, anteriormente frouxo, por causa da superabundância de braços, desenvolveu-se rapidamente desde 1833; e lançou no Brasil e Cuba milhões de africanos. Por outro lado, a instituição se enraizou ainda mais profundamente nos países onde não a atingira o movimento abolicionista.

Nos Estados Unidos não perdurara ela por tantos anos, a despeito da superioridade industrial e numérica do norte e do fervor da propaganda abolicionista, se não fosse a preponderância que assumira nos espíritos, depois das últimas e infelizes tentativas. Também no Brasil há muito tempo que a obra da emancipação se adiantara, sem a convicção gerada por aqueles acontecimentos da necessidade indeclinável do braço africano para a agricultura colonial.

Uma verdade ficou bem averiguada.

Como todas as instituições sociais que tem radicação profunda na história do mundo e se prendem à natureza humana, a escravidão não se extingue por ato do poder; e sim pela caduque moral, pela revolução lenta e soturna das ideias. É preciso que seque a raiz, para faltar às ideias a seiva nutritiva.

E de onde principalmente derivava para a escravidão essa linfa e substância?

Bem o sabeis, senhor. Da Europa e, com especialidade de Inglaterra, França e Alemanha, tão abundantes de filantropos como de consumidores dos nossos produtos. Não fomos nós, povos americanos, que importamos o negro de África para derrubar as matas e laborar a terra; mas aqueles que hoje nos lançam o apodo e o estigma por causa do trabalho escravo.

Sem esse enorme estômago, chamado Europa, que anualmente digere aos milhões de gêneros coloniais, a escravidão não regurgitaria na América, nem resistira à repugnância natural dos filhos deste continente. Mas era preciso alimentar o colosso; e satisfazer o apetite voraz do grande sibarita.

O filantropo europeu, entre a fumaça do bom tabaco de Havana e da taça do excelente café do Brasil, se enleva em suas utopias humanitárias e arroja contra estes países uma aluvião de injúrias pelo ato de

manterem o trabalho servil. Mas por que não repele o moralista com asco estes frutos do braço africano?

Em sua teoria, a bebida aromática, a especiaria, o açúcar e o delicioso tabaco são o sangue e a medula do escravo. Não obstante, ele os saboreia. Sua filantropia não suporta esse pequeno sacrifício de um gozo requintado; e, contudo, exige dos países produtores que, em homenagem à utopia, arruinem sua indústria e ameacem a sociedade de uma sublevação.

Neles desculpa-se. É fácil e cômoda a filantropia que se fabrica em gabinete elegante, longe dos acontecimentos e fora do alcance da catástrofe por ventura suscitada pela imprudente reforma.

Mas não se compreende, senhor, que brasileiros acompanhem a propaganda; e estejam brandindo o facho em torno da mina.

IX

A razão social convence os abolicionistas da necessidade de deixar a instituição da escravatura preencher seu tempo e extinguir-se naturalmente pela revolução das ideias.

Mas, refratários à própria consciência, buscam eximir-se à verdade. Alegam que, abandonada a si mesma e aos instintos humanos, será eterna; porque os hábitos de indolência que ela cria na casta dominante e a ignorância em que vai sepultando a casta servil são novas raízes que a instituição de dia em dia projeta no solo onde uma vez brotou.

Não se pode caluniar mais cruelmente a humanidade, senhor.

Admira que espíritos possuídos de uma ideia tão degradante da criatura racional se arroubem em sonhos de um progresso instantâneo. É pedir muito ao ente de que se faz tão miserável conceito.

Se houvesse uma raça infeliz, capaz de permanecer eternamente na escravidão pelo fato de não consentir a outra em emancipá-la; então seria um princípio social aquele absurdo outrora sustentado, da fatalidade dessa instituição e desigualdade das castas. Não há, porém, contestar, todo povo, toda família humana acaba cedo ou tarde por conquistar a liberdade como a ave implume por devassar o espaço.

É a Europa o melhor exemplo dessa verdade a respeito da escravidão moderna. Não se extinguiu o fato nesse continente, antes de abrogada a lei? Não chegou a instituição ao seu termo fatal, apesar da pretensa indolência e da ignorância difundida na população?

No Brasil mesmo, a despeito da suprema necessidade que mantém esse mau regime de trabalho, já penetrou na classe proprietária a convicção da injustiça absoluta do seu domínio. Um espírito de tolerância e generosidade, próprio do caráter brasileiro, desde muito que transforma sensivelmente a instituição. Pode-se afirmar que não temos já a verdadeira escravidão, porém um simples usufruto da liberdade, ou talvez uma locação de serviços contratados implicitamente entre o senhor e o Estado como tutor do incapaz.

A lei de nosso país considera o escravo como coisa ainda; porém o costume, a razão pública, mais poderosa que todas as leis escritas, pois é a lima que as vai gastando a todas e cinzelando as novas; a razão pública já elevou o cativo entre nós à condição de homem, embora interdito e sujeito.

O primeiro direito da pessoa, a propriedade, o escravo brasileiro não só o tem, como o exerce. Permite-lhe o senhor a aquisição do pecúlio, a exploração das pequenas indústrias ao nível de sua capacidade. Com esse produto de seu trabalho e economia rime-se ele do cativo: emancipa-se e entra na sociedade. Aí nenhum prejuízo de casta detrai seu impulso: um espírito franco e liberal o acolhe e estimula.

O mais sagrado dos contratos civis, o matrimônio, também está ao alcance do escravo em nosso país. Ele forma sua família; o senhor a respeita e a garante. A moralidade que falta ainda não provém da escravidão, mas da ignorância peculiar às classes ínfimas. Nesse ponto a lia social, ingênua ou cativa, se confunde.

Embora todas estas garantias se tenham estabelecido fora da lei, contudo a opinião, que, de dia em dia, robustece, as mantém e consolida. Se a cobiça ou perversidade pesa alguma vez com o rigor do direito sobre um infeliz, a indignação pública imediatamente corrige o desmando.

Os atos de caridade praticados frequentemente em nosso país, para arrancar ao cativo vítimas da brutalidade e obstar que se rompa o vínculo de família por um fracionamento inevitável de propriedade, são brados contra os moralistas, detratores da sociedade brasileira.

Que exprime, que revela essa transformação benéfica da escravidão no Brasil, especialmente nos últimos quinze anos?

Não estão aí bem patentes os sinais da decrepitude, os indícios do declínio rápido dessa instituição em nossa pátria? Não lobrigam já nos longes do horizonte os espíritos de vista larga a alva de uma completa redenção; luz serena que surge naturalmente e mais propícia do que o clarão avermelhado de um incêndio?

A decadência da escravidão é um fato natural, como foi a sua origem e desenvolvimento. Nenhuma lei a decretou; nenhuma pode derogá-la. Se a abafarem ainda vivaz, bem pode ser que só consigam concentrar-lhe as forças para maior reação.

Não é menos injusta a outra imputação feita à humanidade, de que o cativo não lima as raças bárbaras nem lhes infiltra os raios da civilização.

Uma raça não se educa e instrui como um indivíduo.

Este é uma partícula destacada, que, submetida à ação multiplicada de uma vasta civilização representada pela generalidade dos habitantes, depressa se lapida. A raça, porém, é massa compacta, que ocupa larga superfície e opõe ao progresso forte resistência.

Para educar uma raça são necessárias duas coisas: grande capacidade e vigor do povo culto para imergir a massa bruta e insinuar-se por todos os poros: longo tempo para que se efetue essa operação lenta e difícil.

A raça africana tem apenas três séculos e meio de cativo. Qual foi a raça europeia que fez nesse prazo curto a sua educação? Com ida-

de igual todas elas jaziam imersas na barbaria: entretanto, para os filhos da Nigricia, já raiou a luz, e raiou na terra do cativo.

É a verdade. Essa família do gênero humano, em cuja tez combusta a tradição mais antiga do mundo lê um estigma da maldição divina, e eu vejo apenas o símbolo da treva moral em que havia de perdurar: essa família infeliz esteve sempre condenada ao desprezo e ao animalismo, desde Cam¹, seu progenitor, até Colombo², que a devia remir descobrindo a América, sua terra de promessa.

Haiti, São Domingos, a Libéria são outras tantas balizas dessa nascente civilização africana bebida no Novo Mundo, durante a peregrinação. As colônias europeias, que se fundaram na costa da Nigricia, não tiveram outra origem senão o tráfico, umas para o favorecer, outras para o reprimir.

Se algum dia, como é de esperar, a civilização projetar-se pelo continente africano adentro, penetrando os povos da raça negra, a glória desse imenso acontecimento, amargue embora aos filantropos, caberá exclusivamente à escravidão. Foi ela que preparou os precursores negros da liberdade africana.

O Brasil, de que mais especialmente devo ocupar-me, nossa pátria, senhor, não terá concorrido eficazmente para a civilização da grei humana que submeteu a seu domínio?

Fora injustiça negá-lo.

1 ☞ Cam, filho de Noé, é um personagem bíblico mencionado no livro de *Gênesis*. Segundo o relato bíblico, Cam foi salvo do Dilúvio juntamente com seus irmãos Sem e Jafé. Por despreitar o pai, foi por este amaldiçoado, juntamente com todos os seus descendentes, entre os quais estariam os etíopes, ou a raça negra em geral. [N. do R.]

2 ☞ Cristóvão Colombo (1437/1448(?)–1506), navegador e explorador europeu, responsável por liderar a frota que alcançou a América em 12 de Outubro de 1492, sob o patrocínio dos Reis Católicos de Espanha, Fernando e Isabel. [N. do R.]

Ainda não éramos um império, mas nascente colônia, e já dávamos ao mundo exemplos sublimes. Um herói negro inscrevia seu nome glorioso na história brasileira; seus irmãos o acompanhavam formando esse regimento invencível que, por mais de século guardou o nome de Henriques¹, em memória do cabo ilustre. A munificência real e a gratidão pública porfiavam nas honras tributadas a esses bravos.

Desde então, não se enriquecem diariamente as classes mais distintas de nossa sociedade com os talentos e as virtudes dos homens de cor? Se os primeiros negros, que em 1440 foram dados em resgate a Portugal, ficassem nos pátrios areais, não contaria a raça africana entre seus descendentes cidadãos ilustrados, porém só magotes de brutos, como os que feiravam os reis de Congo e de Luanda.


Se nossa população fosse mais compacta; se a imigração a tivesse abundantemente nutrido; se não protelasse tanto o ciúme da metrópole nosso tirocínio colonial; os resultados da educação pelo cativo seriam ainda mais brilhantes. Teria a raça europeia amplitude bastante para absorver em seu seio a escravatura, disseminar rareando-a por todo o país e, assim, melhor desbastar-lhe a rudez.

Mas, senhor, meio século de tempo e dez milhões de habitantes para este imenso império, o que são?

Um átomo no espaço; um bochecho d'água no oceano.

Nada mais.

Destes exemplos suculentos se nutre a minha profunda convicção da natural e não remota extinção da escravidão em nosso país.

1  Henrique Dias (?–1662), brasileiro filho de libertos africanos, na Capitania de Pernambuco, então Estado do Brasil. Foi Mestre de campo e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Durante as invasões holandesas, ofereceu-se como voluntário a Matias de Albuquerque para lutar contra os holandeses, tendo recrutado grande efetivo de africanos oriundos dos engenhos conquistados pelos invasores. [N. do R.]

A época precisa não é dado ao publicista averiguar, e ainda menos ao legislador decretá-la. Depende do incremento da população, que é o princípio regulador da origem, como do termo da instituição.

Povos guerreiros, mas escassos, serviram-se da escravidão como uma leva de operários e um aumento artificial de população. À medida que avultava o número dos habitantes livres, o cativo foi decaindo. Em chegando à absorção, o escravo torna-se traste de luxo, de instrumento industrial que era. Nesse período extremo, o odioso envolve a instituição e a sufoca. O labéu, então, reverte para o senhor: a infâmia é para esse título desprezível.

Quando o nível da população livre sobre a escrava se elevar consideravelmente, de modo que esta fique submersa naquela, a escravidão se extinguirá logicamente no Brasil. Ela entrará naquela fase de luxo e aversão. Até então, porém, é um elemento essencial do trabalho neste vasto país.

20 de julho de 1867.

ERASMO

QUARTA CARTA

(SOBRE A EMANCIPAÇÃO)

Senhor,

Não estranhareis, senhor, que me alongue em assunto de si tão vasto.

Livros, não cartas, reclamava seu completo desenvolvimento. Mas se em outro tempo faliam-me as forças para tal empenho, míngua a vontade agora. Já não tenho espírito para o estudo, pois todo é presa da aflição e tristeza nestes dias de tribulação.

Permiti-me, pois, que discorra à discrição da ideia.

O nível da população livre sobe pelo aumento desta, como pela redução da escravatura.

Esta redução motiva um dos aleives levantados pelos filantropos contra a instituição. Dizem que a espécie humana não se multiplica no cativeiro; nobreza que partilham algumas espécies irracionais. A comparação basta para espancar o sofisma. A vida selvagem e a poligamia deviam ser para o gênero humano, como para o animal, o estado mais prolífico.

Que a escravidão fosse estéril no Oriente, onde se mutilavam os homens e arrebanhavam as mulheres em serralhos, não se contesta. Mas, na América, onde a raça africana longe de degenerar, ao contrário, se temperou sob a influência de um clima suave; negar a sua espantosa reprodução seria uma cegueira pertinaz.

Quem ignora a indústria da criação de escravos que tamanho desenvolvimento alcançou nos Estados Unidos e abasteceu exclusivamente desde o princípio deste século o mercado do sul? O tráfico foi ali insignificante desde 1808; a maior importação, a que se fez depois de 1843 para o Texas, essa mesma não avultou.

Entretanto, a marcha ascendente da escravatura americana sobe nesta escala admirável.

Em 1790 a existência era de 693.397. Em 1800, de 892.400, crescimento de 28%. Em 1810, de 1.190.930, crescimento de 33%. Em 1820, de 1.536.127, crescimento de 29%. Em 1830, de 2.007.913, crescimento de 31%. Em 1840, de 2.486.138, crescimento de 24%. Em 1850, de 3.178.055, crescimento de 29%.

Onde se viu uma tão espantosa reprodução da espécie humana?

O menor período para a duplicação da população europeia é de 34 anos, em Bade. Na mesma União Americana, a população do Norte, apesar dos subsídios importantes da imigração, só dobra por quartéis de século.

O Brasil não tem estatística para que os números, inflexíveis dialéticos, exibam a mesma irrefragável evidência da vasta reprodução da raça africana. Mas cada um de nós tem a prova no seu lar, que povoam as crias, não obstante o mau vezo das mães nas grandes cidades.

De resto, cumpre advertir em uma circunstância. A licença dos costumes prepondera na escravatura, como nas classes ínfimas da sociedade, que vivem com ela confundidas. Na parte livre, porém, os frutos dessa desordem crescem; enquanto escapam à parte escrava. O vigor prolífico do homem cativo não aproveita a sua casta; o da mulher, mesmo em larga porção, entra na população livre, ou pelas casas de expostos e alforrias no batismo, ou pelo resgate frequente do pai ingênuo.

Tranquilizem-se os filantropos; a escravidão no Brasil não esteriliza a raça nem a dizima. A redução provém desses escoamentos naturais, que se operam pela generosidade do senhor, pela liberdade do ventre e também pela remissão. Diariamente esses meios se desenvolvem à medida que sobe o nível da civilização com o argumento da classe livre.

Dois são os modos de incremento para a população livre, a geração e a acessão. Limitada ao primeiro, unicamente, só tarde conseguira ela atingir a capacidade necessária para absorver a escravatura ou preencher o vácuo deixado por esta. É necessário que a coadjuve o segundo meio, a acessão, ou incorporação de população estranha.

Essa incorporação pode ser de castas estranhas já existentes no país, mas separadas por sua barbaria e condição. Neste caso estão as hordas selvagens dos indígenas que vagam em Amazonas, Mato Grosso, Goiás e outras províncias; e também a parte emancipada da casta servil, que se anexa e assimila ao todo da população.

A maior acessão de habitantes, depois que se desenvolveram as vias de comunicação e a Europa regurgita de população, é sem dúvida a imigração. Foi ela que pôs termo à escravidão nos Estados Unidos e há de operar a mesma revolução no Brasil. Sem esse transbordamento do mundo antigo; sem essa locomoção das massas que a indústria facilita; o braço servil teria de laborar por muitos séculos a América.

A imigração é a grande artéria que despeja novo sangue vigoroso no organismo do país enervado pelo trabalho escravo. É ela que restabelece o temperamento da população e lhe restitui a robustez.

Notai, senhor, que eu falo da emigração, e não da colonização: tão fecunda é aquela quanto estéril esta. A colonização, se escapa de uma especulação escandalosa, degenera em servidão, opressiva como a escravidão, e mais turbulenta do que ela; já a chamaram, e com justiça, escravidão branca.

A propósito de imigração, quero apresentar-vos, senhor, uma consideração triste.

Filhos da velhice de um povo, educados neste canto do mundo sem ar e sem luz, sem o ar da liberdade e a luz da civilização; conquistamos nossa independência em 1823 [*sic*], quinze anos apenas depois que cessou a nossa clausura com a franquia dos portos ao estrangeiro.

Entrando na sociedade das nações, tomamos logo, do primeiro passo, lugar entre as mais livres. Ainda na fase agitada da organização, conseguimos, não obstante, desenvolver nossos recursos e trilhar a senda do progresso. Enquanto, em torno de nós, as repúblicas de origem espanhola eram dilaceradas pela anarquia, o império se consolidava pelo trabalho.

As provas de honestidade que deu o país nascente no instante de sua emancipação, indenizando Portugal de uma parte de sua dívida, não se desmentiram. Apesar das perturbações inevitáveis de suas finanças mal organizadas, o Brasil foi sempre um Estado probo, que honrava sua firma nas praças da Europa.

Um espírito liberal a respeito da nacionalidade animava o povo brasileiro e sua legislação. Oferecemos hospitalidade cordial a todas as religiões, como a todas as escolas; e isso no tempo em que estas ideias de liberdade e tolerância não eram aceitas por muitos dos principais países da Europa. A naturalização dependia de fácil processo; e a constituição (art. 6, § I.º), hoje infelizmente interpretada, nacionalizava a prole do residente estrangeiro.

Entretanto, senhor, que fazia a Europa enquanto enviávamos esforços para mostrar-nos dignos da civilização? Enviava-nos acaso as sobras de sua população industriosa, à míngua de recursos, para coadjuvar a obra de nosso desenvolvimento, fartando-se na abundância deste solo?

Oh! Que não! Prescindindo de nossos irmãos de origem, os portugueses, que vinham trazidos por tantas afinidades; só aparecia no Brasil de outras nações certo número limitado de comerciantes, que estacionavam na cidade, e alguns viajantes que retribuía nossa cordial hospitalidade com a maledicência. Parva satisfação de ridicularizar uma sociedade infantil, como se as crianças nascessem falando; e os povos, já civilizados.

A Germânia, essa grande fábrica de homens, *humani generis officinam*¹, como a chamou Jornandez², arrojava o aluvião de sua raça opulenta para a América do Norte. O Brasil, se quis, teve de pagar bem caro alguns centos de colonos que não indenizaram com seu trabalho o mal que fizeram a nossa reputação suas queixas injustas.

Que decepções temos sofrido, senhor. O homem do norte, o puro saxônio, o atleta da indústria, portento de atividade, em aportando ao Brasil, parece que perde seu espantoso vigor e cai numa prostração incompreensível! Para fazer desse indivíduo um trabalhador, é preciso agasalhá-lo bem, abrir-lhe boas estradas para que penetre no interior e ali preparar-lhe a casa com todos os aprestos necessários a uma cômoda existência.

Entretanto, o filho da raça latina, o explorador português, nos tempos coloniais, arrojava-se destemidamente ao deserto; levava consigo não somente seu caminho, que ele abria através da floresta; como sua casa que levantava com algumas palmeiras no lugar escolhido. Assim foram criadas as nossas povoações do interior.

Dirão que havia na América do Norte muitas atrações para chamar os europeus: a língua, a índole, a religião, os usos. Não o contestamos. A emigração é uma corrente entre a Europa e a América. São baldados os esforços para desviar seu primeiro curso antes do prazo. Quando

1 ∞ “Oficina de gênero humano”. [N. do O.]

2 ∞ Jornandez, o Godo, citado por Montesquieu em *O Espírito das Leis*. [N. do O.]

os Estados Unidos abarrotarem de população, o Brasil receberá os transbordamentos.


Mas se não nos arrogamos o direito de pedir contas à Europa do destino de sua emigração e do vácuo imenso que deixa neste império; se nos resignamos a caminhar gradualmente com os subsídios do nosso velho Portugal; parece que devíamos estar isentos dos reproches da filantropia europeia a respeito da escravidão.

Com efeito, quem manteve a escravidão no Brasil desde a nossa independência? Quem desenvolveu o tráfico depois de 1835? Quem, especialmente depois da extinção daquele comércio ilícito em 1852, conservou o trabalho escravo em nosso país?

A Europa, e somente a Europa. É a verdade, senhor; e eu sinto não ter uma dessas vozes, que o gênio faz estrondosa, para repercutir bem longe, no seio do Velho Mundo, velho moralista à guisa de Epicuro¹.

Se aquele grande viveiro de gente houvesse nestes últimos quinze anos enviado ao Brasil um subsídio anual de sessenta mil emigrantes, número muito inferior à imigração americana, a escravidão teria cessado neste país. Venha ainda agora esta torrente de população e, em vinte anos ou menos, afirmo que o trabalho escravo estará extinto no império, sem lei abolicionista, sem comoção nem violência.

Prevejo o subterfúgio por onde se hão de escapar. Dizem que a escravatura repele a imigração branca; e citam o exemplo dos Estados do Norte da União Americana em paralelo com os do Sul. Erro completo. A avultada imigração daquela parte da Confederação foi causa e

1  Epicuro de Samos (341 a.C.–270 a.C.), filósofo grego do período helenístico. Sua filosofia ansiava pela alegria, por uma vida tranquila caracterizada pela aponia, a ausência de dor e medo, em convivência com os amigos. A finalidade da vida estaria na busca constante do prazer. [N. do R.]


não efeito da abolição da escravatura. A teoria de repulsão do trabalho livre pelo escravo é um grande absurdo. Vale o mesmo que a torrente, força ativa e enérgica, dizer à terra, à resistência inerte – “retirai-vos que eu quero passar.” A onda cava e abre seu álveo; é o que faz o trabalho livre em país de escravos. Assim já vai sucedendo no Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte e outras províncias.

Portanto, em vez de consumir seu tempo a caluniar nossas intenções e deprimir os costumes brasileiros, melhor promovera a filantropia europeia suas vistas humanitárias, ocupando-se em desvanecer as injustas prevenções levantadas contra o império americano.

Não é ao monarca do Brasil, a vós, senhor, que se devia dirigir a sociedade abolicionista de França: a causa moral e econômica do trabalho livre está ganha há muito tempo em vosso espírito e coração, como na consciência de vosso povo. A aplicação é somente o que falta para a tornar uma realidade neste país.

Se o Sr. Laboulaye¹ visitasse o Brasil, havia de palpar esta verdade.

Não depende de nós, que não fabricamos população, mas dos imigrantes, unicamente, a aplicação do trabalho livre no Brasil. A eles, pois, aos europeus convença a sociedade abolicionista da necessidade de buscarem nosso país, a fim de aliviar a humanidade da pecha da escravidão. Estabeleçam a propaganda neste sentido; mostrem ao interesse individual o império como ele é e darão ao grande princípio da liberdade um triunfo generoso e incruento. A escravidão cairá sem rastar à miséria e à anarquia uma nação jovem.

1  Edouard René Lefèvre de Laboulaye (1811-1883), escritor e político francês, foi presidente da Sociedade Francesa contra a escravidão e um dos signatários da mensagem ao imperador. [N. do O.]

XI

Há um terror pânico da unanimidade que assalta os espíritos fracos.

Essa resistência da unidade contra a multidão os apavora e acabrunha. Abatem suas convicções à pressão da totalidade; e deixam-se arrastar atados à cauda do prejuízo, como da verdade.

A causa da emancipação em nosso país fez caminho rápido por este meio, graças àquele pânico. Muitos espíritos se assustaram seriamente com a ideia de que o Brasil era atualmente o único país onde a escravidão existia no seio mesmo da pátria, sem o caráter colonial; e brevemente seria talvez o único onde vivesse uma instituição universalmente execrada.

Esta ideia, bem ataviada pelos filantropos, devia comover o ânimo nacional. Nenhum povo brioso consentiria em ficar na última fila das nações cultas, quase confundido com os Estados semi-bárbaros do Oriente, objeto de aversão para a humanidade. No desígnio de resguardar-se de semelhante humilhação, ninguém, homem ou povo, hesitaria em sujeitar-se aos maiores sacrifícios.

Será verdade, porém, senhor, que a escravidão, reduzida exclusivamente ao Brasil, o arraste àquela posição aviltante? Daremos nós prova de barbaria e iniquidade mantendo a instituição, apesar de sua completa abolição no resto do mundo?

Decididamente, não.

Antes de qualquer consideração, não se esqueça a natureza da escravidão em nosso país, tal como a fizeram, acinte da lei, os costumes nacionais e a boa índole brasileira. A condição do nosso escravo, comparada com a do operário europeu, é esmagadora para a civilização do Velho Mundo.

Os Estados Unidos, nação poderosa, com perto de um século de existência política e um desenvolvimento espantoso da indústria, só agora conseguiram extirpar o trabalho escravo do sul de seus estados. As mais poderosas nações da Europa, Inglaterra e França, grandes já quando estávamos no limbo do desconhecido, só neste século, e no segundo quartel, obtiveram purgar suas colônias do elemento servil.

Ao Brasil, pois, é que se há de estranhar a demora neste supremo esforço, quando ainda está ele na infância, contando apenas quarenta e quatro anos de existência política depois de três séculos de isolamento e abandono?

Tanto vale escarnecer da criança porque não se tornou homem ainda!

Não temo, senhor, para nossa pátria, que lhe venha desonra de conservar a escravidão por algum tempo, ainda depois de geralmente abolida. Seremos os últimos a emancipar-nos dessa necessidade; mas há quem possa atirar-nos a pedra por esse pecado da civilização?

Se esse povo existe, de consciência limpa, ele que se levante.

Será acaso a França?

Não é possível. A França, que aboliu a escravidão de suas colônias em fins do século passado, no momento em que fazia ao mundo a pomposa declaração dos direitos do homem, e retratou-se restabelecendo-a poucos anos depois para só extingui-la em 1848; a França não tem o direito de levantar a voz neste assunto. Conservar escravo o

homem que nasceu tal é uma instituição; reduzir à escravidão pessoa livre é um crime.

Será acaso a Inglaterra?

Oh! Essa menos que nenhuma outra! À soberba indignação britânica permiti-me opor a palavra sensata de um homem ilustre, que se foi mau político, em sentimentos cristãos ninguém o excedeu. Chateaubriand¹, defendendo sua pátria contra a filantropia inglesa, como eu agora defendo a minha contra a filantropia francesa, escreveu o seguinte:

“A Inglaterra tinha medo que o tráfico de africanos, a que ela renunciara com pesar, caísse nas mãos de outra nação; queria forçar França, Espanha, Portugal e Holanda a mudar subitamente o regime de suas colônias, sem indagar se estes Estados haviam chegado ao grau de preparação moral em que se podia dar liberdade aos negros, abandonando ao contrário à graça de Deus a propriedade e a vida dos brancos”.

Em seguida recorda, como todos os tories [conservadores] ilustres, Londonderry², Wellington³, Canning⁴, durante 30 anos adversários firmes da moção de Wilberforce⁵; de repente se haviam eletrizado pela liberdade dos africanos; porque essa liberdade era a ruína com-

1 ☞ Ver nota 2 na p. 33.

2 ☞ Robert Stewart, Visconde de Castlereagh e Marquês de Londonderry (1769–1822), político conservador britânico. Representou o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda no Congresso de Viena. [N. do R.]

3 ☞ Arthur Colley Wellesley, I.º Duque de Wellington (1769–1852), marechal e político britânico, Primeiro-ministro do Reino Unido por duas vezes. Destacou-se no combate às tropas napoleônicas na Península Ibérica e derrotou Napoleão em Waterloo. [N. do R.]

4 ☞ Ver nota I na p. 74.

5 ☞ William Wilberforce (1759–1833), político britânico, filantrópico e líder parlamentar do movimento a favor da abolição do tráfico negreiro. [N. do R.]

pleta das colônias e navegação das nações marítimas, suas competidoras. O egoísmo se embuçara com a filantropia.


A Inglaterra, que no tempo de Cromwell¹ tolerou a venda de escravos brancos na América; e ainda hoje admite o chicote como instrumento de castigo em sua Marinha, depois de haver proibido no art. 17 do *Bill* abolicionista de 28 de agosto de 1733, a respeito do negro, essa pena “que degrada a dignidade humana”; a Inglaterra devia rasgar quanto antes o *Bill Aberdeen*², que é antes uma nódoa viva no seu passado do que uma prepotência contra uma nação fraca.

Se estas duas nações não podem lançar-nos a pedra, menos qualquer outra da Europa. O velho mundo tem em seu próprio seio um cancro hediondo que lhe rói as entranhas: é o pauperismo. O aspecto repugnante desta miséria em que jaz a última classe da sociedade, a degradação dessas manadas brutas, apinhadas em esterquilínios; rebaixa e avilta a humanidade mais do que a antiga escravidão.

Valem-se os filantropos, apanhados em flagrante, da liberdade e encarecem este dom além da realidade. Se a independência fosse o destino do homem, o selvagem seria o mais civilizado e próximo da perfeição. A liberdade é o meio, um direito; o fim é a felicidade, e desta o escravo brasileiro tem um quinhão, que não é dado sonhar ao proletário europeu. De que serve ao pária da civilização a liberdade que a lei consagra por escárnio, quando a sociedade a anula fatalmente por sua organização, criando a opressão da miséria?

Se não há na Europa, devorada em suas entranhas, haverá acaso na América, povo que nos lance a pedra?

1  Ver nota 2 na p. 35.

2  Lei de iniciativa de Lord Aberdeen, de 1845, que dava à Marinha britânica o direito de aprisionar navios brasileiros envolvidos no tráfico de escravos. [N. do O.]

Por ventura os Estados Unidos orgulhosos da recente abolição? Não creio. Era preciso esquecerem as atrocidades ali cometidas contra os escravos; as caçadas de negros a dente de cão; os prejuízos selvagens de raça; enfim todo esse cortejo odioso da escravatura americana, da qual por crassa ignorância, dividem com o Brasil a responsabilidade.

Os Estados Unidos tem bastante em que se ocupar com o fermento de suas paixões políticas, e o aluvião de uma escravatura recentemente liberta; para se darem à utopias filantrópicas, enlevo dos espíritos devolutos.

Serão as repúblicas da América que nos exprobem a conservação da escravatura?

Talvez, porque não podem sofrer a superioridade do império. Abolindo no momento da emancipação o trabalho servil, esses povos, embriagados de liberdade, sufocarão sua pequena indústria, especialmente sua lavoura rudimentária. A agricultura é um elemento essencialmente conservador; eliminando-o, as repúblicas americanas se abandonarão à anarquia.

Esses países convulsos, laborados pela guerra civil, consumidos pela febre revolucionária, talvez reprochem ao Brasil haver seguido outra direção. De feito, o império, resistindo às seduções da liberdade, preservou sua agricultura. Graças a este esforço pode mostrar-se probo e sisudo, honrando sua firma na Europa; e assegurando a seus filhos uma pátria nobre e digna.

Uma só página da história das repúblicas do centro e sul da América é bastante para calar a voz que se levante aí contra a escravidão no império.

Caminhe, pois, o Brasil desassombrado. Não se deixe tomar de pânico ante a opinião geral. Em todos os países, ainda os mais civilizados, há uma última raiz do passado; entre nós é a escravatura, como na Europa é o pauperismo.

XII


É o momento de considerar a abolição a respeito da forma e da oportunidade.

Contra as considerações que desenvolvi, sem dúvida, surgiram em vosso espírito objeções deduzidas do projeto em via de elaboração¹. Não pretende o governo a abolição imediata, porém, sim, depois de finda a guerra. Nessa mesma ocasião a medida não será instantânea, porém gradual e a longo prazo.

Assim, previne-se o risco de um grande abalo na sociedade e modera-se a perturbação econômica. A substituição do trabalho servil pelo trabalho livre se realiza proporcionalmente; à medida que um se retrai, o outro se dilata. Meditei todas estas razões e muitas outras que se podem produzir em favor do sistema.

Não hesito, porém; eu o condeno.

Se um governo, desconhecendo a natureza da escravidão, se propõe extingui-la por ato legislativo; neste caso, sempre desastroso, eu lhe aconselharia antes o meio pronto, súbito, instantâneo, como uma calamidade menor. Era uma amputação dolorosa; se o enfermo não sucumbisse, a chaga iria cicatrizando, e ele ficaria mutilado, porém tranquilo.

1  A pedido do Imperador, o Senador Pimenta Bueno redigira anteprojetos abolicionistas que desde o início de 1866 se achavam em discussão no Conselho de Estado. [N. do O.]

Mas essa operação lenta, excessivamente dolorosa, torna-se insuportável: quanto mais longa, mais perigosa. A sociedade não pode permanecer dez ou vinte anos em guarda constante contra a insurreição minaz que uma faísca basta para levantar. A comoção causada por esse perigo surdo, mas presente a toda hora, perturba a existência de um povo.

É ilusória a esperança de uma substituição lenta. No momento em que plainasse sobre o país uma lei de emancipação qualquer; toda a casta sujeita se colocaria à sombra dela, para deduzir daí seu direito indisputável. Pouco importavam as condições; tudo se resumia no grande princípio, no reconhecimento solene de sua liberdade.

Desvanecido o prestígio da instituição, cada um desses indivíduos seria um adversário disputando seu direito ao opressor; e coagindo-o a consagrá-lo em sua plenitude. A geração nova, libertada no ventre, era a primeira a revoltar-se para arrancar ao cativo seus progenitores. E quem teria o direito de estranhar neles o estímulo nobre do amor filial?

Não esqueçam as simulações. Já tivemos o exemplo a respeito do tráfico: todos os indivíduos novamente importados eram lançados à conta do tempo em que era lícita essa aquisição. Assim hão de retroagirem ao cativo os nascimentos acontecidos já no período de liberdade. Mais um elemento para a combustão.

A Inglaterra adotou a respeito de suas colônias o sistema gradual. Criou um estado intermédio entre a escravidão e a liberdade, que designou com o nome de aprendizagem, durando entre quatro e seis anos. “Transição perigosa, diz Cochin¹, que expunha as colônias à desordem, a propriedade, à ruína, a liberdade, a uma derrota sanguinolenta e onerosa.” (Vol. I, pág. 377)².

1 ☞ Ver nota I na p. 287.

2 ☞ Pierre-Suzanne-Augustin Cochin. *Abolition de l'Esclavage*, 2 v., 1861. [N. do O.]

Com efeito, se não fosse o grande poder da Inglaterra, vigilante e alerta durante essa operação arriscada, a explosão da liberdade, imprudentemente agitada, mas não desabafada, houvera exterminado as colônias. Assim mesmo, sob o sistema de proteção da metrópole, a convulsão durou anos e tomou algumas vezes aspecto medonho.

Que será do Brasil, senhor, em uma crise semelhante, não fora da influência dela, mas no foco mesmo da agitação, atribulado pelo mal interno, obrigado a atender a todos os perigos, sociais e políticos? Já lançastes, senhor, vosso espírito a essa terrível conjectura e sondastes estes refulhos dos acontecimentos?

Confesso-vos que essas profundezas do futuro me causam vertigens.

A única transição possível entre a escravidão e a liberdade é aquela que se opera nos costumes e na índole da sociedade. Esta produz efeitos salutares: adoça o cativo; vai lentamente transformando-o em mera servidão, até que chega a uma espécie de orfandade. O domínio do senhor se reduz, então, a uma tutela benéfica.

Esta transição, fora preciso cegueira, para não observá-la em nosso país. Viesses ao Brasil algum estrangeiro, desses que devaneiam em sonhos filantrópicos nas poltronas estufadas dos salões parisienses, e entrasse no seio de uma família brasileira. Vendo a dona da casa, senhora de primeira classe, desvelar-se na cabeceira do escravo enfermo; ele pensaria que a filantropia já não tinha que fazer onde morava desde muito a caridade.

Estudando depois a existência do escravo, a satisfação de sua alma, a liberdade que lhe concede a benevolência do senhor; se convenceria que esta revolução dos costumes trabalha mais poderosamente para a extinção da escravatura do que uma lei porventura votada no parlamento.

Todas as concessões que a civilização vai obtendo do coração do senhor limam a escravidão sem a desmoralizar. O escravo não as

erige em direito para revoltar-se, como sucede com os mínimos favores de uma lei; ao contrário, tornam-se para ele benefícios preciosos que o prendem ainda mais à casa pela gratidão. Esse cativo, se for libertado, permanecerá em companhia do senhor; e se tornará em criado.

O liberto por lei é inimigo nato do antigo dono; foge a casa onde nasceu. O ódio da raça, que se havia de extinguir naturalmente com a escravidão, assanha-se ao contrário daí em diante. Tal será a sua ferocidade que uma casta se veja forçada pelo instinto da conservação a exterminar a outra.

Bem sabeis, senhor, a sorte deplorável dos cativos, que, por sua morte, Washington¹ deixou libertos. Pereceram na miséria. Não ignoreis também que Jefferson², entristecido com estes exemplos, não se animou a realizar de plano sua ideia da emancipação geral, limitando-se a prepará-la pela reexportação dos africanos, de que procede a atual república da Libéria.

Não resta dúvida. A abolição gradual é mais nociva do que a abolição instantânea. Para esta a nação concentra suas forças durante a operação e repousa logo do grande choque. Há perigo, e perigo sério, mas rápido, passageiro.

Entretanto, senhor, se neste assunto confio principalmente na revolução íntima dos costumes e ideias da sociedade, não descreio, contudo, da ação da lei sábia, que exerce nos preconceitos uma influência benéfica, por isso mesmo que é indireta e branda. Como vício constitucional do império, não pode a escravidão ceder a re-

1 ☞ Ver nota 2 na p. 57.

2 ☞ Thomas Jefferson (1743–1826), advogado e político dos Estados Unidos da América do Norte, terceiro presidente do país (de 1801 a 1809). Um dos pais dos Estados Unidos. [N. do R.]

médio: mas convém submetê-la a um certo regime, a uma higiene administrativa.

Carece de grave meditação o complexo de medidas tendentes à preparação moral e econômica do país para o trabalho livre. Se eu nutrisse esperança de que minhas ideias a este respeito captariam vossa atenção, as explanara decerto. Poupo ao meu espírito mais um desengano.

De todas estas considerações que apontei e que, bem desenvolvidas, davam matéria para um livro, a suma é esta: para a casta sujeita, ainda não educada, a emancipação, nas circunstâncias atuais, é um edicto de miséria pelo abandono do trabalho, e de extermínio por causa da luta que excita entre as duas raças.

Para a casta dominante, especialmente a agrícola, importa a ruína pela deserção dos braços e impossibilidade de sua pronta substituição; importa igualmente o perigo e sobressalto da insurreição iminente.

Para o Estado significa a bancarrota inevitável pelo aniquilamento de sua primeira indústria, fonte da riqueza pública; e como consequência o crédito nacional destruído, a nossa firma desonrada no mercado estrangeiro.

E chama-se a isto filantropia? É esta oblação feita da melhor substância nacional, amassada com lágrimas e sangue de uma população inteira, que se deseja votar à caridade?

Rio, 26 de julho 1867.

ERASMO

QUINTA CARTA (SOBRE O DONATIVO IMPERIAL)

Senhor,

Resolvestes desde já ceder para as urgências do Estado a contar de março vindouro a quarta parte de vossa dotação.

Dirigistes para este fim uma carta ao Sr. Zacarias¹, que a leu perante a Câmara dos Deputados com a devida solenidade.

Creio que o nobre presidente do conselho figurou aí como simples órgão da nação, a quem naturalmente se referia vosso pensamento, praticando esse ato de abnegação.

Como cidadão, que ainda me consentem ser deste império, e um dos contribuintes do orçamento, tenho uma parte, embora tenuíssima, na vossa generosidade. Não devo, pois, conservar-me indiferente.

Já a imprensa, em nome da opinião pública, vos retribuiu com bonitos e merecidos elogios. No parlamento a leitura de tão importante documento foi saudada com ferventes aplausos.

Quero eu também responder-vos por minha conta própria.

Não aceito, senhor, o vosso donativo; e até vos contesto o direito de o fazer. Se tomais por uma exorbitância este meu modo de pensar, lede a constituição, que vos fez imperador.

I  Ver nota I na p. 76.

A dotação, conferida pela nação ao monarca, bem como aos membros principais da dinastia, não é uma remuneração de serviços, como o ordenado do funcionário público.

Pelo trabalho de governar, decerto não vos daria o Brasil oitocentos contos de réis anuais; e menos ainda os cem contos que recebem as augustas princesas, sem a mínima ingerência no governo do país.

É o decoro do trono e a dignidade da nação, como diz-nos a lei fundamental (art. 108), que determina a dotação. Foram estas razões, inteiramente alheias à vossa pessoa, que elevaram à soma atual o pequeno apanágio de vosso augusto pai.

Assinando a quantia de oitocentos contos de réis para vosso tratamento anual, arbitrou a Assembleia Geral o grau de lustre e pompa da coroa brasileira. Desde, pois, que cedeis uma parte dessa dotação, não alienais vosso dinheiro ou uma parte de vosso patrimônio; mas, sim, um quinhão do decoro do trono e da dignidade nacional, coisas que não pertencem ao Sr. D. Pedro II¹, pois é delas mero depositário.

Pode um empregado ceder em benefício do Estado uma parte ou mesmo todo o vencimento, porque dá do seu; oferta à pátria necessitada algumas bagas de suor, algumas horas de fadiga. Mas vós, senhor, vós, cuja existência inteira foi dedicada à felicidade deste povo, não tendes o direito de ser pródigo de semelhantes migalhas.

É sabedoria e prudência que a nação espera de seu monarca e lhe pede com ânsias. Quanto às espórtulas pecuniárias, que lhe jogam em paga de sua paciência evangélica, afirmo que ela as rejeita.

O povo brasileiro tem dado provas de nimamente sofredor. Não se contam já as humilhações que ele há suportado impassível desde o princípio desta guerra. Mas, se esquece seus bríos, ainda não desceu felizmente à vileza de os regatear.

1  Ver nota I na p. 12.

Estes duzentos contos, que renunciáveis, são muito para vossa casa desfalcada e sempre mal gerida: são demais para os infortúnios que vossa mão beneficente alivia. São nada, porém, para a nação oberada com uma despesa enorme e um desfalque estupendo.

Ah, senhor! Se quereis ser generoso para com esta nossa pátria, tão deserddada do amor de seus filhos e tão órfã de seu monarca, não é atirando-lhe aos centos de contos de esmola que lograreis essa glória. Não! Será pondo um termo a esse esbanjamento desordenado que tem exaurido todas as reservas do país e vai sorver os últimos recursos do futuro.

Não são os vossos duzentos contos de réis que hão de suprir o vácuo aberto no orçamento por uma administração imprevidente e desasada.

Não há de ser a quarta parte de vossa dotação que nutra o manancial de ouro já estanque, para de novo despejar aos jorros nas repúblicas do Rio da Prata.

Não é o vosso óbolo que virá garantir o crédito público, profundamente abalado, e a probidade do império brasileiro, ameaçado de uma bancarrota infalível.

Não chega, enfim, senhor, a vossa espórtula para restituir à família do operário e do lavrador a finta onerosa, ou a vida do chefe imolada, não à defesa da honra nacional, seria um dever sagrado, mas ao capricho de alguns indivíduos, o que é uma iniquidade.

De que serve, portanto, senhor, privar-vos de certa decência indispensável ao trono; ou mesmo da íntima satisfação de enxugar uma lágrima e mitigar uma dor?

Em vossa mão compassiva e boa demais esta soma terá melhor destino. Talvez se transformasse nos orvalhos santos da caridade, a rociar as aflições que penetram nessa mansão tranquila de S. Cristóvão.

A beneficência é uma das pompas da majestade e prima entre as mais brilhantes; compõe ainda melhor que os esplendores e as galas

o decoro do trono. Quando a realeza se unge nesta virtude, mostra-se o legítimo representante da soberania nacional, porque é também o representante da Providência, que inspira o coração magnânimo dos povos.

Fazer da caridade uma espécie de atribuição exclusiva da Igreja e de seus vigários, como já pretenderam no Parlamento brasileiro, seria uma extravagância, se não fosse infelizmente coisa pior; um efeito do grosseiro materialismo que pervaga o país de todos os lados.

Porventura uma parte dessa quantia renunciada por vós não tivera aquele sublime destino, porém um emprego menos acertado, como o de nutrir certas cobiças e vaidades parasitas do trono. Todavia, era apenas uma prodigalidade de vossa parte, uma bondade mal usada.

Entretanto, abandonados ao governo, esses duzentos contos vão ser um foco de imoralidade e corrupção. Carniça atirada ao tempo, que a podridão logo decompõe, não tarda cobrir-se de um enxame de vermes à ceva.

Quanta paixão sórdida não vem acender esse punhado de ouro atirado sobre o tapete verde do orçamento? Quanto embuste e mentira não custará ao pudor político, já expirante, a dissipação desta migalha?

Em nome da dignidade do país e da honestidade do governo, senhor, retirai o presente funesto!

Se houvesse necessidade real dessa quantia de duzentos contos de réis, para desempenhar algum serviço indispensável da administração, ainda assim não carecera o governo da quarta parte de vossa dotação.

Bastava-lhe uma pequena emissão de títulos ou condecorações para levantar prontamente soma igual, senão superior. Vinte baronatos ou cinquenta comendas, eis, senhor, quanto justamente vale o vosso donativo ao Estado.

Que mal faria ao país, já tão inçado da praga, mais cinquenta fidalgos despachados pela graça de seu dinheiro? No tempo em que se tiraram galés de Fernando de Noronha para confiar-lhes a guarda do pavilhão nacional, torna-se, com efeito, indispensável enobrecer aqueles que não perpetram roubos nem assassinatos.

A não ser assim, que diferença houvera entre um facínora e um homem bem procedido?

No mesmo instante em que, para dissipar umas baforadas republicanas sopradas lá do Serro, essa decantada Acrópole mineira; o nobre Presidente do Conselho usava de vossa carta, como de um argumento de algibeira, sabeis o que se rumorejava pela cidade?

Falava-se na quarta missão extraordinária, que vosso insigne governo com um gênio admirável acabava de inventar, para ir a Buenos Aires consumir a nossa vergonha diplomática e desentranhar mais uma guerra do ventre fecundo desse monstro chamado a política platina.

Compreendeis bem, senhor, o alcance e a profundeza desta fatal coincidência?

Talvez não, porque uma névoa sinistra de certo tempo a esta parte tolda vossa mente e lhe empana a reconhecida lucidez. Desde 1863 vedes o país através das evaporações maléficas de uma política desgraçada; a política da vaidade.

A coincidência de vossa carta com os boatos de nova missão tem, senhor, esta medonha significação, que gela a medula do país.

No instante em que uma das augustas mãos estende à pátria aflita o óbolo de duzentos contos; a outra, obstinada e imprudente, joga na banca política uma nova cartada de duzentos mil contos, páreo que o povo brasileiro terá de pagar, suando sangue e dinheiro.

Em maio de 1864 uma primeira embaixada se inventou, que partiu com aparato para o Rio da Prata. Não soube então o país qual era seu

fim. Creio que nem o próprio monarca brasileiro ou seu gabinete o sabiam; devo crer, senhor, porque a alternativa seria cruel.

Só hoje conhece o Brasil o custo dessa filigrana diplomática. Duzentos mil já consumidos; e soma igual, senão maior, para continuar a obra-prima do progressismo, cujo remate, ficai certo, senhor, há de ser um grande opróbrio, como foi seu princípio um grave crime.

Segunda missão foi enviada a Montevideú. Obteve esta com tino superior aplacar a labareda açulada nas margens do Prata; porém uma centelha voara pelos ares, que produziu a explosão no seio do Paraguai.

A Missão Paranhos foi condenada pelo governo. A lógica o exigia. Seu chefe, se não tinha alcançado tudo, conseguira o possível. Não lhe era dado, nem a outro qualquer, suprimir o passado implacável e evitar o futuro sinistro que já acodia com espantosa velocidade.

A situação, que em 1863 se gerara no ventre do absurdo, devia, para ser coerente, punir o importante serviço prestado ao país por aquela missão.

Passemos a esponja sobre isto.

Seria nada o arrego de Lopes¹ se o Brasil fosse Brasil naquele momento, se o Império se possuísse. Mas, infelizmente, desde maio de 1862, senhor, que o havíeis reduzido a *anima vilis*, à besta destinada para as experiências de uma nova e incompreensível política.

Que estímulos e brios podia ter uma nação rebaixada à condição miserável de arcabouço ministerial, para a aprendizagem dos impúberes estadistas? De que exerceções de força e atividade, era capaz um povo enervado por governos fracos e completamente alheios à ciência da administração?

1  Ver nota 2 na p. 138.

O gabinete de 12 de agosto¹, que reprovava o ato diplomático 20 de fevereiro, selou com seu nome o documento mais vergonhoso de toda esta guerra, o Tratado da Tríplice Aliança. Quando meus olhos perpassam essa página.... suja é o nome; essa página da diplomática brasileira, sinto torvar-se o ânimo. Involuntariamente ocorre-me a ideia de um homem assalariando ao preço da dignidade dois espada-chins para instrumento de sua vingança!

Foi este pensamento ominoso que levou a Buenos Aires a terceira missão extraordinária, pomposamente designada pelo vulgo de embaixada. Não é possível calcular seu preço com exatidão, mas estou convencido que ela nos custará ainda mais caro que a primeira.

Em chegando a época da liquidação, quando tivermos de somar os cheques pagos por conta do crédito aberto a duas repúblicas insolváveis; então, se poderá orçar o verdadeiro importe dessa aliança, consignada ao Brasil pelo gabinete de 12 de agosto¹.

Portanto, senhor, se quereis ser generoso para nossa pátria, em vez de reduzir vossa dotação, o que a nada monta, impedi essa quarta missão, que apavora o espírito público, desde os primeiros e vagos anúncios; obstai à nova importação de calamidades que se há de realizar por meio dessa embaixada, como se realizou em 1864 e 1865.

Se fizerdes isso, não serão duzentos contos, mas duzentos milhões que ofertareis ao Estado. Não poupareis ao Brasil vinte barões ou cinquenta comendadores, que em tanto anda a quarta parte de vossa dotação; poupareis uma infinidade de vidas e outra miséria maior, se é possível, sobre esta miséria que nos aflige.

Quereis levar mais longe ainda a vossa generosidade e ser magnânimo e esplêndido como costumavam os antigos imperadores da Ásia?

1 ☞ Parece referência ao gabinete de 31 de agosto de 1864, presidido por Francisco José Furtado, que assinou o tratado. [N. do O.]

Despedi este ministério, que o país tem pago com tamanha usura. Cada um dia de sua vida custa mais ao Brasil do que vossos duzentos contos; porque lhe custa não somente ouro e sangue, a carne e os ossos; mas a honra, o brio, a dignidade, cuspidas a todo o instante pela bava da ambição.

Praticásseis vós este esforço, que não seriam os aplausos da Câmara encomendada, nem as palavras rituais da imprensa, a receber essa prova de amor e abnegação de vossa parte. Seriam as bênçãos sinceras de todo o país, as efusões de uma população inteira, sentindo que a mão poderosa e solícita de seu monarca a suspendia às bordas do abismo onde vai desabar.

Eu vos suplico, senhor, pelo vosso dever primeiro, por nossa pátria depois e pela dinastia finalmente, que vossa pessoa, bem sei não vos preocupa!

Eu vos suplico com todas as potências de minha alma; salvai o Brasil e com ele os penhores de sua integridade.

Não acabaria com meu coração que vos ele pedisse para mim o quer que fosse. Esquiva-se quanto pode de o fazer aos que lhe estão iguais. Mas para minha pátria, para este Brasil tão angustiado, quanto desquerido dos filhos que mais lhe devem; para este império, ainda fraco e tolhido, onde eu tenho um cantinho humilde que não trocara pelas maiores celebridades e grandezas do mundo; para este solo, que Deus abençoou e malsinam os homens; não tenho pejo de suplicar-vos, senhor.

Ou vós, ou a revolução. Fora daí nada existe neste imenso vácuo do presente.

Muitos increpam semelhante insistência, que, não obstante, se conservam impassíveis. Estranham que se peça ao monarca a salvação do país, como se o monarca fosse inventado para outra coisa, senão para

representar a missão de uma providência nacional. Entretanto, eles que censuram nada obram, nada absolutamente.

Estáticos à margem dos acontecimentos, que se despenham do alto e fogem com deslumbrante velocidade; assemelham-se às aves aquáticas, taciturnas e sombrias, quando se quedam à beira do rio, com os olhos fitos na correnteza das águas.

Às vezes o viajante que devassa estas paragens ouve um pio triste e lúgubre a reboar no seio da melancólica solidão. É o grito sinistro de alguns pássaros, que anuncia a borrasca; depois tudo cai e sepulta-se no profundo silêncio; e o rio, toldado pela vasa, continua a correr em demanda do oceano, túmulo insondável de quantas catástrofes!

Não encontrais em vossa marcha, senhor, a mínima resistência. Ao sobreceño imperial curvam-se as venerandas cabeças dos cidadãos encanecidos no traquejo dos negócios públicos. O Senado brasileiro, onde outrora se quebraram as ondas revoltas da anarquia, já não opõe diques à torrente da corrupção. Vosso ministério pode apresentar-se ali com os fardões cobertos de sangue brasileiro e estender a mão, que o Conselho dos Anciãos lhe abandonará a bolsa e os destinos da pátria.

Raros, dois ou três, se tanto, ficariam imóveis nas *curules*, como os padres conscritos quando Cesar¹ lhes pedia a ditadura.

O Senado não teme as iras do leão, mas sim a hidra que se enrosca na sombra. Erro fatal que teremos de expiar cruelmente. A única maneira de evitar a revolução da anarquia, que se está cevando com os desatinos da atualidade, seria a revolução da lei, a resistência constitucional dos poderes do Estado a quem a nação confiou a grave e suprema atribuição conservadora.

I ☞ Ver nota I na p. 118.

Negar ao governo pão e água, recusar-lhe abertamente o orçamento e abrir a luta franca e leal com a coroa era a atitude do Senado neste momento culminante. Tereis, então, de resolver, senhor, se as instituições do país deviam de ser imoladas ao vosso gabinete.

Neste caso, a nação ficava sabendo com que podia contar. Caíam as máscaras da comédia constitucional e entrávamos em pleno arbítrio. Ou receberíeis, como Napoleão III¹, a nova investidura nacional e poderíeis, então, dispor deste Brasil com direito perfeito, como coisa vossa; ou a nação, acordados os brios da prisca liberdade, vos faria conhecer a sua vontade imutável e havíeis de obedecer-lhe como seu primeiro cidadão e seu primeiro súdito

Mas o Senado, em quem estavam postos os destinos do país, encadeou a revolução legal e deixou subir o nível da arbitrariedade e prepotência. Há de chegar às bordas e extravasar. O que ficará, depois do aluvião?....

Deus o sabe.

Só vós, senhor, tendes em vossa mão o cravo da roda fatal: porque só vós existis neste país, como poder, como força, como opinião. É triste para um cidadão, filho de um povo livre, confessar estas coisas; mas são verdades que transbordam sem querer d'alma, e é preciso que transbordem para não afogá-la.

Se por momentos um homem, uma voz, um eco mesmo se levanta para opor-vos, não de frente – quem ousara? – mas de longe, através do Ministério, uma resistência oficial; é efeméride política de breve momento. Dura ainda a surpresa de semelhante energia, que já ela de todo se desvaneceu.

Rumorejam baixo uns sussurros misteriosos. Aludem a certos colóquios; citam-se palavras sibilinas. E toda a população acha natural que o homem se incline, a voz emudeça e o eco se dissipe.

1  Ver nota 3 na p. 84.

Tendes, senhor, para tudo, daqueles argumentos de que fala D. Basílio¹: — *certi argumenti à cui non si resiste*² —; o dilema terrível da pistola e da bolsa; da graça e da desgraça. Nomeais ministros contra a vontade; alcançais enviar ao Rio da Prata, como embaixadores, pessoas de perfeito juízo, coisa inverossímil. De um homem sisudo, de um caráter severo, tirais de repente, não sei por que alquimia, um aventureiro político ou um estadista poltrão.

Enfim, senhor, fazeis do preto branco: e até aquele milagre incrível, que excedia à onipotência do parlamento inglês, de fazer de um homem mulher, e de uma mulher homem, para vós, é nonada.

Mulheres haveis feito de quase todos estes cidadãos, que cercam o trono e, em vez de resistir-vos para vos salvar contra vossa própria obstinação, se contentam de chorar contritas no regaço imperial as misérias da pátria, sentindo-se consoladas depois deste desabafo.

Não há meses, vimos estadistas ilustres, e alguns dos mais famosos sacerdotes da liberdade, empenhados em fazer constitucionalmente um varão de uma senhora, somente para vos ser agradável. Se não conseguiram de todo, foi porque pairou nos ares uma dúvida a respeito do contentamento que vos traria esta fineza.

O ministro de vossa íntima confiança, o Sr. Zacarias³, com quem estais em tão perfeita correspondência epistolar, opôs-se. Então, suspeitaram que a prudência do rei houvesse derogado a ternura do pai.

Estas divagações, próprias de um espírito alvoroçado, me afastam do assunto. Ainda vos não disse todo meu pensamento a propósito da vossa carta. Não acrescentou essa generosidade um ponto sequer à vossa reputação. Bem conhecidas e justamente apreciadas são a singeleza de costumes e a sobriedade de vida, que distinguem o monarca brasileiro.

1 ☞ Referência não encontrada. [N. do R.]

2 ☞ “Certos argumentos a que não se resiste.” [N. do R.]

3 ☞ Ver nota I na p. 76.

Ao contrário, pelo modo por que o praticastes semelhante ato vos prejudicou no ânimo público. Não havia necessidade dessa solene confissão, feita em pleno parlamento, dos desarranjos da casa imperial. Se vosso desinteresse não estivesse acima de qualquer suspeita, diriam que era um pretexto fornecido para a recusa do donativo.

Sobretudo, fostes mal inspirado tornando em galardão a um indivíduo um ato vosso de patriotismo.

Napoleão III¹, a quem a França se doou pelo sufrágio universal, escreve cartas lisonjeiras a seus ministros e até lhes envia mimos de brilhantes. Mas ainda não se animou a fazer da miséria pública um pedestal à glória equívoca de Rouher²!...

20 de setembro.

ERASMO

1  Ver nota 3 na p. 84.

2  Ver nota 1 na p. 135.

SEXTA CARTA (SOBRE A GUERRA)

Senhor,

A paz é uma grande vergonha....

O coração brasileiro se congela ao som desta palavra cruel. Reflui o sangue açoitando as faces do cidadão brioso, que se estremece pela honra nacional.

A paz é um ato de miséria....

O Brasil, a segunda nação da América, destinado à primazia do mundo, abater seu estandarte ante o arreganho de um pequeno déspota, quase selvagem?

Não há filho deste império que se não possua de horror ante a possibilidade de semelhante opróbrio.

A paz é uma vilania....

Não tem alma um povo de onze milhões de almas que não esmaga a insignificante republiqueta por falta de um exército de cinquenta, de cem, de duzentos mil soldados. Povo pusilânime, avaro de seu sangue e desamparado do sentimento de sua dignidade!

Eis o que murmura dentro de vossa alma a voz do pundonor, o pátrio orgulho.

Mas, senhor, há coisa pior que a paz. Há outra vergonha, outra miséria, outra vileza superior a essa. É a guerra como a tem feito vosso governo.

Não se concebe que o Brasil possa em condição alguma sofrer maiores humilhações do que tem curtido sob a influência maléfica da política internacional inaugurada em 1864.

Esta é também, senhor, a convicção do país.

Entre dois males terríveis, entre a vergonha da paz e a ignomínia da atualidade, ele prefere a menor. Dói-lhe muito deixar incólume a afronta do Paraguai; porém dói-lhe mais cruamente ainda servir de alvo ao insulto de seus aliados e ao menoscabo do mundo.

A guerra sob a política dominante tornou-se impossível. Compenetrai-vos bem desta verdade, que é implacável, senhor. Curvemos a cabeça ao peso da fatalidade. Não há resistir-lhe.

Este gabinete não consegue mais do país o exército indispensável para o nosso triunfo; não alcança um subsídio sequer de dez mil homens para suprir as falhas de nossos batalhões.

Ponham em jogo todos os meios, a sedução como a violência; serão baldados.

Nenhum brasileiro empunhará as armas para submeter-se às ordens de um general estrangeiro, que escarnece impunemente de nossa pátria.

Nenhum cidadão deixará sua família ao abandono para esterecer nos pântanos do Paraguai, testemunha impotente de nossa degradação.

Nenhum homem de brio arriscará a vida inutilmente para receber em prêmio de seu heroísmo sob a forma de medalha uma ração de opróbrio e desonra.

Não há mais quem sacrifique uma só gota de sangue para defender a dignidade de um país, que seu próprio governo é o primeiro a aviltar e prostituir.

Não há mais quem sinta ferver em sua alma os entusiasmos generosos da honra nacional, desde que a sepultaram nos arquivos de Buenos Aires em tratados e notas de perpétuo estigma.

Não há mais um filho que se estremeça ao grito da pátria ofendida; porque a pátria já não existe. Puseram no lugar dela um mercado de condecorações, um prostíbulo da glória nacional.

Qual nobre estímulo há de levar agora os brasileiros ao Paraguai?

Tudo se poluiu; tudo se profanou. Ao heróico defensor do pavilhão nacional, o Brasil desgraçadamente já não tem outro meio de o distinguir, senão alquilando-lhe o valor e a intrepidez pelo custo de alguns escravos!

À mocidade generosa, que se arrancasse dos cômodos da abundância e dos prazeres dessa floração da vida para correr em defesa do emblema nacional, o lugar nobre que lhe reserva o governo é ao lado do galé, como seu companheiro de grilhão!

Deus! A que profundidade já chegou a perversão do senso moral neste desgraçado tempo?

E o partido que reduziu o país a tal extremo, que espancou todos os princípios da probidade política assim como do santo patriotismo, ousa invocar o povo brasileiro, em nome da dignidade nacional, que ele próprio fria e calculadamente abateu, fazendo tapete dela à arrogância gaúcha do Rio da Prata?

Mas há de ter do país a resposta que merece; uma gargalhada de mofa!

A defesa da honra nacional já não está agora nos campos do Paraguai, não. Transferiu-se para aqui, para esta cidade, corte do império, coração atrofiado deste povo infeliz.

Daquí partiu todo o mal; o miasma funesto desta guerra; a praga ainda mais terrível da Tríplice Aliança; todo este ramo de peste, enfim, que nos tem custado tantas vidas, tanto ouro e..., o que é mais duro, tantas afrontas!

Daqui vão ainda e irão as ordens para as constantes humilhações que diariamente chovem sobre o país, como para submeter às provas evangélicas sua admirável longanimidade.

E, por fim, senhor, quando esta política fatal tiver esgotado a série extensa das transações indecorosas, porá a esse tráfico da honra nacional, mareada pela ambição do poder, um remate digno da obra: a paz!

Não tenhais dúvida, senhor.

Eles, que atualmente se intumescem com a ênfase de um fofa patriotismo e bramam contra a mera possibilidade de pôr um termo digno à interminável campanha, prescindindo da vitória; eles mesmos seriam os mais fervorosos a abraçar-se com a paz, se vissem nela encarnada a sua ambição.

Querem a guerra presentemente, a guerra a todo o transe; porque esta significa o pleno arbítrio, a onipotência administrativa, a indulgência magna de todos os erros e de todos os crimes. A esta palavra mágica nada se opõe; o país entregou-se manietado ao governo.

A guerra presta ainda ao ministério de 4 de agosto¹ um serviço relevante. Apavora os estadistas eminentes que poderiam salvar o país com seu tino e energia. Há alguns que repelem até a possibilidade de serem chamados ao poder, porque receiam a responsabilidade tremenda desta situação.

Esse monopólio do governo, garantido ao atual gabinete pela repugnância de uns e incapacidade de outros, é um dos proventos da permanência deste estado de coisas. Não convém de forma alguma aos progressistas mudar a situação, resolvendo a questão eterna.

Mas, senhor, repita o país amanhã na praça, em alta voz, o que já vai dizendo em casa, à meia voz, de timão e barrete. Bata o pé ao go-

1  Presidido por Zacarias de Góis e Vasconcelos. [N. do O.]

verno e exija a paz, que o marcial gabinete de 4 de agosto, de pronto conciliador e filantrópico, aceitará aquela solução.

Virão a lume os princípios da civilização, o amor da humanidade e toda essa larga provisão de filosofia cristã, que tanto serviu para as festas da capitulação de Uruguaiana. Cantar-se-ia em todos os plectros a vitória incruenta da diplomacia!

Não duvidariam apor as armas do Brasil com as armas do Paraguai, n'algum papel com figura de tratado, digno reverso da Tríplice Aliança!

É possível que haja brasileiros capazes desta enormidade? Mas, senhor, esses de que vos falo não são brasileiros, são ambiciosos. Sua pátria é o governo; mantendo-se aí, dão a maior prova de civismo e abnegação.

Eis a que nos conduzirá infalivelmente a insistência do atual gabinete. No fim de uma campanha vergonhosa, uma paz humilhante. Ao cabo de tantos sacrifícios de toda a casta, a consagração da afronta por meio de uma estipulação indecorosa.

Neste caso antes começar pelo fim.

Poupar-se-ia o tempo, o ouro e até mesmo a dignidade tão longamente enxovalhada. Em vez de formar um livro triste na história pátria, a questão paraguaia ficaria apenas como um ponto negro, que o heroísmo brasileiro não tardaria ofuscar com os esplendores de outras glórias mais puras e dignas.

Cego e obstinado, o gabinete se recusa à convicção de sua impotência. Acredita que pode ainda levantar um exército e com ele arrebatat por fim o triunfo. Na efusão de regozijo nacional pela justa reparação, esperam os ministros obter da magnanimidade do povo a absolvição de tantos erros.

Como se a história, implacável e severa, não os aguardasse nos umbrais da posteridade para precipitá-los naquele nono círculo do Dante¹ onde se convulsam os parricidas.

Esse exército que se exige do Rio da Prata, e sem o qual parece impossível desfechar o golpe decisivo, onde o haverá o governo?

Do patriotismo?

Impossível, repito; porque ele não existe mais, senhor.

Da violência?

Grande temeridade; colocada a questão nesse terreno, desde que se calam os brios nacionais, clama o instinto da conservação individual.


Do ouro?

No tempo em que as guerras eram questões dos reis, que as faziam por sua conta, se toleravam os exércitos mercenários. Combatiam pelo capitão que lhes pagava; nada mais justo. Neste século, porém, tornando-se as guerras questões dos povos, não parece decente que eles confiem a mãos estranhas a defesa de sua honra.

Demais, o ouro escasseia; muito há que o anunciou o termômetro infalível de Buenos Aires. Sobrasse ele, porém, que não acharia emprego; carece o país daquelas sobras de população, ou nacional, ou estrangeira, que em falta de outra exploram a indústria da guerra.

Apontam outra fonte, como aquela, de onde pode o governo tirar um forte exército de vinte ou trinta mil homens. Asseguram que a medida já foi resolvida em conselho e se realizará apenas encerrada a sessão.

São vinte mil contos de réis pelo menos, para um país que já lançou mão do papel moeda, na importância de cinquenta mil, como o único

1  Dante Alighieri (1265–1321), escritor, poeta e político italiano. Seu livro mais famoso é *A Divina Comédia*, do início do século XIV. No nono e último círculo do Inferno, Dante colocou os piores criminosos. [N. do R.]

meio de prevenir a bancarrota. É cerca de um terço mais no presente orçamento, já onerado com um déficit bem considerável.

Mas arrede-se a questão de dinheiro, que está na superfície; acha-se no âmago a questão máxima, incandescente, medonha, a questão-cra-tera, que, desde um ano a esta parte, está em ebulição no seio do país.

Quisera, senhor, dirigir uma só pergunta aos vossos conselheiros, àqueles que vos inspiram semelhantes ideias:

Se eles pertencessem a uma casta sujeita e, de repente, se achassem investidos da força pública no país de sua opressão; qual seria o primeiro irresistível impulso de seu coração?

Defender a pátria alheia, pretendida sua desde a véspera unicamente; ou reclamar igualdade para seus irmãos, seus pais e seus filhos ainda sujeitos?

É preciso contar com os instintos naturais do coração humano e não entregar o gládio da justiça nacional à mão capaz de espedaçá-lo para fazer dele um punhal contra o império.

E os cidadãos privados de repente de sua propriedade, embora mediante indenização; as lavouras desertas dos braços que a trabalhavam; os estabelecimentos rurais alvorotados com a execução da medida; a nova massa recrutável sôfrega por caber toda no limitado algarismo da desapropriação; toda essa perturbação social, toda essa efervescência das fezes vivas; não é coisa que mereça do governo algum desvelo?

Não é digno do país, sem dúvida, esse pacto de sangue com os deserdados da liberdade. Dizer-lhes: “Se quereis ser homens, arriscaí a vida em defesa daqueles direitos, daquela independência e dignidade, de que por necessidade vos privamos. Não quereis ser carne para o látigo, sede, pois, carne para o canhão.”

Os manes dos veneráveis autores da constituição devem estremecer vendo o uso que esta geração pretende fazer daquela sábia e prudente

disposição por eles escrita no código de nossas liberdades. Nunca pensaram decerto que pudesse ela autorizar tamanha imprudência.

Escravos combateram na independência. Mas como? Por impulso próprio, por entusiasmo espontâneo, esposando a causa de seus senhores. Assim mostraram-se dignos da liberdade que tão heroicamente defendiam.

Réus de polícia saíram dos cárceres e pelejaram pela causa do Brasil. Mas por quê? Eram réus da liberdade, vítimas do despotismo; embora criminosos, sofriam a opressão de leis iníquas e bárbaras, contra as quais tinham também o direito de combater.

De resto, se houve alguma coisa de censurável, então, evitemos a reincidência, antes do que alardeá-la. Não façamos de um erro da juventude um crime da virilidade.

Suponho que o projetado exército de trinta mil homens se levanta; marcha para a campanha do Paraguai; e toma de assalto as fortificações de Curupaiti e Humaitá, aniquilando assim o último reduto de Lopes¹.

Quando voltasse triunfante aquele exército, integralmente composto de outra raça, não teria ele o direito de dizer-nos a todos, a vós, como a qualquer cidadão: “Esta pátria vos não pertence, pois que a não pudestes defender. Somos nós, os filhos da vitória, coroados dos louros do combate, somos nós os verdadeiros cidadãos do império brasileiro, que elevamos por feitos heróicos a uma posição respeitável. Arredai-vos para que tomemos posse dos destinos deste país, ganho por nosso valor.”

E que responder a essa formidável apóstrofe?

Arcabuzá-los?

Impedi, senhor, a realização deste plano funesto. Não querendo o imperador, nada se faz: o país inteiro sabe disto e consente. Abando-

1  Ver nota 2 na p. 138.

nou-se completamente ao seu monarca, não pelo sufrágio universal, como a França, mas pela geral indolência. É uma felicidade para ele haver quem o dispense da fadiga de pensar, de querer e de obrar.

A vitória com semelhante exército é mais degradante do que a derrota. Antes o Brasil vencido por Lopes¹, isto é, pelos obstáculos insuperáveis da natureza aproveitados pela arte, do que vencido pela nossa fraqueza, pelo menosprezo da própria dignidade.

Portanto, senhor, se, apesar da desmoralização do atual gabinete e da impossibilidade de prosseguir na campanha, persistis em sustentá-lo, neste caso, em nome do país, eu vos peço a suspensão das hostilidades.

Mandai que nossas forças recolham às fronteiras. Uma divisão de encouraçados pode continuar nas águas do Paraná a hostilizar o inimigo. Tratemos de organizar o exército de Mato Grosso, o que devera ter sido o nosso primeiro cuidado; e sem fazer a paz, como quem abandona uma empresa mal delineada, reservando-se o direito de renová-la mais tarde com sucesso, faríamos uma pausa ao menos nas calamidades do presente.

Fora indigna decerto celebrar a paz com o Paraguai; nem há brasileiro que sofra a só ideia de semelhante baixeza. Não é indecoroso, porém, abandonar esse povo infeliz à tirania de Lopes¹ na qual persiste e reconhecer o império a impossibilidade de penetrar agora no antro do déspota.

O maior capitão da antiguidade, Alexandre², não conseguiu abater a resistência de um povo bárbaro, os citas³, e, por isso, não ficou mare-

1 ☞ Ver nota 2 na p. 138.

2 ☞ Ver nota I na p. 235.

3 ☞ A Cítia foi uma região na Eurásia habitada na Antiguidade por um grupo de povos iranianos conhecidos como citas. Restos arqueológicos do povo incluem elaboradas tumbas contendo ouro, seda, cavalos e sacrifícios humanos. [N. do R.]


ada a sua glória, a que a providência havia assinado mais altos destinos do que o desbarato de algumas hordas selvagens.


Roma, já orgulhosa república, derrotada pelos samnitas¹, curtiu a vergonha de ver passarem seus exércitos pelas forcas caudinas. Mais tarde, poderoso império, duas vezes tentou invadir a Pártia² e duas vezes foram destroçados seus numerosos exércitos.


Em 1498 o imperador Maximiano I³, então o maior soberano da Europa, sentiu quanto o sentimento da independência fortalece um pequeno povo. Oito vezes batido em oito meses pela Suíça, foi coagido a desistir da projetada conquista.

Inglaterra não penetrou no coração da Índia de um jato. Foi depois de uma luta porfiada, a preço de muito sangue, que ela fundou sua dominação asiática. Também a França teve de suportar enormes sacrifícios e sucessivas derrotas, antes de conquistar sua colônia de Argélia.

O poder colossal da Rússia por longo tempo se quebrou ante a coragem indômita das tribos caucasianas. Desde 1839 até nossos dias o intrépido Shamil⁴ zombou dos exércitos aguerridos do autocrata.

1  Os samnitas eram um povo indo-europeu seminômade que habitava o centro da Península Italiana em torno 1000 a.C. aproximadamente. Destacaram-se por ter derrotado Roma no século IV. [N. do R.]

2  Também conhecida como Império Arsácida, foi a potência dominante no Planalto Iraniano a partir do século III a.C. Era o arqui-inimigo do Império Romano, ao limitar a expansão deste ao leste além da Capadócia. [N. do R.]

3  Maximiliano I (1459–1519), Imperador do Sacro-Império Romano Germânico. [N. do R.]

4  Imam Shamil (1797–1871), líder político-religioso dos povos islâmicos contra a invasão russa na região norte do Cáucaso. [N. do R.]

Ultimamente França, a Palas¹ armada da Europa, retirou suas forças do México sem haver conseguido a completa submissão do país. Não foi ao infeliz Maximiliano², mas a Napoleão III³, que Juárez⁴ destronou do sólio mexicano.


E dirá alguém que Roma, Alemanha, Rússia, Inglaterra e França ficaram desonradas perante a posteridade, porque recuaram ante a impossibilidade, a fim de recolher as forças e superar de um impulso os obstáculos naturais?

Os remoinhos e as barrancas do Paraguai valem sem dúvida os desfiladeiros de Clusio, as geleiras da Suíça, o clima deletério da Índia, as estepes da África e os despenhadeiros do Cáucaso.


Há estadistas, senhor, que adejam pelas alturas e se prendem como os insetos às teias de aranha. A estes parecerá sem dúvida uma coisa inaudita e espantosa essa suspensão de uma guerra, sem as fórmulas consagradas pelos estilos, sem o conveniente aparato da diplomacia, tão funesto ao país.

Bem compreendeis, senhor, que não devemos sacrificar a dignidade nacional por tais filigranas de ouro falso. Ainda quando a Europa, mesmo nos tempos modernos, não houvesse dado o exemplo de cessação das relações internacionais entre nações inimigas, podíamos nós

1  Ver nota 4 na p. 36.

2  Maximiliano de Habsburgo-Lorena (1832–1867) nasceu como Arquiduque da Áustria e Príncipe da Hungria e da Boêmia, mas renunciou a esses títulos para, sob a proteção de Napoleão III, se tornar o Imperador do México, encabeçando o Segundo Império Mexicano entre 1864 e 1867. Foi derrotado por Juárez e fuzilado. [N. do R.]

3  Ver nota I na p. 73.

4  Benito Pablo Juárez García (1806–1872), Presidente do México. Liderou a revolta contra a ocupação francesa do país chefiada por Maximiliano. [N. do R.]

admiti-lo; nós que não reconhecemos nenhum equilíbrio americano e não consagramos, portanto, o princípio da intervenção.

Mas não creio que o Brasil tenha chegado a um tal estado de inanição, para suspender a guerra e deixar impune o Paraguai; o que se observa é somente prostração e torpor; é abatimento causado pela obsessão deste gabinete, que sufoca a nação, como um pesadelo horrível.


Retire-se esta opressão, e o país há de recuperar as forças inertes, os brios abatidos. O império será outra vez o Brasil da independência, o Brasil de 1851.

Um novo gabinete, composto de boas inteligências, e, sobretudo, de corações de lei, é a única salvação possível para a honra nacional comprometida no Paraguai e para as instituições pátrias, ameaçadas aqui, no seio mesmo do país. Um novo gabinete, rico de energia, será o cravo da revolução, o freio da anarquia.

Apressai-vos, senhor, a bridar o monstro que avança. Escolhei homem capaz de o domar; senão, é inevitável a devastação do império. Iludi-vos, se pensais que teremos outro 42 ou 48¹. Infelizmente não há de ser o desespero de um partido que prorrompa; mas o desprezo formidável de uma sociedade inteira.

O novo gabinete deve ser exclusivo em política, filho de um só partido, e compacto em uma só vontade. O contubérnio de opiniões diversas é uma prostituição como qualquer outra; não será lastrando mais a corrupção e envolvendo nela os homens ainda puros que se há de servir à causa nacional.

Se os estadistas brasileiros não podem salvar a pátria, senão por este meio, eu respondo por ela, sem receio de ser desmentido: “Por tal preço não queremos a salvação. Venha, então, o terrível batismo com

1  Refere-se às duas revoltas liberais, uma em São Paulo e Minas, outra em Pernambuco (Praieira). [N. do O.]

que a Providência nos há de purificar da mácula; para que outra vez sejamos nação, pois agora quase não temos direito a esse título!”.

É preciso que o novo gabinete tenha bastante civismo para arrostar as dificuldades da guerra, se for necessária a sua continuação, e afrontar com as odiosidades e prevenções da paz, caso se torne esta indeclinável. O partido que trepida diante dessa grave responsabilidade e carece de reparti-la com outros não é partido, mas um acervo de ambições, que por bem do país conviria aniquilar.

O partido conservador está designado pela lógica dos fatos como o depositário da situação. Não tem a cumplicidade desta guerra; não o tolhem compromissos do passado. Entraria no poder com a imparcialidade do juiz.

Se o partido conservador recusar o sacrifício, serei o primeiro, senhor, a proclamá-lo traidor à pátria e a pedir a sua dissolução, como uma necessidade pública e uma justa punição.

Pese bem o imperador as circunstâncias do país. O atual gabinete criou uma situação ambígua e indefinível; a guerra, com todas as vergonhas da paz, porque não vencemos, nem mesmo combatemos; a paz com todos os encargos da guerra, porque o ouro jorra de contínuo para o sul, de envolta com o soro do sangue brasileiro.

Rio, 23 de setembro.

ERASMO

ÚLTIMA CARTA

I

Senhor,


No silêncio a que recolhi¹, assalta-me agora uma inquietação.

A situação parece ter feito uma pausa.

Aquela prodigiosa atividade que se manifestara logo depois do encerramento das câmaras aplacou. Apenas de espaço a espaço o ministério lança uma demissão, para dar sinal de existência e fazer uma ridícula ostentação de poder. Raios de Júpiter² tonante que não fulminam, mas bastam para derreter os homens de cera desta quadra.

Ao mesmo tempo em que se nota esse torpor da situação, correm entre a população umas vozes recônditas. Dizem elas que o ministério começa a encontrar alguma resistência de vossa parte na realização de certas medidas. Colhidas as rédeas, o fogoso baio mastiga o freio, corcova, mas afinal submete-se à mão ágil do domador. *Fortius utere loris*, como disse Ovídio³.

Aqueles que se incumbem de espalhar estes rumores mencionam fatos, referem circunstâncias que trazem os visos da verdade. Outrora eu repeliria sem exame semelhantes revelações, como inventos de re-

1  Em janeiro de 1868, Caxias assumira o comando aliado. Em fevereiro, a Marinha brasileira passara por Humaitá e chegara a Assunção. [N. do O.]

2  Ver nota 5 na p. 36.

3  Ver nota 3 na p. 214.

posteiro; mas convicções minhas tão profundas se têm submergido nesta atualidade, tantas vezes fui obrigado a duvidar dos outros e de mim mesmo, que recebo tudo hoje em dia, não somente como possível, mas como provável e natural.

Nemo mortalium omnis horis sapit. Nenhum mortal é sábio a todas as horas, diz o antigo escritor. Vossa reconhecida prudência pode bem ter sua hora de fadiga e repouso. Nessa porventura, escaparam as confidências, indiscretamente referidas. A verdade é que as vozes palacianas e os atos do ministério coincidem frequentes vezes.

Se, pois, realmente haveis criado estorvos à marcha do gabinete, eu tenho razão de me inquietar e entristecer. Não sou capaz do um gracejo quando vos falo e sobre tão grave assunto como o destino de nossa pátria. Sinceramente, senhor, o menor óbice à marcha triunfante desta política de corrupção me enche de angústia.

No desalento que infunde o estado miserando do país, uma esperança me confortava. O mesmo ímpeto com que se arrojou sobre nós a calamidade fazia crer em sua breve duração. Através das ruínas do geral desmoronamento, divisava eu já os obreiros da lei e da justiça edificando o futuro. Enfim, o Brasil parecia chegado à última fase da dissolução, e podia-se bem repetir a palavra de Talleyrand¹: “É o começo do fim.” *C'est le commencement de la fin.*

A corrupção constitui infelizmente uma lei da natureza, indispensável ao desenvolvimento da matéria como da vida humana. Quando a eiva ataca no âmago uma existência e não é mais possível extirpar o vício, a podridão, de mal que era, se torna em bem. Ela representa o primeiro período da transformação, a decomposição dos corpos. Na massa pútrida se desenvolve o germe de novas existências.

I  Ver nota 2 na p. 105.

Da maior depravação da humanidade surgiu a moral sublime do Cristianismo, que veio regenerar os povos. A grande revolução política da idade moderna foi gerada em França pela devassidão da realeza. Todas as nações, onde uma vez se perverteu o espírito público, só conseguiram restaurar-se depois do auge da corrupção.

Ao Brasil deve acontecer a mesma coisa.

Desde que os elementos sociais entraram em fermento e não houve mão poderosa para lhes restabelecer a seiva degenerada, a natureza há de prosseguir em sua marcha infalível. O corretivo da desmoralização sairá de seu próprio seio; quando não haja mais nada a corromper, e a dissolução tenha-se operado no país todo, entraremos necessariamente no período embrionário de uma nova existência política, em uma era de reorganização.

Não pudestes, senhor, ou não quisestes arrancar nossa pátria à esta provança cruel. Para que interromper agora o curso lógico dos acontecimentos, suscitando dificuldades a este ministério? Se o fizerdes, será um mal, sem dúvida, o maior que possa ainda acabrunhar este país.

Obstar atualmente aos progressos da corrupção é tentalizar a esperança da regeneração, protraindo a calamidade irremediável. Menos cruel há de ser o flagelo rápido e breve, embora sumamente doloroso, do que essa parcimônia bárbara, que vai graduando o sofrimento e distribuindo-o à razão. Os autos de fé em Espanha e Portugal excedem no horror aos combates dos gladiadores no anfiteatro romano.

Compreendo que, no silêncio da noite, quando as preocupações políticas repousam um instante e a consciência do homem vem sentar-se à cabeceira do leito imperial; compreendo que se confranja vosso coração honesto, recordando os fatos mais salientes da atualidade, os mais flagrantes escândalos deste fatal progresso.

Que espetáculo contristador o do ginásio político, onde os atletas disputam o prêmio da corrida, não pela força e destreza física, mas pela elasticidade da consciência! Como os lutadores antigos ungiam o corpo nu, para melhor resvalarem entre as mãos do adversário, estes campeões ungem o caráter do óleo da impudência para o tornarem flexível e maleável.

Assistindo a estes indecentes jogos, haveis de sentir, senhor, um remordimento no íntimo. Logo depois outro, quando divisais os caracteres sisudos, que voltam o rosto e buscam um refúgio no remanso da vida privada. A lembrança dos decretos que à tarde rubricastes, nomeando para os cargos mais elevados homens impossíveis, vos pungirá dolorosamente a consciência.

Mas cumpre recalcar estes impulsos tardios. A revolução da natureza se há de consumir fatalmente; nem é mais possível abortá-la. Os fatos que repugnam a vossa razão não passam de efeitos da causa permanente. Os caracteres repulsivos que sobem do fundo são a vitalidade da putrefação.

Não é quando a corrupção fermenta que os vermes aparecem na superfície?

Deixai, senhor, que eles se repastem no espójo da sociedade brasileira. Concedei tudo quanto vos pedirem os ministros, nada recusai [*sic*]. Passe o flagelo; precipite-se impetuosamente. Há de ser formidável o choque; porém, o que dele escapar ficará são e livre do perigo.

Não me aflige atualmente, como cidadão, algum novo atentado que o governo acrescente à série, já tão imensa; nem a ruína de alguma instituição vital que se desmorona, ou abatida pelo arbítrio, ou minada pela substituição; nem o baque de algum caráter são que de repente vacila e esbroa carcomido pelo vício; nem mesmo o culto fervoroso que a multidão presta ao bezerro de ouro e a seus sacerdotes.

Qualquer destas desgraças ou destas vilezas já não me abalam.

Sim, impacienta-me, senhor, ouvir ainda falar com seriedade em lei e justiça: ver manifestar o vulgo certa fugaz indignação pelos escândalos que o afrontam; encontrar, embora raros, alguns caracteres firmes que não se querem render ao espírito da época; sentir robustas, apesar de tolhidas, algumas virtudes envergonhadas, que se recebem de aparecer.

São fibras sãs desse organismo em decomposição: partes intactas, que a eiva não alcançou. Estremeço, pensando quantos dias ainda serão precisos para que se complete a obra de dissolução, quanto sofrimento curtirá o país durante essa elaboração do vício que vai corroendo lentamente e, assim, preparando a matéria para outra organização.

Se todos estes homens que ontem eram reputados firmes, constantes, enérgicos e cheios de abnegação têm de sofrer o contágio funesto, para que tantas decepções, umas sobre outras, a magoar a mesma carga? Caiam de um jato todos esses vultos outrora respeitáveis, tombem como ruínas do passado, aos ímpetos do tufão. Quem ainda crê lamentará essa grande catástrofe; talvez não lhe resista e sucumba também; mas não sentirá decerto gangrenar-se-lhe a alma.

Se estas virtudes, que ainda vivem latentes na sociedade brasileira, devem-se extinguir uma por uma, gastas ao atrito da especulação infrene, não é melhor soçobrem de uma vez? Cada tradição venerável, cada princípio da moral que se rompe são novas angústias para as que lhe sobrevivem. Assim não somente se aniquila a geração presente, como se agorenta a futura.

Do alto do trono, que é a primeira eminência social, se divisa mais longe do que no plaino rasteiro em que me acho. Mas, pela mesma razão da altura, a vista que abrange largas distâncias não lobriga os tra-

ços distintos de cada objeto e somente seu escorço. Esta ilusão alimenta em vosso coração uma esperança que eu já bani completamente.

É preciso viver no foco dos acontecimentos e observar o cinismo com que se descura a ignóbil fisionomia desta época para avaliar quanto já nos aprofundamos pelo mal.

II

Acredito, senhor, que desejais modificar a atualidade e, sem dúvida, realizareis vossa intenção, apenas concluída a guerra.

Suponho que essa obra da restauração do país seja empreendida e executada com energia correspondente à intensidade da crise. Sucumbindo Lopes¹, demitis logo o atual ministério, que estragaria a vitória, com certeza, e escolheis novo, capaz de utilizar em benefícios reais o prestígio de nosso triunfo.

Procurais homens de caráter íntegro, de energia e prudência, talhados para a situação difícil que devem resolver.


Mas esses homens, onde estão eles, senhor, onde os ireis buscar?

Para desorganizar este país e desbaratar quarenta anos de sua existência política, achastes com facilidade muitos vícios. Mas, quando chegar o momento da reparação, duvido que encontreis no império sete² virtudes cívicas dignas deste nome e repassadas daquela fortaleza que não se dobra, antes reage vigorosamente contra os obstáculos.

Este fato não depõe contra o caráter brasileiro, mas contra a índole pervertida desta época.

Nunca, nas circunstâncias mais difíceis de nossa existência política, faltaram homens para dominar os acontecimentos e preservar o país da ruína. As ideias nobres acharam sempre ardentes apóstolos entre o

1  Ver nota 2 na p. 138.

2  Eram sete os ministérios. [N. do O.]

povo brasileiro e, mais de uma vez, regou este solo americano o sangue dos mártires da lei, da justiça e da liberdade.

Da antiga geração que assistiu a estas lutas ainda restam alguns e dos mais dignos representantes.

Contudo, estes, menos talvez que outros, responderão ao vosso apelo. Geralmente supõem que a idade os fatigou; e a velhice, assim como encolheu a cútis do rosto, também lhes rugou as almas, confrangendo-as para dentro.

De alguns é verdade. Conta-se que um senador romano, Consídio¹, respondera às ameaças de César² por esta maneira: “Com a muita vida se me gastou o medo.” Ao contrário do senador romano, há senadores brasileiros cuja consciência responde as censuras do povo: “Com a idade se me gastou a coragem.”

Outros, porém, estão ainda, apesar dos anos que se acumulam, em sua integridade moral; não decaíram do que foram no princípio de vosso reinado. Seriam os mesmos homens se não lhes faltasse uma coisa, a fé, que há muito os desamparou. E a fé, vós bem o sabeis, senhor, é a saúde da alma; o espírito que não a tem, seja de homem ou de povo, está enfermo.

Cidadãos que lidaram com tamanho esforço para formar o sistema representativo no Brasil, como o Visconde de Itaboraí³ ou o Barão de Muritiba⁴; que muitas vezes fizeram violência do caráter generoso para combater seus compatriotas em defesa de uma ideia, vendo aluir-se de repente, como um sopro, aquela obra tão árdua, devem ter perdido para sempre a fé nos homens e nas coisas deste país.

1 ☞ Referência a C. Consídio Longo (50 aC–?), senador romano opositor de César. [N. do O.]

2 ☞ Ver nota I na p. 118.

3 ☞ Ver nota 3 na p. 17.

4 ☞ Ver nota I na p. 29.

Obreiros do passado, eles conhecem o chão sobre que trabalharam e sabem que o mesmo é edificar sobre a areia que organizar uma instituição neste país. Tudo aqui é efêmero, rápido e precipitado como os ímpetos da ambição que dirige nossos destinos.


Estes cidadãos, portanto, não desempenhariam a missão de regenerar o Brasil¹. Havia de faltar-lhes o ânimo de extirpar da sociedade brasileira as raízes do cancro. Para obter esse fim, seria indispensável dilacerar as entranhas do país, produzir uma dor profunda, e, quem sabe, derramar sangue dos membros deceparados.

Estas coisas, um homem de ânimo reto só as realiza quando estimulado pela esperança de promover o bem de sua pátria.

Tal esperança não existe presentemente em cidadão algum; só eu ainda a conservo, mas é a esperança na força da corrupção, a certeza da reação que muito convém precipitar, ateando cada vez mais a imoralidade.

Chamasse o imperador um destes estadistas; reclamasse de seu reconhecido patriotismo que assumisse a direção do Estado, dedicando-se à restauração das finanças, à correção dos costumes, a moralização da autoridade e ao restabelecimento da lei. O que vos eles responderiam não sei; mas, se pudésseis ler na página aberta da sua consciência, havíeis de achar estas palavras:

“Para que nos sacrificaremos a nós e aos poucos homens bem intencionados que ainda nos restam? Para que, se essa resistência ao mal que invade o império somente serviria de recrudescê-lo? Para que reconstruir sobre um solo vulcânico se não for para dar pasto ao gênio da destruição? Embora conseguíssemos salvar o império e resgatar o futuro, já que o presente está irremediavelmente perdido, não lograríamos com isto senão uma nova decepção. Um homem aparecerá,

1  Quatro meses após esta carta o Visconde de Itaboraá seria chamado pelo Imperador para substituir Zacarias. José de Alencar foi nomeado Ministro da Justiça. [N. do O.]

surgido subitamente dos limbos de sua vaidade, que aniquilará em cinco anos a obra de quarenta anos de sacrifício e dedicação. Esse homem, esse Heróstrato¹ político do porvir, não se chamará Marquês do Olinda² ou Zacarias³. Que importa o nome? Há de existir por aí alguma mediocridade audaz ou alguma vaidade irritadiça que espera nos bastidores o momento de entrar em cena.”

A geração moderna, senhor, também não forneceria homens para realizar vosso desígnio, se o tivésseis, de salvar o país. Estes não curtiram o desengano dos predecessores, não viram sua própria obra desprezada e abatida; não receberam o escárnio e a apupada dos mesmos a quem elevaram. Mas, por outro lado, nasceram para a política ou se educaram por ela, quando já havia desaparecido o ardor da luta, que vigora o entusiasmo e arraiga as convicções.

Cidadãos raquíticos, falta-lhes aquele civismo que se bebe na infância com o leite materno e o bafejo da pátria. Uma sociedade decadente é uma terra exausta, só produz caracteres tíbios, virtudes meãs, que bastam para os tempos ordinários, mas não resistem ao ímpeto das más paixões desencadeadas. Sem o exemplo e o entusiasmo, que são o ar e a luz do espírito, o patriotismo sai fanado.

Não contesto que existam ainda homens bons em qualquer dos partidos, até mesmo entre os progressistas. Mas estes atingem o heroísmo, quando conseguem preservar-se a si mesmos da geral depravação. Os severos escrúpulos da probidade, estes já se dissiparam inteiramente; seriam ridículos na presente época. Muito fazem os que resguardam o âmago de sua consciência dos insultos e provocações da atualidade.

1 ☞ Heróstrato, incendiário grego, responsável pela destruição do templo de Ártemis, na atual Turquia, considerado uma das Sete Maravilhas da Antiguidade. [N. do R.]

2 ☞ Ver nota I na p. 31.

3 ☞ Ver nota I na p. 76.

Bem compreendeis, senhor, que tais caracteres não são para tamanha empresa, qual a de regenerar o país. Elevados ao poder por vossa escolha, subirão ao ministério unicamente para se perderem. Aquela reserva de honestidade que eles acumularão fora das posições seria logo consumida no governo; acabariam esbanjando uma reputação, talvez laboriosamente adquirida.


Afinal, estes sete infelizes, atados ao pelourinho do ministério e flagelados pelo escárnio público, desceriam do poste; e o que teria ganho o país com tão bárbaro suplício? A mutilação de alguns nomes estimados, algumas tradições respeitáveis dilaceradas. Portanto, maior pasto à corrupção, de cujo seio deve sair nova era.

Não é preferível, senhor, deixar que estes homens bons se rendam à influência desmoralizadora e acompanhem o cortejo triunfante do progressismo? Levados por um espírito de tolerância e moderação, induzidos pela opinião geral, eles não se imbuem do mal, nem se devotam a ele; apenas condescendem em acompanhá-lo, trocando-se mutuamente certos favores.

Já que tudo se há de perder, ao menos fiquem estes membros quase sãos para prender o futuro ao passado. A geração que há de vir não lançará ao vento as cinzas poluídas de sua progenitora. Algumas lápidas humildes restariam, onde os filhos pudessem venerar a memória dos pais. Poucos nomes, embora modestos, formarão um elo que ligue os nomes de Feijó¹, de José Bonifácio², de Carneiro de Campos³,

1  Ver nota 1 na p. 16.

2  Ver nota 3 na p. 16.

3  José Joaquim Carneiro de Campos, Marquês de Caravelas, (1768–1836), político brasileiro. Foi deputado geral, senador e ministro da Justiça e Negócios Estrangeiros. Foi membro do primeiro Conselho de Estado, criado para redigir o projeto da Constituição de 1824. Caravelas apresentou o projeto, redigido por seu irmão, Francisco Carneiro de Campos. [N. do O.]

Vergueiro¹, Marquês de Caravelas², aos nomes dos futuros Paula Souza³, Uruguai⁴, Torres⁵ e Eusébio⁶.

Se, porém, insistis em colocar no poder estes homens bem reputados, organizando assim a resistência à corrupção, a consequência é que o vício acabará invadindo e apossando-se destes caracteres. Em vez de uma tolerância, haverá completa submersão. De simples convivas do mal descerão a seus lacaios e servirão com o guardanapo no braço o banquete progressista.

Refleti bem, senhor, antes de dar semelhante passo.

1 ☞ Ver nota 2 na p. 16.

2 ☞ Ver nota 3 na p. 362.

3 ☞ Ver nota 1 na p. 17.

4 ☞ Ver nota 4 na p. 17.

5 ☞ Ver nota 3 na p. 17.

6 ☞ Ver nota 3 na p. 28.

III

Quero afagar uma esperança que sinceramente não tenho.

Figuremos, senhor, a possibilidade de uma perfeita adesão entre a gente boa. Todas estas virtudes meio gastas pela atualidade conseguem, unindo-se e guardando-se umas as outras, formar como os soldados macedônios uma falange; a falange da honestidade política.

Julgais que ela possa combater a atualidade?

O governo durante estes últimos anos criou no país hábitos que não se extirpam facilmente. Foi açulando a cobiça que a presente situação chegou a galgar o poder e ganhou força para derrocar dois partidos vigorosos, o conservador e o liberal. Sob esse nome de progressismo criou-se a política cerebrina dos melhoramentos materiais, cujo dogma é dilapidar.

Em todos os tempos e países, há um espírito de especulação que assalta a riqueza pública e particular; que põe em sítio todos os interesses legítimos da sociedade. Mas estava reservado a esta época sem nome erigir a especulação em princípio de governo, fazer da empreitada uma política, arrebancar em partido os homens da ganância e da cobiça.

Como foi, senhor, que se organizou essa coisa que nos governa?

Algumas ambições sem escrúpulos, contidas em princípio pela inteireza dos partidos, conseguiram emancipar-se da honestidade política, para eles uma servidão. O ministério, as presidências, os cargos de

representantes da nação, todas estas posições respeitáveis, às quais se chegava pelo talento e merecimentos, eles as puseram em almoeda e a baixo preço. Quem teve alguma esperteza e bastante impudência correu a lançar no leilão político; e raro foi o que não arrematou bom lote.

Mas estes estadistas e administradores *parvenus* careciam de um cortejo que os acompanhasse; de uma plateia que os aplaudisse; de todas estas manifestações ruidosas com que atualmente se fabrica uma opinião.

Aquela parte leviana da mocidade, que mais facilmente se deslumbra com os ouropéis, e a espuma dos dois partidos foram atraídas imediatamente pelas teorias do progressismo. As crianças quase que saíram dos cueiros para as cadeiras da Câmara dos Deputados e para as poltronas ministeriais. Se isto não é exato fisicamente, vós sabeis, senhor, e ninguém melhor do que vós, que moralmente é a verdade.

A leviandade improvisou uma guerra, com a mesma facilidade com que se jacta de improvisar discursos no parlamento. Foi um lote do leilão político; era indispensável educar pela diplomacia os chefes de partido feitos recentemente; para esse fim entregou-se manietado este pobre império ao novo embaixador para que dispusesse dele, como coisa vil.

Mas essa guerra, que para um governo sensato seria uma calamidade, tornou-se para os gabinetes progressistas um elemento de força. Ela abriu às escâncaras o tesouro nacional; os ministros enterraram as mãos e tiraram ouro às braçadas. O Exército combatente formava-se mal e lentamente; mas o exército dos fornecedores, esse se apresentava brilhante e denodado. A guerra escancarou também o cofre das graças. O governo pode lançar às enxurradas títulos e condecorações por todo o país: elas chegaram à mais baixa cotação moral; em dinheiro, porém, subiram progressivamente. Com dois contos de réis um aven-

tureiro se condecorava com a fita que vós trazeis ao peito como grão-mestre das ordens brasileiras.

Tudo se transformou em especulação. Os vários ramos do serviço público o governo os considerou meios de dependência e popularidade. Colonizar significa enriquecer os empreiteiros desse comércio de gente; melhoramentos materiais, programa que eletriza a muitos, são as riquezas tão rápidas quanto avultadas que se erguem escandalosamente sobre a miséria pública, a pretexto de progresso.

Eis a perfeita gênese do Partido Progressista; é a gênese do verme que se forma da decomposição.

Considerai agora, senhor, nas consequências infalíveis de uma mudança política; ainda mesmo quando a gente honesta, estreitamente unida, rodeasse o novo gabinete para defendê-lo. Cuidais que a situação criada por vossa vontade e sustentada pela opinião sã pudesse resistir à impetuosidade do ataque?

Vã esperança.

O progressismo, apeado do poder, chamaria a postos todos os abusos e desregramentos, que o novo gabinete seria necessariamente obrigado a coibir, sob pena de não ser um gabinete probo. À frente de seu poderoso exército de fornecedores, de empreiteiros, de arrematantes, de pretendentes; de toda essa corte de especuladores, que, infelizmente, em nosso país, é a única gente ativa e decidida; os homens de época levariam tudo por diante. Derrotado o ministério, vos dariam a lei.

Qual seria o caráter gasto, o indivíduo corrompido, que de bom grado renunciasse à esperança de subir gradualmente da urna popular aos conselhos de coroa? Qual a mediocridade pretensiosa que se quisesse submeter ao merecimento real, depois de tê-lo oprimido pela arrogância e impudência? Qual o aventureiro que não arriscasse tudo para restabelecer o domínio dos pingues contratos e avultadas subvenções?

Não estamos vendo o que passa diariamente? Mal percebe o governo que o entusiasmo pela política progressista vai diminuindo, manda anunciar uma especulação qualquer, ou estrada de ferro, ou telégrafo elétrico, ou companhia de navegação. Imediatamente os pregoeiros das glórias ministeriais, açulados pela nova pitaça, começam de novo a entoar louvores aos estadistas ilustres.

Ouve-se frequentemente dizer que o comércio apoia a presente situação.

O comércio são alguns indivíduos, ou mais atilados, ou mais decididos, que dirigem o pensamento dos outros. Se os negócios lhes correm bem, o país está em plena prosperidade; carecemos de concórdia e harmonia: tudo é mel na política. Se, porém, transtornam-se os planos, o império abisma-se; o incêndio lava nos quatro cantos; cada círculo é um olimpo coruscante donde chovem raios.

Entristece, em verdade, senhor, ver o abuso que se faz neste país da palavra *praça*. O antigo *forum* de Roma, onde se decidiam os destinos do povo-rei, não tinha a importância que se dá atualmente no Rio de Janeiro ao edifício da Rua Direita. É o grande músculo, o coração desta capital desde que se inaugurou a era progressista. Aí está a vontade, a força retriz da população fluminense.

Ideia que não saiu da praça, ou lá não foi receber o batismo, não vinga. As notícias aí vão tomar o cunho oficial; aí se fazem e desfazem reputações de estadistas e até de juristas ou literatos, com a mesma facilidade e pelo mesmo modo com que se entabulam as negociações de fundo público. Há corretores para umas como para outras transações.

Outrora, quando estávamos mais perto da verdade constitucional, os ministérios se organizavam no parlamento ou na casa dos chefes de partido. Atualmente, no domínio desta facção, que à calamidade de


sua existência acrescenta a de chamar-se *imperial*, saem de São Cristóvão. Brevemente, senhor, passará essa incumbência para, a Praça do Comércio. E, de feito, se os gabinetes são escolhidos para ela, melhor é que os escolha logo a seu contento.

Nossa pátria, senhor, assemelha-se a uma Cartago, sem aquela soberba aristocracia mercantil, cheia de orgulhoso patriotismo e inflexível tenacidade, que, ainda sucumbida, fazia estremecer Roma vencedora. Foi na volta de África, depois da sujeição da república rival, que o severo Catão¹ proferiu sua memorável palavra, como uma medida de salvação publica: – *Delenda Carthago*².

Se Catão¹ nos visse, fazendo política na praça do comércio, e sua Roma fosse tão fraca, a ponto de arrecear-se de nosso poder; ele não diria aquela palavra, mas outra mil vezes mais implacável e mais cruel. Em vez de destruir, corromper; em lugar do ferro, que trucidava, o ouro, que envenena.

Quando o progressismo fosse apeado do poder, bastava-lhe correr à praça e levantar, como futuro programa salvador, a promessa de um grande esbanjamento da renda pública. O comércio sisudo se esquivaria, porque o caráter do bem neste país é a timidez. Mas o resto, exíguo embora, gritaria por todos; e, na manhã seguinte, pela imprensa, amplificaria com todas as figuras a suposta manifestação popular.

1  Ver nota I na p. 28.

2  “Cartago deve ser destruída”. [N. do O.]

IV

O corpo social tem como corpo humano um temperamento; são os costumes públicos.

Se este temperamento se deprava, logo sobrevêm as desordens do organismo; só tarde e depois de grave perturbação, volta a perdida energia. Muitas vezes, para obter esse resultado, é necessário um revulso doloroso: a sedição, a anarquia, a ditadura.

O domínio progressista, devido à vossa nímia complacência, não atuou unicamente sobre a política; sua decidida influência na sociedade, na vida privada está bem patente. As máximas de governo adotadas nestes últimos tempos foram insinuando na domesticidade do cidadão ideias e tendências até agora desconhecidas.

O parlamentar sem escrúpulos nem convicções, que se faz servo de todos os governos, unicamente pelo prazer de envergar a libré e figurar agalado nos salões do poder; o político cheio de cobiça, que errou sua natural vocação de agiota e, em falta de outra mercadoria, põe no balcão as maiores torpezas e escândalos nunca vistos; o ministro, com veleidades de honrado, que, para conservar-se no poder, não duvida associar-se a indignos instrumentos, ainda recentemente por ele próprio enlameados; o mancebo, que, de repente, se eleva na obscuridade à mais alta posição, unicamente pela precocidade da imprudência, virtude da virilidade, e também pelo subido mérito da impostura; o fun-

cionário público sem dignidade, servidor humilde e ardente apologista de todo o ministro que lhe abrir pelas verbas secretas novas, porém equívocas fontes de receita, para ostentar um tratamento sobreposse; o negociante, que, em vez de desenvolver sua atividade no campo livre da indústria, anda farejando pelas cercanias do poder algum pingue contrato de fornecimento; todos estes e outros tipos salientes da atualidade, pensais acaso, senhor, que não se debuxam fora da política e não ferem os olhos dessa parte da sociedade alheia à luta dos partidos?

A família assiste sem querer a essa representação da comédia perigosa. Ela vê a súbita riqueza de um marido, a grandeza improvisada de um pai, a glória brilhante de um filho ou de um irmão e, comparando estes sucessos maravilhosos com a mediania e obscuridade que a cerca, naturalmente investiga a causa e a descobre.

São os escrúpulos da probidade, a independência do caráter, a coerência do procedimento, a nobreza d'alma que varrem da testada da casa, como cisco, honras, empregos, títulos, lucros.

Sem estes preconceitos condenados, o talento esquecido gozaria de reputação, de influência e prestígio.

Desde então a família, o regaço do homem de bem, com uma solícitude infatigável, se aplica a destruir a uma e uma as suscetibilidades dessa alma. E quantos são os de têmpera rígida a ponto de resistir a esse atrito constante do amor?

Afinal, os santos escrúpulos, que formam como que os liames da consciência ou as fibras do caráter, se relaxam e distendem. Rompe-se um, depois outro, e outro, até o último. A alma robusta e firme, que repelia com indignação as mais brilhantes seduções do mal, agora flácida e lânguida, recebe quanto lhe deitam, amolda-se a qualquer pressão.

Eis, senhor, o fenômeno que se observa em geral na vida doméstica deste país. Eis o segredo de todas estas defecções de caracteres, que dia-

riamente registra a opinião pública. Obituário lúgubre este, mil vezes mais que o outro; pois são as almas que apodrecem e se esfacelam.

O governo, cômico de sua força, se deleita com o triunfo: ele acredita que todos terão sua hora. Hoje é o deputado que se rende para ser ministro; amanhã, o senador que namora o Conselho de Estado.

Há dois meios de tentação, o primeiro, insuflando a vaidade, foi o de Satanás; o segundo, humilhando o merecimento; este o inventou o ministério de 3 de agosto.

Em todas as épocas há, com maior ou menor sucesso, uma propaganda do mal, uma proliferação das más paixões. Mas, para viverem na sociedade, carecem os vícios de fugir à luz, ou se disfarçar com as vestes da virtude.

Atualmente nota-se o contrário. O vício é impudente, cheio de arrogância e soberba. Longe de ocultar-se, ostenta sua força. A primeira e mais brilhante conquista do progressismo foi desacreditar a honra e ridicularizar a moralidade. O homem de bem era outrora, nas épocas de maior corrupção, perseguido e supliciado: temiam-no. Hoje em dia, aos que mostram certos escrúpulos, apupam e desprezam.

Nem, pois, este estímulo nobre de ser respeitado existe mais para a gente boa. Ela é apresentada como intolerante, mesquinha, hipócrita, cheia de inveja e ódio. A verdade que profere toma o nome de calúnia; os receios que manifesta pela causa pública são filhos da falta de patriotismo. Almas pequenas e sórdidas não compreendem as vistas largas do progresso, os esbanjamentos cesarianos dos dinheiros públicos, a ciência profunda de governar pelo ventre.

Restava uma diminuta opinião que não estava contaminada: aí no seio dela respeitavam-se ainda os homens conspícuos, os cidadãos íntegros.


Não sofreu a paciência de alguns progressistas deixar que subsistisse semelhante escândalo: trataram de desacreditar esse conceito da gente séria. Fizeram-se outros, imitaram os bons, não por necessidade ou remorso, mas unicamente por luxo de simulação, por uma espécie de ginástica moral, para mostrarem a elasticidade do vício.

Indivíduos de um passado vergonhoso ao último ponto, nomes que há algum tempo ardião nos lábios ao pronunciá-los, de repente, se embrulham na carta de presidente ou em qualquer outro decreto, como em uma esclavina e lá vão fazer romaria piedosa de imparcialidade, de justiça e honradez. Chegam a uma província acabrunhada pelas violências do antecessor e, como não há eleição a vencer, nem mais reação a efetuar, fácil torna-se conciliar a boa vontade dos perseguidos. Sobre a chaga aberta o cautério é alívio.

Assim granjeiam estes indivíduos, até mesmo entre seus adversários honestos, uma falsa reputação de inteireza, que não passa da crosta. É a escara de alguns dias, talvez de alguns meses, sobre a úlcera de muitos anos: é uma sonolência, uma fadiga do vício, que durante certo período recobra as forças para recrudescer.

A gente boa não reflete e, para fazer prova de imparcialidade, acredita na falsa regeneração. Entretanto, os caracteres sisudos, retraindo-se ao contato daqueles nomes repelentes, se esquivam e procuram cada vez mais submergir-se na obscuridade. Repugna-lhes uma reputação que os nivelaria com os vultos da situação; preferem ser esquecidos a andarem de envolta na lembrança com as celebrações da época.

*Je ne connais qu'un métier a decrier, celui de Dieu*¹. Esta exclamação, que acho agora na minha memória, guardada desde muito tempo, é, se me não en-

I  “Só conheço um ofício a ser desacreditado, o de Deus”. Frase de Charles Nodier, citada por Alencar também no romance *Sonhos d'Ouro* (1872). [N. do O.]

gano, de Charles Nodier¹. Podia-se aplicar à França daquele tempo; ao Brasil de hoje, não. Com efeito, senhor, já não desacreditamos a Providência, pondo sob a invocação do santo nome, em um império católico, esta grande perversidade política, chamada a situação progressista?

Antes não ter religião, do que tê-la para santificar semelhantes desatinos.

De todas as resistências que havia de encontrar no país a mudança da política, a mais tenaz e mais profunda seria, sem dúvida, esta dos novos costumes implantados na sociedade brasileira pela situação atual. No lar brasileiro, onde outrora pendiam com as alegrias da família, os penates da religião e do amor, só há presentemente um ídolo: *o bezerro de ouro*.

Aí, todos os dias se formam almas progressistas, que devem mais tarde substituir os corifeus da atualidade. Pouco importa se as circunstâncias as batizam de conservadoras ou liberais; o germe é essencialmente neutro. São caracteres ambíguos, que, mais tarde, revelarão sua natureza híbrida.

Como vencer estes ímpetos da cobiça que lastrou por toda a população?

Na mão dos progressistas, o poder é formidável, porque derrama ouro com profusão e não hesita na escolha dos meios. Mas o poder, cingido ao orçamento, adstrito à lei, tolhido pela consciência, em vez de força, havia de ser uma carga onerosa na mão de homens bem intencionados.

Portanto, esse gabinete, a quem porventura incumbísseis a regeneração impossível do país, cairia acabrunhado; e os homens necessários, os vultos gigantes da situação, voltariam ao governo com vigor maior e novas audácias.

I  Ver nota 3 na p. 135.

V

Acode-me uma ideia.

Acaso são os receios de perturbação da ordem pública os motivos que determinam a mudança ainda imperceptível de vossa política?

Sabeis minha opinião a respeito da resistência armada, mesmo quando justificada. Já uma vez disse ao povo brasileiro, pressentindo seu desespero ante as angústias do presente:

“A revolução armada é, no Brasil, o que tem sido em toda a parte, a febre da liberdade, febre maligna, que traz a vertigem, o delírio, e finalmente a consumpção.”

Mau cimento, o sangue! Tudo quanto com ele edificam os povos revoltados ou os governos opressores não perdura: desmorona-se logo. Ideia que triunfa um instante pela razão da força, a menos que não consiga embrutecer a sociedade, abate-se e para nunca mais se erguer.

Ninguém, pois, mais do que eu condena a revolução. Ela é, não somente, um crime dos homens, mas, sobretudo, uma grande inépcia dos partidos.

Mas, senhor, tal é o estado a que chegamos que esse grande mal de outras eras, a revolta, se antolha para muitos a crise salvadora do império. Nenhum cidadão circunspecto a deseja; porém nenhum a teme. Esperam resignados esta última provança, como se esperam as convulsões periódicas dos elementos, fenômenos terríveis, mas inevitáveis da natureza física.

Somente se aterram ante a ideia da revolução os que subiram rapidamente com a onda da corrupção e temem que ela, refluindo, os envolva e arraste. Estes olham unicamente para cima e, embebidos na contemplação do céu, acreditam que tudo vai bem cá pelo chão humilde em que rastejamos, nós, o povo brasileiro.

Parece-me estar vendo o sorriso interior com que assistis às miríficas expansões de moderação e ordem por parte de muitos de vossos conselheiros. Bem sabeis que esses Netunos políticos não vibrariam o tridente nem intimidariam às vagas populares seu *quos ego*¹, se não tivessem o interesse de preservar a galeota empavesada de galhardetes e flâmulas, que os conduz sobre mares de rosa para a festa do poder.

Pouco importa que o incêndio, lastrando pelo império, clame por água; que a fome e a miséria assanhem o desespero da população, embora nimamente paciente. Eles não veem isto, não o compreendem mesmo, porque vivem nas eminências, onde os recursos materiais, assim como as satisfações do espírito, nunca mingam de todo. Com paciência igual à deles em suportar o desquite do poder, não devem o agricultor, o comerciante e o operário sofrer as misérias do tempo?

Que implacáveis ironias, senhor, tem a história contemporânea de nossa pátria!

Houve um deputado, que, se adestrando para sua virilidade política de homem de Estado, levantou-se há cerca de quatro anos na tribuna do parlamento brasileiro, para demonstrar, com uma arrogância de pedagogo, o direito da revolução. O país pasmou ao ver essas controvérsias acadêmicas no seio da representação nacional e no prólogo de uma crise que já se anunciava muito grave.

1  “Eu os ...”. Expressão de ameaça. [N. do O.]

Correram os tempos. Atualmente, quando o espírito de resistência armada começa a latejar no seio da população entorpecida; quando algumas ambições desvairadas tripudiam na praça pública sobre o cadáver da opinião, a ver se o agitam; quando, enfim, a revolta parece que assoma nos umbrais do presente, a Providência, juiz severo, mantém no poder o mesmo homem de estado que evocou dos abismos do passado o espectro sanguinolento.


Sublime lição este painel histórico da atualidade! A revolução e seu apóstolo que se afrontam! Ela erguendo-se pavorosa, ameaçadora, armada do direito que lhe outorgou o gênio da política brasileira; ele, pálido, trêmulo, mas emboscado nas alturas do poder para espedaçar essa mesma cruenta justiça popular, que favoreceu há quatro anos apenas!

Se a sorte fizesse do Sr. Zacarias¹ um revolucionário, fora lógica e razoável. Mas com que direito exigir dos acontecimentos que se comportem sisudamente, quando os homens capricham em se ridicularizar? Insultada pelos ambiciosos, a fortuna se torna mordaz e inflige desses escárnios terríveis. De um revolucionário faz de repente um ditador; de um Graco² um Sila³.

Prevenir o tumulto por meio de concessões hábeis, se não fosse já um impossível, seria em todo o caso um erro grave.

A agitação perturba, mas depura. O que ainda há de são na sociedade brasileira poderá salvar-se. A opinião sensata cobrará forças para regenerar o país, desde que for rudemente abalada. Hoje em dia, o bem está enervado, carece de um tônico. No estado a que chegou o

1  Ver nota I na p. 76.

2  Referência a Tibério Graco (168aC-133 aC), político romano, tribuno do povo. Defendeu uma reforma agrária. Acusado de pretender ser rei, foi assassinado pelos senadores num dia de eleição. [N. do O.]

3  Ver nota I na p. 22.

Brasil, parar significa morrer. É preciso que a nação passe por todas as fases da decadência, desde a prostração até o delírio, para que recupere o vigor primitivo.

Quereis, senhor, prevenir a revolução? E com que direito? vos pergunto eu.

Sim, com que direito um homem, seja ele monarca, se interpõe aos desígnios da Providência? O presidente do conselho conjurou a revolução para erguer-se ao poder nas suas asas. Chegado ao poder a desafiou por uma série de erros e arbitrariedades. Agora que a revolução acode como a missionária da cólera divina, querem mandá-la embora como um lacaio importuno?


Talvez já não seja possível.

Deixai passar o carro da revolução; não procureis contê-lo, senhor. Seria uma grande, uma terrível calamidade. Por enquanto, felizmente, não há ódios profundos socalcados no coração do povo, nem o desespero interno a laborar nas classes pobres.

Essa revolução que aí vem e se anuncia é apenas o desabafo da indignação, a pateada à farsa política. Nêmesis¹ do desprezo público, ela não empunha a foice exterminadora, nem ceifa os homens. Suas armas são o escárnio e a assuada com que há de flagelar os réus desta ignominiosa situação. Ouvir-se-á o rumor de uma estrondosa gargalhada do povo. Então, vereis uns vultos espavoridos fugindo ao motejo das turbas.

Nada mais.

Se, porém, abafarem essa revolução do desprezo, algum tempo sopitada, ela irromperá fremindo, palpitante de ódios açulados e de sofrimentos atrozes. Não será mais o riso do povo que expulse os auto-

1  Nêmesis, deusa grega, filha da Noite. Seu nome significa retribuição e é normalmente referenciada como vingadora de injustiças. [N. do R.]

res de nossas calamidades; porém a fúria indomável da multidão a cevar-se, como besta fera, na sociedade brasileira.

Portanto, senhor, dai rédeas ao ministério. Quanto mais breve provoque ele o motim, com seus erros, menos sofreremos.


O primeiro enxurro nunca abala o edifício social; apenas varre o lixo que se amontoou na superfície do poder. São as represas desse escoamento natural das paixões populares que produzem os grandes aluviões, como o de 1640 na Inglaterra e de 1789 em França.

Quem dissera, senhor, que homens encanecidos nas ideias de ordem e respeito à autoridade, capazes de todos os sacrifícios para manter a tranquilidade pública, haviam de chegar a um transe como este, aflitivo, de desejar o tumulto para evitar a revolução; de chamar o motim para defendê-los contra a anarquia.

Se é certo o que me contam, tendes o *ouvido* de Dioniso¹, não feito de tubos de metal, mas da gente que vos cerca; não para a tirania, antes para conhecer a opinião. Contudo, já vos terão chegado os ecos da linguagem que proferem os moderados de ontem?

Parecem energúmenos e não têm consciência disso. O fracasso da sociedade que se desmorona é tão grande, que eles pensam murmurar quando vociferam. Caem de lábios prudentes palavras que horripilam e, não obstante, ali fica neles estagnado um sorriso impassível. Sarcástica indiferença de quem já zomba da desgraça!

Assim tinha de acontecer. Desde que colocaram os homens entre duas calamidades, é justo que prefiram a menor. Se hão de sucumbir apodrecendo, ralados pela indignação, flagelados na alma, antes acabar logo com a vida este suplício.

1  Dioniso, deus grego equivalente ao deus romano Baco, das festas, do vinho, do lazer e do prazer. Filho de Zeus e da mortal Sêmele. É considerado também o deus protetor do teatro. [N. do R.]

Eis a linguagem que se ouve por toda a parte.

Mas, senhor, depois de haver escrito estas palavras, permiti que vos dirija uma pergunta. Credes realmente na possibilidade de uma revolução? Pensais que ainda haja neste país vitalidade para estas reações criminosas, porém enérgicas?

Pois eu, como já vos disse, só acredito na vitalidade espontânea da corrupção; só dela espero regeneração.

Não convém perturbar esta gestação da natureza; ao contrário, é preciso nutri-la. Se ainda há por aí alguma coisa a estragar e algum homem a prostituir, chegue-se depressa este adubo à semente da nova geração.

VI

Senhor,

Aqui ponho fim à minha missão na imprensa. Esta é a última carta, a derradeira palavra que vos dirige o escritor desconhecido.

Apareceu ele em fins de 1865 e desaparece hoje para sempre da imprensa brasileira. Se a não honrou com os esplendores do talento, ao menos aí deixa uma memória estimada pela franqueza e sinceridade.

Quem foi Erasmo estou convencido que o sabeis. O coração do homem de bem é uma pedra de toque para as pessoas que dele se aproximam. Desde os primeiros tempos, distinguistes dos assomos do despeito e da ambição a palavra de um cidadão leal, amigo do soberano, porém súbdito principalmente da verdade e da justiça.

Não lhe conheceis o nome e para quê?

Esse nome não tem serventia no mundo político. Não podem fazer dele nas circunstâncias atuais nem um escândalo, nem um martírio. Seria uma questão de letras; fútil curiosidade e mais nada.

Se, para dirigir-me à majestade do Sr. D. Pedro II, envolvi-me no mistério, não foi por temor. Ninguém neste país ignora que as audácias contra a pessoa inviolável não só não têm o menor perigo, como são títulos à grandeza. A generosidade do imperador sabe vingar-se!

Assim, quando alguma vez a pena se embestia de verdades mais austeras, hesitei. Receava ofender-vos a vós, inofensivo; não queria que

minha palavra parecesse uma cobardia ou um cálculo: duas coisas, cada qual mais repreensível.

Só a força da convicção me obrigava a produzir exteriormente o pensamento; mas então jurava a mim mesmo aprofundar-me cada vez mais na humilde obscuridade para me esquivar a qualquer tênue raio de vossa magnanimidade ou a algum erradio vislumbre de popularidade. Creio que o consegui e, com esta íntima satisfação, entro no nada donde saí.

Foi a consciência que me aconselhou o mistério. Para falar-vos com a franqueza precisa, era necessário ter um nome respeitado, cheio de prestígio e autoridade. Faltando-me esse título, só me restava o da verdade. A ideia é essencialmente democrática: ela nivela o trono com o povo.

Fiz-me ideia, portanto, para ter o direito de interrogar a majestade.

Se houvesse ameaça de perigo no empenho que tomei, ou eu não me lançara a semelhante cometimento, pois me falia coragem, ou saberia afrontar a publicidade. Mas o perigo estava justamente na sombra, no isolamento, onde eu permanecia.

Aí, senhor, entregue às forças próprias, sem conselho e sem conforto, vendo abrir-se em torno um vácuo imenso para a fé que tinha nos homens: aí, duvidando muitas vezes de mim, único entusiasta no meio da geral descrença; lutei, senhor, lutei contra a opinião e contra mim mesmo.

Há gente para quem o perigo é somente a ofensa física ou o golpe que fere o corpo e a bolsa. Materialismo que prostitui a coragem, como tem prostituído outros sentimentos do homem. A vida e a propriedade, bens preciosos quando servem a um fim nobre, tornam-se coisas vis, se prestam unicamente para depravar o homem e corromper-lhe a alma.

Arrostar a corrupção é, em tempos como estes, mais generoso e heróico esforço do que, nas épocas revolucionárias, afrontar a morte e o exílio. Inebriados pelo entusiasmo, as vítimas da tirania sobem ao patíbulo coroadas de flores e entoando a canção patriótica. Mas a vítima da imoralidade está sujeita a cada instante a falsear diante da sedução, deixando-se arrastar às gemônias da desonra e do opróbrio.

Não é difícil, a quem tem nobres e legítimas aspirações, resistir aos afagos do poder corruptor quando a solidariedade dos homens de bem lhe serve de apoio.

Mas, se tomada de um pânico invencível, a gente honesta se extraviou e, por uma complacência censurável, cerca os audazes, então se faz necessária uma grande força e constância para preservar-se do contágio.

Que doloroso espetáculo o da atualidade!

Aos que tombam e se escorjam no pó, a multidão os cobre de aplausos e ovações. Atualmente é glorioso cair; quase infame recatar-se. Cada caráter que vacila e se abate no circo é um triunfador. As turbas o levantam e carregam aos ombros em troféu. Os homens sisudos, que têm a fraqueza de servir a popularidade, fazem cauda ao cortejo.

Esses triunfadores se atraem uns aos outros, onde quer que se achem. O instinto da conservação os aproxima e identifica. Eles se personificam em um só e mesmo eu, que, por escárnio, chamam gênio e virtude. Não há nada mais comum neste tempo do que os ambiciosos que se estreitam e fazem bíceps e trifaucos para ameaçar a sociedade brasileira.

Obscuro cidadão, posso, querendo, me submergir na vida privada ou refugiar-me na tranqüila mansão das letras, como fez o velho Milton¹ depois de uma vida gasta em defesa das liberdades pátrias. Com o direito de escolher o modo de servir o meu país, não estou privado de subtrair-me à influência perniciosa da política.

1  John Milton (1608–1674), escritor inglês, autor do célebre livro *O Paraíso Perdido* (1677). [N. do R.]


Mas vós, senhor!... Que terrível suplício! Assistir como testemunha impassível à decadência deste grande império, que Deus formou para os mais altos destinos! Contemplar de braços cruzados a degeneração desta raça predestinada, a quem a Providência primeiro abriu a imensidade do oceano!


Tântalo-rei¹, encadeado a esse tártaro da política, desejarei uma nação e encontrarei apenas...


*Natio comeda est*², disse Juvenal³.

Adeus, senhor. Eu me retiro deixando a vez à sátira, que é a eloquência do presente. Só tomam ao sério as coisas e os homens desta época os charlatães que se apascentam nela. O cidadão cordato ou chora ou gargalha.


O tempo não é para Erasmo; mas para Jeremias⁴ ou Rabelais⁵; para o trenó ou para o sarcasmo. *Ride si sapias*⁶: diz, como o poeta, a história contemporânea a todo o observador grave que se esforça por estudá-la.

1  Na mitologia grega, Tântalo foi rei da Frígia ou da Lídia, casado com Dione. Certa vez, em um festim, ousando testar a onisciência dos deuses, roubou os manjares divinos e serviu-lhes a carne do próprio filho, Pélope. Como castigo, foi lançado ao Tártaro, onde foi sentenciado a não poder saciar sua fome e sede, visto que, ao aproximar-se da água, ela escoava e, ao erguer-se para colher os frutos das árvores, os ramos moviam-se para longe de seu alcance sob força do vento. A expressão “suplício de Tântalo” refere-se ao sofrimento daquele que deseja algo aparentemente próximo, porém, inalcançável. [N. do R.]

2  “A nação é uma comediante”. [N. do O.]

3  Juvenal, poeta romano do final do século I e início do século II. *As Sátiras* são sua obra de maior destaque. [N. do R.]

4  Jeremias, sacerdote e profeta do Antigo Testamento, conhecido por suas *Lamentações*. [N. do R.]

5  François Rabelais (1483–1553), escritor e padre francês do Renascimento. Ficou para a posteridade como o autor de obras-primas cômicas, dentre as quais se destaca *Gargântua e Pantagruel*, do século XVI. [N. do R.]

6  “Ri, se te dá prazer”. Frase do poeta Marcial. [N. do O.]

Adeus, senhor. Se, nos dias da próxima tribulação, vos parecer conveniente que a voz frágil deste escritor se levante em defesa das instituições e do Sr. D. Pedro II¹, sua expressão viva, o achareis entre os raros amigos da adversidade: entre os que já não esperam nem temem.

Nada vos devo. Se, por seu trabalho, o indivíduo que fui recebeu outrora a honra de servir oficialmente seu país, não é isto favor. Que o fosse, vosso governo o apagou embaciando o lustre dessa glória legítima. As aspirações mortas em flor já pagaram à usura aquela distinção.


Aprendi, sim, a venerar-vos como um homem de bem e um príncipe virtuoso. Fora preciso testemunhar fatos muito graves, para despedir-me de uma crença que me acompanha desde tantos anos. Não sei mesmo se vossos defeitos de rei não são inerentes às vossas qualidades de homem.


O homem, porém, é nada em um trono constitucional. A excelência do sistema representativo está justamente nessa virtude de anular a individualidade do monarca e neutralizar, por conseguinte, suas paixões. Não há, não pode haver mau imperador, sob o domínio da constituição brasileira. Tibério² ou Felipe II³, submetidos a ela, seriam impotentes para o mal.

O imperador constitucional é um princípio e, portanto, representa sempre o bem. Não pode falir, dizem os ingleses. Só erra quando o povo é ruim, os ministros, péssimos e a opinião, nula. Neste caso, eu creio que o despotismo é mais que uma justiça, é uma fatalidade.

Há exemplos de povos que reclamam um tirano com veemência qual nunca sentiram pela liberdade. Roma, abeberada de anarquia,

1  Ver nota I na p. 12.

2  Tibério Cláudio Nero César (14 d.C.–37 d.C.), segundo imperador de Roma pertencente à dinastia Júlio-Claudiana, sucessor do padrao César Augusto. [N. do R.]

3  Possível referência a Filipe II da Macedônia (382 a.C.–336 a.C.) ou a Filipe II (1556–1598), déspota espanhol. [N. do R.]

teve a luxúria da tirania: atirou-se desgrenhada e ébria como uma bacante aos braços dos triúnviros e ditadores: de Mario¹ a Sila¹, de Sila¹ a Pompeu², de Pompeu² a César³, de César³ a Augusto⁴, até que achou os Neros⁵ e Calígulas⁶ para a cevarem de torpezas e crueldades.

A história nos ensina esta grande verdade, que devia ser profundamente gravada na consciência de todas as nações, e eu a deixo aqui, na página final, como um símbolo para os brasileiros:


“A LIBERDADE NOS PAÍSES CONSTITUCIONAIS NÃO DEPENDE DO REI, E SÓ DO POVO. MUDAR O REI NÃO É ATO DE JUSTIÇA, MAS UMA VINGANÇA MESQUINHA E UMA INÉPCIA DO POVO QUE NÃO SABE GOVERNAR-SE.”

15 de março de 1868.


ERASMO


P. S.: Motivos imperiosos retardaram a publicação desta carta.


1  Ver nota I na p. 22.

2  Cneu Pompeu Magno (106 a.C.–48 a.C.), general e político romano, eleito cônsul. Derrotou a Revolta de Espártaco e os piratas do Mediterrâneo e foi derrotado por César. [N. do R.]

3  Ver nota I na p. 118.

4  Caio Júlio César Otaviano Augusto (63 a.C.–14 d.C.), primeiro imperador romano. Herdeiro adotivo de Júlio César, chegou ao poder através do segundo triunvirato, formado com Marco Antônio e Lépido. [N. do R.]

5  Nero Cláudio César Augusto Germânico (37 d.C.–68 d.C.), imperador romano que governou de 13 de outubro de 54 até sua morte, a 9 de junho de 68. Mandou incendiar Roma e ficou conhecido por sua crueldade. [N. do R.]

6  Caio Júlio César Augusto Germânico (12 d.C.–41 d.C.), também conhecido como Caio César ou Calígula, foi imperador romano de 16 de março de 37 até seu assassinato, em 24 de janeiro de 41. Foi o terceiro imperador romano e membro da Dinastia Júlio-Claudiana, instituída por Augusto. Ficou conhecido pela natureza extravagante e cruel. Foi assassinado pela guarda pretoriana em 41, aos 29 anos. [N. do R.]

∞ COMPOSTO EM MONOTYPE CENTAUR 11/15 PT; NOTAS, 9/12 PT.

